



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

HEITOR SIMÃO AFONSO AMBRÓSIO

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INTEGRAÇÃO COMERCIAL E  
DESIGUALDADES REGIONAIS: ANGOLA NO CONTEXTO DA ÁFRICA  
AUSTRAL**

UBERLÂNDIA - MG

2014

HEITOR SIMÃO AFONSO AMBRÓSIO

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INTEGRAÇÃO COMERCIAL E  
DESIGUALDADES REGIONAIS: ANGOLA NO CONTEXTO DA ÁFRICA  
AUSTRAL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia como requisito para obtenção do título de Mestre em Economia.

Área de concentração: Desenvolvimento Econômico

Linha de pesquisa: Economia e Diversidades Regionais

**Orientador:** Prof. Dr. Humberto Eduardo de Paula Martins

UBERLÂNDIA – MG

2014

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)****Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.**

---

A496d      Ambrósio, Heitor Simão Afonso, 1986-  
2014      Desenvolvimento econômico, integração comercial e desigualdades  
regionais: Angola no contexto da África Austral / Heitor Simão Afonso  
Ambrósio. -- 2014.

224 f.: il.

Orientador: Humberto Eduardo de Paula Martins.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa  
de Pós-Graduação em Economia.

Inclui bibliografia.

1. Economia - Teses. 2. Angola – Desenvolvimento Econômico - Teses.  
3. Angola – Desenvolvimento socioeconômico - Teses. 4. Angola – Integra-  
ção econômica – Teses. I. Ambrósio, Heitor Simão Afonso. II. Universida-  
de Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Economia. III.  
Título.

---

CDU: 330

HEITOR SIMÃO AFONSO AMBRÓSIO

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INTEGRAÇÃO COMERCIAL E  
DESIGUALDADES REGIONAIS: ANGOLA NO CONTEXTO DA ÁFRICA  
AUSTRAL**

Dissertação de Mestrado defendida em 06 de Março de 2014

**Banca Examinadora**

---

Prof. Dr. Humberto Eduardo de Paula Martins (IE-UFU)  
Orientador

---

Prof. Dr. Henrique Dantas Neder (IE-UFU)

---

Prof. Dr. Fabio Maia Sobral (UFC)

UBERLÂNDIA – MG

2014

## DEDICATÓRIA

*A Deus pela força e dom supremo da vida que me permitiu concretizar este sonho longe da família e amigos.*

*Aos meus pais, irmãos e namorada pela ajuda, força e paciência que me tem dado nessa nova fase da minha vida, não sei o que seria de mim sem eles e, a família em geral.*

## AGRADECIMENTOS

Ao governo brasileiro pela política de inserção na formação de quadros de estudantes de países da África e Angola em especial, sem necessário participar do programa da PEC-PG.

À Universidade Federal de Uberlândia, Coordenadoria e professores do Curso de Pós-Graduação em Economia e aos seus funcionários pelo auxílio e amizade no decorrer do curso, em especial aos meus professores diretos entre eles: o Prof. Antônio Ortega pela recepção no curso e orientações, ao Prof. Henrique Neder pela participação no trabalho, embora não como co-orientador, ao Prof. Niemeyer filho pela participação em banca do projeto e outras orientações, ao Prof. José Rubens Garlipp e a Profa Ana Paula pela persistência nas orientações em trabalhos acadêmicos, ao Prof. Aderbal Damasceno, ao Prof. Carlos Nascimento pelos ensinamentos sobre Karl Marx, ao Prof. Clésio Xavier, ao Profa. Marisa Botelho, ao Prof. Fabio Terra e, a secretaria do programa na pessoa da Tatiana pela simplicidade e paciência que me proporcionaram. Ao Prof. Fabio Maia Sobral (UFC), pela paciência que teve em agüentar a longa viagem para participar na minha banca como professor externo.

Ao meu orientador Prof. Dr. Humberto Eduardo de Paula Martins um registro de admiração pela paciência, humildade de ouvir e capacidade acadêmica, a mais profunda gratidão pela confiança, incentivo e compreensão no decorrer do trabalho.

Aos colegas do PPGE/UFU, pela oportunidade de amadurecimento acadêmico, em especial ao Marcelo Simões, Sergio Borges, Henrique Rogê, Alanna, Graciele e tantos outros que não preciso aqui citar.

Para todos os amigos de UDI que direta ou indiretamente participaram nesse trabalho de mestrado, em especial ao João de Jovita, André Manassas, Luzia Claudia, Claudia, Célio Aires, Irene, Mario Nobregas, Nelson Sampaio, Leo Cruz, Ana Cruz e outros pelo companheirismo, amor, incentivo e paciência, vivenciando comigo todos os momentos alegres e difíceis que se apresentaram ao longo do curso.

À Comunidade africana em UDI e não só.

Ao INAGBE, em nome do Governo Angolano, pela bolsa de estudos que me permitiu concretizar este sonho, em especial ao Dr. Jesus, Dr. Ndilu Nkula e a Sra. Elvira Quintas pela ajuda e paciência que me proporcionaram, portanto essa é a melhor forma que vejo para agradecê-los.

Ao Prof. Dr. Manuel José Alves da Rocha do Centro de Estudos e Investigação Científica, pelo privilégio em me receber e trocar experiências comigo, e sua simplicidade na fase das minhas investigações. Ao Dr. Gato Silno do Departamento de Estatística do Ministério da Agricultura, pela paciência em me receber e disponibilizar dados que foram muito importantes para o meu trabalho.

Ao meu tio Dr. Destino pela força que sempre me proporcionou em continuar os estudos, essa luta também devo a ele. Ao tio Panzo por ter deixado o trabalho para me apoiar na investigação de campo feito em Angola no princípio do ano passado, ao meu tio Simão Pedro e sua esposa, tio Timóteo Pedro pelos ensinamentos durante a minha infância até a idade adulta e outros que aqui não citei, visto que todos eles deram alguma contribuição nessa nova luta. Lembrando também o meu grande amigo e irmão Adilson Vicente (Toni) e Bento Cacama (My Man) que sua alma descanse em paz, esse trabalho também é dedicado para você pela luta que passamos tanto na vida acadêmica, profissional e social, ao amigo Belarmino Vissuma, ao Carlos, ao amigo Alberto Lucas Papato pela força e companheirismo a quando da vinda pela primeira vez ao Brasil, ao David Agostinho, Ezequiel Jonas e Higino da Silva pelos conselhos e, ao meu primo Adilson Quicula pelo esforço enorme que faz por mim.

Por fim, a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram para minha formação universitária, que direta ou indiretamente me apoiaram na consolidação desse trabalho dissertativo – muito obrigado.

## RESUMO

O tema explica um conjunto de fatores que influenciam na integração comercial e nas desigualdades regionais tanto na África Austral como em Angola. Portanto, é nesta região da África que Angola faz parte onde encontramos a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). Ainda que este seja o bloco econômico mais emergente do continente, ainda apresenta grandes desigualdades principalmente no campo da integração comercial, desencadeando-se num desenvolvimento socioeconômico muito lento e numa igualdade menos conjugada entre os seus membros, apesar dos esforços dos governos desta comunidade. De forma geral, os governos têm feito esforços enormes para diminuir esses efeitos, mas os indicadores ainda mostram que estão longe de alcançá-los. Relativamente às desigualdades regionais em Angola, constatou-se que devido a determinadas operações econômicas a partir de 2002, vem-se registrando aumentos significativos no Produto Interno Bruto espelhando-se em grandes somas de riqueza que o país vem acumulando nos últimos anos. Porém, esta riqueza ainda não proporciona mudanças significativas nas infraestruturas de apoio ao desenvolvimento econômico, como por exemplo, no setor elétrico e de abastecimento de água entre outros, criando desta forma, enormes desigualdades entre as regiões, influenciando de certa maneira a qualidade de vida das populações de algumas regiões. Além do mais, os dados analisados indicam que as regiões que sempre mostraram indícios de desenvolvimento desde a colonização continuam sendo as mesmas e, é o caso da Metrópole e da região do Centro-Leste onde se encontram as principais capitais de Angola. Porém, observa-se que boa parte da riqueza do país desde a era colonial vem principalmente de regiões menos desenvolvidas como, por exemplo, a região Norte (café e petróleo como as principais fontes de riqueza do país) e Centro-Leste (principalmente nas Lundas Norte e Sul – exploração de diamantes e energia não petrolífera, etc.) criando assim um paradoxo. Apesar destas incongruências, o governo vem se mostrando muito engajado de formas a eliminar os principais fatores que tem influenciado a estas desigualdades muito marcantes entre as regiões. Assim, o trabalho tem como objetivo analisar as desigualdades regionais no contexto da África Austral e dentro de Angola, dimensionando as desigualdades no desenvolvimento econômico, com destaque a atividade econômica e de infraestrutura. Além disso, o método mais utilizado na



pesquisa foi à coleta de dados através da análise de documentos, além de livros e artigos. Alguns dos resultados indicam que em termos de trocas comerciais, os países da região não estão dispostos a trocar entre si, visto que muitas delas se encontram em desvantagens perante as outras. Em Angola, a origem das desigualdades não é de hoje, portanto, já vem de longa data, da época da colônia portuguesa e da guerra civil. Assim, recomenda-se que as regiões de África de forma geral devem unir-se e criar políticas que configuram na realidade dos países do próprio continente. Em relação Angola, o estado deve criar condições favoráveis de infraestruturas econômicas o mais rápido possível com objetivo de diminuir as desigualdades regionais.

**Palavras-chave:** Crescimento e Desenvolvimento Econômico. Desigualdades Regionais. Integração Econômica. SADC e Angola.

## ABSTRACT

The topic explains a number of factors that influence on trade integration and regional inequalities both in Southern Africa and in Angola. So is this part of Africa that Angola is part where we find the Development Community (SADC). Although this is the most emerging economic bloc on the continent still presents major inequalities mainly in the field of trade integration, setting off on a very slow socioeconomic development and a less conjugated equality among their members, despite the efforts of the governments of this community. In general, governments have made tremendous efforts to reduce these effects, but the indicators still show that they are far from reaching them. Regarding regional differences in Angola, it was found that due to certain economic operations since 2002, comes to registering significant increases in Gross Domestic Product mirroring in large sums of wealth that the country has accumulated in recent years. However, this wealth does not bring about significant changes in infrastructure to support economic development, such as in the energy and water supply among others, creating in this way, vast inequalities between regions, influencing in some way the quality of life the populations of some regions. Furthermore, the analyzed data indicate that regions always showed signs of development since colonization remain the same and, in the case of the Metropolis and the Central East region where the main capital of Angola. However, it is observed that much of the wealth of the country since the colonial era mostly less developed, eg, the North (coffee and oil as the main sources of wealth of the country) and Middle East region has regions (mainly in Lunda Norte and Lunda Sul -. diamond mining and non-oil energy, etc.) thus creating a paradox. Despite these inconsistencies, the government has proved very engaged in ways to eliminate the major factors that have influenced these very striking inequalities between regions. Thus, the study aims to examine regional inequalities in the context of southern Africa and in Angola, scaling inequalities in economic development, especially economic activity and infrastructure. Moreover, the method most widely used in the research was to collect data through the analysis of documents, in addition to books and articles. Some of the results indicate that in terms of trade, the countries of the region are not willing to trade among themselves, since many of them are in disadvantage against the other. In Angola, the origin of inequality is not new, however, already has a long history, from the time of Portuguese colony and civil war. Thus, it is recommended that

regions of Africa in general must unite and create policies that make up the reality of the continent itself. Regarding Angola, the state should create favorable conditions for economic infrastructure as quickly as possible in order to reduce regional disparities.

**Keywords:** Growth and Economic Development. Regional inequalities. Economic Integration. SADC and Angola.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE TABELAS.....</b>	<b>15</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>18</b>
<b>CAPÍTULO I – DESIGUALDADES NA ÁFRICA E CONTEXTO INTERNACIONAL DE ANGOLA: CRESCIMENTO ECONÔMICO E INTEGRAÇÃO REGIONAL NA ÁFRICA AUSTRAL</b>	
1.1 – Definições preliminares: região, integração regional e desenvolvimento econômico.....	21
1.2 – Desigualdades regionais na África: uma análise internacional e inter-regional segundo PIB e IDH.....	27
1.2.1 – Desigualdades regionais na África: análise do PIB.....	27
1.2.2 – Desigualdades regionais na África: análise do IDH.....	32
1.3 – Classificação e agrupamento dos países da África a partir de dados socioeconômicos: uma análise de Cluster.....	36
1.4 – Caracterização da região da África Austral: indicadores socioeconômicos dos países da SADC.....	39
1.5 – Crescimento econômico, comércio exterior e integração regional: Angola no contexto mundial e africano.....	44
1.6 – Integração econômica e comércio exterior: Angola na África e na SADC.....	54
1.7 – A ZLC - um passo rumo à integração regional mais profunda: perspectivas.....	86
1.8 – Infraestrutura rodoviária e ferroviária como fator alavancador e de integração comercial na região da SADC.....	89
1.9 – Principais resultados do capítulo I.....	97

## **CAPÍTULO II – DESIGUALDADES REGIONAIS EM ANGOLA**

2.1 – Histórico e periodização da economia angolana.....	101
2.1.1 – Evolução histórica da economia angolana a partir da década 1920: da agricultura ao surgimento da indústria extrativa.....	102
2.1.2 – A crise econômica na Primeira República: de 1975 a 1992.....	109
2.1.3 – O renascer da economia em Angola: da crise ao crescimento econômico.....	114
2.1.4 – O aparecimento do crescimento propriamente dito.....	116
2.2 – Desigualdades regionais em Angola: Uma análise da distribuição da População, do Orçamento e do Produto Interno Bruto por província.....	121
2.2.1 – Desenvolvimento econômico e regionalização em Angola.....	121
2.2.2 – Distribuição da população por províncias ou regiões.....	125
2.2.3 – Distribuição das despesas orçamentais por províncias ou regiões.....	132
2.2.4 – Distribuição do PIB per capita por Província e região.....	138
2.3 – Contribuição dos setores econômicos e sua distribuição regional: agricultura, indústria e serviços.....	146
2.3.1 – Agricultura: contribuição para a economia e para o emprego formal.....	146
2.3.2 – Indústria: contribuição para a economia e para o emprego formal.....	157
2.3.3 – Serviços: contribuição para a economia e para o emprego formal.....	163
2.4 – Políticas de carácter regional: infraestrutura e incentivos fiscais.....	164
2.4.1 – Infraestruturas: transporte, energia e água.....	168
2.4.1.1 – Transportes rodoviários e ferroviários.....	169
2.4.1.2 – Energia elétrica.....	175
2.4.1.3 – Água.....	181
2.4.2 – Incentivos fiscais, pólos de desenvolvimento industrial e zonas econômicas...	183

2.5 – Principais resultados do capítulo II.....	192
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>195</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>203</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>216</b>

## LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – Diferença do PIB per capita das regiões da OCDE e África.....	29
TABELA 02 – PIB das regiões do continente africano em 2012.....	31
TABELA 03 – Índice de Desenvolvimento Humano em 2011, por nível e região.....	33
TABELA 04 – Índice de Desenvolvimento Humano em 2012, por nível e região.....	35
TABELA 05 – Composição da SADC.....	40
TABELA 06 – Peso percentual da contribuição do PIB para a região da SADC.....	41
TABELA 07 – Índice de Desenvolvimento Humano dos países da SADC.....	43
TABELA 08 – Posição do crescimento de Angola no contexto internacional.....	45
TABELA 09 – Posição do crescimento econômico de Angola no contexto africano....	48
TABELA 10 – Produção do setor mineiro base.....	49
TABELA 11 – Principais indicadores econômicos.....	50
TABELA 12 – Exportações de mercadoria por destino.....	51
TABELA 13 – Importações de mercadorias por origem.....	51
TABELA 14 – Peso das exportações líquidas do PIB de Angola.....	52
TABELA 15 – Posição de Angola e taxa de crescimento na SADC.....	53
TABELA 16 – PIB e população na SADCC e SADC entre 1980 à 2012.....	61
TABELA 17 – Estados-membros: critérios de classificação na ONU.....	69
TABELA 18 – Países da SADC classificados por rendimento.....	70
TABELA 19 – Sumária dos compromissos de liberalização das tarifas aduaneiras.....	71
TABELA 20 – Estrutura econômica da SADC.....	72
TABELA 21 – Composição das exportações da África do Sul para Angola.....	75

TABELA 22 – Composição das exportações de Angola para África do Sul.....	76
TABELA 23 – Comércio Angola Mundo.....	84
TABELA 24 – Os fornecedores de Angola na SADC.....	85
TABELA 25 – Plano estratégico de desenvolvimento regional.....	87
TABELA 26 – Comércio intra-regional (exportações 2005).....	88
TABELA 27 – Comércio intra-regional (importações 2005).....	89
TABELA 28 – Múltipla filiação dos Estados-membros da SADC.....	89
TABELA 29 – A produção do café e tipos comerciais (1972 a 1973).....	103
TABELA 30 – Produção do café em toneladas (1924 a 1973).....	104
TABELA 31 – Exportação do café.....	106
TABELA 32 – Distribuição da população por Província.....	126
TABELA 33 – Distribuição percentual da população por Província.....	127
TABELA 34 – Distribuição da população pelas grandes regiões.....	128
TABELA 35 – Distribuição da população pela região litorâneas e interior.....	130
TABELA 36 – Distribuição das despesas correntes por Província.....	133
TABELA 37 – Distribuição das despesas correntes por região.....	134
TABELA 38 – Distribuição do PIB por Província.....	139
TABELA 39 – Distribuição do PIB por grandes regiões.....	141
TABELA 40 – Distribuição provincial do PIB por habitante.....	143
TABELA 41 – Produção base de algumas culturas primárias em toneladas.....	148
TABELA 42 – Produção base primária em valor percentual.....	150
TABELA 43 – Participações do total da produção cultivada.....	152
TABELA 44 – Classificação regional.....	153



TABELA 45 – Trabalho assalariado das exportações agrícolas do tipo empresarial....	154
TABELA 46 – Emprego na agricultura.....	155
TABELA 47 – Estrutura percentual do PIB a preços correntes.....	160
TABELA 48 – Emprego industrial.....	160
TABELA 49 – Emprego industrial em percentagem.....	160
TABELA 50 – Emprego formal nos serviços.....	163
TABELA 51 – Aproveitamentos hidroelétricos.....	179
TABELA 52 – Linhas de transporte da ENE- E.P. ....	180
TABELA 53 – Evolução do número de clientes da ENE-E.P. ....	180
TABELA 54 – Pólos do desenvolvimento industrial e zonas económicas especiais....	185
TABELA 55 – Quadro de negócios no ramo de serviços.....	190
TABELA 56 – Posição do IDH de África em 2012.....	216
TABELA 57 – Posição do IDH para a região da SADC em 2012.....	217
TABELA 58 – Matriz de correlação entre os indicadores.....	224

## INTRODUÇÃO

Nesses últimos anos pode-se verificar, através de dados estatísticos, que os países africanos têm mostrado fortes tendências de crescimento em face de um conjunto de relações econômicas, com ênfase aos países mais desenvolvidos, pese embora se tenha notado em algumas situações que estas relações com países mais desenvolvidos têm trazido de certa forma, entraves nas economias do continente.

Este fato traduz-se no lento desenvolvimento da economia dos países do continente e acarretará futuros constrangimentos no campo do desenvolvimento socioeconômico e da integração interregional através da dependência de vários fatores como, por exemplo, a forte relação entre vários países do continente ao centro, a dependência tecnológica como fator de crescimento econômico e desenvolvimento econômico, fator humano, preços universais (principalmente de produtos extrativos e/ou commodities afetos a balança comercial), crises, entre outros.

É neste continente mais ao sul que encontramos a região da África Austral e o bloco econômico da SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral). Embora muitos autores afirmam que a SADC é o bloco econômico mais emergente da África, este ainda mostra grandes dificuldades de integração econômica devido ao desenvolvimento econômico muito desigual que os países apresentam principalmente no campo das infraestruturas que são precárias ou inexistentes.

A inserção de países na filiação em outros blocos regional do continente contribuem negativamente para implementação de algumas políticas ou projetos com vista a uma integração mais verdadeira. O exemplo claro é a condição de Angola na Zona de Comércio Livre (ZCL), isto é, o país tem alegado que ainda não está preparado para aderir a ZCL por falta de infraestruturas adequadas, portanto, o desenvolvimento interno da economia e das infraestruturas é a prioridade. Ademais, é também um dos países que faz parte de outros blocos econômicos do continente. Portanto, este fator e outros acabam dificultando a integração comercial na região, criando, desvantagens de relação econômica e comercial com regiões do continente e até mesmo no mundo.

A par de tudo isso, Angola está a desenvolver um projeto no campo das infraestruturas como energia elétrica e a ligação de vias com destaque para as linhas férreas de forma a apoiar e contribuir para integração econômica e social. Internamente,

desde 2002, Angola tem registrado um aumento significativo no valor dos indicadores econômicos, que espelham simplesmente o volume de riqueza que o país vem acumulando nos últimos anos, riquezas estas que ainda não proporcionaram uma mudança significativa nas infraestruturas, na diversificação da economia e no bem-estar social assim como na conjugação menos desigual das regiões. Além do mais, algumas das causas dessas desigualdades estão relacionadas a situações históricas, como a exploração colonial e o conflito armado, e em políticas de afetação das despesas públicas, da concentração de renda e da concentração da administração entre outras.

De acordo com Alves da Rocha (2010) “um problema estrutural sério da economia angolana é a desigualdade muito marcada entre as diferentes regiões, em parte causada pela guerra civil prolongada. O dado mais eloquente é a concentração de cerca de um terço da atividade econômica em Luanda e na província contígua do Bengo, enquanto em várias áreas do interior se verificam até processos de regressão”. Ademais, cerca de 85% de toda riqueza criada no país está no litoral, isto é, Luanda, Kwanza Sul e Benguela, sendo que, 75% estão na província de Luanda. Por outro lado, cerca de 86,5% das receitas do OGE de 2011 foram distribuídas pelas instituições do governo central (MINFIN, 2010). Isso mostra que a atividade econômica e o poder de decisão ainda estão concentrados na capital, este fato “dependência” origina a criação de barreiras ao crescimento das províncias. Enfim, o desenvolvimento regional harmonioso do país é também um dos desafios da próxima década, o que implica também na descentralização da atividade econômica. De maneira geral, é preciso que se faça uma análise mais profunda sobre os fatores que causaram e ainda continuam a causar as desigualdades na região da África Austral e dentro de Angola.

Tem-se como pergunta de partida ou problema de pesquisa formulado desta forma: Quais as características das assimetrias ou desigualdades entre países da África Austral, bem como dentro das regiões de Angola? O presente trabalho tem como objetivo analisar as desigualdades regionais no contexto da África Austral e dentro de Angola, dimensionando as desigualdades no desenvolvimento econômico, com destaque para a atividade econômica e a infraestrutura.

Assim, o trabalho está dividido em dois capítulos da seguinte maneira.

O capítulo 1 trata das desigualdades presentes entre regiões e países da África, analisando indicadores econômicos e sociais, bem como processos de integração regional e dados de comércio exterior desses países.

O capítulo 2 trata das desigualdades regionais dentro de Angola. Por fim, teremos as considerações finais, com uma síntese dos resultados de cada capítulo e algumas linhas gerais para propostas de políticas.

## **CAPÍTULO 1 – DESIGUALDADES NA ÁFRICA E CONTEXTO INTERNACIONAL DE ANGOLA: CRESCIMENTO ECONÔMICO E INTEGRAÇÃO REGIONAL NA ÁFRICA AUSTRAL**

Antes de entrar diretamente nas seções do capítulo 1, apresentar-se-á de forma breve alguns conceitos e abordagens teóricas sobre regionalização e desenvolvimento econômico.

### **1.1 Definições Preliminares: Região, Integração Regional e Desenvolvimento Econômico**

Para definir o conceito de **região**, procurei discuti-lo conjuntamente com o conceito de espaço, visto que estes dois termos têm criado confusão em termos de compreensão dos conceitos.

A noção de Espaço se diferencia da noção de Região pela restrição de contiguidade. A região, necessariamente, precisa ser constituída por um território contínuo, delimitado por uma fronteira. O espaço econômico pode ter descontinuidades. Para Milton Santos (1997), o espaço é entendido como “um conjunto de sistemas de objetos e de sistemas de ações”. No espaço, segundo o mesmo autor, se reúnem materialidade e ação humana.

Adentro ao conceito, uma Região forma uma identidade, apresentando características semelhantes. Ela se apresenta como um campo de forças, atraindo unidades econômicas e organizando todo o território à sua proximidade. Definida provisoriamente como um subespaço do território nacional, a região se relaciona com outras regiões, incluindo o exterior do país em que está inserida. Milton Santos (1993), em sua obra *A Urbanização Brasileira*, expõe que “a Região deixa de ser um produto da solidariedade orgânica localmente tecida, para tornar-se resultante da solidariedade organizacional”.

Silva (1990) entende que a região só pode ser vista no âmbito do enfoque sistêmico. Desta forma, a região se constitui em um subsistema parte de um todo com o qual mantêm interrelações. Para esta autora, as fronteiras regionais podem ou não coincidir com as divisões juridicamente estabelecidas, pois se ampliam ou diminuem no decorrer do tempo, em função de ajustes de natureza política. Portanto, segundo essa autora, para delimitar uma região, não se deve levar em conta apenas os aspectos

jurídico-administrativos, nem somente aspectos exclusivamente econômicos, mas os de ordem social e, sobretudo político.

Adentrando a **Integração Regional**, de acordo com Alves da Rocha (2008), a integração econômica regional corresponde a uma forma de organização e funcionamento das economias nacionais, com vasta difusão, ainda que estejam em fases distintas de evolução. Na sua base estão as reconhecidas vantagens do comércio internacional exercido com plena liberdade, em que a Organização Mundial do Comércio é o expoente máximo, enquanto fórum de vigilância da não violação das regras e dos princípios da concorrência internacional.

Para, Murapa (2003):

“a integração regional refere-se ao movimento para estabelecer ligações entre e em meio a um grupo de países dentro de um determinado espaço geográfico, motivado pelos interesses comuns e compartilhados para cooperação nas áreas de comércio e outros setores econômicos, com vistas a alcançar uma zona de livre comércio e, subseqüentemente, estabelecer uma união alfandegária”.

O autor diz ainda que, os países soberanos consideram a necessidade de integrar ou cooperar regionalmente apenas se perceberem ganhos coletivos no acordo. Por todo o mundo, a integração regional está sendo considerada a vanguarda para o desenvolvimento e a sustentabilidade econômicos e a estabilidade política (MURAPA, 2003).

Outra definição descreve o conceito de integração como...

... “um processo ao longo dos quais autores, inicialmente independentes, se unificam, ou seja, se tornam parte de um todo, no caso de um sistema político, de tomada de decisão, comum. Os atores envolvidos em um processo de integração podem ser governamentais ou não governamentais, e, além disso, podem ser nacionais, sub-nacionais ou transnacionais” (COUTINHO, 2007, p. 168).

Ainda,

no âmbito governamental, são considerados atores nacionais as instituições do poder executivo dos Estados, os atores sub-nacionais são compostos por governos estaduais e municipais, e atores transnacionais são organizações compostas por prefeitos ou governadores (Coutinho 2007, p. 168).

Nesse sentido, integração regional pode ser considerado como

“um processo dinâmico de intensificação em profundidade e abrangência das relações entre atores levando a criação de novas formas de governança político-institucionais de escopo regional” (HERZ; HOFFMANN, 2004, apud COUTINHO, 2007, p.168).

Para o autor, a integração regional está relacionada com a criação de organizações internacionais formais, que se originam de um acordo constituinte com sedes físicas. Ainda que estas organizações internacionais sejam criadas por Estados, podem ter instituições supranacionais que exerçam funções legislativas, judiciárias ou executivas, como o que acontece, por exemplo, na União Européia, em que há o direito comunitário, e os processos de tomada de decisão são por maioria.

Segundo Mariano (2002), os processos de integração regional são fomentados pelos Estados como parte de sua lógica estratégica, porém à medida que evoluem, atingem para além dos governos nacionais participantes, a sociedade e as unidades governamentais, como prefeituras e governos estaduais. Os governos iniciam as negociações por serem atores com capacidade e poder para tal, e podem fazer com que a sociedade respeite os acordos. Ainda de acordo com Mariano (2002), a integração é impulsionada pelo núcleo funcional que envolve os governos e as burocracias especializadas para formular essa estratégia política visto que capacidade decisória se concentra nesses atores. A iniciativa burocrático-estatal é o ponto de partida do processo, mas com o tempo o processo se dissipa pela sociedade, criando uma dinâmica de reações, demandas e respostas.

Nessa perspectiva desse autor, conforme a integração vai se aprofundando, mobiliza grupos de interesses no interior das sociedades, e esta não se limita apenas a respeitar os acordos feitos entre os governos, buscando formas de melhor intervir e participar nas negociações, criando um dinamismo no processo, e se tornando menos dependente da vontade política. É importante ressaltar que a integração regional é mais abrangente que a cooperação internacional, visto que essa pode resultar em novas unidades ou entidades políticas ou mesmo transformações nestas. Nesse contexto, quando se cria algo novo, pode haver transferência formal ou informal do poder decisório para sua estrutura institucional (MARIANO, 2002).

Portanto, Mariano (2002) mostra que a integração regional não está restrita só à esfera da administração do estado ou mesmo à cooperação intergovernamental, visto

que abarca a sociedade como um todo, criando desta forma interação que escapa do controle estatal entre grupos de interesses e representantes das sociedades. O autor ainda afirma que, no caso da cooperação internacional, esta pode ser considerada como uma estratégia que atende a determinados contextos e pode ser deixada de acordo com a conveniência, já a integração é menos flexível, pois o abandono pode gerar altos custos para os governos dependendo do grau de interação entre as sociedades envolvidas, especialmente quando sua estrutura institucional ganha autonomia e legitimidade (MARIANO, 2002).

Nessa perspectiva, de acordo com Haas (1964) “existem algumas motivações básicas, para que os Estados venham a aderir à integração regional, como por exemplo: desejo de promover a segurança numa dada região a fim de realizar defesa conjunta contra uma ameaça comum; promover a cooperação para obter desenvolvimento econômico e maximizar o bem-estar; interesse de uma nação mais forte em querer controlar e dirigir as políticas de seus aliados menores, por meio de persuasão de coerção, ou de ambos; a vontade comum de constituir unificação de comunidades nacionais em uma entidade mais ampla” (MARIANO, 2002).

Essas motivações se cumprem, quando a integração se consolida a partir de duas condições: quando os atores possuem alguns interesses em comum, havendo expectativa quanto à possibilidade de ganhos com a integração; e quando a variação no grau de institucionalização se refletir no comportamento dos Estados, pois as instituições internacionais não são fixas, estando em constante mutação ao longo do tempo. Após isso, o sucesso ou fracasso dependerá do arranjo institucional a ser criado pelos participantes, pois o acordo sobre a estrutura da integração resultante de suas opções (MARIANO, 2002, com base em HAAS, 1964).

Adentrando aos temas de **crescimento econômico** e **desenvolvimento econômico**, não podemos deixar de compreender o conceito de desenvolvimento econômico sem distingui-lo do conceito de crescimento econômico.

O crescimento econômico pode ser definido como sendo o aumento sustentado de uma unidade econômica durante um ou vários períodos longos. A sua avaliação faz-se através da análise de certos índices: Produto Interno Bruto (PIB) ou Produto Nacional Bruto (PNB). O termo crescimento distingue-se de desenvolvimento por significar um aumento quantitativo da produção, cujas conseqüências serão o enriquecimento da nação e a elevação do nível de vida, mas sem a preocupação da melhoria das condições de vida da sociedade. Porém, "o desenvolvimento econômico, consiste em um processo



de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao capital ocasionado o aumento da produtividade, dos salários, e do padrão médio de vida da população" (BRESSER-PEREIRA, 1986, citado por BRESSER-PEREIRA, 2008).

Segundo Bresser-Pereira (1986), citado por BRESSER-PEREIRA (2008):

o parâmetro mais geral para do desenvolvimento econômico de uma sociedade é o aumento da renda por habitante, visto que este mede aproximadamente o aumento geral da produtividade, por outro lado, os novéis comparativos de desenvolvimento econômico podem ser mensurados pela renda considerando o (purchasing power parity PPP) por habitante, em que a renda ou produto do país corrigido dessa forma avalia melhor a capacidade média de consumo da população do que a renda nominal. Mas existem casos em que, a renda per capita não reflete o nível de produtividade e de desenvolvimento econômico de um país, especialmente no caso de países que produzem petróleo. Já o índice de desenvolvimento humano, ou IDH, é importante na avaliação do desenvolvimento econômico, mas serve apenas como complemento das rendas por habitante.

O desenvolvimento econômico visa atender de forma direta, um objetivo político fundamental das sociedades modernas, o bem estar, e indiretamente busca segurança, liberdade, justiça social e proteção do meio ambiente, dessa forma o desenvolvimento econômico implica mudanças estruturais, culturais e institucionais.

Uma sociedade capitalista em desenvolvimento deve estar organizada na forma de Estado-nação, deve haver empresário, trabalhadores, lucros e salários, acumulação de capital, progresso técnico, em que o mercado é o coordenador do sistema econômico e o estado regula esse mercado complementando suas ações (BRESSER-PEREIRA, 1986, citado por BRESSER-PEREIRA, 2008).

Celso Furtado (2004, p.484, citado por BRESSER-PEREIRA, 2008), por sua vez, afirma que o “crescimento econômico, tal como o conhecemos, vem se fundando na preservação de privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza por seu projeto social subjacente”. Nesse contexto, desenvolvimento econômico implica distribuição, pois dessa forma o aumento dos padrões médios de vida que sempre ocorre com aumento da produtividade ou desenvolvimento econômico, deva ser acompanhado por outros objetivos políticos, como: desenvolvimento social, distribuição de renda menos desigual, desenvolvimento político, democracia e desenvolvimento sustentável. Segundo citado BRESSER-PEREIRA (2008):

Celso Furtado (1967, p.74-76), em seu livro teórico mais geral, não separa desenvolvimento de desenvolvimento econômico, e o distingue de crescimento, mas de forma limitada. Para ele, “o desenvolvimento compreende a idéia de crescimento, superando-a”. Entretanto, observa Furtado, para que o crescimento não acarretasse modificações na estrutura econômica, seria preciso pensar em uma situação pouco provável na qual ocorresse a expansão simultânea de todos os setores produtivos sem qualquer aumento da produtividade. E conclui: “o crescimento é o aumento da produção, ou seja, do fluxo de renda, ao nível de um subconjunto especializado, e o desenvolvimento é o mesmo fenômeno do ponto de vista de suas repercussões no conjunto econômico de estrutura complexa que inclui o anterior” Nessa perspectiva desenvolvimento econômico significa mudança estrutural, ou seja, é uma transformação na relação e nas proporções internas no sistema econômico.

Segundo BRESSER-PEREIRA (2008), de acordo com Furtado (1967)

"a sociedade se caracteriza por um conjunto econômico complexo que traduz formas econômicas e sociais variadas. E assim, o desenvolvimento econômico ocorre quando o aumento permanente na produtividade média do trabalho se assimila a essa estrutura complexa".

Em outras palavras, esse processo ocorre quando a variação na produtividade modifica as formas de produção acarretando outras mudanças na distribuição e utilização da renda, que por sua vez, transforma as relações internas do sistema com a introdução de novas técnicas, gerando outras variações na produtividade. Furtado (1967) recorre a Schumpeter em que a ação criadora é o motor do progresso, a fim de explicar o desenvolvimento econômico e introdução de novas técnicas. Schumpeter (1911) afirmou que o desenvolvimento econômico implica transformações estruturais do sistema econômico que o simples crescimento da renda per capita não assegura. O autor faz distinção entre desenvolvimento e crescimento, para salientar a ausência de lucro econômico no fluxo circular, em que no máximo ocorreria crescimento. O autor acredita ainda que o progresso técnico traduzido pelas inovações seja o fator dinâmico do sistema, na qual a ação do empresário é capaz de transformar o processo produtivo.

Ainda segundo BRESSER-PEREIRA (2008), Furtado (1967) compartilha da idéia de que o progresso técnico é o motor do desenvolvimento, mas, para ele, o núcleo central desse processo é a acumulação de capital. De acordo com ele, a teoria das inovações e a teoria da acumulação não podem ser desvinculadas. Ele descreve o esquema macroeconômico do desenvolvimento quando parte da acumulação de capital, e esta assume duas formas: incorporação de invenções e difusão de inovações. Portanto, a velocidade do desenvolvimento depende da difusão do progresso técnico que por sua

vez depende das complexas condições sociais de acesso ao aumento da produtividade e às inovações. "Dessa forma, o desenvolvimento é ao mesmo tempo um problema de acumulação e progresso técnico, e um problema de expressão dos valores de uma coletividade" (FURTADO, 1967, p.80). Assim, o caráter social do progresso técnico só são plenamente captadas com uma visão global do sistema (BRESSER-PEREIRA, 2008).

## **1.2 Desigualdades Regionais na África: uma análise internacional e interregional segundo PIB e IDH**

Esta seção versa sobre a classificação regional da atividade econômica no contexto africano através de indicadores como o PIB e IDH em comparação com a região da OCDE. Farei um recorte para a região da SADC visto que é o grande objetivo deste capítulo.

Ainda se verifica uma enorme discrepância nos indicadores econômicos e sociais entre países e regiões de África com relação aos países do centro. O principal objetivo nesse campo é analisar as desigualdades existentes entre as regiões de África como entre países da região da África Austral, dimensionando essas desigualdades através da classificação da atividade econômica e do desenvolvimento humano.

Os dados desta seção ilustram e classificam alguns indicadores econômicos das regiões de África, comparando-as também com a OCDE visto que nesta organização se encontram praticamente uma boa parte dos países com os produtos mais elevados do mundo. Depois de comparado a África e a OCDE, farei comparações intra-regionais na África e, por fim, entre os países da África Austral, no que se refere ao PIB, IDH e mais tarde sobre a integração comercial.

### **1.2.1 Desigualdades regionais na África: análise do PIB**

Há uma enorme diferença de US\$ 44 trilhões entre o PIB do conjunto dos países da OCDE e do total da África. Ou seja, o Produto Interno Bruto da OCDE é praticamente 24 vezes maior que do continente africano (Fonte: OCDE, Banco Mundial, 2013)

Observa-se que o continente africano tem mais países que a OCDE (33), além disso, é um dos continentes com países que tem abundantes recursos naturais, diferente

dos países da Europa, América do Norte e alguns da Ásia que fazem parte da OCDE. Portanto, o produto dos países do continente africano tem mostrando evolução muito lenta porque se tornam muito dependentes das economias centrais. Além disso, a especialização na produção de produtos para exportação (principalmente de commodity e que muito dos casos são produtos que acabam tendo preços universais de comercialização), acaba afetando a balança comercial e ao mesmo tempo o produto dos países da África. Ademais, não podemos esquecer que a África contempla grandes recursos minerais, mas sua política extrativista é extremamente dependente de tecnologias de acordo com critérios de países ou companhias européias e norte-americanas (suas técnicas e grande parte dos lucros vão para o centro).

Entretanto, é necessário se pensar e repensar sempre em política fiável de formação do capital humano, de investigação científica e tecnológica, investigação em P&D entre outras, como o clímax de mudanças fenomênicas do continente nos vários campos sem dependências alheias. Além do mais, de forma interna, o continente tem encontrado várias dificuldades no que se refere ao incipiente quadro humano através de situações adversas já conhecidas (exemplo: Choques internos: democracia, guerras, cultura, etc.) que não ajuda em nada no crescimento e desenvolvimento sustentável do continente, em sobreposição as respostas dos problemas vigentes que as economias sofrem, visto que este fato constrange a política econômica e social destes países, principalmente no que concerne a diversificação de suas economias sem grande dependência dos países do centro.

É preciso se chamar atenção e perceber que os países africanos devem evidenciar sempre grandes esforços nas políticas econômicas com vistas a não se tornarem reféns das economias do centro, visto que o modelo das economias africanas são muito especializados e dependentes. Sabe-se que não é fácil, mas é possível. Para que estes países não sejam sempre penalizados por choques externos adversos das economias centrais nas várias situações, é preciso unir esforços conjuntos de vantagens mútuas de várias índoles com o intuito de eliminar situações futuras adversas, como exemplo, a elevada diferença do Produto Interno Bruto e do Índice de Desenvolvimento Humano, entre outras. A formação do quadro humano e a luta pela diversificação da economia já é um bom passo.

Em relação ao PIB per capita conforme a tabela abaixo, a diferença não foge a regra, ou seja, de longe os países da OCDE têm rendimentos médios muito melhores que os países da África, a diferença atinge quase a média da própria OCDE, ou seja, se somarmos as duas médias e buscarmos suas porcentagens é possível verificar que a OCDE ficará com quase 100% do valor da média das duas regiões, e assim, a diferença entre eles é de quase 36 mil US\$.

Se um cidadão dos países da OCDE ganhe em média US\$36 mil, o cidadão dos países do continente africano ganha US\$200. Isso nos leva a afirmar que pese embora se verifique na maior parte dos países de África inúmeras tendências de taxas de crescimento elevadas, mesmo assim o cidadão africano ainda continua muito pobre e assimétrico comparado ao centro.

Apesar dos constrangimentos externos as economias africanas, realmente o continente vêm crescendo ainda que em ritmo lento através de situações já explicadas. Mas boa parte da população do continente ainda continua pobre, a que se deve? Será um dos fatores centrais a ineficiência na redistribuição do rendimento, a corrupção, democracias nascentes, situações externas? Se analisarmos bem a tabela seguinte, percebe-se que os maiores produtos por pessoa dos países do continente africano não se aproximam aos dos países menos colocados da OCDE, como exemplo, o Chile (22.416) e da Turquia (18.114). Isso mostra que até mesmo os países com melhores indicadores do continente africano (com exceção a um país – E. Guine), estão muito longe de alcançar indicadores próximos de países da OCDE com piores produtos, visto que estes países africanos de forma geral, ainda enfrentam vários problemas de fórum econômico, político e social.

**Tabela 1** – Diferença do PIB Per Capita das Regiões da OCDE e África em 2012

<b>PIB per capita da OCDE (US\$)</b>	
<b>Maiores</b>	
Luxemburgo	88,276
Noruega	65,638
Suíça	53,733
EUA	51,689
<b>Piores</b>	
Chile	22,416 (e)
Polônia	22,167

Hungria	22,011
México	18,288 (e)
Turquia	18,114 (e)
<b>T. Geral</b>	<b>36,934</b>

PIB per capita do continente africano (US\$)							
Maiores		Piores PIB per capita					
E. Guine	<b>24,036</b>	R.D congo	272,00	G. Bissau	539,00	Tanzânia	609,00
Seychelles	<b>11,758</b>	Benin	752,00	Quênia	865,00	Togo	574,00
Gabão	<b>11,433</b>	B. Faso	634,00	Libéria	422,00	Uganda	547,00
Líbano	<b>9,705</b>	Burundi	251,00	Madagascar	447,00	Zimbábue	788,00
Maurícias	<b>8,124</b>	R.C.African	473,00	Malawi	268,00		
A. Sul	<b>7,508</b>	Chade	885,00	Mali	694,00		
Botsuana	<b>7,191</b>	Comoros	831,00	Moçambique	579,00		
Namíbia	<b>5,786</b>	Eritreia	504,00	Níger	383,00		
Angola	<b>5,485</b>	Etiópia	470,00	Ruanda	620,00		
Argélia	<b>5,404</b>	Gâmbia	512,00	Serra Leone	635,00		
Tunísia	<b>4,237</b>	C. Guine	591,00	S. Sudão	862,00		

**Fonte:** OCDE, Banco Mundial, 2013.

**Obs:** Maiores acima de US\$4000 e piores abaixo de US\$1000. Classificado pelo Autor, não é um caso padronizado.

Observe que quase metade dos países da África não consegue passar dos mil dólares americanos em média por pessoa. Atendendo a dinâmica do mundo, isso só vai afunilando ou agravando mais as condições socioeconômicas das populações destes países, quiçá do próprio continente.

Adentro as regiões do continente africano, se para os políticos destas, e alguns acadêmicos do mundo todo, pensar na unificação econômica e política das regiões do continente é uma forma de eliminação dos fatores já estudados acima, é importante se analisar a tabela abaixo para se fazer perceber, se o continente está a se tornar unido ou se ainda existem grandes assimetrias. Além disso, os dados da tabela abaixo nos ilustrará noções sobre o fenômeno.

**Tabela 2** – PIB das regiões do continente africano em 2012 (Milhões de US\$)

Região	África Norte	A. Subsaariana	SADC	África
PIB	611,08	1.361,1	649,1	1.972,2

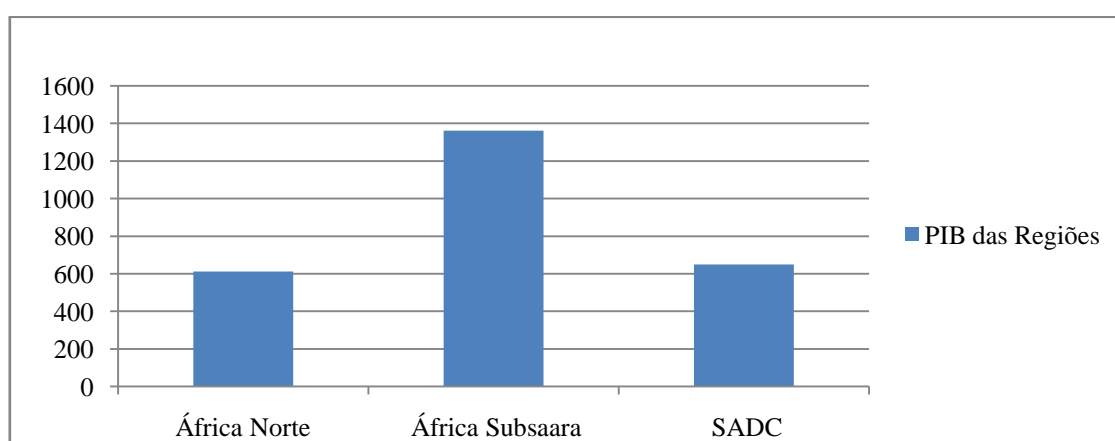
**Fonte:** Cálculos do Autor através dos dados da OCDE, Banco Mundial, 2013.

Numa análise mais interna e regional, podemos perceber que a região da África Subsaariana com US\$1.361,1trilhões, é a que mais vem crescendo com relação ao volume do produto, ou seja, quase total do PIB da África se encontra concentrado nessa parte do continente, embora se saiba que grande parte dos países do continente situa-se nessa região. A região da SADC é a segunda com melhor PIB entre as regiões, concentra cerca de US\$649,1 bilhões. A África do norte, apesar de ser menor em termos geográficos, tem o menor volume econômico entre as regiões.

Mas, de forma percentual, podemos classificá-los desta forma: a África subsaariana concentra quase 70% do PIB do continente, a SADC concentra quase 33% do PIB e a região da África do Norte concentra a menor parcela, quase 31%, mesmo não estando longe da região da SADC. Observe os gráficos.

**Gráfico 1** - PIB das Regiões do Continente Africano em 2012

(Milhões de US\$)

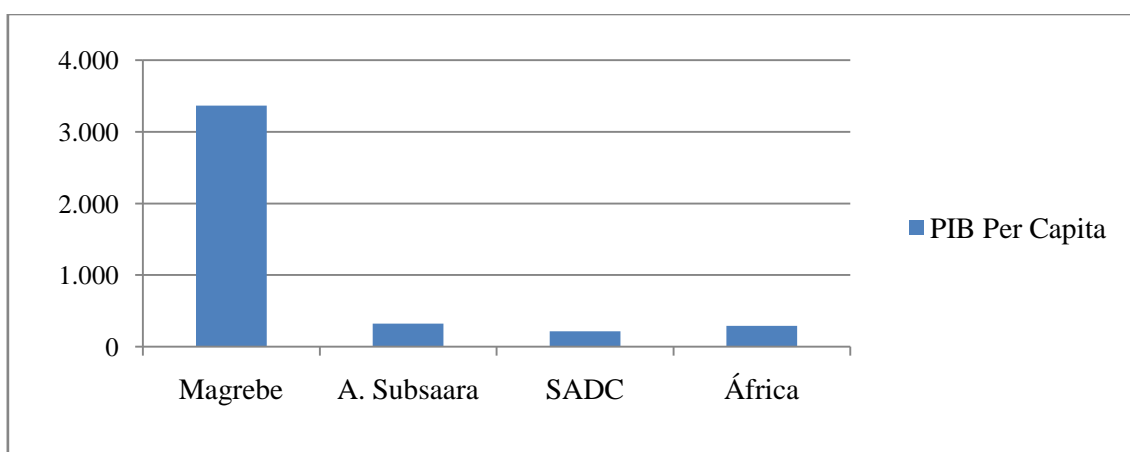


**Fonte:** Estimativas do Autor através dos dados da OCDE e Banco Mundial.

Adentro ao PIB per capita, a região do Magrebe apesar de concentrar uma menor percentagem do produto interno bruto das regiões estudadas, é o que melhor produto per capita aufere. Isso mostra que é a região com a população mais rica do continente. Além do mais, há uma desigualdade grande entre a região do Magrebe com relação às outras regiões. E mesmo a média da África não se aproxima a esta região.

Em suma, é necessário que os governos das outras regiões continuem a fortalecer as suas políticas econômicas com o propósito de eliminar as assimetrias dessas regiões com o objetivo de fortalecer a África como um todo.

**Gráfico 2 - PIB Per Capita das Regiões da África em 2012**



**Fonte:** Estimativas do Autor através dos dados da OCDE e Banco Mundial.

**Obs:** o meu objetivo no gráfico não é mostrar a elevada diferença das regiões, mas através dos mesmos, mostrar existência de desigualdades.

### 1.2.2 Desigualdades regionais na África: análise do IDH

Com relação ao Bem-Estar, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano é uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros fatores para os diversos países do mundo. Além disso, é uma forma padrão de medida e avaliação do bem-estar de uma população, em especial o bem-estar infantil. É usado para distinguir se o país é desenvolvido, em desenvolvimento ou subdesenvolvido, e, portanto, para medir igualmente o impacto de políticas econômicas na qualidade de vida.



Atento aos dados da tabela seguinte sobre o IDH e apesar de algumas regiões não apresentarem dados, os países da OCDE têm os melhores índices de Desenvolvimento Humano de acordo com a classificação regional, e em seguida vêm à região dos Estados Árabes embora estejam incluídos países do médio oriente e alguns da África como Sudão, Somália e Djibuti que normalmente não fazem parte da África do norte.

Esses dados mostram que países da OCDE são mais desenvolvidos que o restante das regiões como os Estados Árabes e África Subsaariana, visto que a média da região da OCDE é de 0.932 (IDH elevado). Mas, a região da África Subsaariana é a pior, com uma média de 0.514 classificados num IDH baixo, apesar de que a região dos Estados Árabes contempla outros países incluídos, mas, que de certa maneira não fugiria a regra atento aos dados tabelados comparando-as com as outras regiões do continente.

Apesar disso, África Subsaariana é uma das regiões se não, a região que mais observou rápidos progressos nas últimas décadas. Entretanto, a convergência dos valores do IDH tornou-se mais pronunciada na última década. Um dos fatores principais é a esperança de vida (PNUD - Relatório de Desenvolvimento Humano, 2013). Conforme o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2013, na África Subsaariana, a esperança de vida estagnou para 49,5 anos entre 1990 e 2000, resultado da pandemia de HIV. No entanto, entre 2000 e 2012, observou-se um aumento de 5,5 anos. Isso mostra que o progresso dos índices é salutar tanto para a região da África Subsaariana e para África em geral. Observe a tabela e o mapa com dados de IDH de 2011 e 2012 das regiões analisadas.

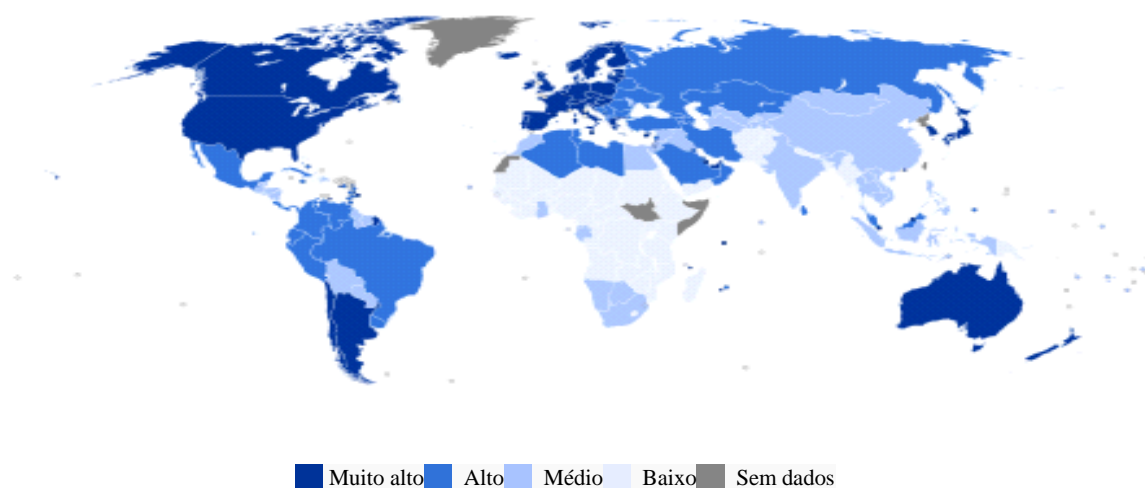
**Tabela 3 – Índice de Desenvolvimento Humano em 2011, por nível e região**

<b>Nível de IDH</b>	<b>IDH</b>
IDH muito elevado	0,889
IDH elevado	0,741
IDH médio	0,630
IDH baixo	0,456
<b>Região</b>	

OCDE	0,932
África	0,578
Estados Árabes	0,719
África Subsaariana	0,514
SADC	0,501

Fonte: PNUD, 2011, 2013.

**Figura 1** – Mapa Mundo do Índice de Desenvolvimento Humano em 2012



Fonte: pt.wikipedia.org. 2013.

Adentro ao IDH para as regiões de África, apesar de um crescimento baixo da sua economia, a região dos Estados Árabes em que a maioria é africana como: Egito, Líbano, Líbia, Sudão, Marrocos, Tunísia, Argélia, Mauritânia, Somália, Djibuti, Comoros e Eritreia, tem um Índice de Desenvolvimento Humano médio de 0.719 e a África a Sul do Saara com índice baixo de 0.466 de média.

Entretanto, apesar do fraco progresso influenciado provavelmente pela chamada “Primavera Árabe”, ainda continua mantendo indicadores diferenciados com relação à região da África Subsaariana, mostrando-se assim a região mais desenvolvida do continente. Portanto, estes dados mostram algumas desigualdades marcantes no continente.

De forma geral, a região com indicador de crescimento com grandes avanços é a região da África Subsaariana como se afirma mais acima, ou seja, é uma das regiões, se não a região, que mais observou progressos rápidos de crescimento nas últimas décadas, porém, ainda indica dificuldades de desenvolvimento econômico e humano. A região da África do Norte está melhor em termos de bem-estar social.

Deve-se ter como objetivo aqui criar políticas fiáveis com vistas à eliminação de assimetrias ou desigualdades regiões e/ou entre países do continente africano. Por via disso, as regiões do continente devem estar mais homogêneas e devem partilhar mais experiências no campo da ciência, política, economia, cultura entre outras, de forma a se tornar uno - continente e indivisível.

**Tabela 4** – Índice de Desenvolvimento Humano em 2012, por Nível e Região na África

Nível de IDH	IDH	Esperança de vida a nascença	Nível de alfabetização	Proporção de estud. matric. no sistema de ensino
IDH muito elevado	0.905	80,1	-	92,5
IDH elevado	0.758	73,4	94,1	82,4
IDH médio	0.640	69,9	80	63,3
IDH baixo	0.466	59,1	47,7	47,6
<b>Região</b>				
África	0.578	-	-	-
Estados Árabes	0.719	68,5	71,2	66,2
Áfric. Subsaariana	0.514	51,5	62,9	53,5
SADC	0.501	-	-	-

**Fonte:** ISCTE.PT *apud* Human development Report2009 (PNUD). Relatório do PNUD, 2013. Banco Mundial, 2013.

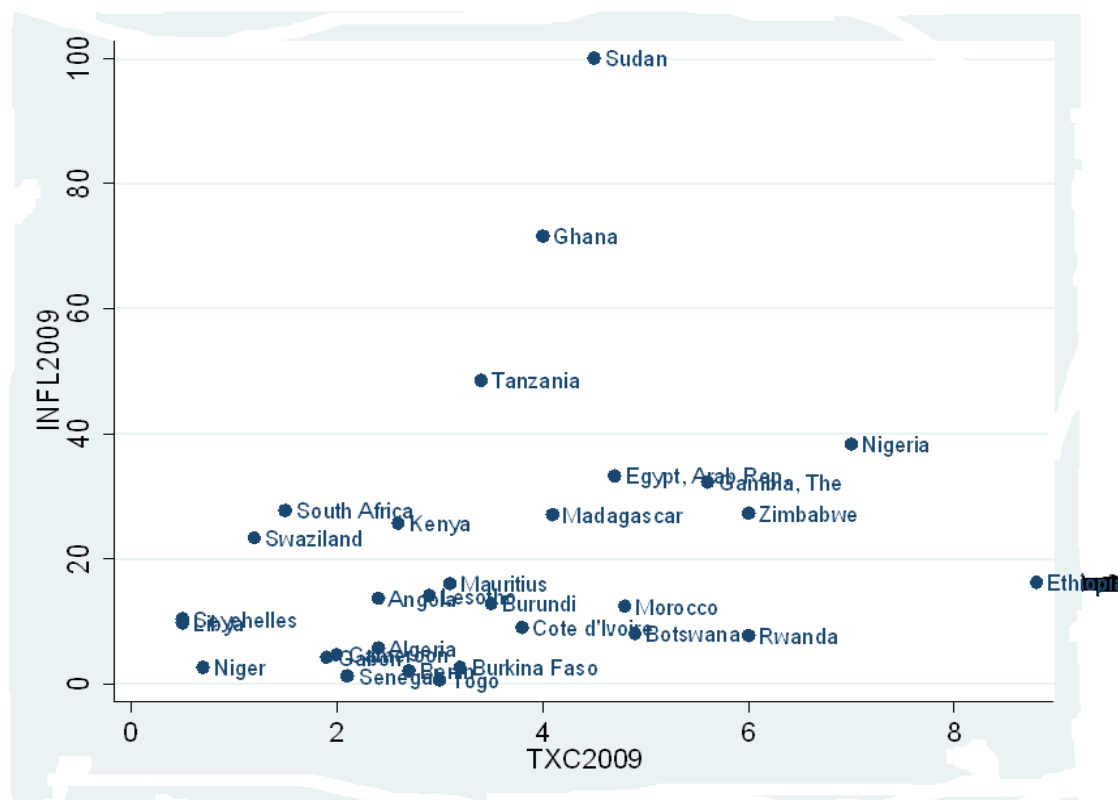
**Nota:** Os dados sobre alfabetização, estudantes matriculados e PIB per capita são de 2007.

### 1.3 Classificação e agrupamento dos países da África a partir de dados socioeconômicos: uma análise de cluster

Em alguns casos sabe-se que muito dos dados ligados ao continente africano são indicadores basicamente aproximados ou semelhantes, atendendo a sua estrutura social e econômica imposta ou influenciada pelo poder colonial. Daí procurou-se buscar e analisar alguns indicadores econômicos e sociais através da base de dados do Banco Mundial e da Perspectiva Econômica em África.

Por conseguinte, o objetivo é identificar, através de gráficos e da análise de Cluster, grupos de países homogêneos ou semelhantes referentes a variáveis estudadas como, pobreza, crescimento, taxa de inflação, índice de Gini, Indicador de Corrupção e índice de violência. A metodologia descritiva foi o método usado para apurar os dados, utilizando a ferramenta do programa *Stata*. Observe em anexo os critérios de medição, significados, fontes das variáveis, dendrograma gerado pela análise de Cluster e mapas.

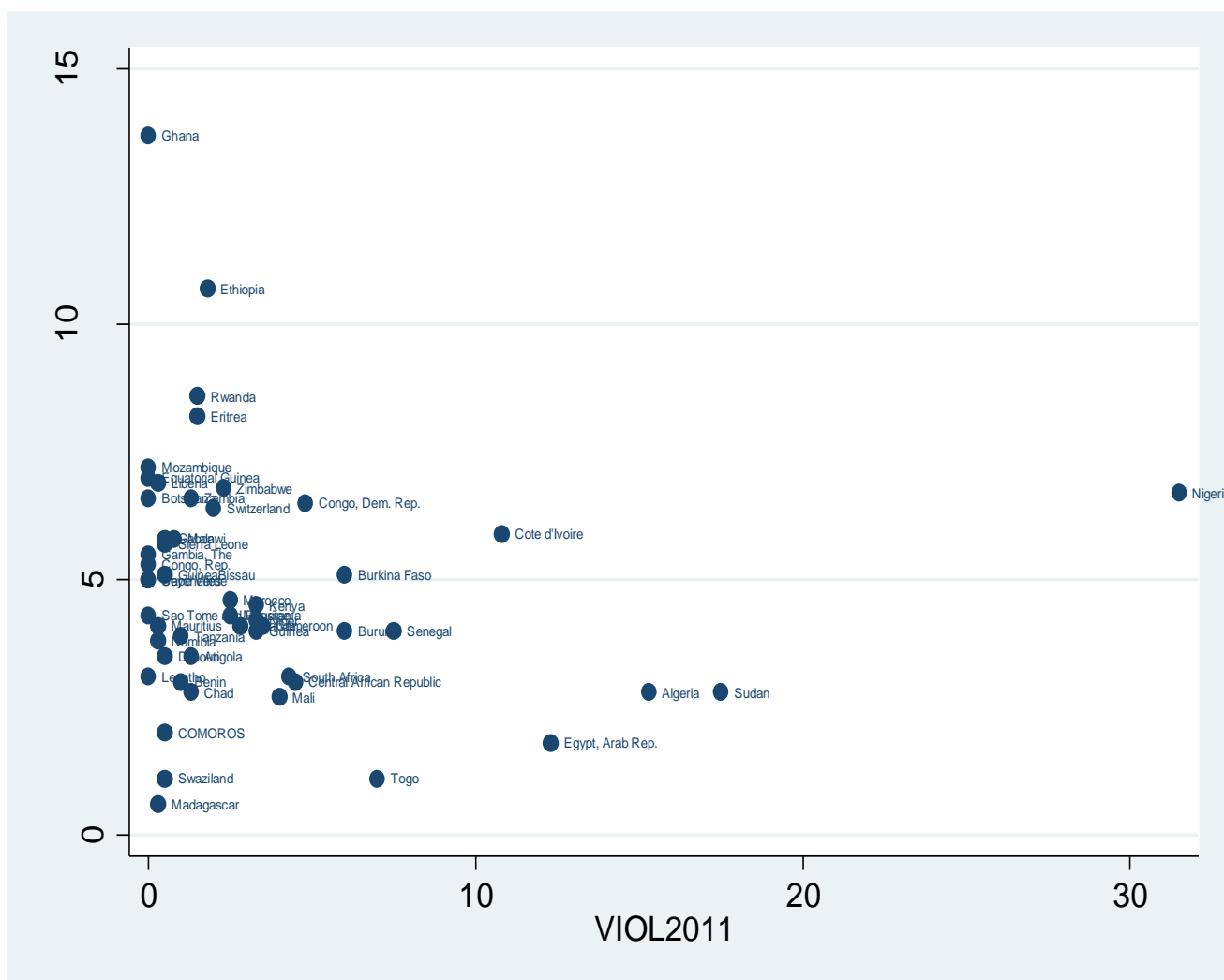
**Gráfico 3** - Gráfico de dispersão entre a Inflação e a Taxa de Crescimento



**Fonte:** elaborado pelo Autor e pelo Prof. Henrique da Universidade Federal de Uberlândia através dos dados do Banco Mundial e da Perspectiva econômica em África. Programa Sata.

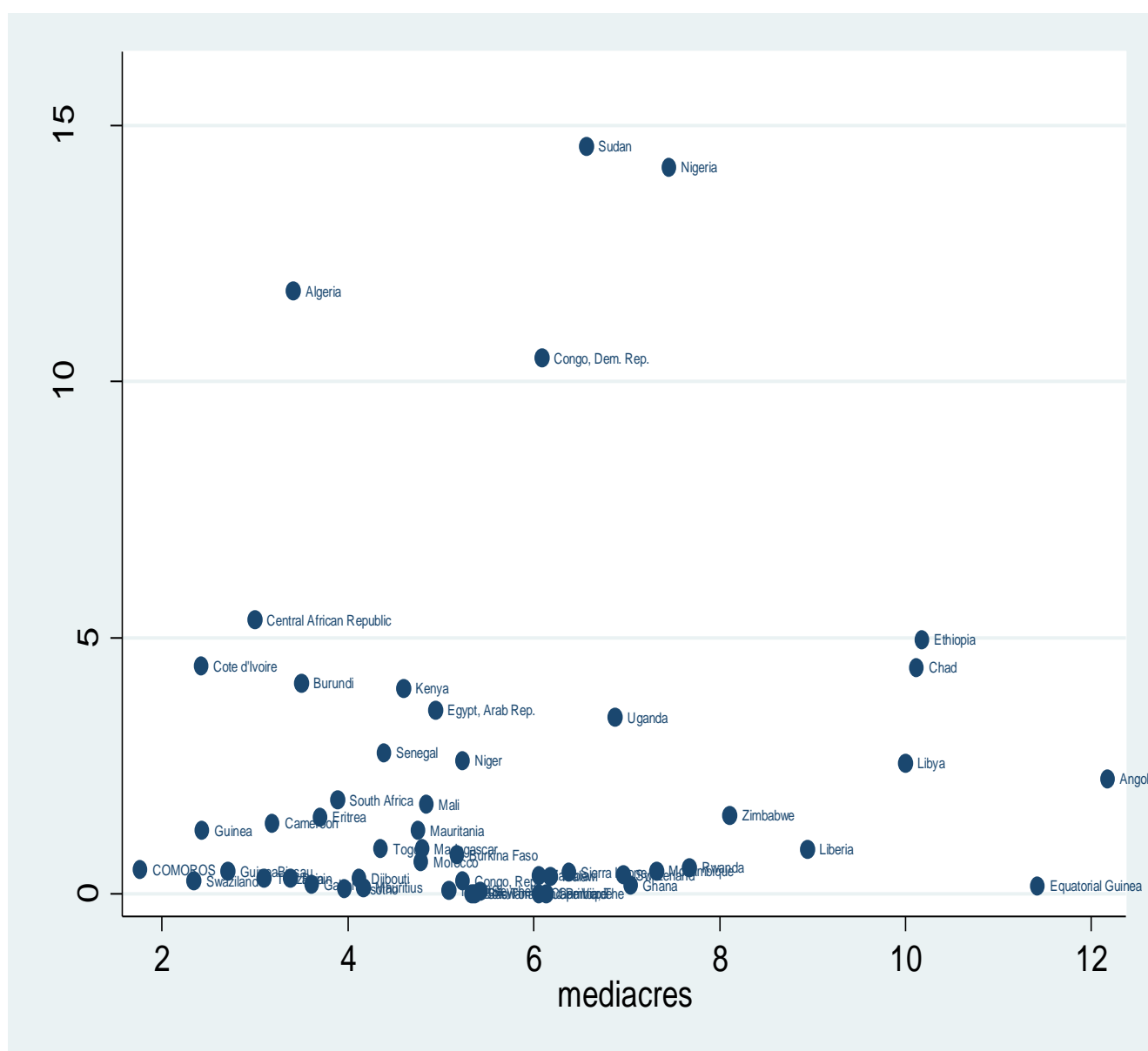
Este gráfico de dispersão mostra como alguns países se encontram dispersos com relação às variáveis taxa de crescimento e inflação. Observando o gráfico, nota-se que alguns países do continente africano tiveram altas taxas de crescimento acima de 4% e ao mesmo tempo altas taxas de inflação. As economias destes países não tiveram grandes reflexos na diminuição da inflação, como exemplo, o Sudão, Gana entre outros. Porém, grupos de países como Angola, Lesoto, Maurícias, Burundi, assumem valores moderados de menos de 20%. O país mais bem enquadrado é o Ruanda com altas taxas de crescimento e praticamente baixas taxas de inflação comparando com os outros. Em geral, se verifica uma ligeira dispersão entre os países em torno das variáveis.

**Gráfico 4 – Correlação entre a Taxa de Crescimento e Violência Pública**



Os dados do Gráfico mostram que existe um coeficiente de correlação entre “taxa de crescimento e índice de violência”. Alguns países tiveram coeficientes baixos sobre os indicadores de violência pública em 2011 e taxas de crescimentos compensatórios, com exceção da Nigéria, Cote D’voire, Egito, Argélia, Sudão, embora Nigéria obtivesse um crescimento elevada. A violência dos países da África do Norte, da Nigéria entre outras já é conhecido para muitos. Por fim, a taxa de crescimento destes últimos citados não está correlacionada com a violência, ou seja, na maioria destes países a violência pública poderá estar a afetar o crescimento da economia.

**Gráfico 5 – Médiaentre a Violência Pública e a Taxa de Crescimento**





**Tabela 5** – Composição da SADC

<b>Países da SADC</b>	<b>Capital</b>	<b>Área (Mil Km2)</b>	<b>População (Milhões de hab.)</b>	<b>PIB (Milhões de US\$)</b>	<b>PIB p/Cap. (US\$)</b>	<b>Cresc. Anual do PIB %</b>	<b>IDH</b>
Angola	Luanda	1.247	17.992	114.197	5.485	6,8	0,508
África do Sul	Pretoria	1.219	50.586	384.312	7.508	2,5	0,629
Botsuana	Gaborone	582	2.025	14.410	7.191	4,2	0,634
I.Maurícia	Port Louis	2	1.291	10.492	8.124	3,2	0,418
Lesoto	Maseru	30	1.879	2.447	1.193	4,0	0,461
Madagascar	Antananarivo	587	20.696	9.975	447	3,1	0,483
Malaui	Lilongwe	118	14.389	4.263	268	1,9	0,418
Moçambique	Maputo	799	20.579	14.587	579	7,4	0,327
Namíbia	Windhoek	826	2.105	13.072	5.786	5	0,608
R. D. Congo	Kinshasa	2.344	75.259	17.869	315	7,2	0,304
Seicheles	Vitoria	0,45	87	1.032	11.758	2,8	0,806
Suazilândia	Lobamba	17	1.080	3.746	3.044	-1,5	0,608
Tanzânia	Dar es Salaam	945	50.586	28.248	609	6,9	0,476
Zâmbia	Lusaka	753	13.459	20.678	1.469	7,3	0,448
Zimbábue	Harare	391	12.754	10.813	788	4,4	0,397
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>9.143</b>	<b>284.768</b>	<b>650.148</b>	<b>2,283</b>	<b>4,34</b>	<b>0,501</b>

**Fonte:** Banco Mundial, 2012. PNUD, 2012.

**Nota:** os dados sobre a extensão e população foram recolhidos do sitio da SADC. A maioria das estimativas sobre a população, os países afirmam que são do ultimo censo. O site está atualizado desde 2012. O IDH é do relatório de 2013, mas os dados são de 2012.



Acadêmicos afirmam que a região da SADC enfrenta sérios desafios para estabelecer um bloco regional viável, dadas as suas disparidades econômicas. As economias dos países da região são estruturalmente variadas e estão em variados estágios de desenvolvimento. Além do mais, o PIB da África do Sul de cerca de US\$ 384 bilhões, é praticamente maior do que a soma do PIB de todos os outros países da região da SADC. Isso mostra o desequilíbrio existente na região.

O segundo maior país da região em termos de crescimento do produto é Angola com cerca de US\$ 114 bilhões, mas mesmo assim o PIB da África do Sul é quase 4 vezes maior que o PIB da segunda economia da SADC. Os restantes dos países não passam dos US\$ 30 bilhões, demonstrando uma diferença enorme na região. As piores economias da região são: a I. Seicheles com cerca de US\$ 1 bilhão e Lesoto com cerca de US\$ 2 bilhões.

O peso da contribuição da economia da África do Sul no PIB da região em 2012 é de quase 60%, sendo que Angola contribuiu com cerca de 18% e, o restante dos países não passam dos 4%. Observe a tabela.

**Tabela 6 – Peso Percentual da Contribuição do PIB para a Região da SADC**

<b>Países da SADC</b>	<b>PIB (Milhões de US\$)</b>	<b>%</b>	<b>PIB Per Capita (US\$)</b>	<b>IDH</b>
Angola	114.197	18	5,485	0,508
África do Sul	384.312	59	7,508	0,629
Botsuana	14.410	2	7,191	0,634
I.Maurícia	10.492	2	8,124	0,418
Lesoto	2.447	0	1,193	0,461
Madagascar	9.975	2	447	0,483
Malawi	4.263	1	268	0,418
Moçambique	14.587	2	579	0,327
Namíbia	13.072	2	5,786	0,608
R. D. Congo	17.869	3	315	0,304

Seicheles	1.032	0	11,758	0,806
Suazilândia	3.746	1	3,044	0,608
Tanzânia	28.248	4	609	0,476
Zâmbia	20.678	3	1,469	0,448
Zimbábue	10.813	2	788	0,397
<b>Total</b>	<b>650.148</b>	<b>100</b>	<b>2,283</b>	<b>0,501</b>

**Fonte:** Cálculos do Autor com base nos dados do Banco Mundial, 2012.

Com relação ao produto por pessoa, apesar de alguns países da região apresentar economias muito pequenas são os que melhores PIB per capita apresentam, ou seja, mesmo com crescimento econômico baixo, auferem produtos por pessoa próximo ou melhores do os países com melhores economias da região. Um exemplo claro é a I. Maurícias com uma economia de cerca de US\$10 bilhões e um PIB per capita de quase 8 mil dólares norte americanos.

De forma geral já se verifica praticamente um equilíbrio em termos do PIB per capita entre os países, embora uns ainda estejam muito longe de atingirem valores próximos ou iguais a de países com produtos maiores. Exemplo: Malawi com uma economia de US\$ 4 bilhões e um produto per capita de 268 dólares americanos, o valor mais baixo da região. A seguir vem a República Democrática do Congo, pelo que se vê, é o maior país da região com uma área de cerca de 2,345km<sup>2</sup>, uma população com mais de 75 milhões de habitantes, um peso do PIB de 3%, figurando na lista dos piores países com Índice de Desenvolvimento Humano, muito abaixo na SADC, África e no mundo.

A África do Sul e Angola são as melhores economias, mas a média do PIB por pessoa desses dois países ainda é muito indesejável, comparando-as com as outras economias da região com economias menores.

Em relação ao IDH, observando o nível de IDH classificado na tabela 6, podemos perceber que praticamente todos os países da região estão num Índice de Desenvolvimento Humano Baixo, com exceção a Maurícias e I, Seicheles com IDH elevados, embora a Seicheles não configure de forma efetiva desde 2011 nas estratégias da organização, ou seja, está suspensa.

África do Sul, com melhor economia da região, Angola, o Botsuana e a Namíbia se enquadram num IDH médio. Como visto, a restante maioria dos países está com indicadores baixos, sendo que a República Democrática do Congo é das piores.

Assim, podemos observar que, em termos de produto e de IDH, os países da SADC são muito heterogêneos e há grandes disparidades. Alguns países da região apresentam também os piores Produtos por pessoa e Índices de Desenvolvimento Humano do continente e do mundo.

**Tabela 7 – IDH dos Países da Região da SADC**

<b>Países</b>	<b>Índice de Desenvolvimento Humano Alto (0.758)</b>
I. Maurícias	0.737
<b>Índice de Desenvolvimento Humano Médio (0.640)</b>	
África do Sul	0.629
Botsuana	0.634
<b>Índice de Desenvolvimento Humano Baixo (0.466)</b>	
Lesoto	0.461
Madagascar	0.483
Malaui	0.418
Moçambique	0.327
R. D. Congo	0.304
Tanzânia	0.476
Suazilândia	0.536
Zâmbia	0.448
Zimbábue	0.397

**Fonte:** Elaboração do Autor através dos dados do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano de 2013 (PNUD). **Nota:** a Ilha Seicheles está suspensa desde 2011 na Organização da SADC.

Resumindo, as regiões do continente devem melhorar o seu desempenho econômico com a finalidade de eliminar incipientes indicadores econômicos que ainda se verificam nos dias de hoje. Entretanto, a região da SADC não foge a regra com relação às assimetrias que se verificam entre os países da mesma região atendendo os contrastes em termos de PIB, PIB per capita e IDH. Por vias disso, é importante que as regiões do continente e inter-regional façam esforços para melhorar esses e outros indicadores econômicos e sociais para que se evite sobre tudo, criar sobressaltos na economia e bem-estar das regiões ou países do continente.

### **1.5 Crescimento Econômico, Comércio Exterior e Integração Regional: Angola no contexto mundial e africano**

Classificando primeiramente a posição econômica de Angola no contexto mundial, nota-se que é uma das economias do mundo que mais vem crescendo nas últimas décadas, influenciado pelo forte desempenho do setor mineiro: o petróleo vem contribuindo com quase 50% no crescimento do Produto Interno Bruto. Mas relembremos que o peso deste setor já foi mais que isso, ou seja, alcançando assim mais de 70% de seu peso na contribuição das contas nacionais em anos anteriores.

Portanto, o posicionamento de Angola no mundo advém, entre outros fatores, do forte crescimento na procura do petróleo bruto que impactou no aumento do preço do barril influenciado por fatores externos da cooperação com a República Popular da China, das sucessivas crises internacionais que impactaram no crescimento das maiores economias do mundo, com principal ênfase “a mãe das crises que atingiu o seu clímax em 2008”, de estrangulamentos políticos a nível mundial com o exemplo da guerra dos Estados Unidos e seus parceiros contra o Iraque comandado pelo ex-presidente americano G. Bush e pelo fim da guerra civil em Angola. A tabela 1 mostra-nos a evolução do posicionamento do crescimento econômico de Angola no contexto internacional.

**Tabela 8** – Posição do crescimento de Angola no contexto internacional

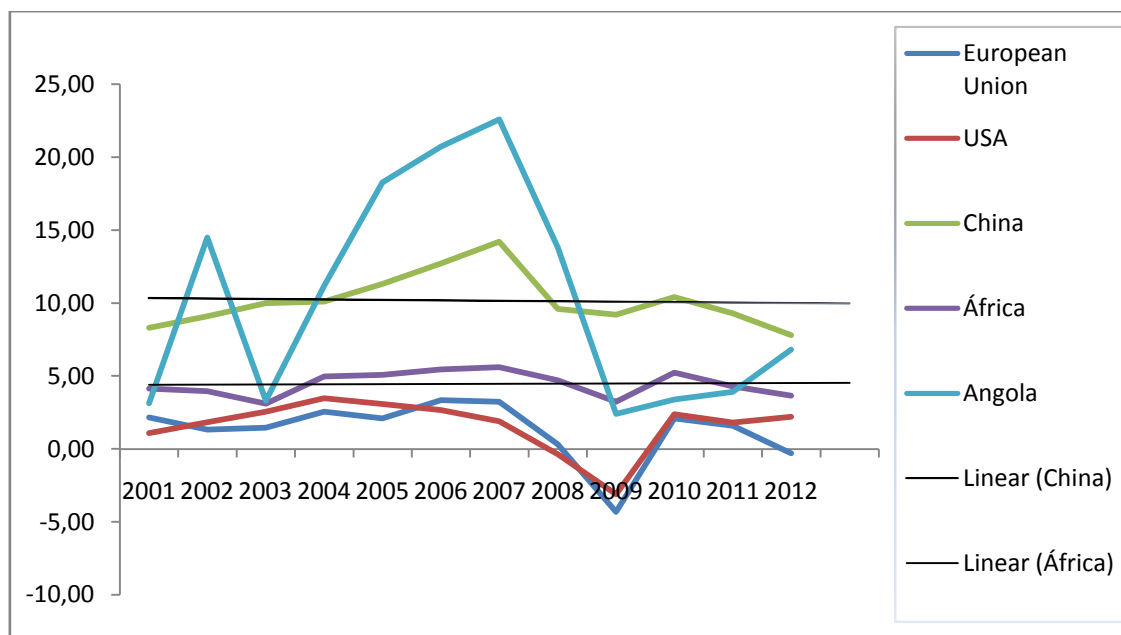
<b>Regiões</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
EuropeanUnion	3,83	2,15	1,32	1,46	2,57	2,11	3,35	3,24	0,33	-4,31	2,11	1,59	-0,29
USA	4,17	1,09	1,83	2,55	3,48	3,08	2,66	1,91	-0,36	-3,11	2,38	1,80	2,21
China	8,4	8,3	9,1	10	10,1	11,3	12,7	14,2	9,6	9,2	10,4	9,3	7,8
África	3,13	4,13	3,96	3,10	4,97	5,08	5,46	5,62	4,71	3,23	5,24	4,29	3,65
Angola	<b>3,01</b>	<b>3,14</b>	<b>14,49</b>	<b>3,31</b>	<b>11,18</b>	<b>18,26</b>	<b>20,74</b>	<b>22,59</b>	<b>13,82</b>	<b>2,41</b>	<b>3,41</b>	<b>3,92</b>	<b>6,83</b>

**Fonte:** Cálculos do Autor com base nos dados do Banco Mundial.

Angola começou a mostrar evidências de elevados índices de crescimento em 2002, atingindo um *boom* econômico praticamente nos anos de 2005, 2006 e 2007. Mas os dados da tabela mostram que foi no desenrolar da crise de 2008 e dos baixos índices do preço do petróleo que Angola sofreu alguns efeitos cíclicos na evolução da sua economia, perdendo assim, após 2008, posições com o conjunto da África e a China que pelos vistos, veio sempre se mantendo numa tendência de crescimento praticamente estável e sem grandes vulnerabilidades de choques externos a sua economia. Em 2012, apesar de que o crescimento econômico de Angola atingiu 6,83%, não tendo ultrapassado o da China (7,8%), verificou melhor *performance* com relação aos três anos passados, ou seja, crescendo praticamente uma vez mais com relação aos outros anos.

De forma geral, no cômputo destas economias, percebe-se que Angola obteve bons indicadores, embora de forma oscilante, tendo atingido melhor *performance* de 23% em 2007, um ano antes do eclodir da crise econômica mundial nos Estados Unidos da América. As piores performances foram as das economias da União Européia e da América do Norte, como atestam os valores principalmente dos anos de 2008 a 2012.

**Gráfico 6** – Evolução do crescimento econômico de Angola e as tendências de crescimento das economias do mundo



**Fonte:** Projeção do Autor através dos dados do Banco Mundial, 2013.

A China e o conjunto da África tiveram uma tendência de crescimento econômico sem muitos desequilíbrios cíclicos, face às várias situações de crises.

Atento a estas evidências e outras já explicadas acima tornou o governo angolano mais expectante nesta altura (em meados de 2008 em diante) no que se refere à prevenção de novas situações através de políticas de contenção de gastos, criando assim alguns efeitos desequilibrados nos projetos socioeconômicos de curto e médio prazo.

Todas essas ações detalhadas e outras não detalhadas acima não só fizeram com que Angola estivesse na linha dos países que mais crescem como também acabaram tendo outros contornos que fizeram com que essas ações pudessem criar continuidades de interesses de desenvolvimento econômico do país em vários campos, pese embora houvesse contenção dos gastos fiscais numa dada altura. Adentrando para Angola, este país é um dos poucos países do continente africano que muito se vem comentando através de seus indicadores de crescimento econômico. Este fato reitera a apreciação de várias potências em nível internacional sobre o comportamento da sua economia de forma vantajosa em nível continental.

Adentrando na África, de acordo com Alves da Rocha (2011. p. 206 *apud* EIU – Economist Intelligence Unit), “consideram-se condições vantajosas de Angola no contexto africano no que se refere a tendência de se tornar numa potência regional no continente”. Ainda segundo o artigo, desde logo, na região central do continente, integrada na Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC), onde são localizados ou integrados outras potências produtoras de petróleo do continente. “O peso econômico de Angola, advém do intenso crescimento econômico conseguido e do processo de estabilização macroeconômica” com o apoio do Fundo Monetário Internacional – FMI, nestes últimos anos.

Na África Subsaariana e conseqüentemente na África Austral, já se pode perceber alguma posição dominante de Angola, e é evidente que, obedecendo ou não a uma visão estratégica cogitada pelo estado, poderá vir a competir à excessiva hegemonia reconhecida à África do Sul e à Nigéria na África subsaariana, primeiro por dois fatores internos dos países citados, como: os excessivos conflitos grevistas na África do Sul e o conflito sócio religiosos na Nigéria e entre outros, que por sua vez têm criando transtornos no funcionamento político-econômico destas principais potências da região ao sul do Saara.

Além dos transtornos na Nigéria e na África do Sul, podemos deixar aqui também um recorte sobre a região do Magrebe no norte de África, onde estão inseridas também as fortes economias do continente a par das já citadas, com potencialidades econômicas de longas datas e conseqüente volume de produção de petróleo, como o caso, por exemplo, da Líbia.

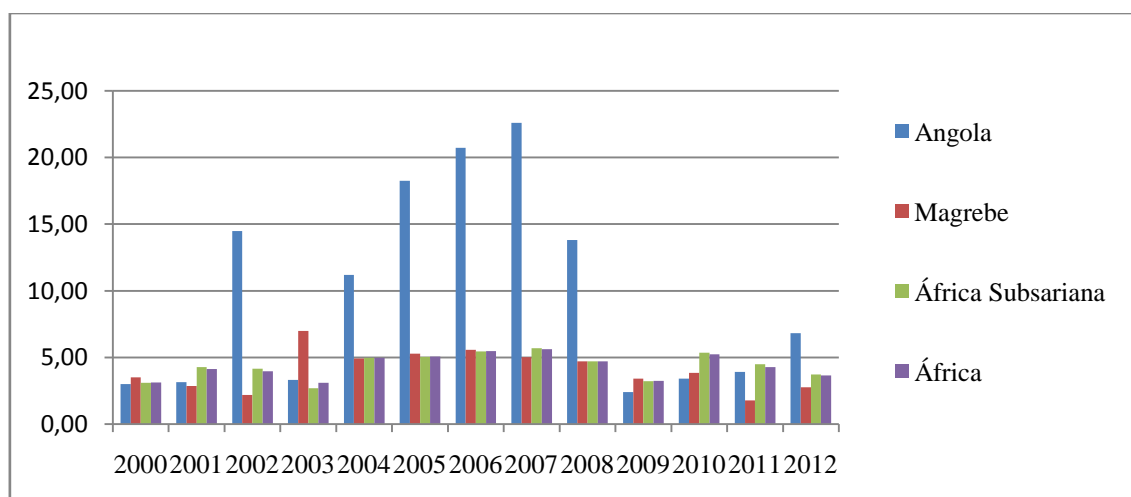
Contudo, a chamada “Primavera Árabe” que se deu nos últimos anos, veio “deitar em água abaixo” ou desestabilizar o crescimento econômico dessas economias, propiciando ainda mais a economia angolana o alcance de posições hegemônicas e político-militar no continente africano (ALVES DA ROCHA, 2011. p. 206 *apud* EIU – Economist Intelligence Unit). Os dados recolhidos através da base de dados do Banco Mundial irão ilustrar esse posicionamento:

**Tabela 9** – Posição do crescimento econômico de Angola no contexto africano

(em percentagem)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
<b>Angola</b>	<b>3,01</b>	<b>3,14</b>	<b>14,49</b>	<b>3,31</b>	<b>11,18</b>	<b>18,26</b>	<b>20,74</b>	<b>22,59</b>	<b>13,82</b>	<b>2,41</b>	<b>3,41</b>	<b>3,92</b>	<b>6,83</b>
<b>Magrebe</b>	3,51	2,86	2,18	6,99	4,92	5,29	5,57	5,03	4,71	3,40	3,85	1,79	2,76
<b>Sul Saara</b>	3,09	4,27	4,15	2,68	4,98	5,05	5,45	5,68	4,71	3,22	5,35	4,49	3,73
<b>África</b>	3,13	4,13	3,96	3,10	4,97	5,08	5,46	5,62	4,71	3,23	5,24	4,29	3,65

**Fonte:** Cálculos do Autor com base nos dados do Banco Mundial, 2013.

**Gráfico 7** – Evolução do crescimento econômico de Angola no contexto africano

**Fonte:** Cálculos do Autor com base nos dados do Banco Mundial, 2013.

Adentrando a região da África Austral, Alves da Rocha (2009, p.1) afirma que “a SADC é uma região muito heterogênea e que os países que a integram estão em estádios diferentes de desenvolvimento e com dinâmicas diferenciadas de crescimento”.

Estes fatos têm colocado a Angola desafios sérios, atendendo à circunstância que durante 27 anos depois da independência o país ter estado numa situação de conflito militar interno permanente, com destruição de grande parte das infraestruturas econômicas e sociais (ALVES DA ROCHA, 2009). Por conseguinte, Angola é um dos países da região da SADC que nos últimos anos tem vindo a mostrar indícios de



crescimento econômico muito acelerado, mostrando desta forma, bons indicadores de crescimento econômico e mero aumento do seu posicionamento na região.

Segundo *informações jornalísticas e ministeriais* sobre a evolução do crescimento econômico de Angola, além do fim do conflito armado e o forte desempenho do setor petrolífero como os fundamentais, Angola têm também outros fatores primordiais de influências de crescimento econômico como, por exemplo: 1) A estabilidade política como mudança social; 2) A estabilidade macroeconômica e diversificação da economia; 3) Busca de *Know How* (cooperação) e capacitação do quadro humano; 4) A crescente oferta através dos investimentos diretos e indiretos na indústria petrolífera e a conseqüente descoberta de novos blocos de exploração como também, a procura do mesmo a nível internacional, entre outros fatores (BNA, MINPLAN, MINECON, TPA).

Portanto, se quisermos eliminar a importância dos outros fatores de estabilidade econômica e de influências ao crescimento econômico de Angola, ainda é visível a forte contribuição do setor petrolífero até aos dias de hoje ao crescimento da economia e, que, por conseguinte, tem vindo a aumentar a sua oferta em nível internacional, fazendo com que as taxas reais do PIB cresçam e, que, por sua vez, influencie o seu posicionamento na região.

Mais abaixo vamos mostrar a evolução crescente da produção do setor mineiro no crescimento da economia de Angola antes da crise financeira de 2008. O gráfico abaixo mostra também o quão o setor mineiro, com ênfase ao setor petrolífero, influenciou bastante na taxa de crescimento do PIB em Angola.

**Tabela 10 - Produção do Setor Mineiro Base**

<b>Indicadores</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
Petróleo Bruto (Mil Bbl/dia)	989,02	1.246,28	1.409,90	1.697,33
Diamantes (Mil quilates)	6.265,8	6.770,8	9.269,9	9.701,7

**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados do MINPLAN, 2011.

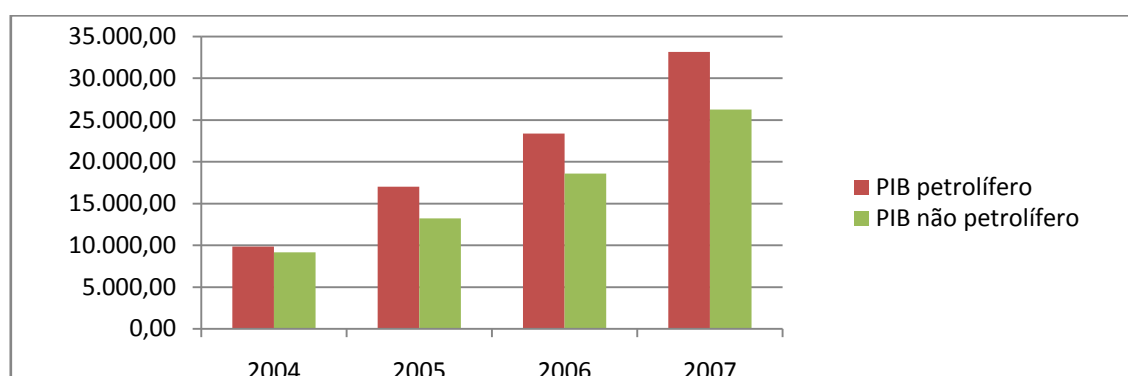
**Tabela 11 - Principais Indicadores Econômicos**

(Milhões de USD)

<b>Indicadores</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
PIB petrolífero	<b>9.855,6</b>	<b>17.038,9</b>	<b>23.382,7</b>	<b>33.173,3</b>
PIB não petrolífero	9.150,5	13.232,6	18.598,2	26.274,9

**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados do MINPLAN, 2011.**Gráfico 8 – Evolução dos Principais Indicadores Econômicos**

(Milhões de USD)

**Fonte:** Elaboração Própria a partir dos dados do MINPLAN, 2011.

Adentro a balança comercial de Angola (importações/exportações), boa parte do peso do PIB de Angola vem das exportações. O peso das exportações líquidas no PIB é praticamente estável: através disso pode-se dizer que o setor externo têm tido grande importância para a economia de Angola, principalmente com o aparecimento das trocas comerciais com a China nos últimos tempos. Observe os gráficos seguintes. Um estudo africano recente mostra que o PIB petrolífero ainda tem grande influência sobre o PIB total do país, ou seja, 48% do Produto Interno Bruto de Angola ainda é arcada pelo setor mineiro, embora o setor diamantífero ofereça 1% (PERSPECTIVAS ECONÔMICAS EM ÁFRICA-PEA, 2011).

**Tabela 12** - Exportações de mercadorias por destino (países, em % do total)

<b>Países/Exportações</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
África do Sul	3,1	2,6	4,2
Canadá	5,8	8,7	5
China	42,8	37,7	49,6
E.U.A	18,1	15,9	8,7
França	3,7	3,2	1,6
Índia	10,1	10,7	10,1
Portugal	1,8	2,4	2,5
Taiwan	4,8	8,8	6,1
Outros	9,8	10,6	12,2
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do banco de Portugal.

**Nota:** apenas exportação de petróleo Bruto.

**Tabela 13** - Importações de mercadorias por origem (países, em % do total)

<b>Países/Importações</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
África do Sul	4,0	3,8	3,8
Bélgica	7,3	6,0	6,7
Brasil	5,1	4,2	4,4
China	8,5	7,6	9,2
E.U.A	7,4	8,2	5,5
Portugal	14,5	15,4	16,4
Reino Unido	5,1	2,9	2,4
Outros	48,1	52	51,7
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do banco de Portugal.

**Tabela 14** - Peso das Exportações Líquidas no PIB de Angola

<b>Balança Comercial (<i>em percentagem do PIB</i>)</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
<b>Total</b>	41,2	45,2	41,7

**Fonte:** Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do banco de Portugal.

Chamo atenção ao seguinte: se tivermos que analisar os vários indicadores fornecidos por algumas instituições de renome como é o caso do Banco Mundial, percebe-se que em termos de Produto Interno Bruto a preços correntes ou em valores absolutos, Angola perde para poucos países da região, como exemplo base, a África do Sul. Mas se analisarmos do ponto de vista do PIB em termos de taxa real de crescimento, embora com algumas flutuações cíclicas ao longo destes últimos 3 ou 4 anos, isto é, analisando a um horizonte temporal de 2008 a 2011 influenciado pelo fenómeno crise, vamos notar que Angola soma ponto com relação as suas principais concorrentes, como o Malauí, Moçambique e Tanzânia.

As exportações e importações de Angola concentram-se fora da região da SADC, isto é, ela está mais concentrada na China e nos Estados Unidos da América (nas Exportações), Portugal e China (nas Importações).

Os indicadores da próxima tabela vão ilustrar-nos esse posicionamento da taxa real de crescimento do PIB antes e depois da crise de 2008, suas flutuações, para que fique mais evidente a nossa discussão anterior.

**Tabela 15** – Posição de Angola e a taxa de crescimento do PIB real dos países da SADC, antes e após a Crise Financeira Internacional á partir de 2006 a 2010

Antes da crise				A	Após a crise		B	Diferencial de cresci. î(B-A)
Países da SADC	2006	07	08	Média 06-08	2009	10	Média 09-10	
Angola	19,5	23,9	2,4	15,2	2,4	3,4	2,9	-12,3
Malauí	7,7	5,8	8,6	7,4	7,6	6,6	7,1	-0,3
Moçambique	8,7	7,3	6,8	7,6	6,3	7,0	6,7	-1,0
Tanzânia	7,0	6,9	7,3	7,1	6,7	6,5	6,6	-0,5
Madagáscar	5,0	6,2	7,1	6,1	-3,7	-2,0	-2,9	-9,0
Lesoto	4,7	4,5	4,7	4,6	3,0	2,4	2,7	-1,9
I. Maurícias	4,5	5,9	5,5	5,3	3,0	4,0	3,5	-1,8
Botsuana	5,1	4,8	3,1	4,3	-3,7	8,6	2,5	-1,9
Namíbia	7,1	5,4	4,3	5,6	-0,8	4,4	1,8	-3,8
R.D. Congo	5,6	6,3	6,2	6,0	2,8	7,2	5,0	-1,0
I. Seychelles	6,4	9,6	-1,3	4,9	0,7	6,2	3,5	-1,5
Suazilândia	2,9	2,8	3,1	2,9	1,2	2,0	1,6	-1,3
África do Sul	5,6	5,6	3,6	4,9	-1,7	2,8	0,6	-4,4
Zâmbia	6,2	6,2	5,7	6,0	6,4	7,6	7,0	1,0
Zimbábue	-3,5	-3,7	-17,7	-8,3	6,0	9,0	7,51	15,8

**Fonte:**Elaboração própria a partir dos dados do FMI, World Economic Outlook Database, Abril-2011.

Este quadro demarca a idéia que viemos argumentando. Ora para ficar mais claro a análise, visto que se quer demonstrar também a influência da crise financeira aos indicadores tabelados, buscaram-se os dados e anos que demarcam com maior evidência o crescimento antes e após crise.

Atento a esta tabela, nota-se que, pese embora Angola tivesse um continuo aumento do seu posicionamento em nível da região, ganhando posição principalmente com as suas concorrentes mais próximas e as demais economias da região, ela sofreu um deslize no seu crescimento, ou seja, ganha posição entre os anos de 2006 a 2008 com uma média de 15,2, mas após a crise financeira estes números decresceram para 2,4 e 3,4 em 2009 e 2010, com uma média de 2,9, perdendo assim posição principalmente com o Malawi, Moçambique e Tanzânia que obtiveram medias de 7,1, 6,7 e 6,6.

Nesta altura o mercado petrolífero estava em crise, isto é, os preços do petróleo estavam muito baixos, caindo por de US\$ 108 para cerca de US\$ 40, o que influenciou no decréscimo do PIB e no reajuste do Governo de Angola no seu Orçamento Geral de 2009 para um preço médio de referência de US\$ 55 (MINPLAN, 2009). Atento as flutuações, Angola teve que evidenciar esforços para manter a sua posição de crescimento entre os melhores.

### **1.6 - Integração Econômica e Comércio Exterior: Angola na África e na SADC**

Segundo Murapa (2003), “a integração regional refere-se ao movimento para estabelecer ligações entre e em meio a um grupo de países dentro de um determinado espaço geográfico, motivado pelos interesses comuns e compartilhados para cooperação nas áreas de comércio e outros setores econômicos, com vistas a alcançar uma zona de livre comércio e, subseqüentemente, estabelecer uma união alfandegária” (MURAPA, 2003). Conforme o autor, para haver acordo, cooperação ou integração comum entre os países soberanos é necessário que todos saiam ganhando no acordo, ou seja, é necessário se perceber ganhos coletivos no acordo entre os países integrados. Assim:

“Por todo o mundo, a integração regional está sendo considerada a vanguarda para o desenvolvimento e a sustentabilidade econômica e a estabilidade política. Os Blocos comuns incluem a União Européia (UE), a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS), a Comunidade Africana do Ocidente (EAC), a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), o Mercado

Comum do Cone Sul (Mercosul), a Associação das Nações do Sudoeste Asiático (Asean), e o Fórum de Cooperação Econômica do Pacífico Asiático (Apec)” MURAPA (2003)

Ademais, os países comercializam mais significativamente com seus vizinhos do que com os países distantes. Como tal, para ele, “a pura análise econômica mostra que, com as pré-condições corretas, podem-se esperar benefícios econômicos significativos, potencialmente mensuráveis, com a integração regional”. O benefício fundamental da integração econômica está na utilização de vantagens comparativas de Estados membros. Assim, têm condições de aguardar benefícios econômicos significativos em níveis mais profundos de integração regional.

Discordo em certa medida, quando Murapa (2003) diz que os países comercializam mais com seus vizinhos do que com os países distantes, visto que esse fato não se desenrola nos países da África em particular aos da região da África Austral, caso que ocorre em Angola, visto que as relações de trocas comerciais estão mais voltadas visivelmente aos países do centro.

A África é o continente que apresenta maior número de blocos com interesses de inúmeras iniciativas de construção de uma integração regional forte. Entre elas temos a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC) e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), sendo os principais que Angola faz parte.

O tema da “integração”, na África, “é considerado mais antigo do que a própria” independência” no continente africano, e pode ainda ser tido como um pioneiro nos ensaios integracionistas contemporâneos. No entanto, é bom salientar que, na maioria dos casos, os processos integracionistas em seu conjunto ocorreram durante e após a “era da independência”, ou seja, no início dos anos 1960” (CAMARÁ, 2012). Ademais, o processo de integração econômica foi promovido pelas metrópoles durante a administração colonial e desenvolvido depois da independência pelos dirigentes africanos, por meio de acordos e tratados que visavam a estabelecer um regionalismo aberto (ALÓ FERNANDES, 2007, com base em LECHINI, 2001). Angola também passou por esse fenômeno.

Com a sequência de países africanos a se tornarem independentes, começou a se verificar um conjunto de iniciativas voltadas à unificação e desenvolvimento do

continente, isto é, no início do processo de descolonização, na década de 1960, o estabelecimento de comunidades econômicas sub-regionais foi um componente importante da estratégia de desenvolvimento da África. Nos anos 60 do século XX os estadistas africanos, comprometidos com os processos de independência do continente, criaram em 25 de maio de 1963, em Addis Abeba, capital da Etiópia, a Organização da Unidade Africana (OUA), cujos objetivos principais eram: a cooperação política para lutar contra a ocupação do continente pelos europeus e a cooperação econômica para promover o desenvolvimento do continente (ALÓ FERNANDES, 2007 com base em LECHINI, MOREIRA, 2004), embora, sucedida hoje pela União Africana (UA), devido ao não cumprimento de suas atribuições.

Segundo Camará (2012), hoje existem mais organizações regionais na África do que em qualquer outro continente, e a maioria dos países Africanos está envolvida em várias iniciativas de integração regional (ver Figura 3). Entre os anos 1960 e 1980, tem havido mais de 200 iniciativas de cooperação intergovernamental econômica multissetorial e mais de 120 iniciativas bilaterais ou multinacionais para áreas exclusivas (Camará, 2012 apud ADEJEJI, 2002). Essa adesão ao regionalismo foi parte de uma ampla aspiração de integração do continente, que teve suas raízes no movimento Pan-Africano de valores compartilhados, coletivos, de autossuficiência para o desenvolvimento e independência econômica.

Entre 1960 e 1980, foram criadas várias organizações intergovernamentais de cooperação econômica para promover a cooperação econômica e técnica. Esses acordos regionais africanos, geralmente, tinham os seguintes objetivos: (a) promover o crescimento do comércio intra-regional, eliminando barreiras tarifárias e não-tarifárias; (b) reforçar o desenvolvimento regional, através da promoção de setores econômicos, infraestruturas e grandes projetos no setor da indústria transformadora; (c) eliminar os entraves à livre circulação dos fatores de produção; e (d) promover a cooperação monetária.

Ao mesmo tempo, muitos países africanos tinham regimes comerciais muito intervencionistas e protecionistas, que respondiam a preocupações de ordem orçamental ou à preocupação de proteger a indústria nacional, e que se inscreviam em estratégias de industrialização que descansam sobre a substituição das importações.



O Plano de Ação de Lagos, aprovado em abril de 1980, perante a deterioração da situação econômica na África, propunha uma estratégia para comprometer a África perante a via do desenvolvimento sustentável, que era contra a política seguida desde a década 60. O Plano de Ação de Lagos preconizava três objetivos: (a) um crescimento econômico forte e duradouro; (b) a transformação das estruturas econômicas e sociais, e (c) uma base de recursos duradoura. Uma integração aos níveis regionais e sub-regionais constituía o principal mecanismo para reestruturar o continente africano fragmentado e transformá-lo em um conjunto de entidades econômicas regionais e sub-regionais mais coerentes e mais robustas.

O objetivo fundamental do Plano de Ação de Lagos permanecia uma integração regional efetiva que passa pela auto-suficiência, a nível nacional e no plano coletivo. Mas durante esse período, a política comercial e a estratégia de desenvolvimento econômico geral na África evoluíram de acordo com duas tendências contraditórias (CAMARÁ, 2012 com base em OYEJIDE, 2005). Se, “coletivamente, os países africanos deram início a uma estratégia de industrialização voltada para o mercado, baseada na substituição de importações e sobre mercados regionais protegidos – estes países empreenderam, a título individual, em meados da década de 1980, medidas com o objetivo de racionalizar e liberalizar o seu regime comercial no âmbito dos programas de ajustamento estrutural do Banco Mundial e o Fundo monetário internacional, que eram voltados para o exterior e que implicavam, por conseguinte, a integração mais estreita da África na economia mundial” (OYEJIDE, 2005).

Durante esse período, os líderes africanos, assim, comprometeram-se com o prosseguimento da execução de ajuste estrutural e liberalização econômica nos programas de integração regional, enquanto o bom funcionamento de muitos grupos regionais na África tem sido prejudicado. No entanto, países africanos têm continuado a considerar que a abordagem regional era o melhor para o seu desenvolvimento.

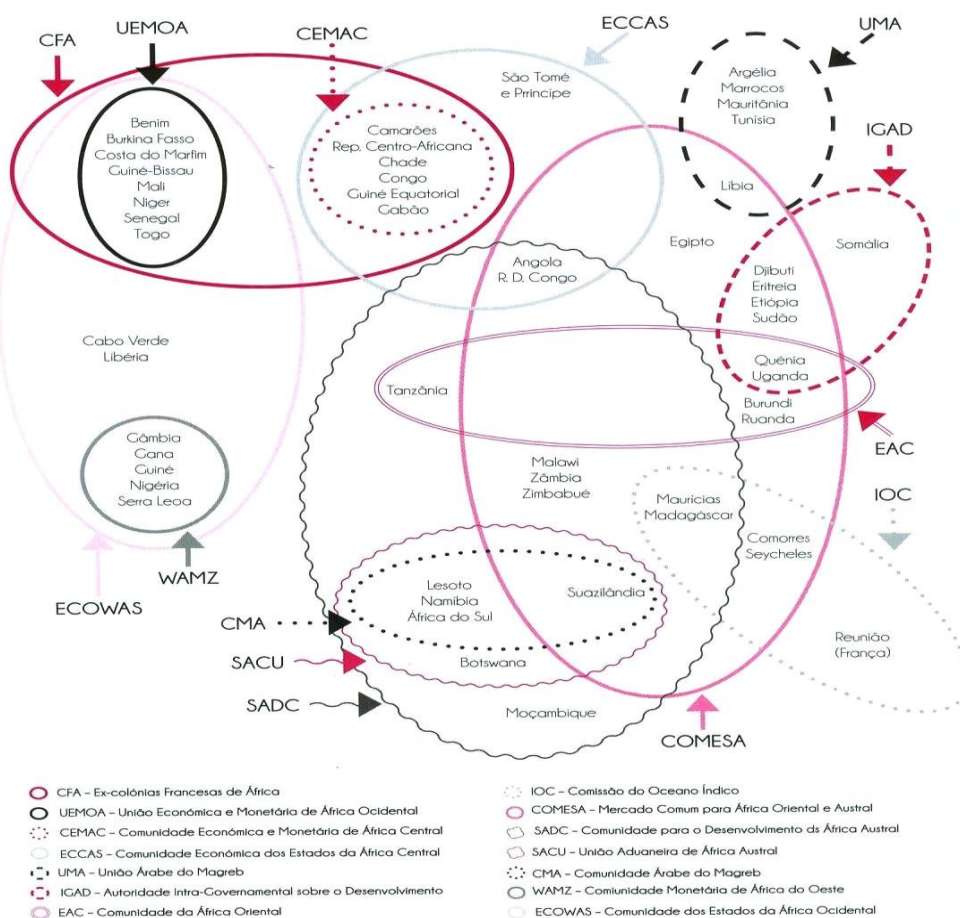
Ainda no mesmo artigo, um novo capítulo na história da integração regional na África inaugurou-se em 3 de junho de 1991 em Abuja, Nigéria, quando o Tratado que institui a Comunidade Econômica Africana colocou o continente em um caminho de integração econômica. Esse Tratado prevê a criação de uma Comunidade Econômica Africana em 2027, com uma moeda única, uma total mobilidade de fatores de produção e a livre circulação de bens e serviços entre países africanos.

Em 2001, houve uma aceleração das discussões sobre integração regional, com a criação da União Africana (UA) e o lançamento da nova parceria para o desenvolvimento de África (NEPAD). Os objetivos fundamentais da NEPAD são fornecer a nível regional, os bens públicos essenciais (transportes, energia, água, tecnologias da informação e a comunicação, luta contra as doenças, preservação do ambiente e desenvolvimento das capacidades de investigação a nível regional), bem como promover o comércio e os investimentos intra-africanos. A idéia é racionalizar o quadro institucional com o propósito de uma integração econômica, através de projetos comuns compatíveis com os programas de desenvolvimento integrado a níveis nacional e regional, e harmonizar as políticas e as práticas com o plano de investimento econômico.

Observe a figura seguinte:

**Figura 3 – Principais Integrações Regionais Africanas**

Múltipla Filiação dos Países Africanos nos Grupos de Integração Regional



**Fonte:** Fernandes (2013) apud Secretariado da UNCTAD (2009).

Existem na África quatorze grandes agrupamentos econômicos regionais, mais ou menos integrados, como mostra a figura 3. A figura mostra, essencialmente, que a África aprofunda a sua integração regional incorporando domínios não tradicionais como os serviços, o investimento e as migrações regionais, aos programas que unem os países africanos. A UA classifica estas associações em duas categorias: as comunidades econômicas regionais (CER) e os outros agrupamentos de integração (UA, 2013).

Assim, a integração regional na África é caracterizada pela existência de uma multiplicidade de iniciativas de integração regional e, portanto, com a participação de países africanos em vários acordos comerciais regionais (ACR), muitos países pertencentes a várias entidades. Dos 53 anteriores países africanos 27 são membros de dois grupos regionais, dezoito pertencem a três grupos e um país é um membro de quatro grupos. Apenas sete países são membros de um único grupo.

Angola está inserido em três grupos: a SADC, CEEAC e COMESA, mas neste trabalho é focalizada a região da SADC. Esta profusão de arranjos e instituições e estas filiações múltiplas dentro de uma região pouco estável reduzem tanto os objetivos de integração e induzem uma concorrência contraproducente entre os países e entidades (CEA, 2008). De forma geral, considerava-se que a integração econômica e /ou regional poderia proporcionar um quadro que pudesse superar as barreiras ao comércio intra-africano e que a remoção dessas barreiras criaria maiores mercados regionais, para alcançar economias de escala, sistemas de apoio, produção e mercados, reforçando também a competitividade da África. Contudo, Angola luta fortemente para superar as dificuldades internas, principalmente no campo das infraestruturas para que possa está integralizado nas regiões de forma confortável.

Adentrando a SADC, historicamente, a região da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) integra 15 Estados membros com uma população global de cerca de 257.700.000 milhões de habitantes e um PIB que renda por volta de US\$ 471,1 bilhões, desde a sua criação até 2012 (SADC, 2013).

Segundo o Fórum Parlamentar da SADC (2006), em termos geográficos a SADC cobre a África Austral e inclui partes da África Central e Oriental. Os Estados membros da SADC, como acontece no resto de África, são o resultado da divisão de África pela colonização. Os atuais Estados da SADC foram anteriormente colônias da Grã-Bretanha, França, Alemanha ou Portugal. O período decorrido entre 1900 e de 1990 assistiu a prolongadas lutas contra o domínio colonial e a desigualdade racial, culminando na consecução da

autodeterminação política. A maioria das nações da SADC tem estado ocupada com a formação dos seus países com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos seus cidadãos. A cooperação regional tem sido um componente central dos esforços de desenvolvimento na SADC.

Uma análise da história da África Austral oferece abundantes provas de uma longa história de interação entre as comunidades da África Austral que são anteriores ao advento do domínio Colonial. As lutas contra o colonialismo e o *apartheid*, associadas à necessidade de acelerar o desenvolvimento econômico e social através de ações coletivas, deram um impulso aos atuais esforços para uma integração regional mais profunda. Mais recentemente, à necessidade de colaboração regional foi dada mais urgência pelas forças da globalização que ameaçam as economias em desenvolvimento fracas e fragmentadas e, na realidade, continuam a marginalizar África na ordem econômica mundial.

Segundo SADC (2006), para a África Austral, a instituição que está a impulsionar a integração regional é a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) fundada em 1992 em Windhoek, Namíbia. O objetivo da SADC consiste em “promover o crescimento econômico sustentável e equitativo e o desenvolvimento socioeconômico através de sistemas produtivos eficazes, de uma cooperação e integração mais profunda, boa governação e paz e segurança duradouras, para que a região surja como ator competitivo e eficaz nas relações internacionais e na economia mundial. A SADC é a sucessora da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC) que fora fundada por nove estados membros, incluindo Angola em 1980, com o objetivo principal de coordenar a luta contra o *apartheid*. A criação da SADC introduziu novos e intensos esforços por parte dos países da África Austral visando promover uma integração regional mais profunda e acelerar o desenvolvimento econômico e social. Segundo o Tratado de 1992, a agenda da integração regional da SADC fundamenta-se no empenho na boa governação, democracia e proteção de direitos fundamentais. Apesar dos esforços envidados pelos atores estatais e não estatais orientados para o desenvolvimento econômico, político e social, a região da SADC continua a enfrentar sérios desafios que impedem o desenvolvimento econômico, político e social (FÓRUM PARLAMENTAR DA SADC, 2006).

Abaixo é mostrado o tamanho da população e do Produto Interno Bruto (PIB) no momento da criação (1980) e atualmente (2012):

**Tabela 16** – PIB e População na SADCC e SADC entre 1980 á 2012

	Ano	PIB (US \$ bilhões)	População (milhões)
SADCC	1980-1992	EUA US \$ 20	60
SADC	1992 até atualidade	EUA \$ 471,1	257, 7

**Fonte:** SADC. Disponível em: <<http://www.sadc.int>>. Acesso: 10/10/13.

Adentrando propriamente a “SADC e ao Comércio Exterior”, Murapa (2003) considera a atual tendência rumo à constituição de novos blocos econômicos a partir do ponto de vista da experiência africana, analisando os diferentes momentos e aspectos envolvidos na criação e desenvolvimento de um Mercado Comum Africano. O trabalho inclui algumas observações políticas, econômicas e históricas sobre os desafios e oportunidades para o contínuo desenvolvimento de uma Comunidade de Desenvolvimento da África Austral. Segundo Murapa (2003), “a história moderna tem sido caracterizada pela formação de blocos de países como estratégia de autodefesa e desenvolvimento socioeconômico. Mais marcadamente, os exemplos da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e da União Européia (UE) têm sido determinantes. Na África, essa mesma tendência pode ser identificada na criação da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS), que têm sido consideradas determinantes na integração regional econômica africana.

Sobre a Região da SADC, Murapa (2003) afirma: “A SADC foi estabelecida por meio de um tratado, em 1992. Esse tratado tem por objetivo melhorar as habilidades técnicas e administrativas dentro da região e estipula o estabelecimento de uma série de protocolos voltados para uma maior integração regional *inter alia*: os protocolos do comércio, energia, educação e turismo”, sendo que “o protocolo do comércio é o mais significativo e teve de ser ratificado por 2/3 dos países membros antes de ser efetivado”. O autor demarca os Objetivos do Protocolo do Comércio da SADC (MURAPA, 2003, p. 160 e 161):

- Liberalizar ainda mais o comércio intra-regional de bens e serviços, com base em acordos de comércio justos, mutuamente equitativos e benéficos, complementados por protocolos em outras áreas (como a de energia), para garantir uma produção eficiente dentro da SADC, refletindo as atuais e dinâmicas vantagens comparativas de seus membros;
- Contribuir para melhorar o clima de investimentos domésticos entre fronteiras e estrangeiros;
- Intensificar o desenvolvimento econômico, a diversificação e a industrialização da região; e,
- por último, intensificar o processo de integração regional através do aumento do comércio inter-regional e facilitando o comércio entre fronteiras. Para ele, em relação ao *comércio de bens*, o objetivo é a eliminação de barreiras tarifárias e não-tarifárias ao comércio inter-regional. As barreiras tarifárias incidem sobre os produtos importados para proteger as indústrias nacionais da competição estrangeira e para levantar impostos para o governo. As barreiras não-tarifárias são cotas globais, preços mínimos, restrições quantitativas e exigências locais.

O autor ainda afirma que a SADC tem ampliado o número de países participantes na comunidade, indo dos nove originais para quatorze ou quinze, bem como o âmbito e a natureza de seus objetivos. "No entanto, ainda enfrenta desafios em termos de integração, dadas as disparidades e os variados níveis de estabilidade e democracia entre os países membros" (MURAPA, 2003, p. 161).

Podemos salientar que esses desafios não são meros acasos, remontam de situações históricas. É importante lembrar que os blocos do continente africano praticamente percorrem os mesmos desafios inerentes à integração dos países membros, dadas às disparidades que estes países enfrentam com relação a situações políticas, econômicas e sociais. Ademais, através das disparidades e dos variados desníveis encontrados nesses países ou blocos econômicos, pode-se perceber a fraca interrelação do ponto de vista comercial, e não só, inerente aos blocos africanos, que ao mesmo tempo vêm aumentando as desigualdades entre as regiões do continente.

Sem fugirmos do foco, para ter ideia, o PEA (2013), estima que atualmente o comércio inter-africano ronda entre 10-12% do total continental, muito inferior com

relação ao de outras regiões. Com base em dados de 2009, o comércio entre países da América do Norte (Nafta) situa-se em cerca de 48% do total, enquanto 72% do comércio Europeu se verifica entre países da região e 52% no caso da Ásia.

Esses dados espelham o que viemos relatando durante este ponto, ou seja, percebendo-se que os países do continente africano ainda vivem grandes dificuldades no que se refere à composição de suas economias, principalmente com ocorrências a efeitos de choques externos que vem se verificando nos últimos tempos, que por algum sentido não ajudam em nada a integração dos blocos no continente.

Alinhando-se a idéia de "fatores de relação comercial e não só" e posteriormente de "choques externos" entre os blocos africanos no mundo, ou seja, fora do cenário africano. Por conseguinte, verifica-se grandes volumes de trocas comerciais muito vigentes com blocos e países aliados como a UE, EUA, Brasil na América do Sul, China e Índia no continente Asiático entre outros.

Entretanto, os blocos regionais e países do continente africano têm mostrado volumes elevados de trocas comerciais principalmente com estes blocos e países em torno do mundo. Mas salienta-se que este volume é mais patente a blocos como a UE e Nafta (EUA e Canadá).

Portanto, atento às fraquezas vigentes em torno dos blocos do continente africano, de acordo com Matos, Monteiro e Soma (2011), seria importante a sincronização dos blocos africanos com outros blocos do mundo, como a EU e NAFTA, entre outros, embora se saiba que estes blocos levam grandes vantagens nas trocas.

Mas também é importante que os líderes africanos percebam que os principais aliados econômicos em crise criaram desarranjos nas suas economias através de "choques externos", que por sua vez, veio criar efeitos muito dependentes na balança comercial como na economia em geral destes blocos. Por isso, é necessário que os líderes dos blocos africanos, continuem a desenvolver novas políticas ou programas face a realidade, que por sua vez possam contornar situações adversas de dependências externas com o agravamento de não se sucumbirem em situações contínuas de choques externos.

Segundo o PEA (2013), "a União Africana, a Comissão Econômica das Nações Unidas para África (UNECA), o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e as

comunidades econômicas regionais estão a desenvolver políticas e a definir enquadramentos para ajudar os países africanos e acelerar a integração, já que se exigem esforços para melhorar os baixos níveis de comércio inter africano e internacional”. As comunidades regionais como;

“o Mercado Comum para a África Oriental e Austral (COMESA), a Comunidade da África Oriental (EAC) e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) estão a avançar para a criação de um bloco unitário, englobando 27 países que gostariam de formar um mercado único. Os líderes destes grupos enfrentam, contudo, desafios na definição das regras de comércio e terão de tomar decisões corajosas para realizarem a zona de comércio livre proposta. O Tratado de Abuja definiu seis fases para a integração, mas o processo tem sido confrontado com recursos financeiros limitados, com o estabelecimento de barreiras tarifárias e não-tarifárias, com a morosidade na aplicação do protocolo sobre livre circulação de bens e serviços entre fronteiras, e com conflitos internos em alguns países. O objetivo da integração pan-africana, particularmente no que respeita à criação de um mercado alargado, está ainda longe de ser concretizado. Em Janeiro de 2012, a Cimeira de líderes da União Africana subscreveu um novo plano de ação para impulsionar o comércio inter africano, com base nas ligações mais estreitas que estão a ser construídas entre as três comunidades regionais já referidas. A Cimeira apontou a lentidão na implementação do Tratado de Abuja e estabeleceu a meta de 2017 para a criação de uma Zona Continental de Comércio Livre (ZCCL) para juntar as economias pequenas e fragmentadas de África num mercado único. A crise econômica global veio aumentar a pressão sobre África para que acelere a sua integração e esteja pronta para os novos desafios, sendo que a ZCCL proposta viria impulsionar substancialmente este esforço.” (PERSPECTIVAS ECONÔMICAS EM ÁFRICA, 2013, p. 69 a 70).

Restringindo-nos de novo a região da SADC e sem perdermo-nos de vista as visões acima, Alves da Rocha (2009), faz uma chamada de atenção no seguinte salienta que o Secretariado da SADC e os diferentes órgãos técnicos e políticos têm de compreender muito bem o que se está a passar na União Europeia – afinal o modelo que a nossa organização regional está a seguir – debater as respectivas causas e, sobretudo, serem prescientes quanto às consequências negativas sobre o nosso processo de integração, decorrentes, não apenas, da atenuação do crescimento econômico de algumas dessas economias, mas dos ajustamentos institucionais a serem introduzidos (mais controladores rigorosos e drásticos, em nome da defesa e sobrevivência da experiência de integração econômica regional mais bem sucedida no mundo).

Ainda Murapa (2003):

Pela genuína e equitativa cooperação regional, a SADC busca promover a autoconfiança coletiva e a formação de elos mais fortes entre seus



membros. A SADC representa a aspiração de alcançar uma forma mais profunda e ampla de integração regional entre os Estados membros, indo além de uma coordenação em nível setorial, em busca de cooperação, convergência e, finalmente, integração em áreas como a de política monetária e fiscal, taxa de câmbio e regimes de comércio, e o movimento irrestrito de capital e trabalho e de bens e serviços no interior da África Austral. Os Estados membros visionam a África Austral como uma região caracterizada pela paz, boa vizinhança e tranquilidade, onde as nações tenham maior crescimento econômico e seus cidadãos gozem de prosperidade duradoura como um direito humano fundamental.

Finalmente, Murapa (2003), sem contradizer seus pontos de vista, diz que o programa da SADC está longe de estar completo. Embora sua direção seja bastante positiva, seu ritmo é “dolorosamente lento”. Os países membros continuam a competir por investimentos em vez de cooperarem; comportam-se como Estados soberanos, ao invés de comunidade. A SADC permanece principalmente intergovernamental, com uma secretaria pequena e relativamente fraca, dependente da ajuda de servidores civis e políticos em todos os Estados membros. A implementação do protocolo sobre a zona de livre comércio foi extremamente lenta.

Além disso, houve uma série de disputas comerciais, principalmente entre o Zimbábue e a África do Sul, as maiores economias da região e que hoje Angola também está enquadrada. “Várias outras economias menores permanecem céticas em relação aos benefícios, numa região dominada por uma grande economia como a da África do Sul, que já está negociando enormes vantagens comerciais com a opulenta União Européia. (...) O lento ritmo segundo o qual os acordos e programas regionais estão a ser implementados está a afetar de forma adversa a qualidade de vida dos cidadãos” (FÓRUM PARLAMENTAR DA SADC, 2006).

Para Murapa (2003), no entanto, em um mundo que caminha para uma economia global, o objetivo da SADC deve ser buscado com infalível determinação. Os benefícios virão somente se os Estados membros mantiverem uma forte vontade política e estiverem dispostos a abrir mão de sua autonomia na projeção e implementação de políticas nacionais.

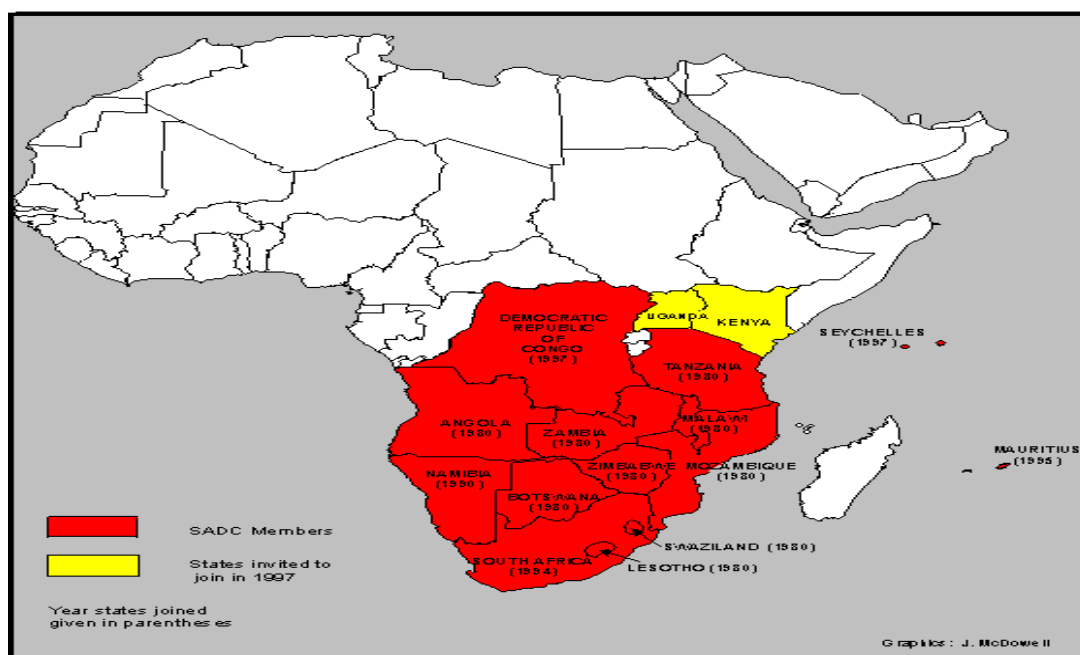
Em suma, as regiões de África e principalmente a região da SADC, encontram grandes dificuldades de integração econômica, por vias disso, as relações de trocas são feitas com blocos econômicos desmembrados do continente. Este fato faz com que os blocos africanos continuem sempre num ambiente desfavorável e sem futuro plausível.

Angola, nos últimos dez anos, além das suas taxas elevadas de crescimento, tem-se esforçado bastante na reconstrução das infraestruturas, na reconstituição da agricultura e indústria transformadora, considerando assim o aumento do nível de emprego, de renda e diminuição da pobreza. Por outro lado, a hiperinflação era um dado que hoje foi reduzido a uma posição de dois dígitos em 2010 e com previsão de baixar nos próximos anos para um dígito, ou seja, num intervalo de 9 á 7 por cento, estimativa do Banco Nacional de Angola (BNA, MINECON, MINFIN, 2012).

Esse fenômeno inédito deve favorecer o consumo das famílias. Mormente, a base de toda essa desenvoltura se dá graças à exportação, com ênfase ao setor mineiro, pese embora se tenha notado a diversificação da economia através de políticas governamentais com o intuito de diminuir o peso do setor mineiro e se proteger de situações futuras que advêm de choques externos.

Em torno de tudo isso, a República de Angola encontra-se delimitada por três países, isto é, a Norte pela vizinha República Democrática do Congo, ao Sul pela vizinha Namíbia, a Leste pela Zâmbia e por fim a Oeste pelo oceano atlântico. A sua extensão é de 1.246.700 km<sup>2</sup>, embora a monografia de Angola de 2004 apresente outros dados. O número da população ronda aos 18 milhões. Ver ilustração do mapa abaixo;

**Figura 4 - Angola: Delimitação na Região da SADC**



**Fonte:** Mapa disponível em: <<http://www.diarioliberalidade.org>> (p. 27), Agosto de 2012.

É nesta região que encontramos o bloco econômico SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral) onde Angola faz parte e, sobretudo tem muita influência política.

Adentro ao bloco (SADC), apesar de ser reconhecida por muitos como a melhor organização de integração econômica regional do continente africano, vinte e um anos após sua constituição, a SADC, ainda continua a enfrentar problemas de afirmação, quer ao nível da implementação das políticas e estratégias de integração regional, como em nível do desenvolvimento socioeconômico.

Segundo Fernandes (2013), a integração econômica regional na SADC é um processo e por sua vez, é longo e tortuoso. Entre os diversos problemas de afirmação e dificuldades suscetíveis de dificultar esse processo de integração, afigura-se de interesse destacar os seguintes:

- A problemática dos níveis de desenvolvimento desiguais dos países que integram a SADC;
- A questão da múltipla filiação dos Estados-membros em diversas Comunidades Econômicas Regionais do nosso continente;
- O modelo de integração econômica regional que a SADC persegue.

Os pontos acima devem ser equacionados corretamente e encontrar as devidas soluções, sob pena de poderem comprometer todo o processo em curso. Ainda, Alves da Rocha (2009, p.1) replica sem discordar de outrem, que;

“a SADC é uma região muito heterogênea e que os países que a integram estão em estádios diferentes de desenvolvimento e com dinâmicas diferenciadas de crescimento. Estes fatos têm colocado a Angola desafios sérios, atendendo à circunstância que durante 27 anos depois da independência o país ter estado numa situação de conflito militar interno permanente, com destruição de grande parte das infraestruturas econômicas e sociais”.

Adentro aos Níveis e disposições da OMC para o desenvolvimento dos PMA, e debruçando-se sobre os níveis de Desenvolvimento dos Países que integram a SADC, Fernandes (2013) afirma:

“Num processo de integração econômica, torna-se necessário adotar fórmulas que favoreçam a redução máxima possível dos desníveis de desenvolvimento existentes entre os Estados-membros, para que o

processo de integração preconizado não venha a beneficiar apenas os países mais desenvolvidos e agravar o atraso e o empobrecimento dos países de menor desenvolvimento relativo”.

As disposições da OMC relativos ao Tratamento Especial de Diferenciado (S&DT) aplicável aos países de menor Desenvolvimento Relativo (os PMA – países menos avançados) devem ser respeitadas, para além de outros aspectos já referidos atrás.

Para melhor ilustração desse fato, convém lembrar a situação da União Européia há Trinta anos, quando Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha (PIGS – sigla inglesa) emergiram do atraso de décadas de regimes ditatoriais e de todo o processo subsequente que acompanhou a sua integração na União Européia.

“Os países mais desenvolvidos do Norte da União Européia manifestaram a sua solidariedade para com Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha, drenando para esses países significantes recursos financeiros, que permitiram reduzir o grande desnível então existente entre os quatro países e os seus parceiros do Norte da UE. Portugal, Irlanda, Espanha e Grécia são hoje Estados modernos, graças à solidariedade dos países mais desenvolvidos no Norte da Europa, os quais desde o início compreenderam a necessidade de serem adotados mecanismos para reduzir os desníveis que integram a União Européia, para que todos possam colher benefícios resultantes da integração regional e caminharem juntos” (FERNANDES, 2013).

Atualmente, a SADC é constituída por quinze (15) Estados-membros com níveis de desenvolvimento bastante desiguais. Desse conjunto de países, segundo critérios das Nações Unidas, seis são Países em Desenvolvimento (PED), nomeadamente África do Sul, Botsuana, Maurícias, Namíbia, Suazilândia e Zimbábue; os restantes nove (9) Países pertencem ao grupo dos Países Menos Avançados (PMA) também conhecidos pela sigla LDC's (Leasted Developed Countries), designadamente Angola, R. D. Congo, Lesoto, Madagascar, Malaui, Moçambique, Seychelles (embora hoje os dados do IDH de 2012 mostram uma posição favorável sobre a Seycheles), Tanzânia e Zâmbia.

Os PMA, ao abrigo da OMC, beneficiam de tratamento especial e diferenciado (S&DT), do direito às preferências não recíprocas, acesso a crédito e doações em condições mais favoráveis, para além de outros direitos que lhes são concedidos para permitir o crescimento das suas economias ainda bastante débeis e vulneráveis (FERNANDES, 2013. p. 33).

Portanto, o mais importante em torno de tudo isso, é o fato de todos os países de região fazerem parte da OMC, isto, poderá ter efeitos positivos atendendo as disposições da OMC que faz jus a componente situacional dos PMA. Outra estratégia por se seguir, observando antes as disposições da própria SADC, é a que a União Europeia fez aos países menos avançados na Europa, há trinta anos atrás, como exemplo Portugal, Espanha entre outros, disponibilizando ajuda financeira para a composição dos desníveis existentes entre os mesmos.

Em minha opinião, é necessário se perceber que Angola é um dos países da região que mais vem crescendo nos últimos anos, ora, a grande dificuldade deste país não está meramente nas suas finanças, mas sim, em condições desfavoráveis de suas infraestruturas econômicas e sociais visto que o país saiu há pouco tempo de um longo conflito armado.

Outra questão, atento ao número reduzido de países em PED na região, visto que a maioria está na classificação dos PMA, será que a ajuda financeira é possível para o total dos PMA, ou seja, será que este número reduzido de países tem potencial para emprestar a larga maioria, ou se está a olhar na componente do volume de crescimento da África do Sul (cerca de 70% da contribuição do PIB da região)? Se for o caso, não estará a África do Sul no futuro com dificuldades de contínuo desenvolvimento atendendo os custos que poderá acarretar através de possíveis financiamentos? Essas e outras são algumas análises que a SADC pode se descortinar para as suas estratégias de desenvolvimento conjugado.

**Tabela 17 – Estados-membros – Critérios de Classificação da ONU**

<b>PED – Países em Desenvolvimento</b>	África do Sul, Botsuana, Maurícias, Suazilândia e Zimbábue.
<b>PMA – Países Menos Avançados</b>	Angola, R. D. Congo, Lesoto, Madagascar, Malaui, Moçambique, Seychelles, Tanzânia e Zâmbia.

**Fonte:** Fernandes (2013, p. 33) apud ONU.

Podemos observar outros indicadores que nos possam ilustrar disparidades em termos de Níveis de desenvolvimento entre os países da região (classificação do CAD – Comitê de Ajuda dos países da OCDE).

**Tabela 18** – Países da SADC Classificados por Rendimento (OCDE 2007)

<b>Países menos Desenvolvidos</b>	<b>Outros Países de Baixo Rendimento (RNI per capita USD 935 ou Menos)</b>	<b>Países de Rendimento Médio-Baixo (RNI per capita USD 936 – 3705)</b>	<b>Países de Rendimento Médio-Alto (RNI per capita USD 3706 – 11455)</b>
Angola	Zimbábue*	Namíbia	Botsuana
R. D. Congo		Suazilândia	Maurícius
Lesoto			Seicheles
Madagascar			África do Sul
Malawi			
Moçambique			
Tanzânia			
Zâmbia			

**Fonte:** Fernandes (2013) apud CAD/OCDE lista dos Recipientes de Assistência Oficial para o Desenvolvimento (AOD). **Nota:** \*Até ao momento, o Zimbábue satisfaz os critérios de PMA e foi recomendado pelo Comitê das Nações Unidas para a Política de Desenvolvimento, contemplando o acesso e graduação para integrar o grupo dos PMA

**Tabela 19** – Sumária dos Compromissos de Liberalização das Tarifas Aduaneiras

<b>Grupo</b>	<b>Países</b>	<b>Agenda para a Redução de Tarifas</b>
<b>Países Desenvolvidos</b>	Países-membros Da SACU	Liberalização imediata vis-à-vis não membros da SACU após a implementação do Protocolo sobre Trocas Comerciais da SADC.
<b>Países em Desenvolvimento</b>	Maurícias e Zimbábue	Liberalização gradual vis-à-vis SACU até 2008.
<b>PMDR ou PMA (Países Menos Avançados)</b>	Malawi Tanzânia e Zâmbia	Liberalização gradual até 2008, para 85% dos produtos, estendida a praticamente todos os produtos até 2012.
	Moçambique	Foi dada a Moçambique uma extensão de três anos até 2015 para os produtos da categoria C para a África do Sul.
	Angola R. D. Congo e Seicheles	Ainda não submeteram as suas ofertas de liberalização. Angola tem feito algumas ressalvas quanto a certos aspectos do Protocolo sobre o Comércio, bem como no enfoque que é dado ao processo de integração económica regional (liberalização do comércio em vez do desenvolvimento das infraestruturas e das capacidades de produção).

Fonte: Fernandes (2013).

**Tabela 20** – Estrutura Econômica da SADC

	Serviços % PIB			Agricultura % PIB			Indústria Transfor. % PIB			Minas % PIB		
Países	1990	2000	2005	1990	2000	2005	1990	2000	2005	1990	2000	2005
Angola	30,2	22,2	18,7	8,1	5,7	6,9	3,2	3	3	58	69	71
Botsuana	32	36,1	35,1	5	4,1	3,2	4,6	2	2	58	58	60
R. D. Congo	26,2	29,4	31,2	60,1	49,4	41,1	7,7	5	5	6	16	23
Lesoto	35,4	36,6	37,6	22,3	16,8	14,1	11,5	15	16	31	31	3
Madagascar	50,3	51,5	51	26	26,1	25,7	10,9	11	12	13	11	12
Malawi	47,7	38,4	39,5	24,3	35,7	29,9	15,7	12	11	12	14	20
Maurícias	49,2	54,4	59,3	20,6	20,5	17,5	10,2	5	5	20	20	18
Moçambique	47,3	42,7	42	30,6	23,5	22,4	Nd	12	16	Nd	22	19
Namíbia	52,4	54,7	54,4	11,7	10	10,8	9,8	10	8	26	25	27
África do	55,2	59	60,9	3,3	3	2,6	18,2	17	16	23	21	20
Suazilândia	25,8	27,6	28,7	14,1	10,8	9,5	26,3	25	24	34	37	38
Tanzânia	35,9	36,2	34,8	40,7	41,6	38,4	7,1	7	7	16	15	20
Zâmbia	38,3	46,7	45,2	15,6	19,9	16,4	9,6	10	10	37	23	28
Zimbábue	43	48,5	40,4	12,7	15,9	13,6	14	14	10	28	22	36

**Fonte:** Cálculos da trade & Industrial Policy Strategies a partir de Indicadores Econômicos Mundiais.

Adentro a estabilidade política e integração econômica, Queiroz (2010) afirma que “Angola tendo cumprido os principais objetivos políticos da região que reclamaram a sua intervenção direta, incluindo a instauração da paz no seu território, passou a ser vista como a nação do futuro no projeto de integração econômica regional da SADC”.

A pergunta que paira no ar é: o que podem esperar os povos da região Austral de África com a conquista da paz em Angola e que papel terá este País no projeto de integração econômica regional da SADC?

“para responder a esta questão, é necessário ter em conta as razões históricas que levaram ao surgimento da SADC e o papel desempenhado por Angola no quadro dos compromissos políticos regionais desta organização. Dadas as condições de guerra em que viveu desde a sua independência, Angola ficou impossibilitada de contribuir de forma estrutural para a sustentabilidade econômica da SADC. O potencial de Angola manifestou-se, no entanto, ao nível do que constituía a grande prioridade da SADC: a garantia da estabilidade política e militar da região. Neste domínio, pode-se afirmar que Angola esteve sempre à altura dos seus compromissos regionais. Para além da decisiva ajuda aos povos da África do Sul e da Namíbia na instauração de um regime democrático e livre nos seus respectivos países, Angola contribuiu militarmente para a estabilidade nos seus vizinhos do Norte, o Congo-Brazaville e o Congo Democrático. Qualquer destes compromissos de Angola foi cumprido sem nenhum interesse econômico ou hegemônico, mas apenas para fins de estabilidade política interna e regional, o que está inteiramente de acordo com os objetivos estratégicos da SADC para a região”. (QUEIROZ, 2010)



Ainda segundo Queiroz (2010), como fruto do papel de Angola desempenhado na região da SADC, o país hoje possui a maior capacidade de intervenção militar na região, como já se veio afirmando ao longo do trabalho. Além disso, Angola é dos poucos países da África Austral que estão em condições políticas de ombrear com a África do Sul e servir de contrapeso nas eventuais tendências hegemônicas deste país quanto à região austral do continente.

Portanto, é necessário prestar atenção no seguinte: o potencial de Angola na região não se manifestou ainda economicamente. “A autoridade política que Angola conquistou na região, a paz que agora se instaurou irreversivelmente e os invejáveis níveis de crescimento econômico e social pode constituir-se nos ativos mais importantes na estratégia de inserção econômica de Angola na SADC. Com efeito, hoje Angola define-se como um dos países mais estáveis da região e aquele que registra os mais elevados índices de crescimento econômico sustentável”. (QUEIROZ, 2010). Conforme o autor;

“Angola iniciou, por seu turno, um processo de internacionalização da sua economia, com importantes investimentos fora das suas fronteiras. A SADC surge, neste novo contexto, como uma área de natural expansão da economia angolana, colhendo, deste modo, os frutos do investimento político e militar feito na região mais de duas décadas. É um dado pacífico na opinião pública regional que países como Angola e a África do Sul terão necessariamente de se constituir nas locomotivas da integração econômica regional da SADC. A grande questão, para estes dois países, será a que consiste em equacionar e resolver o problema do modelo de integração econômica regional. Aqui, pode ser que os diferentes graus de desenvolvimento das economias destes dois gigantes regionais não lhes permitam alcançar consenso nesta matéria crucial. Pelas suas especificidades, interessará mais à África do Sul um modelo comercialista de integração econômica, com uma aplicação imediata do Protocolo do Comércio. Através desse instrumento, o comércio regional será liberalizado, proporcionando maior liberdade de circulação de bens e serviços pela região. Tendo uma indústria e um comércio desenvolvidos, essa abertura vai proporcionar à África do Sul oportunidades de expansão comercial que neste momento estão limitadas a certos mercados” (QUEIROZ, 2010).

Dados de 2010 indicam que num universo do PIB total da SADC (de 107 580 milhões USD), mais de 80 000 milhões USD, ou seja, quase 80%, pertencem à África do Sul (BANCO MUNDIAL, 2010), pese embora essa diferença tem vindo a baixar. Hoje o peso é de quase 60% segundo cálculos tabelados acima. Entretanto, o potencial de expansão econômica é evidente. Observa os dados no gráfico seguinte:

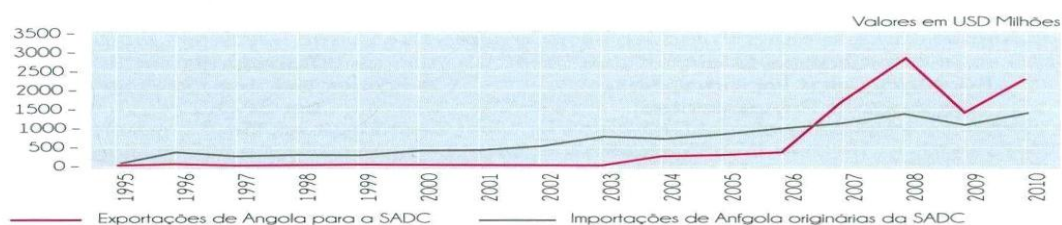
**Figura 5** - Gráfico sobre a África do Sul na SADC

(em percentagem)



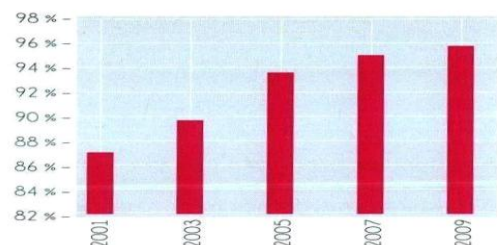
Fonte: Fernandes (2013).

**Figura 6** – Gráficos sobre a Evolução do Comercio entre Angola e a SADC (1995-2010); Contribuição do Petróleo para o Total das Exportações de Angola; Evolução das Exportações de Petróleo Bruto de Angola



Desde 2007, a balança comercial de Angola com a SADC tem sido positiva, num rácio de 2:1.

**Contribuição do Petróleo para o Total das Exportações de Angola**



Quase 96% das exportações angolanas são de petróleo.

**Evolução das Exportações de Petróleo Bruto de Angola**



O FMI prevê um incremento constante das exportações de petróleo de Angola depois de 2011.

Fonte: Fernandes (2013).

**Tabela 21** – Composição das Exportações da África do Sul para Angola (2010)

<b>Categoria de produtos (SH2)</b>	<b>Exportações US\$ milhões</b>	<b>% do total exportações</b>
73 - Artigos de ferro e aço	81,2	11,4
22 – Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	68,6	9,6
84 – Maquinaria, reatores nucleares, caldeiras, etc.	68,4	9,6
33 – Essências de óleos, perfumes, cosméticos e toalhete	45,7	6,4
85 – Material elétrico e equipamento eletrônico	42,3	5,9
27 – Combustíveis minerais, óleos, produtos destilados, etc.	40,2	5,6
39 – Plásticos e artigos derivados	31,9	4,5
87 – Veículos (que não sejam o ferroviário ou o elétrico)	28,9	4,1
72 – Ferro e aço	24,1	3,4
49 – Livros imprimidos, jornais, fotografias, etc.	23,5	3,3
17 – Açúcar e confeitaria de açúcar	19,4	2,7
24 – tabaco e substitutos de tabaco manufaturados	16,8	2,4
48 - Papel, cartão, artigos de polpa de papel, quadros	15,1	2,1
38 – Diversos produtos químicos	13,7	1,9
08 – Fruta fresca, nozes, cascas de citrinos, melões	13,5	1,9
94 – Mobiliário, mat. Iluminação, sinais, pré-fabricados	13	1,8
34 – Sabões, lubrificantes, velas e cera, pastas modelares	12,6	1,8
21 – Preparações alimentares diversas	9,9	1,4
40 – Borracha e artigos derivados	9,8	1,4
11- Produtos de moagem, malte, amidos, inulina, amido de trigo	9,5	1,3
Outros	125,2	17,6
<b>Total das exportações para Angola</b>	<b>713,4</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Fernandes (2013).

**Tabela 22** – Composição das Exportações de Angola para a África do Sul (2010)

SH6	Descrição Pautal	Exportações USD milhões	(%)
270900	Petróleo Bruto (crude) e óleos obtidos de minerais betuminosos	1950,3	98,3
710231	Diamantes em bruto ou simplesmente serrados, Clivados ou desbastados	28,7	1,4
740400	Sucata ao cobre e resíduos de liga de cobre	0,6	0,0
	Outros	3,5	0,3
<b>Total das exportações para a África do Sul</b>		<b>1983,1</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Fernandes (2013).

Em suma, entende Rosado (2011. p. 83) que “a SADC tem como objetivo o estabelecimento de um Mercado Comum em 2015 de forma gradual (Protocolo de comércio assinado em Agosto de 1996 e que entrou em vigor em 2000), visando assim facilitar o comércio e o investimento na Região, estabelecendo as seguintes metas”:

- Zona de Comércio Livre – 2008 eliminação dos direitos sobre 85% do comércio intra-comunitário; 2010 eliminação dos direitos sobre 98% do comércio intra-comunitário.
- União aduaneira – 2010 entrada em vigor da União Aduaneira; Harmonização das regras aduaneiras, padrões de qualidade, metrologia e medidas sanitárias e fitossanitárias; Anexos define regras de origem, estabelece procedimentos para disputas comerciais e concede regras especiais para o açúcar e têxteis e vestuário.

Rosado (2011. p. 84) apresenta alguns problemas, sendo que, apesar dos processos comércio intra-SADC, apresenta níveis muito baixos; isto sugere que há barreiras não tarifárias e não administrativas nomeadamente a problemas do lado da oferta e ao nível de infraestruturas; preferências dos consumidores estão mais voltadas para produtos de valor acrescentado produzidos na África do Sul dentro da Região ou

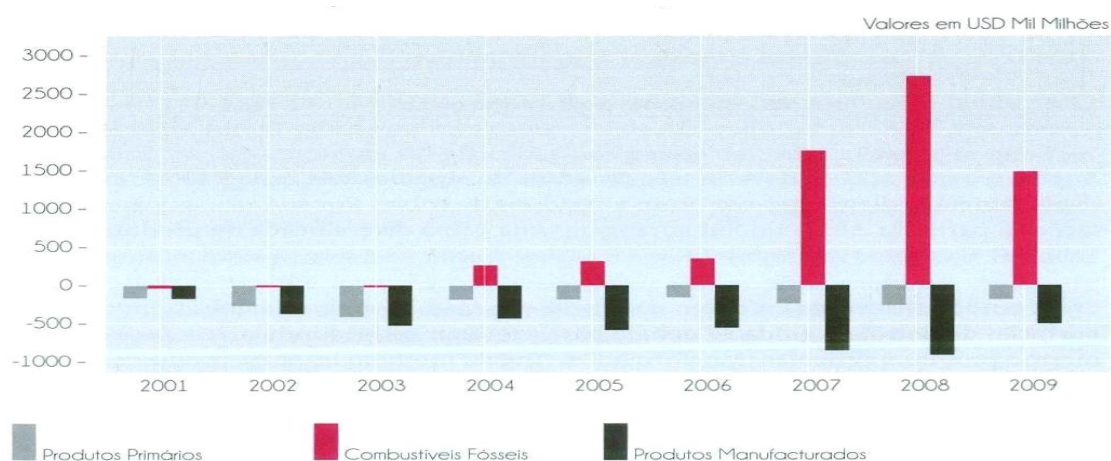
nos Países mais desenvolvidos; a maior parte dos Países exporta matérias-primas; falta de vontade política; protocolos assinados não têm sequência prática; falta harmonizar políticas nomeadamente ao nível das autorizações de trabalho e do reconhecimento das habilitações académicas e profissionais.

Quanto a soluções, apresenta o seguinte: promoção do setor privado para resolver restrições do lado da oferta; é necessário quadro de avaliação do investimento público; facilitar comércio agrícola; esforços devem ser dirigidos para aplicação dos acordos em vez de aprofundar a integração apenas no papel (ROSADO, 2011).

Adentro a ZLC na SADC, “Os objetivos principais da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) são forjar os interesses políticos comuns e apoiar os fluxos de comércio e investimentos entre os Estados Membros”. A Zona de Comércio Livre da SADC (ZCL) é um ponto fulcral no processo da concretização dos referidos objetivos. Até Janeiro de 2008, doze dos catorze Estados Membros da SADC tinham estabelecido uma ZCL. A ZCL da SADC cria um mercado regional no valor de 360 bilhões de dólares americanos, com uma população total de 170 milhões de habitantes e inclui economias com taxas de crescimento até 7% por ano. Angola e a República Democrática do Congo juntar-se-ão à ZCL, o que significa um valor adicional de 71 bilhões de dólares americanos e mais 77 milhões de habitantes para o mercado da SADC” (SADC, 2008).

Além de combustíveis, Angola tem déficit no comércio líquido de produtos primários e manufaturados com a SADC.

**Figura 7** – Gráfico da Balança Comercial entre Angola e a SADC



**Fonte:** Fernandes (2013).

Finalmente, segundo, SADC (2008) as receitas combinadas do mercado da SADC atingem o valor de 431 bilhões de dólares americanos e abrangem uma população total de 247 milhões de habitantes (2007). A África do Sul é a maior economia da Região com um Produto Interno Bruto (PIB) de 282 bilhões de dólares americanos, representando 65% do mercado total da SADC.

O país com o maior número populacional é a RDC cuja população atinge os 61 milhões de habitantes. Por outro lado, Botsuana, Maurícias, Namíbia e Suazilândia têm populações de 2 milhões de habitantes ou inferiores. O PIB per capita varia também grandemente. Para o Botsuana o PIB per capita é no valor de 7694 dólares americanos por ano, enquanto, para Moçambique e para a República Democrática do Congo, o PIB está estimado em 264 e 166 dólares americanos, respectivamente. A Região inclui várias economias dinâmicas. Angola é a economia com o crescimento mais acelerado, com uma taxa de crescimento estimada em 21%. E outros países, Malawi, Moçambique e Tanzânia, atingiram um crescimento do PIB de 7% e superior.

Os doze membros que estão a estabelecer a Zona de Comércio Livre, ao abrigo do Protocolo sobre Trocas Comerciais, são: Botsuana, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. No futuro próximo, Angola e a República Democrática do Congo juntar-se-ão à Zona de Comércio Livre. A base jurídica da ZCL é o Protocolo sobre Trocas Comerciais.

O Protocolo, assinado em 1996 e em vigor desde 25 de Janeiro de 2000, é um dos Protocolos celebrados pelos Estados Membros da SADC para atribuir efeito jurídico e prático aos compromissos tomados ao abrigo do Tratado da SADC. O Protocolo sobre Trocas Comerciais vincula os membros à eliminação das tarifas existentes, à harmonização dos procedimentos e da documentação comerciais no seio da SADC, à definição das Regras de Origem da SADC e à redução de outras barreiras ao comércio (SADC, 2008).

Com relação às disposições e adesão de Angola ao Protocolo do Comércio adotado, previa-se na altura da sua adoção que todos os Estados depositassem os seus instrumentos de adesão, nomeadamente as assinaturas e ratificações. Acontece, porém que Angola não assinou, e nem sequer criou formas de se tornar parte desse Protocolo.

Resta agora ao Estado Angolano a adesão ao Protocolo do Comércio nos termos em que a seguir iremos propor.

O Protocolo do Comércio é o documento que visa o lançamento da integração econômica efetiva e nesta fase os Estados Membros deverão desenvolver formas de cooperação no sentido de se absterem, em conjunto, de tomar determinadas medidas que terão como resultado a realização de práticas de Livre Comércio entre os Estados Membros da SADC. Assim, a adesão será no sentido de Angola fazer parte do Protocolo do Comércio e todos os seus anexos (INSTITUTO CAMÕES, 2013). Segundo a Instituição, a região tem as formas, fundamentos e procedimentos de adesão ao protocolo:

#### Forma do Protocolo do Comércio:

- O Protocolo do Comércio é um documento que contém 9 partes e 5 anexos. Nos seus objetivos o Protocolo visa no estabelecimento de uma zona de Comércio Livre na região da SADC, Artº 2º, na qual de forma faseada eliminar-se-ão as barreiras tarifárias e não tarifárias num período de 8 anos, cujas negociações se realizam no âmbito do Fórum de Negociações para o Comércio.
- No âmbito do Protocolo da SADC, os Estados Membros iniciam um processo de eliminação de taxas de importação não podendo aumentá-las para além das existentes a data da sua entrada em vigor, Artº 4º eliminam-se por conseguinte todas as taxas de importação.
- Os Estados membros através do Protocolo Comercial comprometem-se a eliminar as barreiras tarifárias e ao mesmo tempo abstêm-se de introduzir novas restrições quantitativas eliminando gradualmente todas as restrições existentes sobre as importações de bens originários de outros Estados Membros.

#### Fundamentos e Procedimentos para Adesão:

- O fato da SADC ter lançado um conjunto de medidas macro econômicas tendo em vista a criação de um regime aberto de comércio e investimentos na região, faz com que hoje se aceite que o Comércio seja a forma proeminente de integração.

- Os recentes progressos alcançados no sentido de se lançar a Zona de Comércio Livre, encoraja neste momento o Comércio intra-regional que poderá criar benefícios económicos substanciais para todos os Estados Membros da SADC.
- O fato da entrada em vigor do Protocolo do Comércio e a implementação que se espera de todos os Membros que já fazem parte deste, faz com que se estime um aumento das trocas comerciais de 22% para 35% por volta do ano 2008. Isto significa que há um impacto positivo no Comércio entre os Estados Membros da SADC e esta situação irá criar confiança na região Austral do Continente Africano.
- Os Estados Membros nos últimos dois anos estão envolvidos em complexas negociações tendo em vista a redução de tarifas, regras de origem, harmonização de documentação de Alfândegas, barreiras não tarifárias, medidas sanitárias e fito sanitárias. Para, além disso, vários debates têm sido feitos a volta de aspectos técnicos que dizem respeito a uma liberalização gradual do Comércio intra SADC no prazo de oito anos de implementação do Protocolo.
- Assim tendo em vista facilitar o fluxo do Comércio após a implementação de Protocolo, a documentação Alfandegária e o desarmamento pautal estão a ser harmonizado.

Ainda segundo o Instituto Camões (2013) sobre as condições para a Adesão ao Protocolo do Comércio e as conseqüências que poderão advir para Angola da não adesão ao Protocolo do Comércio da SADC serão, pelo menos, de dupla natureza: económica e política:

- A nível político poderá implicar a saída da SADC e a reorientação do processo de integração ou cooperação regional. O País ficará isolado no seio de uma região claramente marcada pela SADC. A reorientação poderá permitir que Angola obtenha uma posição liderante noutra região/zona de integração, a não ser que se mantenha isolada.
- A nível económico, ficar de fora constituirá um risco elevado para um País como Angola que, presentemente representa apenas 6% da população da SADC e menos de 3% do seu produto. Como economia aberta, Angola perderá uma oportunidade de alargar, o seu mercado para uma dimensão da ordem dos 200



milhões de consumidores. Ficar dentro comporta, também um risco significativo, mas mais controlado. Ou seja, Angola caso não tenha estabilidade e crescimento económico sustentado, poderá transformar-se numa economia periférica no interior da SADC, provavelmente, dominada pelas economias dinâmicas da região (África do Sul, Ilhas Maurícias, Namíbia etc.).

- Com estabilidade e política de desenvolvimento rigorosa, Angola poderá ser o Estado Membro da SADC com mais fortes taxas de crescimento nas próximas décadas.

Por outro lado, a SADC, para além de pretender a abolição das barreiras tarifárias e não tarifárias (Zona de Comércio Livre) cuja implementação passa pela constituição de um Regime Geral de Origem "regras de Origem" – ela assume também as características de um Mercado Comum (Livre circulação dos fatores de produção e de União Económica (Coordenação e harmonização das Políticas Económicas e Outras).

Portanto, quanto à adesão de Angola ao Protocolo do Comércio da SADC é de realçar que o País já participa de forma particular, ou seja, sem carácter oficial no comércio intra-SADC, basta referir-se das importações feitas por Angola, circulação de fatores de produção, entre outros.

Com relação ao interesse de Angola e parafraseando Queiroz (2010), Angola ainda não demonstra interesse imediato com relação aplicação do Protocolo do Comércio, visto que a sua indústria ainda se encontra numa fase muito incipiente de desenvolvimento. A visão que prevalece nesse País é que;

“Para que a indústria se desenvolva, torna-se necessário que se mantenha certo controlo a entrada concorrencial de bens e serviços no seu mercado, induzindo por essa via ao aumento da produção interna de bens e serviços. Defende-se que a aplicação do Protocolo do Comércio pode atrapalhar o esforço de industrialização que o País desenvolve, e até mesmo sufocar a pouca indústria existente, pois esta não estaria capaz de competir com os produtos produzidos pelos países mais desenvolvidos da região, designadamente a África do Sul. A posição de Angola é partilhada por muitos outros países da região. Ao contrário da visão comercialista da África do Sul, Angola estará mais interessada num modelo de integração estruturalista, parecido com o que foi seguido pela União Europeia na segunda fase do seu processo de integração. Este modelo privilegia o investimento comunitário em infraestruturas como via para acelerar a integração regional” (QUEIROZ, 2010).

Por fim, esta diversidade de posicionamentos em relação ao Protocolo do Comércio na SADC é sintomática e ajuda-nos a perceber quão longe está a sub-região da unanimidade de ideais e objetivos sobre o modelo de integração econômica na região. A falta de consenso quanto ao Protocolo do Comércio evidencia, por seu turno, as diferenças e assimetrias entre os países da região.

Alguns já alcançaram níveis razoáveis de desenvolvimento e pretendem com a SADC alargar a sua influência comercial e o seu mercado. Outros estão ainda num estágio muito débil de desenvolvimento como afirmam vários autores, e pretendem com a SADC consolidar a sua independência econômica e estrutural e desenvolver internamente os seus mercados.

Trata-se de um problema cuja solução passa pela definição do papel e do lugar da África do Sul e de Angola no processo de integração econômica regional da SADC, em termos de liderança desse processo. Essa equação passa pelo esclarecimento prévio da estratégia da SADC quanto ao modelo de integração das economias da região, de modo a que se possa definir o papel dos países mais fortes e influentes nesse modelo.

Alcançada que foi a paz em Angola, e cumpridas que foram as suas responsabilidades no quadro dos objetivos políticos da Linha da Frente e da SADC, abre-se agora espaço para que este país se dedique de corpo e alma à realização do grande projeto de integração econômica regional da África Austral. Tal como no passado e como afirma mais acima Fernandes (2013), Angola desempenhou um papel político e militar importante na estabilidade da SADC.

Entretanto, o desafio atual de Angola na região é o de impulsionar a integração sustentável das economias da região, em benefício dos seus respectivos povos. O principal interlocutor estratégico com o qual Angola terá de se concertar é o seu principal concorrente econômico na região: a África do Sul.

Outra opinião praticamente diferente advém de Alves da Rocha que, no seu artigo publicado em 2010, vai mais longe dizendo que:

“A integração de Angola e da África do Sul na SADC e as relações econômicas e comerciais subjacentes ou de forma subentendidas foram à causa que provocou e facilitou este processo de difusão do crescimento econômico do nosso país, depois de obtida a paz? Não sei, porque Brasil, China e Portugal têm igualmente beneficiado dos efeitos multiplicadores e distribuidores de rendimento da reconstrução de

Angola e não fazem parte de nenhum espaço de integração econômica. Então o que é que está em causa? Um fato simples: a abertura das economias, a livre circulação de capitais e o espírito empresarial. Por enquanto, estes movimentos parece terem apenas um sentido: de fora para dentro de Angola, reforçando a internacionalização das empresas estrangeiras e aumentando o seu grau de competitividade. Ainda por cima, as empresas estrangeiras praticam, no mercado angolano, uma concorrência desleal, mormente aquelas que beneficiam de linhas de crédito e de apoios concretos dos seus países à sua internacionalização e aumento de competitividade”.

Segundo Alves da Rocha (2010, p. 142 a 143) “para que a integração econômica resulte e beneficie Angola o movimento de dentro para fora, naqueles itens, tem de igualmente se verificar, o que requer tempo, políticas macro e microeconômicas adequadas e, principalmente, educação, cultura, investigação e inovação”

Alves da Rocha (2010) vai mais longe afirmando que, o crescimento econômico de Angola e a sua reconstrução econômica estão a ser feitos graças às receitas do petróleo e não devido aos benefícios de estar a participar na criação duma região de integração econômica, cuja primeira fase foi já implementada (sem a participação de Angola). O comércio externo do país está direcionado para fora do espaço SADC, sendo as 80 por cento das exportações (97 por cento de petróleo) encaminhadas para a China, Estados Unidos da América e União Européia. Embora as importações tenham proveniência mais dispersa, Portugal, Espanha, França e Brasil rubricam o essencial dos 80 por cento de importações de que Angola depende. Ou seja, muito pouco comércio é criado entre Angola e a SADC e nem mesmo a poderosa África do Sul conseguiu posição de destaque.

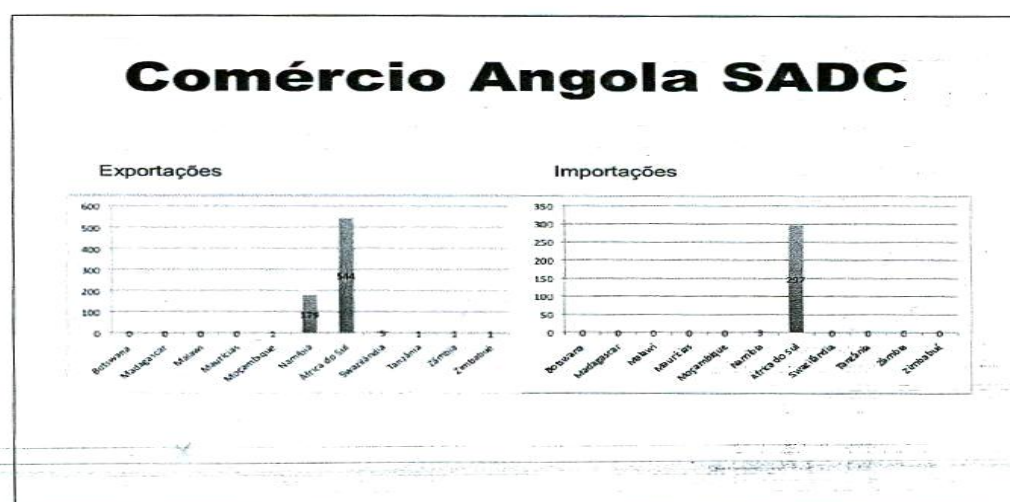
Os dados que se seguem servem como referência do argumento de Alves da Rocha neste último parágrafo.

**Tabela 23 – Comércio Angola Mundo**

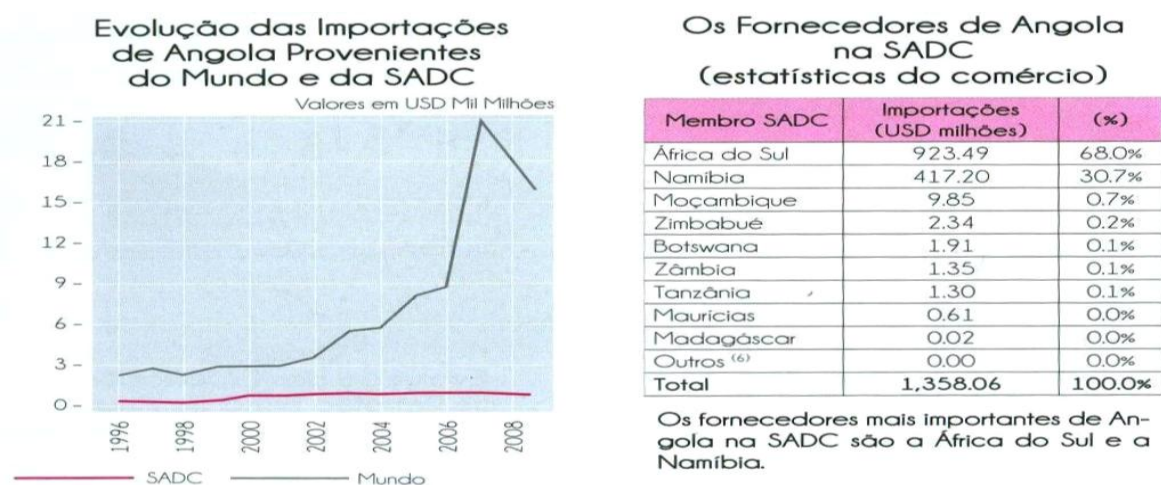
Principais fornecedores					Principais clientes				
		2009	2005	2000			2009	2005	2000
1	Portugal	14,2	14,4	17,3	1	China	38,4	39,7	23,4
2	USA	9,5	9,6	11,4	2	USA	21,0	40,3	47,7
3	China	9,0	3,1	1,7	3	Índia	9,0	0,0	0,0
4	Brasil	7,5	5,7	5,4	4	França	7,4	6,8	4,8
5	Holanda	6,9	2,6	3,7	5	Canadá	3,0	0,0	0,4
6	Índia	5,4	1,1	0,8	6	África do Sul	2,9	2,2	0,1
7	África do Sul	4,2	7,7	9,9	7	Holanda	2,9	0,0	0,5
8	Bélgica	4,0	2,4	4,6	8	Taiwan	2,4	Nd	Nd
9	Emiratos Árabes Unidos	3,9	Nd	Nd	9	Reino Unido	2,1	0,0	0,0
10	Japão	3,8	4,3	1,3	10	Espanha	2,0	1,8	2,3

Fonte: Rosado (2011) apud DNA e OMC.

**Figura 8 – Comércio Angola na Região da SADC**



Fonte: Rosado (2011).

**Figura 9** – Evolução das Importações de Angola Provenientes do Mundo e da SADC

Fonte: Fernandes (2013).

**Tabela 24** – Os Fornecedores de Angola na SADC (estatística do comércio)

Membro SADC	Importações (USD milhões)	(%)
África do Sul	923,49	68,0
Namíbia	417,20	30,7
Moçambique	9,85	0,7
Zimbábue	2,34	0,2
Botswana	1,91	0,1
Zâmbia	1,35	0,1
Tanzânia	1,30	0,1
Maurícias	0,61	0,0
Madagascar	0,02	0,0
Outros	0,00	0,0
<b>Total</b>	<b>1. 358,06</b>	<b>100</b>

Fonte: Fernandes (2013).

**Nota:** os fornecedores mais importantes de Angola na SADC são a África do Sul e a Namíbia.

Alves da Rocha (2010) afirma:

“O Governo angolano logrou, por intermédio dum modelo próprio de política económica, controlar a subida dos preços – que se tinha tornado crónica desde que este fenómeno começou a ser estatisticamente medido em 1991 – aumentar a confiança na moeda nacional, estabilizar o mercado cambial e iniciar um movimento amplo e profundo de reconstituição da base infraestrutural da economia, essencial para que a economia não mineral recupere níveis adequados e regulares de produção, geração de emprego e multiplicação de rendimento.”

Em seguida o autor trata da explicação:

“A explicação destes sucessos – que muitos duvidavam serem possíveis de obter em tão curto espaço de tempo e que a paz veio grandemente facilitar – não é difícil e alguns dos seus fundamentos estão na nossa maior qualificação técnica e científica para compreender e lidar com a fenomenologia económica, na maior capacidade de exercer a coordenação das políticas económicas, na vontade inabalável de tornar Angola num país respeitado e credível – na base do que se poderão conseguir financiamentos externos com condições satisfatórias de prazos e custos –, na estabilidade política arrastada pela paz e na excelente conjuntura internacional até 2008, caracterizada pelo crescimento do PIB mundial, baixa inflação e baixas taxas de juro e acentuados incrementos no preço do atual recurso energético por excelência que é o petróleo” (ALVES DA ROCHA, 2010, p. 147 a 148).

Por fim, Alves da Rocha (2010, p. 150) afirma que, “A abertura da economia nacional e a sua integração no espaço regional da SADC colocam problemas importantes às diferentes políticas e exigem modelos de desenvolvimento específicos às circunstâncias dum país onde faltam os “*stocks*” mínimos de capital que garantam uma competitividade comparável à de outros países”.

### **1.7 A ZCL - Um Passo Rumo à Integração Regional mais Profunda: perspectivas**

Segundo a SADC (2008) a Zona de Comércio Livre (ZCL) constitui um passo rumo à integração económica mais profunda – que é um fator chave para a estratégia e os objetivos da SADC. A integração profunda é concretizada através de uma série de fases. Uma zona de comércio livre é constituída por um grupo de países em que as barreiras tarifárias e não tarifárias são eliminadas, substancialmente, para todo o comércio entre os referidos países. Cada membro mantém as suas tarifas próprias que aplica aos países não membros (em contraste com a união aduaneira).

Diz-se que há uma União Aduaneira quando um grupo de países forma um território aduaneiro único em que os direitos e outros regulamentos restritivos aplicáveis ao comércio são eliminados substancialmente em todas as transações comerciais entre as partes e, além disso, quando uma tarifa externa comum se aplica ao comércio com não-membros. Um Mercado Comum elimina as restrições à circulação de capital e de mão-de-obra, permitindo a livre circulação de bens, serviços e de fatores de produção. A União Monetária estabelece uma autoridade monetária única que define a política monetária e as taxas de juros para a união, abrindo o caminho para a introdução de uma moeda única.

O Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP), aprovado pela Cimeira em 2003, estabelece metas ambiciosas para a integração regional:

- Uma Zona de Comércio Livre: 85% do comércio intra-regional de bens atingirá a tarifa zero até 2008;
- Finalização das negociações sobre a União Aduaneira da SADC até 2010;
- Finalização das negociações sobre o Mercado Comum da SADC até 2015;
- União Monetária da SADC e Banco Central da SADC até 2016;
- Lançamento de uma moeda regional até 2018.

**Tabela 25** – Datas do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional

2008	2010	2015	2016	2016	2018
ZCL	União Aduaneira	Mercado comum	Banco central da SADC	União Aduaneira	Moeda Regional

**Fonte:** SADC (2008).

Resumindo, são estas as perspectivas adotadas pela SADC sobre a estratégia de integração regional, na qual é orientada a participação de todos os países membros de forma gradual atendendo as condições que lhe são favoráveis até 2018, embora muitos autores afirmem que a região não vai alcançar essa meta pelas várias dificuldades que os países ainda encontram.

Seguem dados de referência que mostram a relação das exportações na SADC.

**Figura 10 – Relação das Exportações na Região da SADC**

País	Exportações Anuais de Produtos Manufaturados (USD Milhões)				Exportações Anuais de Produtos Manufaturados <i>per capita</i>				Média das Exportações de Produtos Manufatura- dos <i>per capita</i>	
	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009	2006- 2008	2007- 2009
Angola	38	104	159	313	2	6	9	17	6	11
Botswana	311	535	530	493	164	277	271	249	237	266
R. Dem. Congo	57	51	57	61	1	1	1	1	1	1
Lesotho	825	960	1,066	773	396	456	501	360	451	439
Madagáscar	486	793	1,014	596	26	42	52	30	40	41
Malawi	93	92	88	101	7	7	6	7	7	7
Maurícias	1 424	1 307	1 311	1 223	1 124	1 025	1 021	947	1 057	998
Moçambique	218	127	165	183	10	6	7	8	8	7
Namíbia	649	876	1,308	958	306	406	595	427	436	476
Seychelles	40	32	33	34	469	380	389	396	413	388
África do Sul	24 883	29 935	35 759	23 909	515	613	725	481	618	606
Swazilândia	934	706	411	345	836	623	357	295	605	425
Tanzânia	267	368	659	493	7	9	16	11	10	12
Zâmbia	343	540	604	417	29	45	49	33	41	42
Zimbabué	485	643	539	698	39	52	43	56	45	50
Total da SADC	31 051	37 071	43 706	30 598	124	145	167	114	145	142
Total da SADC (sem a África do Sul)	6 169	7 136	7 947	6 689	31	34	37	31	34	34

Fonte: Fernandes (2013).

**Tabela 26 – Comércio Intra-Regional (Exportações – 2005)**

Países	Botsua	Madagas	Malauí	Mauric	Moçamb	Namífb	Á. Sul	Suazi	Tanzân	Zâmb	Zimb
Angola	0	-	0	0	1	179	544	5	1	1	1
Botswana	-	-	2	0	0	11	-	0	4	3	29
Congo	1	1	0	-	-	12	276	-	13	97	7
Lesoto	0	-	0	1	0	0	-	1	-	1	0
Madagascar	0	-	-	114	-	0	85	8	1	0	0
Malauí	0	-	-	0	49	0	255	3	8	62	26
Maurícia	3	15	0	-	0	0	337	5	0	1	1
Moçambiqu	0	0	17	1	-	18	991	76	7	1	39
Namíbia	12	-	-	30	0	-	-	72	0	9	12
Á. Sul	374	5	91	126	178	748	0	1.13	292	333	577
Suazilândiaa	0	-	0	20	4	1	-	-	1	1	0
Tanzânia	1	0	4	3	0	1	418	-20	-	93	3
Zâmbia	12	0	7	1	1	13	848	203	9	-	77
Zimbábue	182	0	11	2	12	5	1.158	35	2	74	-
R. Mundo	3.821	738	359	1.843	423	1.491	41.480	259	1.167	1.083	611

Fonte: Rosado (2011).



**Tabela 27 – Comércio Intra-Regional (Importações – 2005)**

Países	Botsua	Madaga	Malau	Mauri	Moçambi	Namíb	Á. Sul	Suazilân	Tanzâ	Zâmb	Zimbá
Angola	0	-	0	-	0	3	297	-	0	0	0
Botsuan	-	0	1	0	2	5	303	0	1	11	104
Congo	1	0	0	0	-	0	4	-	1	22	77
Lesoto	0	4	0	1	0	0	0	0	0	0	-
Madaga	-	-	-	15	0	0	2	0	0	0	0
Malauí	1	2	0	-	20	0	69	0	1	14	3
Maurici	6	84	1	0	6	0	25	0	5	2	5
Moçam	1	3	148	16	-	0	26	13	2	10	204
Namíbia	9	-	0	0	22	-	128	0	1	6	12
Á. Sul	2.267	99	380	270	700	2.079	-	1.269	403	1.18	309
Suazilân	0	10	5	7	16	3	0	-	24	4	1
Tanzâni	1	2	32	3	4	0	39	0	-	55	6
Zâmbia	4	-	62	9	3	1	202	1	4	-	845
Zimbáb.	46	0	90	3	17	20	483	0	2	109	-
R.Mund	349	1.432	436	2.833	798	386	48.20	153	2.799	1.02	510

Fonte: \*Rosado (2011).

**Tabela 28 - Múltipla filiação dos Estados-membros da SADC**

Filiação	SADC (c)	COMESA (b)	CEEAC (c)	SACU (a)	EAC (a)	IOC (c)
Angola	✓	✓	✓			
Botsuana	✓			✓		
R. D. Congo	✓	✓	✓			
Lesoto	✓			✓		
Madagascar	✓	✓				✓
Malauí	✓	✓				
Maurícias	✓	✓				✓
Moçambique	✓					
Namíbia	✓			✓		
África do Sul	✓			✓		
Suazilândia	✓	✓		✓		
Tanzânia	✓				✓	
Zâmbia	✓	✓				
Zimbábue	✓	✓				

Fonte: Fernandes (2013).<sup>1</sup>

## 1.8 Infraestrutura Rodoviária e Ferroviária como Fator Alavancador e de Integração Comercial na Região da SADC

É notória a preocupação do governo de Angola com relação às infraestruturas numa perspectiva mais regional. As infraestruturas de transporte, principalmente ferroviárias, já foram de enorme preocupação para o rápido desenvolvimento para

<sup>1</sup>Algumas tabelas e gráficos foram retiradas do Livro de Francisco Fernandes com o seguinte título: *Angola e os desafios da integração econômica regional – Reflexões e providência*. Produzido em maio de 2013 pela editora – Edição e Comunicação, Lisboa, Portugal.

\*Outras foram tiradas do artigo elaborado pelo Diretor do Jornal Expansão Angola, o Dr. Carlos Rosado com o título: *Comércio entre Angola e outros Estados da SADC*. Apresentado na Conferência Internacional sobre Integração Regional de Angola na SADC: Mito ou realidade, organizado pelo Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (CEIC/UCAN), em parceria com a Fundação Open Society-Angola (COSISA) em 2011.

região, mas infelizmente a guerra civil veio atrapalhar os anseios do governo e aliados da região, danificando ou destruindo os mesmos através das minas.

Hoje o governo de Angola, está a fazer o esforço de “desminagem”, como também de recomposição da malha rodoviária e ferroviária, com o intuito de viabilizar a relação econômica existente entre Angola e os países da região e não só, ou seja, o projeto também tem contornos para outras regiões do continente.

Deste modo, o Governo elaborou também uma Estratégia Nacional dos Transportes em Angola para o período 2000-2015, que comporta, entre outras medidas, a construção de uma rede integrada de transportes e sua integração na rede da SADC. No entanto, o crescimento econômico e, desde logo, o progresso social, o nível de bem-estar, e o índice de desenvolvimento humano na região, encontram-se intrinsecamente ligados à problemática das infraestruturas (MINTRANS, 2012).

Por outro lado, entre os vários corredores nacionais, o mais importante para região e até mesmo para o país é o Corredor de Desenvolvimento do Lobito, que vai do Porto do Lobito às regiões mineiras da República Democrática do Congo (Província do Katanga) e da Zâmbia (Copperbelt) atravessando em território angolano as províncias de Benguela, Huambo, Bié e Moxico. Por conseguinte, as principais infraestruturas de transporte que integram o Corredor de Desenvolvimento do Lobito são: o Porto do Lobito; o Caminho de Ferro de Benguela; o Aeroporto Internacional da Catumbela, e os aeroportos provinciais de Benguela, do Huambo, do Kuito e do Luena (MINTRANS, 2012).

Desta forma, o Corredor de Desenvolvimento do Lobito tem, entre outros, como finalidades e benefícios:

- a facilitação do acesso ao mar das províncias angolanas de Benguela, Huambo, Bié e Moxico, e dos países vizinhos sem litoral, à República Democrática do Congo e a Zâmbia;
- O eixo de exportação mais econômico para os minérios da República Democrática do Congo e da Zâmbia com destino à Europa e América, como também da importação de bens, para esta sub-região sem litoral da SADC, oriundos de várias proveniências;
- Promover as potencialidades socioeconômicas.

A rede ferroviária inclui os caminhos-de-ferro de Benguela (1305 km até a fronteira com o Zaíre e a Zâmbia). O Corredor de Desenvolvimento caracteriza-se pela natureza integrada dos seus programas e concentra - se no melhoramento das infraestruturas de transporte, para a angariação de investimento nos setores que apresentam potencial para desenvolver projetos económicos que levam ao desenvolvimento integrado a nível nacional e regional (MINTRANS, 2012).

Segundo, a CMI (2011):

“desde o seu estabelecimento em 1980, a organização tem realçado a necessidade de projetos de desenvolvimento transfronteiriços nas áreas da energia, água e transportes. A cooperação nestas áreas é considerada crucial tanto para facilitar o desenvolvimento nos Estados membros, como para fomentar a cooperação regional. A ênfase da SADC, nos últimos anos, em promover a integração económica e a redução da pobreza tem reforçado este foco nas infraestruturas”.

Ainda adentro a CMI (2011), historicamente, Angola tem tido um papel chave no desenvolvimento das políticas da SADC no âmbito das infraestruturas. Nas décadas de 1980 e 1990, Angola coordenou o trabalho da SADC no setor da energia. O atual Secretário Executivo Adjunto para a integração regional é angolano e foi anteriormente diretor da Comissão de Energia da SADC, cuja sede se situava em Luanda, antes de ser transferida para o Secretariado em Gaborone.

Vários angolanos trabalham no Secretariado. Em Angola, existe um Comitê Nacional de alto nível da SADC para gerir as relações do país com aquela organização. Este Comitê é coordenado pelo organismo central da SADC no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Angola assinou quase todos os Protocolos da SADC – as políticas juridicamente vinculativas e instrumentos para a cooperação intergovernamental no seio da SADC – mas não os ratificou todos. Algumas exceções importantes são o Protocolo que regulamenta a gestão da bacia do rio Zambeze, o Pacto de Defesa Mútua e o Protocolo sobre Cooperação em Política, Defesa e Segurança. Angola também decidiu não aderir à Zona de Comércio Livre da SADC.

O trabalho da CMI (2011) ainda relata que, no que se refere à prioridade sobre as infraestruturas, o papel das infraestruturas no programa de ação da SADC tem sofrido alterações ao longo dos anos. Enquanto nos anos noventa emergiram outros objetivos e prioridades, nos últimos anos o papel das infraestruturas tem sido novamente realçado. O RISDP argumenta fortemente que o desenvolvimento das infraestruturas é um

impulsionador essencial para o desenvolvimento e integração regional. Quatro áreas de intervenção temática são identificadas e destacadas no seio do RISDP:

- Assegurar a disponibilização de fontes energéticas seguras e rentáveis;
- Fornecer transportes, comunicações e sistemas meteorológicos eficientes, rentáveis e seguros;
- Melhorar os acessos à água e ao saneamento; e
- Usar o turismo para alcançar um desenvolvimento sustentável.

Os objetivos principais da SADC no setor dos transportes são:

- A integração de redes regionais (de superfície e aéreas);
- O desenvolvimento de infraestruturas nos corredores e remoção de barreiras não-tarifárias; e
- a harmonização das políticas de transporte, regulação e legislação.

As infraestruturas de transportes com um funcionamento ininterrupto são consideradas um aspecto chave da integração económica e da agenda do comércio da SADC.

Com seis dos seus Estados membros sem litoral, a SADC identificou 14 iniciativas de desenvolvimento espacial e corredores de transporte que ligam os principais portos da região a zonas mineiras e zonas de produção agrícola e comercial do interior. Os objetivos da SADC centram-se em alcançar:

- Instrumentos legais para uma governação conjunta dos corredores de transporte;
- Quadros institucional para a gestão conjunta e coordenada dos corredores de transporte; e o
- Desenvolvimento de transportes essenciais e de infraestruturas logísticas.

Foram assinados instrumentos legais de governação para oito dos quatorze corredores (Trans-Kalahari, Trans-Caprivi, Maputo, Beira, Nacala, Mtwara, Dar es Salaam e o Corredor Central de Transporte); estão a ser desenvolvidos Memorandos de Entendimento (MoU) para o Corredor Norte-Sul; e ainda é preciso desenvolver

instrumentos para os corredores de Trans-Cunene, Lobito (Benguela), Malange, Namibe, Trans-Orange, e de Maseru-Durban.

Apenas quatro desses quatorze corredores têm instituições de gestão de corredor estabelecidas e funcionais – o de Trans-Kalahari (que liga a Namíbia, o Botsuana e a África do Sul); o de Maputo (Moçambique, África do Sul e Suazilândia); o de Dar es Salaam (Tanzânia, Moçambique, Malawi, Zâmbia, RDC); e os Corredores Centrais de Transporte (Tanzânia, RDC, Uganda, Ruanda, Burúndi). Há alguns acordos de caráter transitório e provisório em vigor nos corredores de Trans-Cunene (Namíbia, Angola) e de Trans-Caprivi (Namíbia, Zâmbia, RDC). Nos restantes, não há instituições em funcionamento.

O Corredor Norte-Sul é um corredor importante e complexo, envolvendo sete países, e foi desenvolvido através da cooperação entre a SADC e duas outras organizações regionais (a COMESA e a Comunidade da África Oriental). A SADC identificou seis projetos prioritários no setor dos transportes para ajuda externa e investidores. Dois deles envolvem o Corredor Norte-Sul. Um inclui a construção de uma estrada e de uma ponte ferroviária sobre o Rio Zambeze, em Kazungula, na fronteira Botswana/Zâmbia, bem como um posto fronteiriço de paragem única. O segundo projeto é a dualização da estrada Beitbridge-Harare-Chirundu no Zimbábue. Liga o “cinturão de cobre”, na RDC e na Zâmbia, com portos na África do Sul e na Tanzânia. Foi preparado um Memorando de Entendimento (MoU) para o desenvolvimento de um sistema de gestão, mas não chegou a ser implementado. Foram feitos alguns investimentos em redes rodoviárias e ferroviárias, ao longo do corredor. Foi aberto um posto fronteiriço de paragem única entre a Zâmbia e o Zimbábue, que deverá reduzir o tempo de passagem na fronteira de três dias para três horas. Prevêem-se mais quatro postos fronteiriços de paragem única neste corredor, até 2012.

No Corredor de Trans-Cunene, as prioridades são a construção de um posto fronteiriço de paragem única na fronteira Namíbia/Angola, em Oshikango-Santa Clara, e a extensão da linha ferroviária a partir de Santa Clara.

No Corredor de Dar es Salaam, a prioridade da SADC é a construção de um posto fronteiriço de paragem única em Nakonde/Tunduma, na fronteira entre a Zâmbia e a Tanzânia.

- Lentidão na participação do setor privado em algumas áreas de infraestruturas;
- Falta de capacidade do Secretariado da SADC, incluindo capacidade para coadjuvar no desenvolvimento de projetos com acesso a financiamento por investidores e doadores.

O desenvolvimento de infraestruturas regionais por parte da SADC está a decorrer muito mais lentamente do que se previra originalmente. Este fato é evidente quer no planeamento e preparação de projetos, na mobilização de recursos e na implementação de projetos, quer em políticas de harmonização e de facilitação. Em Junho de 2010, os ministros dos países da SADC responsáveis pelo desenvolvimento de infraestruturas reuniram-se no Zimbábue e examinaram o ritmo lento da implementação. Listaram várias razões para esta situação, ligadas à vontade política e capacidade dos Estados-membros, bem como à capacidade das instituições regionais. Entre as razões, incluem-se:

- A não implementação por parte dos Estados-membros de várias provisões dos protocolos da SADC orientadores do desenvolvimento de infraestruturas regionais;
- Falta de capacidade ao nível dos Estados-membros;
- Lentidão do desenvolvimento e de assinaturas de Memorandos de Entendimento transfronteiriços entre Estados-membros;
- Estruturas fracas ao nível dos Estados-membros e a níveis transfronteiriços;
- Deslocação de financiamento do setor público para outras prioridades socioeconômicas domésticas urgentes;
- Lentidão na participação do setor privado em algumas áreas de infraestruturas;
- Falta de capacidade do Secretariado da SADC, incluindo capacidade para coadjuvar no desenvolvimento de projetos com acesso a financiamento por investidores e doadores.

Segundo CMI (2011), Angola tem desenvolvido planos ambiciosos para a reconstrução e o desenvolvimento de transportes de superfície (rodoviários e ferroviários). Qual a sua ligação com os planos e ambições em nível regional? Um dos

principais focos do trabalho da SADC neste setor articula-se em torno de quatorze corredores de transporte. Três destes corredores atravessam Angola. Em que situação se encontram? Passamos a analisar brevemente cada um deles.

- Corredor Trans-Cunene

Este corredor liga o porto de WalvisBay ao Sul de Angola, até ao Lubango, a uma distância de 1600 km. No futuro, fará também a ligação ao porto de Namibe. Há uma linha ferroviária a partir de WalvisBay, que se prolonga via Tsumeb até Ondangwa, no Norte da Namíbia, onde há um depósito de contentores. A construção da linha de Ondangwa até à fronteira (Oshikango-Namíbia/Santa Clara-Angola) deverá estar concluída – após vários atrasos – em 2011. No lado angolano, prosseguem os preparativos e a reabilitação contínua da estrada Lubango-Santa Clara, projeto financiado pelo Governo angolano e pela UE.

A fronteira Oshikango/Santa Clara é o principal acesso para o transporte rodoviário de importações da Namíbia e da África do Sul até Angola. Há também algumas importações vindas de fora da região que chegam através de WalvisBay até ao Lubango e ao Sul de Angola.

Até ao momento, não há um posto fronteiriço de paragem única em desenvolvimento, nem um Memorando de Entendimento sobre a facilitação de circulação de transportes, ou uma comissão de gestão conjunta do corredor, prevista pela SADC. Um estudo sobre a exequibilidade de um posto fronteiriço de paragem única foi concluído em 2007 (financiado pelo Japão), mas a sua implementação está pendente devido a problemas com o financiamento e com o estabelecimento de uma estrutura institucional. O Secretariado da SADC coordenou uma reunião inicial entre os dois países, em 2009, mas não parece ter havido mais avanços para, além disto.

A SADC identificou um posto fronteiriço de paragem única em Oshikango/Santa Clara e uma linha ferroviária a partir de Santa Clara como uma das prioridades principais, mas o progresso tem sido lento. Pode pensar-se que as prioridades domésticas em Angola – em particular o desenvolvimento do corredor Namibe- Lubango – podem reduzir o volume de mercadorias vindas através de WalvisBay. Todavia, as importações vindas da Namíbia e da África do Sul podem aumentar.

- Corredor Lobito-Benguela

O porto de Lobito está ligado com a RDC, a Zâmbia e o corredor emblemático da SADC – o corredor Norte-Sul (desenvolvido em conjunto com a COMESA e a Comunidade da África Oriental). É também o porto marítimo mais próximo da parte oeste do “cinturão de cobre” na RDC, incluindo Kolwezi. A principal prioridade é a reabilitação do caminho-de-ferro no corredor do Lobito, o caminho – de ferro de Benguela. Encerrado desde 1975, está atualmente a ser recuperado através de financiamento angolano e chinês. Oficialmente, a abertura do caminho-de-ferro do Lobito até a fronteira de Angola com a RDC está agendada para 2012. O programa para a reabilitação da secção do caminho-de-ferro da RDC permanece incerto, sendo provável que esteja associado ao nível de atividade mineira. Há, porém, um grande interesse em desenvolver a linha ferroviária a partir da Zâmbia, para ligá-la ao caminho-de-ferro Lobito-Benguela. O Banco Africano de Desenvolvimento também contribuiu, recentemente, para financiar o troço da Zâmbia – principalmente para facilitar a exportação de cobre e de outras cargas a granel, a partir da Zâmbia.

- Corredor de Malange

O programa implicará, sobretudo, a reabilitação do corredor (ferroviário e rodoviário) entre Luanda e Malange, continuando pela RDC até Cabinda, para o transporte rodoviário. O caminho-de-ferro de Luanda até Malange foi concluído (2010).

Segundo a CMI (2011), uma observação importante neste documento é que a atual cooperação entre a SADC e Angola, no que respeita ao desenvolvimento de infraestruturas, é muito limitada. São poucos os projetos transfronteiriços entre Angola e os Estados vizinhos (os existentes limitam-se a Angola e Namíbia, ao corredor Trans-Cunene e à bacia hidrográfica do Rio Cunene).

Não há uma mobilização significativa de recursos para esses projetos por parte da SADC. Esta organização poderá vir a ter uma maior influência na contribuição de políticas e de planeamento em Angola em nível da cooperação regional, mas tal é mais difícil de avaliar. Em particular, a SADC proporciona o quadro institucional para a harmonização de políticas e define os parâmetros para abordar a cooperação regional.

Há algumas explicações óbvias para esta situação. Do lado da SADC, a atenção na reconstrução pós-conflito é, de fato, limitada. Por conseguinte, esta organização tem-



se centrado principalmente na parte sul e oriental da sua região, dando bastante menos atenção a Angola, à RDC e à zona noroeste. Estes dois países nem fazem parte da zona de comércio livre da SADC – a prioridade principal da organização. Além disso, a própria SADC tem uma capacidade limitada e cada vez menor de assumir a liderança no planeamento, preparação e implementação de projetos.

Isto cabe as organizações subsidiárias (como o Grupo de Energia ou organizações de bacias hidrográficas) ou estados-membros. O objetivo primordial da SADC é o de facilitar a harmonização de políticas e o desenvolvimento na região, bem como prestar assistência aos Estados-membros.

Do lado angolano, a prioridade principal é – e tem de ser – a reconstrução e o desenvolvimento doméstico. Há um longo caminho a percorrer até Angola poder plenamente beneficiar, e contribuir, da cooperação e integração regional. Contudo, os benefícios de uma cooperação mais próxima com os seus países vizinhos e com a SADC podem, rapidamente, tornarem-se evidentes. É o caso, especialmente, de alguns dos desafios sobre infraestruturas acima apresentados.

## **1.9 Principais resultados do capítulo 1**

O capítulo 1 mostra as desigualdades existentes entre as regiões e ou países da África, com ênfase a África Austral através de indicadores socioeconômicos e de infraestruturas.

A África é um continente com um leque de países com bons indicadores de progresso do crescimento económico, mas ainda encontra muitas dificuldades em termos de distribuição dos rendimentos, de infraestruturas e, como também de integração económica entre as regiões. Alguns países estiveram envolvidos em situações desastrosas de conflitos civis que assolaram o continente nos últimos anos. Outra situação é a relação que muitos países têm com outros blocos do continente, ou seja, muitos dos países do continente fazem parte em mais de um bloco no continente (multi-filiação), visto que isso também cria constrangimentos nas políticas regionais intra-blocos.

A dependência económica dos países é um fato, ou seja, boa parte dos países depende de outros países ou blocos fora do continente, fazendo com que esse desarranjo económico influente continue a dificultar até certa medida o nível de crescimento e

desenvolvimento econômico do continente. Portanto, estes fatores e muitos outros fazem com que o continente continue refém destes países e que este efeito se traduz em fragmentos regionais. Entretanto, o esforço dos governos deve ser para que nas próximas décadas essa situação deve ser minimizada com vistas a diminuir as assimetrias existente entre as regiões, para fazer frente às regiões que se encontram fora do continente.

Mas, apesar de todos esses constrangimentos, entre as regiões do continente, a região que mais tem crescimento em termos de Produto Interno Bruto é a da África Subsaariana. A região da África do Norte mostra índices de fraco crescimento, mas mesmo assim continua a ser a região com um Produto Interno Bruto por pessoa mais elevada do continente, mesmo sofrendo de grandes choques do conflito civil.

A SADC tem o pior Produto por pessoa. Isso mostra que a SADC deve levar em consideração essas diferenças e procurar melhorar naquilo que não vai bem aos países que as integram, ou seja, é necessário se encontrar um ponto comum de convergência para poder melhorar esse quadro existente. Além do PIB *per capita*, a região dos Estados Árabes também de mostra um Índice de Desenvolvimento Humano melhor com relação às outras regiões. Nesta ordem de idéias, é a região que menos cresce, mas que têm os indicadores sociais melhores do continente africano. Mas o foco deste capítulo é a região da África Austral.

Concentro-me nesta região de interesse: primeiro por ser uma região onde encontramos o bloco mais emergente do continente – SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral); segundo por ser uma região do continente onde uma boa parte dos países mostrou taxas de crescimentos elevadas nos últimos dez anos, mas com Produto por pessoa e IDH baixos; e terceiro pelo fato de Angola fazer parte do mesmo como membro influente; todas essas qualidades me chamaram atenção.

É nesta região onde encontramos um conjunto de quinze países que fazem parte da SADC, entre elas temos: Angola, África do Sul, Botsuana, Suazilândia, Zâmbia, Namíbia, Lesoto, Madagascar, Tanzânia, Malawi, Maurícias, Seicheles, República Democrática do Congo, Moçambique e Zimbábue. A SADC foi criada em 17 de outubro de 1992 com a grande importância para o desenvolvimento econômico coordenado na região, assim como a estabilização política.

Por conseguinte, apesar de grandes diferenças em termos de desenvolvimento dos países do bloco, a região veio sempre lutando fortemente numa integração econômica mais unificada e fiável, sem que haja grandes desigualdades de vantagens entre eles, principalmente no campo das trocas comerciais, sendo esta uma região muito heterogênea. Mas esse fenómeno parece que ainda está muito longe de acontecer por formas que muito destes países estão preocupados com as suas políticas internas. Um dos poucos países com condições de trocas é a África do Sul, levando grandes vantagens com relação as suas congêneres. Daí a não adesão de Angola no comércio livre.

A relação de trocas comerciais entre os países que fazem parte do bloco ainda não é satisfatória, visto que muito dos países ainda estão preocupados com problemas de fórum interno, com principalmente relevância as infraestruturas de apoio ao desenvolvimento económico (como ponto de confluência de apoio as relações comerciais entre os países da região), agricultura moderna, indústrias transformadoras, entre outras. Além do mais, se olharmos nos indicadores comerciais, podemos perceber que o peso das trocas comerciais na região é muito ínfimo, ou seja, os países acabam trocando mais com regiões fora do continente.

A par desta situação, Angola tem estado a evidenciar esforços para aderir a Zona de Comércio Livre na região. O governo angolano só não aderiu ainda por problemas conjunturais e principalmente estruturais no que se referem à infraestruturas adequadas, agroindústrias e/ou indústrias transformadoras capazes de concorrer com outros países da região, isto é, a base económica de Angola ainda não está preparada para este fim.

Além disso, Angola tem noção que o setor externo é importante para a economia do país, mas é necessário que essa relação no campo das exportações têm de mostrar vantagens mútuas para os dois ou mais países da região em termos de trocas. Nessa ordem de ideias, dizer que o produto mais importante e vantajoso de Angola no comércio exterior é o petróleo, portanto, sabe-se que quase 50% do peso do PIB da economia do país vêm deste setor da economia.

Boa parte do petróleo não é exportada para as economias dos países da região da SADC, mas sim para economias de outras regiões como China, EUA, EU, principalmente. Isso mostra, que em termos de trocas comerciais, a região ainda está

aquém do esperado. Este caso não decorre só neste país, mas os países da região também flutuam na mesma situação, com exceção praticamente da África do Sul por ter uma estrutura econômica mais sólida. Esta especialização e dependência de produção do petróleo para a economia do país põem em risco a balança comercial e, por conseguinte o futuro da economia angolana com vista a encontrar dificuldades do ponto de vista de elevadas quedas dos preços nas exportações relacionados a choques externos, como por exemplo: as sucessivas crises. Para tanto, é luta do governo em diversificar a economia como tenho vindo a chamar atenção desde a monografia, apostando principalmente na agricultura familiar e mecanizada, nas indústrias transformadoras através de pólos industriais, apoiados a um conjunto de infraestruturas, para evitar situações futuras adversas.

Outra situação que vai dar maior integração comercial e não só na região, está relacionada com as infraestruturas de transporte rodoviário e ferroviário, pese embora ainda não têm favorecido a atividade exportadora e a integração comercial na região. Entretanto, essas não são as infraestruturas privilegiadas no momento pelo governo, são os portos e aeroportos.

A luta do governo deve ser construir, reparar e restabelecer as infraestruturas de transportes ferroviárias e rodoviários com vista facilitar a integração econômica e social entre países da região da SADC como em outras regiões do continente, ou seja, uma relação de proximidade em que todos tenham vantagem.

Ademais, através de algumas investigações feitas, pude perceber que além de Angola, outros países da região também têm o transporte como força motriz para o levantamento da relação socioeconômica entre os países da SADC.

## CAPÍTULO 2 – DESIGUALDADES REGIONAIS EM ANGOLA

### 2.1. Histórico e Periodização da Economia Angolana

A história econômica de qualquer país africano ao Sul do Saara, incluindo Angola, deve levar em consideração três períodos bem distintos: o período pré-colonial, o período colonial e o período pós-colonial.

No caso de Angola, até 1482 havia o período pré-colonial,<sup>2</sup> no qual a...

“... característica panorâmica de sua economia era de natureza tributária e de trocas generalizadas (subsistência e de Dom contra Dom, ou seja, um modelo de trocas mutua ou direitas – permuta - atendendo ao Dom de produção de cada sociedade ou família, por exemplo, entre o ferreiro e o agricultor, o artesão e o caçador e vice-versa, daí chamado também de trocas generalizadas pelo fato de todos trocarem entre si), sendo esta, uma economia do tipo feudal ligado ao desenvolvimento do sistema de parentesco, onde as sociedades ou povos encontrados estavam estruturados em ferreiros, artesões, agricultores e caçadores. Sendo assim, cada tipo de produção correspondia a um modelo de sociedade, onde esse tipo de economia caracterizava-se profundamente como economia de subsistência e de ajuda mutua. Foi uma economia ligada ao mundo rural” (NGONDA, 2008).<sup>3</sup>

Depois de 1482, começa o período colonial. Com efeito, a chegada do colonizador modificou radicalmente o panorama econômico, social e político do país, sendo que nesta altura o modelo da economia caracterizou-se de domínio comercial, onde os povos nativos se dedicavam a produção agrícola em troca de especiarias, entre outros produtos do colonizador português. Em outra instância surge outro período, o pós-colonial, embora não considero como sendo o último período da história econômica e social de Angola, conforme a classificação tradicional. Esse período deu-se a partir de 1975 através de uma revolução político-social dos povos nativos.

Observe que o foco não é discutir o período pré-colonial e muito menos as fases de penetração do colonizador português em Angola, mas sim descrever esta excursão histórica da economia da década de 1920, para mostrarmos fatores iniciais que contribuíram ou que tiveram na base das assimetrias ou desigualdades territoriais e mesmo regionais no país, clarificando que o indício das assimetrias em Angola

---

<sup>2</sup>No período pré-colonial, o atual território angolano já tinha uma organização política, econômica e social constituída por reinos independentes melhor ao modelo colonial.

<sup>3</sup> Lucas Benghy Ngonda: é Professor titular do Curso de Economia na Universidade Agostinho Neto em Luanda - Angola. É regente da cadeira de História Econômica e Social de Angola, sendo que, elaborou um manual de apoio à disciplina intitulada: *Manual de Economia. Luanda, 2008*.

começou a partir do momento que o colonizador português ocupava principalmente de forma efetiva todo território nacional, por volta desta década e prolongando-se até 1975.<sup>4</sup>

Por esta razão, as regiões hoje mais desenvolvidas são as do Centro-Oeste e a Metrópole, visto que estes eixos integraram às províncias estratégicas e foram privilegiadas pelo colonizador na altura, como Luanda e Benguela, dentre outras. As regiões de grandes produções como Norte e Centro-Leste não foram fáceis de dominação, portanto, influenciaram no desenvolvimento dessas regiões. Ademais, as riquezas dessas regiões não influenciaram praticamente em nada para as mesmas. Porém, não se pode esquecer que são estas as regiões de interesse, de maior produção e receita para o colonizador.

Não podemos deixar de visualizar a incorporação de um período discreto a história da economia angolana que surge no início de 2002 a que chamo de período pós-guerra civil considerado também pelo Estado angolano. É uma nova e importantíssima fase da história e da economia de Angola, porque as outras fases estavam centradas em conflitos sucessivos, daí a afirmação. Embora apontado acima que os períodos da história econômica e social angolana estão divididos em três partes, é necessário não esquecer esse período porque também foi e ainda está a ser muito importante para o caminhar do país. Porém, quem ler a parte histórica no seu todo, poderá perceber por que da afirmação.

### **2.1.1 Evolução Histórica da Economia Angolana a Partir da Década 1920: Da agricultura ao surgimento da indústria extrativa**

Antes da ocupação total do colonizador português ao território angolano na década de 20 do século passado, houve momentos de penetração e dominação do território iniciado desde 1482 aguando do aparecimento de Diogo Cão na Costa angolana e dois anos mais tarde pelo primeiro governador de Angola Paulo Dias de Novais na costa mais a norte de Angola, na atual província do Zaire onde estava centrado o reino do Congo. Mais tarde, a década de 1920 foi de grandes triunfos coloniais com:

---

<sup>4</sup> O colonizador acabava de ocupar total do território a quando da abolição da escravatura. Desta feita, deixaram o Brasil e outros territórios de exploração, fixando-se assim de forma efetiva no território angolano, dando desta forma privilégios para algumas regiões já citadas. Daí os primeiros indícios de desigualdades regionais.

“A ocupação efetiva de todo território, quebra das resistências urbanas e, já em 1922 os diamantes a dianteira com 98.682 quilates exportados, enquanto o café ultrapassou as 10 mil toneladas, números relativamente importantes para o período, relevando a entrada em novo modelo exportador com produtos de elevada procura mundial, presentes no grupo de topo até final da colonização” (GONÇALVES, 2011).

Sendo assim, no campo da agricultura, o café como principal produto agrícola de exportação, registrou as primeiras calhetas no Cazengo e, em 1856, um total aproximado de 50 europeus produziram 300 toneladas com base em experiência e instruções dos camponeses da área (D AZEVEDO apud GONÇALVES, 2011, p. 91). Por comparação, os dados de 1912 são importantes, mas só depois da Segunda Guerra Mundial, em 1949, a produção atingira patamares internacionais.

A produção cafeeira era conduzida na década de vinte por um pequeno número de sociedades e um número relativamente elevado de fazendas de propriedade individual, de dimensões médias (europeus) e pequenas (angolanos). Havia várias espécies de produção do café em Angola, pois cerca de 97% do café era de espécie “robusta”.

O café arábica estava centrado principalmente no Andulo e Nharea (distrito da Província do Bié) e na Ganda (distrito da Província de Benguela). Para salientar que o café arábica era mais bem cotado nos mercados internacionais que o café robusta.

**Tabela 29 - A Produção do Café e Tipos Comerciais (1972 a 1973)**

<b>Espécies</b>	<b>1972</b>	<b>%</b>	<b>1973</b>	<b>%</b>
Robusta	-	97,3	-	96,7?
Ambriz	156 700	69,3	143 300	68,2
Amboim	40 700	18,1	40 700	19,4
Cazengo	19 900	8,8	17 100	8,1
Kabinda	1 700	0,75	1 900	0,9
Arábica	6 000	2,7	7 000	3,3
<b>Total</b>	<b>225 000</b>	<b>100,00</b>	<b>210 000</b>	<b>100,00</b>

(Fonte: Dilolwa, 1978, p.244).

A maior parte da produção era localizada nos distritos do Uíge, Kwanza-Norte e Kwanza-Sul que contribuíram com 94%. Também se via cultivada o café robusta nos distritos do Zaire, Luanda e Malanje. Houve um aumento significativo da produção até no ano de 1966 para depois se manter estacionária em torno das 220 000 toneladas.

**Tabela 30** - Produção do Café em Toneladas (1924 a 1973)

Anos	Toneladas
1924	8 832
1935	10 278
1939	17 606
1945	29 321
1946	46 896
1949	47 421
1950	38 090
1951	65 941
1952	47 874
1953	73 775
1954	45 737
1955	59 343
1956	87 902
1957	78 023
1958	87 993
1969	98 075
1960	160 557
1961	168 558
1962	185 120
1963	168 287
1964	198 232
1965	205 000
1966	225 680
1967	225 163
1968	198 000
1979	215 000
1970	204 000
1971	228 000
1972	225 000
1973	210 000

(Fonte: Dilolwa, 1978, p.245).

Por comparação, no início da primeira guerra mundial, registraram exportações de café (quase 4,5 mil toneladas), açúcar (3 mil), milho (4 mil) e peixe seco (4,3 mil), todos relativos a 1914 (EXPOSIÇÃO: 1934).

Segundo Dilolwa (1978), em 1946 o café destronou o diamante do primeiro lugar da lista das exportações de Angola. Mas depois de vinte e sete anos de reinado absoluto, o café foi por sua vez, em 1973, relegado para segundo plano pelo petróleo. Ainda, segundo Dilolwa (1978);

“O grande "boom" das cotações deu-se em 1950-1954, em virtude da guerra da Coreia. De 1950 a 1966 o aumento médio de volume foi cerca de 11% por ano. Trata-se sem dúvidas de um ritmo de crescimento notável, mas que foi conseguido não só através dum aumento considerável do número de trabalhadores nas roças dos colonizadores e da intensidade do trabalho, como também em detrimento das outras culturas de interesse vital para as populações angolanas, como o milho e a mandioca”.



Nos anos de 1932 a 1933, começou a surgir na província de Angola pequenas exportações de algodão, uma cultura que acabou dando lugar a fortes conflitos tal como o café. Na época, além do principal produto agrícola de exportação, Angola também produziu: na agricultura (milho, mandioca, feijão, algodão, sisal, banana, tabaco, trigo, arroz, cana sacarina e óleo de palma), pecuária (rebanho, bonivicultura, suinocultura, criação de caprinos, de carneiros e avicultura), silvicultura e pesca. Conforme Dilolwa (1978):

“Depois do grande êxodo das populações do Uíge, Zaire e Kwanza-Norte, consecutivo à guerra, começaram a empregar-se em quantidades ainda mais massivas os trabalhadores do centro-sul-leste de Angola nas roças daquela área. Embora as estatísticas portuguesas digam o contrario, a produção de café baixou sensivelmente em 1961, como consequência imediata do começo da luta armada; simplesmente os colonialistas puderam falsificar os dados da produção e aumentar as exportações porque havia imensos <stocks> acumulados equivalendo a toda uma colheita anual”.

Nos anos de 1962 a 1963, houve uma subida de novo da produção, em consequência da sabotagem da luta pelos tribalistas da UPA e do emprego de massas de contratados centro-sul-leste. A produção mundial elevou-se em 1963 a 1964 numa cifra de 3,5 milhões de toneladas e a produção de Angola era correspondente a 4,7% do total. Nos anos de 1972 a 73, a produção angolana correspondia a 4,6% do total numa produção mundial de 4,3% milhões de toneladas.

Angola se torna no continente africano o segundo maior produtor e o quarto na escala mundial. Os quatro primeiros eram Brasil, Colômbia, Costa do Marfim e Angola, e representavam em conjunto 54% da produção mundial, elevando-se a parte de Angola a 6,1% desse conjunto. As principais companhias produtoras de café no país naquela altura eram: a Companhia Angolana de Agricultura (CADA);<sup>5</sup> a Companhia Agrícola do Cazengo; Mario Cunha; Marques Seixas; e a Sousa Leal (DILOLWA, 1978).

O café era produto basicamente de exportação, o povo de Angola quase não consumia, visto que o consumo não ultrapassava as 500 gramas por ano e por pessoa. O povo angolano, embora produtor, não se podia oferecer o luxo de beber café. As

---

<sup>5</sup>Companhia angolana de agricultura era uma vila privada, considerada em todo mundo como uma cidade modelo privada que tinha uma série de roças, fazendas, filiais e sedes espalhadas por vários locais de Angola e onde mais tarde os empregados se associaram e criaram a U.N.E.C. União dos Empregados da C.A.D.A., possuíam entre outros, como um prédio em Luanda, também tinham um prédio habitacional, um hotel, o chamada “Praia Hotel”, na antiga cidade de Novo Redondo, hoje conhecida por Sumbe. Acesso: web – link: <<http://boaentradacadareencontros.weebly.com/>>.

estatísticas portuguesas relativas à exportação eram muito mais seguras do que as relativas à produção, uma vez que o que interessava realmente aos colonos era a exportação (DILOLWA, 1978). A partir de 1950 as cifras foram as seguintes:

**Tabela 31** - Exportação do Café

Anos	Toneladas	Contos	% sobre o valor total das exportações
1950	37 570	746 552	34,42
51	64 433	1 627 725	47,90
52	47 712	1 137 658	41,43
53	71 564	1 882 003	53,25
54	44 208	1 304 240	44,10
55	57 888	1 245 545	44,41
56	83 951	1 534 872	46,76
57	72 228	1 420 534	42,24
58	77 321	1 505 712	40,82
59	88 999	1 387 495	38,68
60	87 217	1 263 964	35,45
61	118 122	1 398 449	36,11
62	156 887	1 864 092	43,72
63	136 437	1 894 754	40,00
64	138 700	2 859 116	48,73
65	159 168	2 687 101	46,80
66	156 412	3 058 386	48,10
67	196 506	3 546 746	51,90
68	188 573	3 530 447	45,30
<b>69</b>	182 798	3 234 435	34,50
<b>70</b>	180 554	3 879 997	31,90
<b>71</b>	181 049	4 026 355	33,10
<b>72</b>	176 855	3 834 941	27,50
<b>73</b>	218 660	5 162 021	27,00

**Fonte:** Elaboração Própria a partir dos dados do Livro do Dilolwa (1978, p.249).

Há uma queda relativa do café a partir de 1969. A parte do café que não era exportada por falta de compradores, era armazenada. Assim quando a luta armada foi desencadeada, havia aproximadamente 96 000 toneladas em estoques, o que permitiu elevar o volume das exportações, embora houvesse queda da produção.

Entretanto, 58% do café de Angola, ou seja, mais da metade, em 1973 seguia para os Estados Unidos. De forma geral, a exportação do café de Angola estava muito concentrada em poucos países o que era um serio óbice, tornando a economia demasiado vulnerável. No mesmo ano, oito países importaram 91% do café de Angola,

nomeadamente Estados Unidos, Inglaterra, França, Portugal, Alemanha Federal, Espanha, Holanda e Itália. Quase toda a matéria-prima era exportada a bruto.

Adentrando a Indústria Extrativa, segundo Gonçalves (2011),

“a pesquisa de diamantes teve início em 1912, embora fizesse parte das possibilidades desde a formação da Comissão das Minas da província de Angola, em 1857. Tudo ficou nesses limites das hipóteses até pelo menos 1871 quando estavam válidos 82 alvarás para minerais como ouro, cobre, ferro, carvão, mas não referencia segura às pedras preciosas”.

Os trabalhos iniciados em 1912 levaram a descobertas diamantíferas na Lunda e sua extração passou a obedecer a um monopólio atribuído em 12 de Maio de 1921, à Diamang, corporação de capitais portugueses, belgas, franceses, britânicos e norte-americanos. O contrato foi assinado uma semana depois.

No dizer de Gonçalves (2011), houve um aumento aproximado de 500 mil quilates e por sua vez, o café acabou crescendo menos. Por conseguinte, antes da descoberta do petróleo em Angola, os produtos que tinham maior ênfase para o mercado externo eram os seguintes: Café e os diamantes, cuja revela sustentabilidade, ao contrário da borracha, que teve doze anos de florescimento no início do século XX, promovido pelo corte massivo e predador e pelo recurso a carregadores em regime semi-encravo, até que os preços mundiais lhe puseram fim: “Ao mesmo tempo, a cobrança de imposto indígena, alarga e abrange 770.154 pessoas no biênio 1927/1928 e 744.787 em 1932/1933, segundo recenseamento efetuado que, para a população total em 1913 e 1922, a explicação oficial é que os processos de estimativa se aperfeiçoaram e corrigiram erros por excesso” (EXPOSIÇÃO, 1934 apud GONÇALVES, 2011).

Para Gonçalves (2011, p. 92), o sonho mineiro da colonização nunca se desfez e, desde finais do século XIX, dezenas de concessões em jazidas foram atribuídas, levadas a prática de forma tão precária que tiveram vida curta, exceto os diamantes. Porém, uma pesquisa que durante décadas daria resultados decepcionantes, merece destaque pelo impacto exercido nos períodos econômicos seguintes.

Em 1928 a Companhia de Petróleos de Angola tinha feito dezessete sondagens. Tratava-se de companhia com capitais em maioria belgas e norte-americanos, constituída em 1916, detentora de direitos exclusivos desde 1922, após o que se extinguiu. Nova empresa só será criada em 1953, culminando uma história de pesquisa,

inicialmente interessada em produtos que – muito mais tarde se saberia – indicam a possível presença de petróleo. Relativo a pesquisas muito anteriores divulgado em 1893 pelo Dr. Lang, confirma existência de petróleo.

Portanto, se tivermos que situar a produção do café de forma regional, vinculando-a com a estrutura regional de Alves da Rocha (2010), pode-se perceber que as regiões que mais produziram café são as regiões do Norte, com destaque para as províncias do Uíge e Kwanza Norte, e as do Centro-Oeste, com destaque a província do Kwanza Sul. Atento aos dados decifrados por Dilolwa (1978) pode-se ainda afirmar que estas são as duas regiões que mais produziram café em Angola com uma contribuição de 94%.

Relativamente ao Café Arábica, embora de pouca produção como atestem os dados da Tabela-1 da (p.3), foi a que melhor cotação apresentava no mercado internacional com relação ao Café Robusta que na verdade tinha uma produção de quase 100% do total produzido (GONÇALVES, 2011). Além disso, a região que produziu este tipo de café foi a do Centro-Oeste destacando as províncias do Bié, Benguela e Huambo respectivamente.

O foco aqui é trazer o ideário da implantação do colonizador e as principais explorações até aos anos de 1970, com ênfase no café e diamantes e um recorte antes do início da luta armada. Relativamente ao fato, segundo fontes orais e escritas, a província que mais dava cartas na produção do Café Comercial foi a província do Uíge com um total de 34% relativamente até 1970. As outras do topo como as províncias do K. Norte e K. Sul, o seu valor percentual cifrava nos 18% e 17%, e as demais províncias produtoras dividiam as restas somas.<sup>6</sup> Entretanto, as duas últimas fazem parte da região Norte.

Como se afirmou, a produção de café veio caindo depois do início da luta armada para a libertação nacional e do interesse em nível internacional da produção voltada ao petróleo, entre outros fatores. Mas se tornou precário no início da luta civil após a independência de 1975, quando o governo em certa medida perdeu o controlo das regiões de melhor produção e renda do país. A sua exportação estava muito

---

<sup>6</sup>Agencia Nacional de Investimento Privado (ANIP): *Programa de recuperação e desenvolvimento do setor do café (PRDC)*. by Instituto Nacional do Café (INCA) & Ministério da Agricultura (MINAGRI). Disponível em: <[http://www.anip.co.ao/ficheiros/pdfs/PRDC\\_cafe\\_Texto.pdf](http://www.anip.co.ao/ficheiros/pdfs/PRDC_cafe_Texto.pdf)>. Acesso: 02/12/2013. Neste artigo pode-se encontrar mais informação e dados relativos ao Café.

concentrada em poucos países do mundo pondo em risco a sua economia, que já era vulnerável, atendendo à especialização na produção do café e aos choques externos a importação destes poucos países. Nesta altura, atendendo ao interesse em nível internacional na exploração do petróleo, o governo colonial da província de Angola, deveria se preocupar com afinco na diversificação da economia de Angola.

Com relação à indústria extrativa, a região que sempre se impôs na produção do petróleo foi a região do Norte, com destaque para as províncias de Cabinda e Zaire (Soyo). Com relação aos diamantes, foram as províncias da Lunda Norte e Lunda Sul, na região do Centro-Leste.

Em suma, estes e outros fatores ainda causam dificuldades de progresso na economia angolana nos dias de hoje. Entre vários exemplos já citados, temos um bem claro: o efeito da guerra de libertação e civil na agricultura e na indústria hoje, ou seja, a destruição das indústrias transformadoras, como também o volume de minas que se encontravam e ainda se encontram no interior de Angola criaram e ainda criam interferências na política agrícola, principalmente na agricultura familiar do governo com vistas a erradicar a fome. Este é um fato que muitos trabalhos sobre a diversificação da economia não levam em consideração. Ademais, é de lembrar que Angola era autossuficiente na produção agrícola para consumo antes da guerra civil, segundo vários estudiosos.

Assim, se observarmos a história de Angola com cautelas, percebe-se que as regiões que mais criaram renda para o país foram as regiões do centro-leste, através da produção de diamante nas Luandas Norte e Sul, e, principalmente a região Norte na produção do café, hoje substituído pelo petróleo. Na seção seguinte, esses e outros setores serão detalhados com maior afinco.

### **2.1.2 A Crise Econômica na Primeira República: De 1975 a 1992<sup>7</sup>**

No período anterior a independência, Angola registrava avanços significativos no seu desenvolvimento econômico e social decorrente do fato da potência colonizadora - Portugal - querer recuperá-la do atraso a que fora devotada ao longo de cerca de cinco

---

<sup>7</sup>Os dados sobre “A Crise Econômica da Primeira República de 1975 a 1992”, foram informados na Monografia com o título: *Crescimento e Desenvolvimento Econômico de Angola*, defendida na Universidade Jean Piaget de Angola, Luanda, 2008, deste autor (AMBRÓSIO, 2008).

séculos, com o objetivo estratégico de conter o ímpeto dos movimentos nacionalistas na sua luta contra a ocupação colonial, balizada pelos anos de 1961 a 1974.

Por conseguinte, de 1971 até 1973, Angola atinge lugares cimeiros em muito dos produtos agrícolas que eram de interesse para outras potências mundiais. Angola chegou a ocupar o quarto lugar em nível mundial na produção de café com a cifra de 228.000 toneladas, em 1971 e o terceiro lugar como maior produtor de sisal, chegando a produzir 72.270 toneladas, em 1972. De entre outras produções, há o registro das cifras máximas em relação ao algodão, 86.015 toneladas, em 1971; tabaco 5.000 toneladas, em 1971; pescado, 599.109 toneladas, em 1972; farinha de peixe, 89.500 toneladas, em 1973; madeira, 555.149 m<sup>3</sup>, em 1973; petróleo, 7.323.304 toneladas, em 1973; diamantes, 2.413.021 quilates, em 1971; mineiro de ferro, 160.256 toneladas, em 1971; rebanho, 8.230.000 cabeças, das quais 58% de bovinos, 15,8% de caprinos e 26,2% de suínos, entre outras (DILOLWA, 1978, apud AMBRÓSIO, 2008).

No que se refere às infraestruturas, em 1973 estavam instaladas 1542 centrais, das quais 1472 térmicas e 70 hidroelétricas. O valor global da potência instalada superou os 580 MVA, provindo 428 MVA das centrais hidroelétricas (73% do total) e 152 MVA das térmicas (26,2%). A produção de energia elétrica saltou de 181 milhões para 984 milhões de Kwh de 1961 a 1973 e que corresponde a uma elevada taxa de crescimento anual na ordem dos 15%. Nesse período foram aplicadas as barragens de Cambambe e de Luachimo, e foi construída a barragem do Gove, fazendo já parte do importante projeto do Kunene, financiado pela África do Sul racista. Registraram-se, igualmente, avanços significativos ao nível da produção material, como atestam algumas das maiores cifras referentes aos anos 1970 - 1973 (AMBRÓSIO, 2008). Os transportes e comunicações também sofreram um grande incremento. As duas centenas de quilômetros de estradas asfaltadas em 1960 deram lugar a 7.777 quilômetros pavimentados em 1973. Os portos movimentaram 2,8 milhões de toneladas em 1960 e 18,8 milhões em 1973.

No que toca ao setor bancário, atraídos por tão vastos negócios cinco bancos vieram juntar-se ao banco de Angola, que até 1957 deteve o exclusivo do comércio bancário no país e ao banco comercial de Angola. O capital desses bancos era quase todo português com exceção do banco Totta Standart (Capitais do Standart Bank of South África) e do banco Inter-Unido (Capitais americanos do first national city bank).

Outro apontamento igualmente importante é o registro no período 1960-1970 de taxas médias anuais de crescimento do PNB na ordem dos 9,9% e de 9,4% em relação ao PIB, entre 1967-1970 (AMBRÓSIO, 2008).

Da análise desses dados, conclui-se que o período 1961-1973 caracterizou-se por uma forte implantação do capitalismo em Angola, suportado em uma estratégia do desenvolvimento colonial delineada pelos I, II, III e IV planos de fomento econômico. Planos com um caráter quase exclusivamente indicativo em que o desenvolvimento era considerado possível atingir desde que, por um lado, o setor privado respondesse satisfatoriamente como se previa ao conjunto de incentivos e atuações do setor público e, por outro lado, a administração controlasse o ritmo de crescimento dos seus gastos correntes em benefícios das despesas de formação de capital.

Na estratégia geral de desenvolvimento, os investimentos públicos visavam à criação de infraestruturas onde existisse uma ação planificada da administração que, face às potencialidades locais assegurasse um desenvolvimento muito mais rápido. Isto não impedia, todavia, a implementação de infraestruturas em certas zonas muito carenciadas com objetivos manifestos de equilíbrio social e melhoria de condições de vida em detrimento da vertente estrita de fomento.

Adentrando ao período propriamente dito de 1975 a 1992, é neste contexto que, após o conturbado período vivido na maior parte dos anos de 1974-1975, verificou-se a independência em 11 de Novembro de 1975. Assim, com a implantação da Iª República - República Popular de Angola -, o MPLA-Movimento Popular de Libertação de Angola, força política no poder, inicia um processo de desenvolvimento baseado na criação das condições materiais conducentes à construção de uma sociedade socialista - opção que viria colidir frontalmente no plano econômico com a estratégia de desenvolvimento colonial então delineada pelos planos de fomento cuja inviabilização prática só viria a ser reconhecida na sequência da implosão da União Soviética, quando em 1992 é criada a 2ª República - República de Angola.<sup>8</sup> (AMBRÓSIO, 2008 apud Dilolwa, 1978).

---

<sup>8</sup>Observa que de 1992 até 2002, Angola atinge um nível muito acentuado de deseconomia através do retorno do conflito armado que, por sua vez, se tornou mais agressivo sem dar espaço de manobra aos planos de crescimento e desenvolvimento da economia angolana, visto que a preocupação do governo no poder era pôr fim ao conflito que se fazia sentir na altura. Após 2002, se veio verificar a retoma da

Após a proclamação da independência, coloca-se como tarefa estratégica primordial a destruição do aparelho de Estado colonial-fascista e a construção de um Estado de Democracia Popular, estratégia esta que ao invés de transferir o bem-estar de uma minoria para todo o povo pela adaptação gradual das estruturas do regime deposto às necessidades de criação da base técnico-material do socialismo, foi adotada e implementada sem a definição de objetivos claros e precisos, de modo que fosse freada a destruição e o abandono das infraestruturas e do parque industrial do país, fato que veio a acontecer sem que a consciência nacional conseguisse impedir.

Face à situação guerra, motivada por forças internas e externas para o derrube do poder então instituído, devido fundamentalmente à divergência no plano ideológico, o Estado dos explorados e oprimidos é alicerçado numa política econômica de resistência caracterizada pela construção de uma economia planificada, na qual coexistiriam três setores: as unidades econômicas estatais, as cooperativas e as empresas privadas.

Os sintomas de uma crise profunda resultante da opção política e ideológica que conduziu o país para uma guerra fratricida - a qual viria a durar mais de 27 anos - vão-se tornando cada vez mais evidentes, pois não existe uma estratégia de desenvolvimento do setor produtivo industrial de apoio à guerra e os esforços desenvolvidos para a reabilitação das cinturas verdes das principais cidades do país e na reestruturação organizacional do tecido empresarial, industrial e agrícola, assim como o das pescas, resultam infrutíferos (estéril) ou sem resultado, o que leva ao exercício de uma política de abastecimento seletiva.

Com o abandono dos campos agrícolas e a paralisação da quase totalidade da indústria transformadora e extrativa, subsistem apenas o café, o petróleo e o diamante, que viriam a suportar a estratégia de uma economia de resistência centralmente dirigida, cujos reflexos no desenvolvimento econômico e social do país não se faz sentir, pese o fato do esforço de guerra que a situação exigia. A crise foi-se agravando com o decorrer dos anos, chegando ao ponto de em 1983 pela primeira vez Angola recorrer a um empréstimo externo fora do bloco socialista para implementação de projetos priorizados do setor das pescas no montante de 20 milhões de dólares americanos, dos quais,

---

economia já com a inclusão do modelo capitalista, embora esse modelo já se fazia sentir quando da criação da 2ª República.



metade foi concedida pelo fundo do Kuwait e o restante pelo BADEA,<sup>9</sup> foi obtido um terceiro empréstimo no montante de 10 milhões florins para aquisição de mercadorias e pagamento de serviços relacionados com projetos e programas a serem executados no país.

É assegurada a assistência do programa alimentar mundial na ajuda alimentar por um período de cinco anos, a algumas empresas territoriais do café e negociassem financiamentos junto da Caisse Centrale de Coopération Économique (CCCE)<sup>10</sup>, de França para dotar algumas empresas de café dos meios e condições indispensáveis à sua atividade. Por efeito dos vários empréstimos, urge um novo renascer da economia em Angola a par das décadas de 1960 e 1970, antes da independência do território nacional. (AMBRÓSIO, 2008)

O partido no poder não deu continuidade ao programa de desenvolvimento do colonizador ou seus planos citados acima, por não fazer parte de sua linha política. A guerra civil foi um dos maiores inimigos, causando desestruturação da sociedade e da economia no país nestes períodos. Ora, a guerra causou grandes estragos na agricultura (fazendo com que as zonas rurais se tornassem num campo de batalha e com o agravante de incentivar a população aos grandes centros - desertificação do interior) e muito mais.

A guerra causou a desindustrialização (principalmente no interior e muitas dessas indústrias são irrecuperáveis nos dias de hoje, ou seja, os custos de recuperação são muito elevados, um exemplo claro, é a fábrica de refringentes do Uíge onde minha mãe foi funcionária sênior – Bangola - que até então constatei o seu nível de destruição e abandono) entre outras. Também causou destruição e paralisação nas infraestruturas, nos serviços bancários, na comunicação entre outras áreas.

Por via disso, Angola estava a entrar no caos económico, ou seja, era o princípio dos fundamentos da deseconomia angolana. Só em 2002 após o fim da guerra, se começou a notar flutuações cíclicas crescentes do crescimento da economia e o alavancar das estruturas sociais, isto é, a unificação das famílias e não só.

---

<sup>9</sup>Banco Árabe para o Desenvolvimento de África (BADEA).

<sup>10</sup>Fundo Central para a Cooperação Económica, herdeiro do Fundo Central da França no exterior, tornou-se a Agência Francesa de Desenvolvimento.

### **2.1.3 O Renascer da Economia em Angola: da crise ao crescimento econômico**

Desde o final da guerra civil em 2002, a economia de Angola tem revelado uma tendência de recuperação de crescimento, bem como de estabilização macroeconômica, visível nas principais variáveis macroeconômicas do país como, por exemplo, a taxa de inflação, taxa de câmbio, superávit orçamental. Este fato tem contribuído para o aumento do investimento dos setores público e privado, da produção, das receitas associadas ao petróleo, do processo de construção e reconstrução de infraestruturas econômicas, do emprego e do consumo, dentre outros. De maneira geral, o fim da guerra civil, veio contribuir profundamente no crescimento da economia angolana, atingindo elevadas taxas nos anos de 2005 a 2007 (BANCO MUNDIAL, PEA, MINFIN, 2008, 2010, 2011).

Entretanto, encerrado um ciclo de guerra de 27 anos como já fora referido, Angola deparou-se com o problema de transformar a paz e estabilidade política em fatores que propiciassem o crescimento e desenvolvimento econômico. Os contrastes econômicos que caracterizavam Angola mantiveram-se no ano 2003, contrastes estes que não se circunscrevem à contraposição entre um país virtualmente rico e um país efetivamente pobre, cuja taxa de pobreza geral é de 68,2% (dados de 2001), um conjunto quantitativo de deslocados de cerca de dois milhões de pessoas em finais de 2003 e mais de 500 mil pessoas em situação urgente de ajuda alimentar.

Os dois elementos que têm individualizado a economia nacional - o domínio dos negócios petrolíferos e a instabilidade macroeconômica -, não registraram variações significativas em 2003, continuando o PIB petrolífero a representar, em média, 55% da riqueza total anual e a inflação ainda a estabelecer-se em limites intoleráveis para o poder de comprados cidadãos mais pobres e infortáveis para as estratégias empresarias.

Tem-se por vezes, afirmado que a persistente instabilidade macroeconômica e as demais distorções na economia são os principais fatores responsáveis pelo retardamento do crescimento dos restantes setores; ainda que no essencial esta afirmação esteja correta, não podemos minimizar a importância de outros fatores, como o fraco poder de compra da população, a destruição das infraestruturas, a grande dificuldade de circulação de mercadorias e pessoas, o envelhecimento do parque industrial, a desertificação agrícola, a inexistência de capital humano e entre outros: “A

guerra responde pela atomização dos mercados, desligados entre si, quase autossuficientes ao nível de uma reprodução simples da atividade económica. As grandes dificuldades com que a circulação de pessoas e bens se efetua pelo país explicam uma boa percentagem das elevadas taxas de inflação, ao introduzir limitações à capacidade global de oferta” (ALVES DA ROCHA, 2004).

Diante deste quadro, deu-se início a um processo de recuperação da economia nacional e de estruturação futura das suas bases produtivas devendo ter nas circunstâncias vividas no momento, como variável estratégica o emprego. O modelo, ou seja, os modelos em que o mesmo deve assentar têm de levar em devida conta a possibilidade da máxima criação de empregos. O reconhecimento de que o emprego deve ser a variável central das estratégias de recuperação de produção justifica-se, não apenas pela elevada taxa de desemprego atualmente registrada na economia não petrolífera.

Ademais, a economia petrolífera, “pela sua natureza capital/tecnologia - intensiva, não tem capacidade de criação de emprego: o setor petrolífero não consegue empregar um número de trabalhadores nacionais superior a 10.000, enquanto que o restante do setor mineiro não vai além dos 28.000” (ALVES DA ROCHA, 2004).

Utilizando os indicadores convencionais relacionados com a avaliação macroeconómica - taxa de inflação, déficit orçamental e convergência cambial, pode-se concluir que no geral, registraram progressos importantes. As estatísticas são claras quanto a tendências de uma diminuição do ritmo de crescimento dos preços, de convergência cambial, de estabilidade no mercado de câmbios e de uma recuperação da confiança na moeda nacional (BANCO NACIONAL, 2007, apud AMBRÓSIO, 2008).

Relativamente à taxa de inflação segundo dados do Instituto Nacional de Estatística e do Banco Nacional de Angola, os indicadores estatísticos que medem a intensidade de variação dos preços permitem constatar que a inflação anual acumulada tem vindo a diminuir: 268,4%, em 2000, 116,1% em 2001, 105,6%, em 2002 e 76,6% em 2003 (BANCO NACIONAL, 2007, apud AMBRÓSIO, 2008).

Além disso, a taxa de inflação média, anual, igualmente registra uma nítida tendência de regressão: 339,7%, em 2000, 162,5%, em 2001, 108,9%, em 2002 e 89,5% em 2003. A taxa média mensal de inflação, igualmente, patenteia um comportamento

positivo para aqueles mesmos anos: 11,5%, 6,6%, 6,2% e 4,9% respectivamente. Do mesmo modo, a inflação média dos últimos trimestres diminuiu: 9,5% em 2000, 7,7%, em 2001, 6,3%, em 2002 e 2,8%, em 2003 (BANCO NACIONAL, 2007, apud AMBRÓSIO, 2008).

Pese embora estas tendências, a inflação permanecia muito alta nos seus valores absolutos, corroendo o débil poder de compra da população pobre, que representavam 70% do total, dificultando o cálculo económico, continuando a incentivar a fuga ao Kwanza, tornando inconfortável a consideração de estratégias empresariais estruturantes viradas para o médio e longo prazo e transmitindo sinais contraditórios para as decisões micro económicos.

Relativamente à taxa de câmbio, o comportamento foi muito oscilante e mais previsível, atendendo justamente às medidas de políticas tomadas e tendentes a regularizar o funcionamento do mercado cambial. A taxa de câmbio média passou de Kz 58,94/USD, em Dezembro de 2002, para Kz 79,20 no correspondente mês em 2003, o equivalente a uma depreciação média no ano de 34,4%. O ano de 2003 passou e a tendência de crescimento económico continuou, pese embora o fato de a realidade estiver contrariando (BANCO NACIONAL, 2007, apud AMBRÓSIO, 2008).

Finalizando, nestes primeiros anos do renascer da economia de Angola, ainda se via alguma inibição do progresso económico do país, muita das vezes através do interesse do problema de transformar da paz e estabilidade política em fatores básicos que propiciassem o crescimento e desenvolvimento económico. Alguns indicadores económicos já se faziam sentir, por conseguinte, este fato só veio aumentar a confiança do governo angolano no progresso da sua estrutura sócioeconómica.

#### **2.1.4 O Aparecimento do Crescimento Propriamente Dito**

Segundo o Ministério das Finanças, em 2004, as tendências negativas começaram a mudar, sendo já visíveis sinais de crescimento efetivo, observando-se um aumento no PIB nacional de 43,7%. As tendências gerais de crescimento dos setores produtivos confirmaram-se, igualmente comprovadas pela variação no volume das intenções de investimento privado aprovadas, as quais e segundo informações da Agência Nacional do Investimento Privado, passaram de 180,1 milhões de dólares em 2003 para 364,3 milhões de dólares em 2004, ou seja, uma variação de 102,3%.

“No entanto, não se registrou qualquer alteração estrutural na economia, continuando os setores petrolíferos (52%) e diamantíferos (entre 3 e 5%) a dominarem o processo de geração anual de riqueza. Os elevados preços do petróleo e o aumento da produção tiveram um importante contributo para o aumento do PIB em dólares correntes e para o incremento das importações. O saldo positivo da balança comercial ficou a dever-se, ao desempenho positivo da extração de petróleo, já que as vendas internacionais de diamantes diminuíram entre 2003 e 2004 em cerca de 132 milhões de dólares” (MINFIN, 2006).

No essencial a estrutura económica nacional, manteve-se sem sinais de modificação de 2003 a 2004, continuando a extração de petróleo a deter mais de 50% do valor global do PIB. Com o aumento da produção do petróleo a nível nacional e, com constante subida do preço do barril de petróleo no mercado internacional a economia nacional continuou a apresentar taxas de crescimento muito elevadas, o PIB atingiu 30 mil milhões representando uma taxa de crescimento de 20,6%, em 2005 (MINFIN, 2006).

Para além dos benefícios do fim da guerra e da estabilização política, a excelente performance ou desempenho do crescimento do PIB nos últimos anos é explicada, acima de tudo, por um contexto muito favorável no mercado do petróleo, com o preço do barril a subir de USD 30 para valores próximos de USD 70 entre o final de 2002 e 2007.

Este contexto favorável tem sido por sua vez, potenciado por um aproveitamento crescente dos recursos petrolíferos do país entre outras. Desde cerca de 750 mil barris/dia em 2000, a produção de petróleo terá aumentado para cerca de 2 milhões de barris/dia (mb/d) atualmente (MINFIN, 2006 & MINPLAN, 2007). Ainda, segundo desses ministérios, espera-se que este output mantenha uma tendência crescente nos próximos anos, atingindo cerca de 3 mb/dia no final da década. Com as reservas comprovadas de crude estimadas em cerca de 5 mil milhões de barris, Angola deverá poder manter níveis de produção elevados pelo menos até à década de 2020.

A perspectiva favorável para a economia angolana baseia-se também no forte crescimento potencial dos recursos naturais (agricultura, minérios). A procura mundial de diamantes em bruto tem vindo a crescer de forma contínua, estimando-se que esta tendência se mantenha ao longo da próxima década. Por outro lado, a capacidade de oferta (novas reservas) não se alterou significativamente, esperando-se uma queda de

produção nalgumas minas, em resultado do esgotamento de reservas (ex. África do Sul, Austrália).

Contudo, Angola pode desempenhar um papel fundamental na satisfação da procura mundial nos próximos anos. Os EUA, o Médio Oriente, a China e a Índia são, neste momento, os principais mercados para os produtores de diamantes.

As contas públicas têm igualmente beneficiado da conjuntura favorável no mercado do petróleo, uma vez que cerca de 80% das receitas do Governo estão associadas a este setor. O saldo orçamental deverá ter atingido um excedente de 3.2% do PIB em 2006, com o contributo de um aumento de 4 p.p. do PIB nas receitas fiscais petrolíferas. Para 2007, o Governo esperava um déficit moderado, de 3.3% do PIB. A ligeira deterioração das contas públicas face a 2005 pode ser explicada pelo esforço associado ao investimento público em infraestruturas (MINFIN, 2006).

“O financiamento do déficit orçamental em 2006 e 2007 assentou, sobretudo, num aumento da dívida externa (uma tendência visível nos últimos anos, com um papel cada vez mais importante da China, e à qual são afetadas receitas futuras do petróleo). No seu conjunto (vertente interna e externa), o financiamento público líquido deverá ascender a 92.5 mil milhões de kwanzas em 2007. Espera-se, em 2007, uma amortização de dívida externa num montante de 389 mil milhões de kwanzas” (MINFIN, 2006).

Tendo em conta a expectativa de aumento da produção de petróleo e a persistência dos respectivos preços em níveis elevados, o aumento estimado das receitas petrolíferas deverá contribuir para uma redução da dívida pública nos próximos anos, com o FMI a antecipar uma queda para valores inferiores a 20% do PIB no final da década (BESA, 2007apud MINFIN, 2006).

Esta perspectiva favorável para as contas públicas está sujeito a um elevado grau de incerteza, dada a extrema dependência da evolução do preço do petróleo. Em 2006 e 2007 observa-se um aumento da despesa pública em face de 2005 (para valores ligeiramente acima de 40% do PIB), o que constitui um risco para a estabilidade macroeconómica em médio prazo e para as projeções otimistas aqui apresentadas (em particular na eventualidade de uma evolução negativa do preço do petróleo).

Mas, o forte aumento das despesas públicas é explicado, sobretudo pelo crescimento das despesas de capital, associado ao justificável esforço de reconstrução do país no período pós-guerra” (MINFIN, 2006, apud BESA, 2007 apud). No passado,

o Banco Central angolano seguiu consistentemente estratégias de financiamento monetário dos déficits, o que alimentou alguns dos principais desequilíbrios macroeconômicos um rápido crescimento da massa monetária e uma inflação extremamente elevada (superior a 300% em 2000).

“Nos anos mais recentes, a inflação tem seguido uma trajetória consistente de queda, atingindo cerca de 12% no início de 2007.<sup>11</sup> O Orçamento para 2007 prevê uma inflação anual de 10% para este ano. Um menor recurso aos Bancos e, sobretudo, ao Banco Central no financiamento da despesa pública contribuiu para uma desaceleração significativa da massa monetária. No entanto, o sucesso no controlo da inflação resulta, sobretudo, da "política do Kwanza forte" adotada pelas autoridades nos últimos anos e, concretizada essencialmente através de intervenções no mercado cambial suportando a divisa e, desse modo, pressionando em baixa os preços das importações - em particular, dos bens alimentares, que no seu conjunto representam cerca de 46% do índice de Preços no Consumo” (BNA, 2006 apud BESA, 2007).

No entanto, dado a perspectiva favorável para o preço do petróleo e dado o compromisso do Governo para com a estabilidade de preços a curto e médio prazo, o controlo da inflação deverá continuar a assentar, de uma forma eficaz, na manutenção de uma divisa forte. A forte queda na inflação observada nos últimos anos permitiu uma descida pronunciada das taxas de juro de referência, bem como das taxas de juro dos empréstimos da Banca comercial aos particulares e às empresas.

Segundo BESA (2007), o aparecimento de novos Bancos (com práticas e instrumentos mais sofisticados), a estabilização da economia, o maior dinamismo da atividade e uma melhoria da legislação e supervisão por parte do Banco Central deverão contribuir, no seu conjunto, para o desenvolvimento do sistema financeiro angolano, incluindo: o aumento da concorrência no setor; uma maior captação de recursos; diversificação de produtos financeiros; eventualmente, o desenvolvimento de um mercado de capitais. Os primeiros sinais desta evolução favorável são visíveis na resposta da Banca Comercial à descida das taxas de juro de referência, com uma redução significativa das taxas de juro para os empréstimos ao setor empresarial e um aumento significativo do crédito ao setor privado.

“No final de 2006, o crédito bancário à economia angolana atingia perto de 280 mil milhões de kwanzas, ou cerca de 8% do PIB. Este é um valor ainda relativamente reduzido por padrões internacionais,

---

<sup>11</sup>Atualmente a inflação atingiu um clímax da história em Angola, atingindo um valor pela primeira vez de um dígito percentual, por aí 9% (BNA, 2013).

mas em clara tendência de crescimento (taxa de crescimento de cerca de 90%). Entre os setores da economia, o peso do crédito bancário assume valores mais significativos nos particulares, no comércio, na indústria extrativa, nos serviços às empresas, nas atividades imobiliárias, nos transportes e comunicações e na construção” (BANCO ESPÍRITO SANTO – PERSPECTIVAS ECONÔMICAS DE ANGOLA, 2007. p.12).

O BESA (2007, p.13) informa que “os Bancos estatais continuam a ter um peso importante no crédito à economia - no seu conjunto, o BPC e o BCI representam cerca de 32% do crédito total. Nos Bancos privados, destaca-se o BFA (BPI), com um peso de cerca de 24%”. Ainda segundo esse autor:

“o forte crescimento das exportações de petróleo e de diamantes permitirá a manutenção de excedentes comerciais nos próximos anos, contribuindo para que a Balança Corrente mantenha saldos positivos, com impactos favoráveis nas necessidades de financiamento externo e na evolução das reservas externas. No que se refere à Balança de Serviços e de Rendimentos deverão manter-se deficitárias (em função, respectivamente, das fortes necessidades de importação de serviços no setor do petróleo e dos elevados fluxos de repatriação dos lucros das empresas petrolíferas estrangeiras)” BESA (2007, p.14).

Por fim, realmente a partir de 2004 se começa a notar anos de glórias para a economia angolana, isto é, atingindo taxas de crescimentos galopantes de 18%, 21% e 23% nos anos de 2005 a 2007, ou seja, o crescimento propriamente dito começou neste ano. Os fundamentos externos positivos continuarão a favorecer a estabilização das principais variáveis macroeconômicas de Angola. O PIB deverá manter taxas de crescimento reais elevadas (cerca de 35% em 2007 e 16% em 2008), com o contributo dos setores do petróleo e dos diamantes e com o esforço, atualmente em curso, de investimento em infraestruturas. Esta evolução deverá ser acompanhada por um desenvolvimento do setor dos serviços, destacando-se aqui o papel do setor financeiro (BESA, 2007).<sup>12</sup>

Nos finais de 2007, com o aproximar da crise e durante o ano da crise, o governo começou a estruturar políticas de diversificação da economia para minimizar os efeitos externos da dependência do petróleo, com vista a manter os indicadores macroeconômicos e a estabilidade da economia, que por sua vez, virão ajudar no desenvolvimento socioeconômico.

---

<sup>12</sup>Banco Espírito Santo (BESA): *Perspectivas económicas em Angola*, 2007. Disponível em: <<http://www.bescv.cv/sfecv/cms.aspx?plg=5092108f-c004-40e9-ac91-a4bbd4e67de1>>.



No aproveitar desses indicadores, se falava pouco do desenvolvimento regional do país, embora o programa do governo sobre a política do incentivo fiscal ao investimento privado no interior das províncias já vigorava. Por via de tudo isso, o subtema seguinte vai deslumbrar com pormenores a problemática do desenvolvimento regional do país.

## **2.2 Desigualdades Regionais em Angola: Uma análise da distribuição da População, do Orçamento e do Produto Interno Bruto por província**

Após uma análise histórica de Angola com características mais gerais sobre aspectos socioeconômicos e políticos, procuramos apresentar um estudo com características regionais. Atento ao desenrolar do estudo histórico, vimos também a necessidade de uma análise de contexto regional. Foi muito utilizado o livro de Alves da Rocha sobre as Desigualdades e Assimetrias Regionais em Angola, de 2010, lembrando que dados e bibliografia sobre economia regional de Angola são muito escassos, daí é muito citado Alves da Rocha.

Após a análise sobre o Desenvolvimento econômico e a regionalização em Angola segundo Alves da Rocha (2010), vamos passar pelas seções seguintes sobre os dados por província ou região.

### **2.2.1 Desenvolvimento econômico e regionalização em Angola**

Adentro a uma análise mais regional, Alves da Rocha (2010), procurou demonstrar as desigualdades e ou diferenças existentes entre as regiões de Angola no que se refere ao seu desenvolvimento econômico. Antes, faz uma caracterização das regiões de desenvolvimento como delimitação geográfica, demografia, recursos naturais, caracterização social, da população economicamente ativa e da economia.

Conforme Alves da Rocha (2010) “do ponto de vista físico, a economia angolana pode ser caracterizada por dois traços fundamentais: grandeza de recursos oferecidos pela natureza e extraordinária variedade de condições e possibilidades”. Para Alves da Rocha (2010);

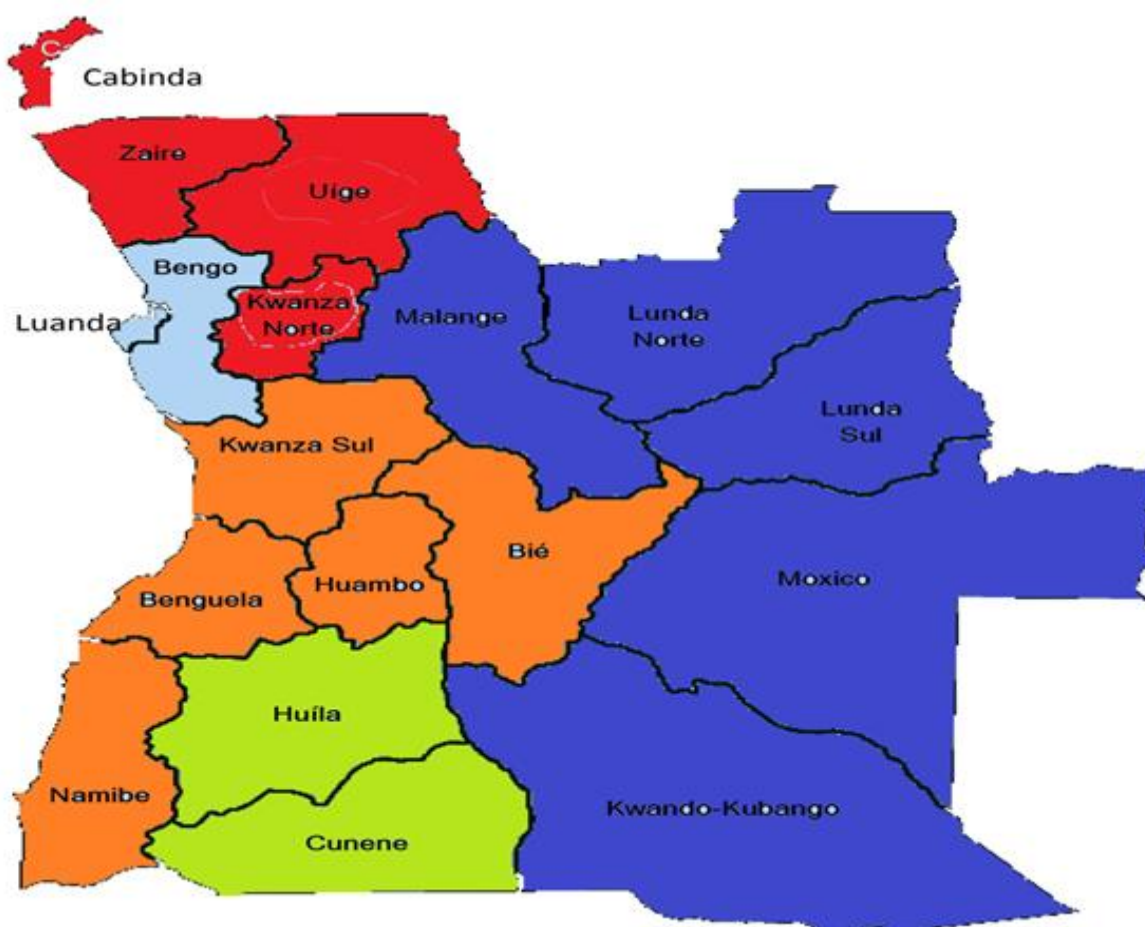
“na verdade, à extensão do território se associam enormes potencialidades energéticas de origem hídrica, um subsolo que, apesar de incompletamente inventariado, já revela realidades e potencialidades relevantes de exploração econômica, abundantes recursos piscatórios nas águas próximas, proporção favorável de solos com aptidão agrícola,

a extraordinária variedade de climas, de solos, de zonas e de regiões suscetíveis de aproveitamento econômico”.

Para Alves da Rocha (2010), estudar a problemática territorial em Angola pode ser feita ou do ponto de vista da província ou dum ângulo mais agregado que traduza a verificação de um ou mais critérios de proximidade geográfica, cultural, disponibilidade de recursos naturais, dentre outros.

A base deste estudo sobre as desigualdades e assimetrias regionais em Angola leva em consideração a existência de cinco regiões já definidas: Luanda/Bengo, Região Norte (Cabinda, Zaire, Uíge e Kwanza Norte), Região Centro/Leste (Malanje, Lunda Norte, Lunda Sul, Moxico e Kuando Kubango), Região Centro/Oeste (Bié, Kwanza Sul, Huambo, Benguela e Namibe) e uma Região Sul, com as províncias da Huíla e do Cunene. Observe o mapa abaixo que ilustra a proximidade das províncias e regiões de Angola já definidas.

**Figura 10** – Grandes Regiões de Angola



**Fonte:** Elaboração do Autor.

Segundo Alves da Rocha (2010), Luanda/Bengo é a grande metrópole angolana, exercendo um efeito “polarizador arrasador sobre todo o território nacional” e representando um mosaico inter-étnico e inter-cultural único no país. A região Norte, ao considerar as províncias de Cabinda e do Zaire, explora o atual maior recurso natural do país e junta às duas principais etnias da zona num esforço comum de desenvolvimento e de aproximação social e política.

A região Centro/Leste reúne as províncias produtoras de diamantes e energia elétrica – dois recursos essenciais para o seu desenvolvimento e do país – e faz interagir duas das mais importantes etnias de Angola, as quais, em conjunto, representam mais de 14% da população do país. É a região com a maior extensão territorial, onde a província de Malanje pode exercer um papel de polarizador e difusor do crescimento econômico e área de ligação entre o litoral norte e o leste do país. A região Centro/Oeste pode ser considerada como a grande reserva agrária e das pescas do país<sup>28</sup>, apresentando a maior concentração populacional depois de Luanda/Bengo (30% em 2007) e uma enorme e reconhecida potencialidade para a implantação de um fortíssimo setor agroindustrial de satisfação das necessidades do mercado interno e de exportação. Pode ser vista como a zona inter-étnica por excelência, uma vez que no seu seio coabitam, pelo menos, oito da totalidade das etnias existentes em Angola. Finalmente, a região Sul, é composta apenas por duas províncias com capacidades e aptidões semelhantes, mas onde se destaca a Huíla.

Para que este futuro desenvolvimento polarizado possa funcionar e desencadear os efeitos desejados sobre a redução das disparidades regionais e a aproximação dos níveis de vida das populações, são necessárias várias condições, entre as quais se destacam a descentralização administrativa, a capacidade de liderança e de governação local e o envolvimento das autoridades tradicionais. São condições institucionais e políticas elementares para que se possa levar o desenvolvimento ao interior e aí ficar. Alves da Rocha (2010) faz também um desdobramento da regionalização do orçamento geral do estado e do programa de investimentos públicos, visto que o Orçamento Geral do Estado veicula uma série de políticas que podem ter efeitos sobre as condições de exercício da atividade econômica nas regiões/províncias, de modo a alterar o atual estado das assimetrias regionais econômicas no país.

Alves da Rocha (2010) discute os fatores de diferenciação por província. Para o autor, o quadro sobre as potencialidades econômicas dos eixos e zonas de desenvolvimento apresentado na decorrência do seu livro dá conta duma relativa homogeneidade em todo o País. Do ponto de vista das potencialidades agrícolas e pecuárias parece não existir diferenças provinciais substantivas que se possam tomar como fatores diferenciadores e configurantes de padrões de especialização diferentes. Do lado dos recursos minerais pode existir alguma diferenciação provincial. No entanto, as prospecções petrolíferas apontam para a possibilidade de exploração em zonas até agora fora de cogitação, como a Baixa de Cassanje em Malanje. Por outro lado, fala-se na retomada da extração de petróleo na região do parque natural da Quissama.

Adentrando a demografia, Alves da Rocha (2010) argumenta que os movimentos migratórios internos continuam muito intensos, há um aumento acelerado da concentração urbana, investimentos preferenciais em Luanda, Benguela e Huíla. Nesse contexto, dominam as decisões empresariais e o processo de descentralização administrativa e financeira ainda é incipiente para provocar uma inversão fundamental e urgente sobre as rotas de circulação e instalação das aplicações privadas de capital.

Portanto, para Alves da Rocha (2010) “quanto mais se investir em Luanda no domínio das infraestruturas maior será a atração exercida sobre as populações do interior, piores serão as condições de vida dos cidadãos, maior a desertificação do “*hinterland*”<sup>13</sup> e mais acentuadas tenderão a ser as desigualdades regionais”.

A criação de pólos urbanos alternativos a Luanda, como Viana, Caxito, Luanda Sul ou até mesmo Catete, pode ser uma alternativa para 2025, de resto abordada na já citada Carta Estratégica de Luanda. No decorrer dos anos, principalmente após o conflito armado, o governo começou a criar políticas para a programação do desenvolvimento a longo prazo e para a abordagem da vertente regional do crescimento. Então, a estratégia do governo é tornar a economia interna do país mais desconcentrada e equilibrada.

De forma conclusiva, realmente nota-se um interesse do governo sobre políticas públicas de desenvolvimento regional, diversificação da economia, aumento do número de emprego e qualidade de vida através de ações de reconstrução das

---

<sup>13</sup>Dicionário Alemão: O termo *hinterland* vem do Alemão, significando “do interior”.

infraestruturas, com ênfase nas vias de acesso às capitais do interior, como também em incentivos ao investimento privado, principalmente para a agricultura e indústrias transformadoras através dos pólos, com grande relevo nas províncias do interior.

Nota-se ainda um grande interesse dos empresários tanto nacionais como estrangeiros a investir nas regiões mais desenvolvidas com principal foco a metrópole, visto que um dos fatores primordiais está na capacidade de consumo, na existência de infraestruturas adequadas e suas proximidades.

Entretanto, se o governo quiser mudar o quadro atual, é necessário que se crie outros fundamentos ou manobras com mais afincos e realismo nas suas ações com vistas a causar assim o desenvolvimento conjugado ou equilibrado das regiões por vias a diminuir as assimetrias regionais. Este fato poderá evitar, no médio ou longo prazo, a contínua alimentação do desenvolvimento econômico e social das regiões que desde o período colonial vêm sendo sempre as mais desenvolvidas, criando com isso enormes assimetrias entre as regiões do país tanto na forma intra-regional, como na forma das regiões do litoral/interior.

Embora o colonizador tenha tentado implementar o desenvolvimento regional nas décadas de 1960 e 1970, através das indústrias, isso foi incipiente e não houve continuidade no governo atual, devido a de fatores já conhecidos. Assim, foram programas que o governo abandonou em 2007, considerando as assimetrias regionais como possíveis de mitigação por intermédio do programa de investimentos públicos, visto que preferiu a ótica de programas setoriais integrados com finalidades de maximizar os efeitos das políticas e dos investimentos públicos (ver Alves da Rocha, 2010. p. 81).

### **2.2.2 Distribuição da População por Províncias ou Regiões**

A disponibilidade da base de dados estatística sobre a população de Angola ainda é bastante débil, visto que a confiabilidade dos dados demográficos existentes ainda são um pouco divergentes. No seu artigo, Nzatzola (2011, p. 53 – 67), afirma:

“no que diz respeito às tendências de crescimento da população, pode presumir-se que a taxa observada nos anos 70 do século passado foi fortemente afetada pela subestimação registrada no último recenseamento colonial, realizado no país em 1970 e agravada pela saída maciça dos portugueses, cerca de 300 000, que ocorreu durante a referida década. Desde então, as extrapolações e estimativas parecem

indicar que a intensidade do crescimento da população seria retomada com um novo impulso tendente a aproximar da média preponderante em África (3,05% por ano), a mesma começaria só a decrescer no novo século”.

Afirma Nzatuzola (2011, P. 53 – 67) que, depois da independência em 11 de Novembro de 1975, tentou-se realizar um censo geral da população. Por razões da situação de guerra civil, foi necessário adotar um recenseamento cobrindo as províncias e municipalidades não diretamente afetadas pelo conflito. Ainda conforme Nzatuzola (2011, P. 53 – 67):

Este censo foi realizado entre 1983 e 1985. Em 1980, segundo estas estimativas oficiais, a população atingia 7,7 milhões de habitantes, o que traduzia uma taxa média de crescimento de 3,2% em relação à década anterior. Esta taxa era bastante elevada se tivermos em consideração a guerra civil e o êxodo maciço dos portugueses no momento da descolonização (1974-1975). Embora os dados não sejam fiáveis, estima-se que a população cresceu a uma taxa de 2,5% durante os anos 80, atingindo cerca de 9 milhões em 1989. A densidade da população é muita baixa situando-se nos 7,2 habitantes por km<sup>2</sup>.

A tabela seguinte, em valores absolutos, fornece estimativas mais recentes. É importante que se observe e se analise se realmente estes dados tiveram alguma evolução ao longo do tempo após o conflito armado.

**Tabela 32 - Distribuição da População por Província**

Unidades Administrativas			População Total				
Províncias	Capital	Área	2002	2004	2006	2008	2010
<b>Bengo</b>	caxito	41000	227.000	241.000	256.000	272.000	289.000
<b>Benguela</b>	Benguela	39827	858000	911.000	967.000	1.027.000	1.091.000
<b>Bié</b>	Kuito	70314	1.530.000	1.625.000	1.725.000	1.831.000	1.944.000
<b>Cabinda</b>	Cabinda	7270	238.000	253.000	268.000	285.000	302.000
<b>Cunene</b>	Ondjiva	77213	305.000	324.000	344.000	365.000	387.000
<b>Huambo</b>	Huambo	35771	2.068.000	2.196.000	2.331.000	2.475.000	2.628.000
<b>Huíla</b>	Lubango	79022	1.140.000	1.211.000	1.285.000	1.365.000	1.449.000
<b>Kuando Kubango</b>	Menongue	199335	166.000	176.000	187.000	199.000	211.000
<b>Kwanza Norte</b>	N'Dalatando	24110	526.000	558.000	593.000	629.000	668.000
<b>Kwanza Sul</b>	Sumbe	58698	849.000	901.000	957.000	1.016.000	1.079.000
<b>Luanda Sul</b>	Saurimo	77637	197.000	209.000	222.000	236.000	251.000
<b>Luanda</b>	Luanda	2418	2.417.000	2.566.000	2.724.000	2.893.000	3.072.000
<b>Lunda Norte</b>	Lucapa	103760	383.000	406.000	431.000	458.000	486.000
<b>Malange</b>	Malange	93302	1.219.000	1.295.000	1.374.000	1.459.000	1.549.000
<b>Moxico</b>	Luenha	223023	430.000	457.000	485.000	515.000	547.000
<b>Namibe</b>	Namibe	57091	184.000	195.000	208.000	220.000	234.000
<b>Uíge</b>	Uíge	58698	1.177.000	1.250.000	1.327.000	1.409.000	1.496.000
<b>Zaire</b>	M'Banza Congo	40130	313.000	333.000	353.000	375.000	398.000
<b>ANGOLA</b>	18	1246700	<b>14.227.000</b>	<b>15.107.000</b>	<b>16.037.000</b>	<b>17.029.000</b>	<b>18.081.000</b>

Fonte: Cálculos do Autor com base nos dados do Ministério da Agricultura (countrystat.org), Angola.

Nota-se que, de forma geral, em Angola houve crescimento da população entre 2002 a 2010. De forma micro, pode-se observar que das dezoito províncias existentes, Luanda é a que alberga o maior número de população devido ao conflito armado e aso consequentes deslocamentos das pessoas por motivos de insegurança.

A excessiva concentração da população na capital de Angola trouxe uma série de dificuldades e problemas ligados à insuficiência, saturação e deterioração da infraestrutura produtiva e social existente para atender um efetivo populacional que, apesar de ter na migração um componente bastante dinâmico, também se reproduz rapidamente<sup>14</sup>. Também se observa que as províncias mais povoadas, além de Luanda, são: Bié, Huambo, Huila, Malange e Uíge.

**Tabela 33 - Distribuição Percentual da População por Província**

Unidades Administrativas		População (%)				
Província	Capital	2002	2004	2006	2008	2010
Bengo	Caxito	1,60	1,60	1,60	1,60	1,60
Benguela	Benguela	6,03	6,03	6,03	6,03	6,03
Bié	Kuito	10,75	10,76	10,76	10,75	10,75
Cabinda	Cabinda	1,67	1,67	1,67	1,67	1,67
Cunene	Ondjiva	2,14	2,14	2,15	2,14	2,14
Huambo	Huambo	14,54	14,54	14,54	14,53	14,53
Huíla	Lubango	8,01	8,02	8,01	8,02	8,01
Kuando Kubango	Menongue	1,17	1,17	1,17	1,17	1,17
Kwanza Norte	N'Dalatando	3,70	3,69	3,70	3,69	3,69
Kwanza Sul	Sumbe	5,97	5,96	5,97	5,97	5,97
Luanda Sul	Saurimo	1,38	1,38	1,38	1,39	1,39
Luanda	, Luanda	<b>16,99</b>	<b>16,99</b>	<b>16,99</b>	<b>16,99</b>	<b>16,99</b>
Lunda Norte	Lucapa	2,69	2,69	2,69	2,69	2,69
Malange	Malange	8,57	8,57	8,57	8,57	8,57
Moxico	Luena	3,02	3,03	3,02	3,02	3,03
Namibe	Namibe	1,29	1,29	1,30	1,29	1,29
Uíge	Uíge	8,27	8,27	8,27	8,27	8,27
Zaire	M'Banza Congo	2,20	2,20	2,20	2,20	2,20
ANGOLA	18	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Cálculos do Autor.

Verificando os dados da tabela por província, podemos observar que Luanda, desde 2002, apresenta o maior percentual da população do país: cerca de 16,99%.

Devido à indisponibilidade de dados anteriores da população por província, procurei trabalhar com dados disponíveis entre 2002 até 2010. A tabela seguinte analisa a concentração regional da população.

<sup>14</sup> Ministério do Planeamento de Angola: Monografia de Angola (2004, p. 17,19).

**Tabela 34** - Distribuição da População pelas Grandes Regiões

Grandes	Províncias	População					Taxa populacional (%)				
		2002	2004	2006	2008	2010	02	04	06	08	10
Luanda/bengo	Luanda/Bengo	2.644.000	2.807.000	2.980.000	3.165.000	3.361.000	18,58	18,58	18,58	18,59	18,59
Norte	Cabinda, Zaire, Uíge, K. Norte	2.254.000	2.394.000	2.541.000	2.698.000	2.864.000	15,84	15,85	15,84	15,84	15,84
Centro-Leste	Malanje, L. Norte, L. Sul, Moxico, K. Kubango	2.395.000	2.543.000	2.699.000	2.867.000	3.044.000	16,83	16,83	16,83	16,84	16,84
Centro-Oeste	Huambo, Bié, Benguela, K. Sul, Namibe	5.489.000	5.828.000	6.188.000	6.569.000	6.976.000	38,58	38,58	38,59	38,58	38,58
Sul	Huíla e Cunene	1.445.000	1.535.000	1.629.000	1.730.000	1.836.000	10,16	10,16	10,16	10,16	10,15
ANGOLA		14.227.00	15.107.00	16.037.00	17.029.00	18.081.00	100	100	100	100	100

**Fonte:** Cálculos do Autor com basenos dados do Ministério da Agricultura (countrystat), Angola.

Para estudar as assimetrias regionais em Angola, o nosso estudo leva em consideração cinco eixos regionais bem definidas como: O eixo Luanda/Bengo, o eixo da região Norte (Cabinda, Zaire, Uíge e Kwanza Norte), o eixo da região Centro-Leste (Malanje, Lunda Norte, Lunda Sul, Moxico e Kuando Kubango) o eixo da região Centro-Oeste (Huambo, Bié, Benguela, Kwanza Sul e Namibe) e por fim o eixo Sul (Huíla e Cunene).

A tabela ilustra o nível de concentração da população pelas grandes regiões, sendo que, a região com maior concentração da população é o eixo Centro-Oeste e em seguida o eixo Luanda/Bengo (não devemos esquecer que esse segundo eixo contempla só duas províncias).

A evolução da concentração demografica é quase estagnada para todas as regiões, embora a região do Centro-Leste teve uma evolução mais equilibrada como a da Metrópole e, verificando uma variação de 0,01% embora não muito significativa. O eixo Luanda/Bendo, ainda continua a albergar o maior número de população no país com uma taxa de concentração inicial de 18,58% a partir de 2002, evoluindo para 18,59 em 2008 a 2010.

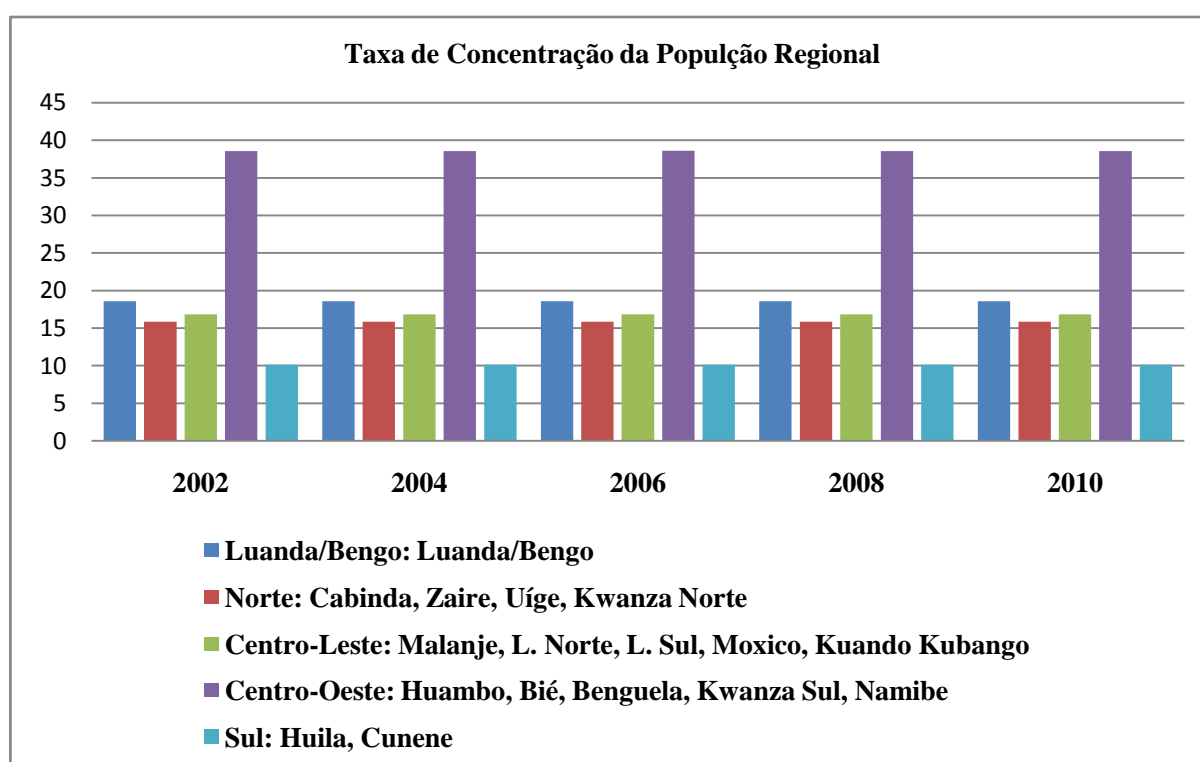
A região do Norte auxiliou em 2004 para 0,01%, mas voltou a cair para menos -0,01% ao longo dos anos seguintes. A pior foi o eixo Sul (Huíla e Cunene), mantendo-



se estagnado entre os anos de 2002 a 2008 e vindo a cair no ano de 2010. Isto mostra que houve uma mobilidade populacional da região Sul para outras regiões.

Mas a realidade nos mostra que o interesse de mobilidade da população do país está nos grandes centros como Luanda, Benguela, K. Sul, Huambo e Huila, por isso as regiões em que se encontram essas províncias mostram uma elevada de concentração populacional. A região mais visível é a Metrópole, isto é, boa parte da população do território nacional vai para a capital do país.<sup>15</sup> Observe o gráfico abaixo.

**Gráfico 9 - Distribuição da População pelas Grandes Regiões**



**Fonte:** Estimativas do Autor através dos dados do Ministério da Agricultura, Angola.

Uma outra situação é o estudo da concentração da população pelas zonas do eixo litoral e interior de Angola. Observe a tabela.

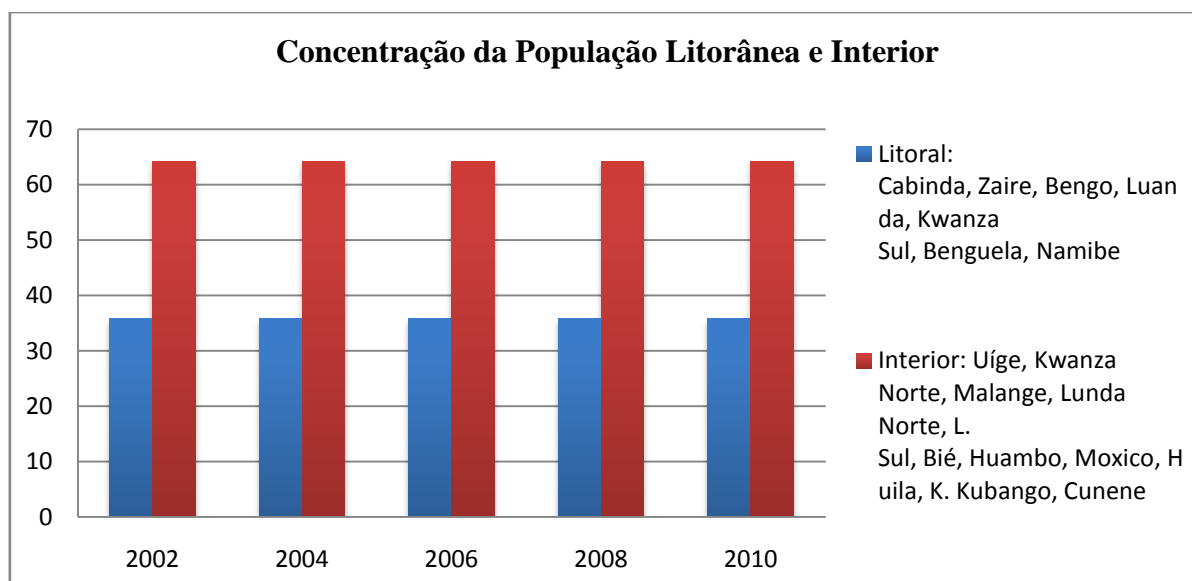
<sup>15</sup> Os dados sobre a população em Angola são muito discutíveis, daí as pequenas variações, visto que se vem fazendo projeções após a independência em 1975.

**Tabela 35** - Distribuição da População pelas Regiões Litorânea e Interior

Regiões	Províncias	2002	2004	2006	2008	2010
Litoral	Cabinda, Zaíre, Bengo, Luanda, Kwanza Sul, Benguela, Namibe	35,75	35,75	35,75	35,75	35,76
Interior	Uíge, Kwanza Norte, Malange, Lunda Norte, L. Sul, Bié, Huambo, Moxico, Huíle, K. Kubango e Cunene	64,25	64,25	64,25	64,25	64,24
<b>ANGOLA</b>		<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Cálculos do Autor através dos dados do Ministério da Agricultura, Angola.

É visível a taxa de concentração da população em Angola na região litorânea, visto que essa região contém sete províncias num universo de dezoito. Esse valor evoluiu de 35,75% em 2008, para 35,76% em 2010, uma variação de 0,01%. As províncias de Luanda, Benguela e Kwanza Sul representam o maior número de habitantes na região, quase 64% do total da população na região em 2010, resultante da atração do volume de investimento em infraestruturas e entre outros que se vem verificando e, que tal fato, proporcionará um efeito que chamo de *mobilidade emprego*. Daí o interesse por estas províncias.

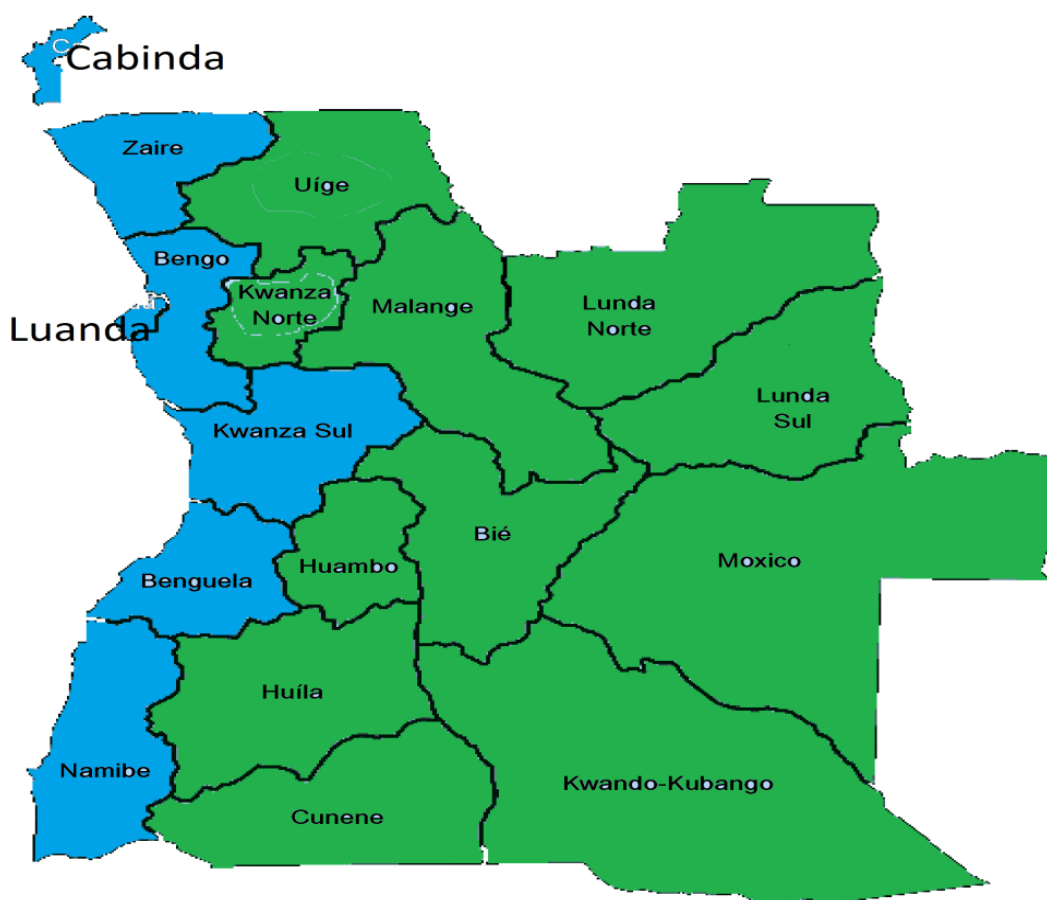
**Gráfico 10** - Distribuição da População Pelas Regiões do Litoral e Interior

**Fonte:** Estimativas do Autor através dos dados do Ministério da Agricultura, Angola.

No dizer de Alves da Rocha (2010), “o que tem vindo a comprovar é uma crescente concentração populacional no litoral do país, ocorrendo um efeito sinérgico população/atividade econômica que se reforça no sentido da desertificação do interior”.

Segundo o estudo Monografia de Angola (2004, p.19), existe um contraste populacional entre o litoral e o interior, sobre tudo, entre Luanda e o resto das províncias. “Este desequilíbrio na distribuição espacial da população reflete, igualmente, outro fenómeno – consequências importantes do ponto de vista da localização das atividades económicas – relacionado com o fato de Angola ser um país esparsamente povoado. É de prever que a tendência de aglutinação populacional em torno das principais cidades se acentue no futuro, apesar dos movimentos de regresso registrados”. Portanto, vide o mapa seguinte.

**Figura 11 – Região Litorânea e Interior**



**Fonte:** Elaboração do Autor.

Concluindo, é preciso que o governo procure inverter a concentração regional da população no país. Ora, vejamos, esta concentração, além do conflito armado, deve-se também por conta da localização da atividade econômica de algumas poucas regiões já analisadas, das condições de infraestruturas e do interesse do setor privado ao investimento em zonas mais povoadas.

Ademais, visualizando as regiões de duas formas, ou seja, litoral e interior me parece que os argumentos não fogem à regra. Além disso, desde o tempo colonial a região do litoral sempre concentrou um número elevado de população, atendendo o envolvimento eficiente das infraestruturas que nelas havia, como portos, aeroportos, telecomunicação e outras, e sua proximidade de relação comercial com o mundo. Portanto, alguns autores defendem até hoje que esta concentração tem vindo a aumentar devido a esses fatores já explicados.

### **2.2.3 – Distribuição das Despesas Orçamentais por Províncias ou Regiões**

O orçamento Geral do Estado é um instrumento de política fiscal que veicula um conjunto de políticas que podem ter efeitos inéditos sobre as condições de exercício da actividade económica nas regiões/províncias, de modo a alterar o estado das assimetrias regionais económicas em Angola (ALVES DA ROCHA, 2010). Estas políticas regionais terão maiores efeitos também, quando as ações do programa de investimentos públicos continuarem a ser implementadas com maior eficácia e eficiência.

“A educação, sobre tudo, mas igualmente a saúde – enquanto elementos determinantes da produtividade do trabalho e, por conseguinte, de facilitação de obtenção de emprego e rendimentos – são algumas das antecâmaras para atrair investimentos e actividade empresarial para as regiões mais marginalizadas do país. A primeira forma de se abordar a perspectiva regional do Orçamento Geral do Estado (OGE), na sua vertente de despesas correntes – que englobam, como rubricas mais expresivas os salários e remunerações complementares dos funcionários públicos, militares e para-militares, as despesas de funcionamento normal da administração pública e as transferências para as empresas, às famílias e os subsídios a preços – é a de verificar a sua repartição geográfica” (ALVES DA ROCHA, 2010, p.65).

A tabela a seguir mostra a estrutura da distribuição orçamental de forma mais detalhada para ter alguma ideia sobre a distribuição das despesas correntes pelas províncias do país.

**Tabela 36** - Distribuição das Despesas Correntes por Província (%)

Província	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Luanda	<b>3,02</b>	<b>3,62</b>	<b>5,87</b>	<b>6,30</b>	<b>1,68</b>	<b>1,91</b>	<b>2,13</b>	<b>3,43</b>	<b>2,78</b>	<b>2,48</b>	<b>3,88</b>
Bengo	0,30	0,46	0,55	0,40	0,16	0,37	0,29	0,29	0,33	0,37	0,57
Cabinda	1,35	1,89	1,94	1,34	0,65	0,78	0,80	0,75	0,69	0,95	1,02
Zaire	0,45	0,64	0,71	0,47	0,30	0,30	0,39	0,31	0,30	0,39	0,49
Uíge	0,45	0,55	1,21	0,73	0,39	0,60	0,71	0,81	1,11	0,92	0,85
kwanza Norte	0,34	0,45	0,48	0,41	0,25	0,28	0,31	0,29	0,46	0,43	0,55
Malanje	0,30	0,52	0,51	0,43	0,24	0,32	0,36	0,37	0,44	0,51	0,80
Lunda Norte	0,30	0,54	0,73	0,36	0,22	0,21	0,33	0,36	0,44	0,47	0,52
Lunda Sul	0,28	0,44	0,64	0,39	0,22	0,23	0,26	0,27	0,39	0,37	0,51
Moxico	0,30	0,62	0,63	0,64	0,29	0,38	0,49	0,49	0,53	0,63	0,70
Kuando Kubango	0,39	0,46	0,32	0,40	0,21	0,23	0,27	0,32	0,30	0,36	0,62
Huambo	0,86	1,03	1,25	0,99	0,53	0,90	0,99	0,85	0,95	0,96	<b>1,16</b>
Bié	0,51	0,72	0,81	0,63	0,42	0,46	0,58	0,61	0,63	0,61	0,75
Benguela	0,97	1,24	1,86	1,58	0,81	0,91	1,15	1,33	1,33	1,17	<b>1,44</b>
Kwanza Sul	0,39	0,71	0,74	0,75	0,34	0,37	0,44	0,54	0,63	0,62	0,66
Namibe	0,42	0,48	0,45	0,35	0,18	0,27	0,27	0,32	0,41	0,35	0,46
Huíla	1,02	1,06	1,49	0,95	0,62	0,67	0,69	0,73	0,85	0,87	<b>1,12</b>
Kunene	0,29	0,41	0,59	0,35	0,20	0,25	0,32	0,30	0,59	0,43	0,52
<b>Total Províncias</b>	<b>11,94</b>	<b>15,84</b>	<b>20,78</b>	<b>17,47</b>	<b>7,71</b>	<b>9,44</b>	<b>10,78</b>	<b>12,37</b>	<b>13,16</b>	<b>12,89</b>	<b>16,62</b>
Encargos G.	88,08	84,15	79,22	82,53	92,28	90,84	89,22	87,64	86,82	87,11	83,38
<b>Total Geral</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Cálculos do Autor com base nos dados do Ministério das Finanças, Angola.

Apesar de se verificar alguma evolução em termos de repartição do OGE nas províncias menos afetadas nos anos passados, principalmente as do interior, pode se notar que até então, as principais cidades de Angola (Luanda, Benguela, Huambo e Huila), a par de Cabinda, se olhar para o último ano, são sempre as mais privilegiadas pela repartição sendo que a soma deles abarca cerca de 46% num total de 100%, adquirindo assim a maior parte do bolo orçamental alocado a todas as províncias.

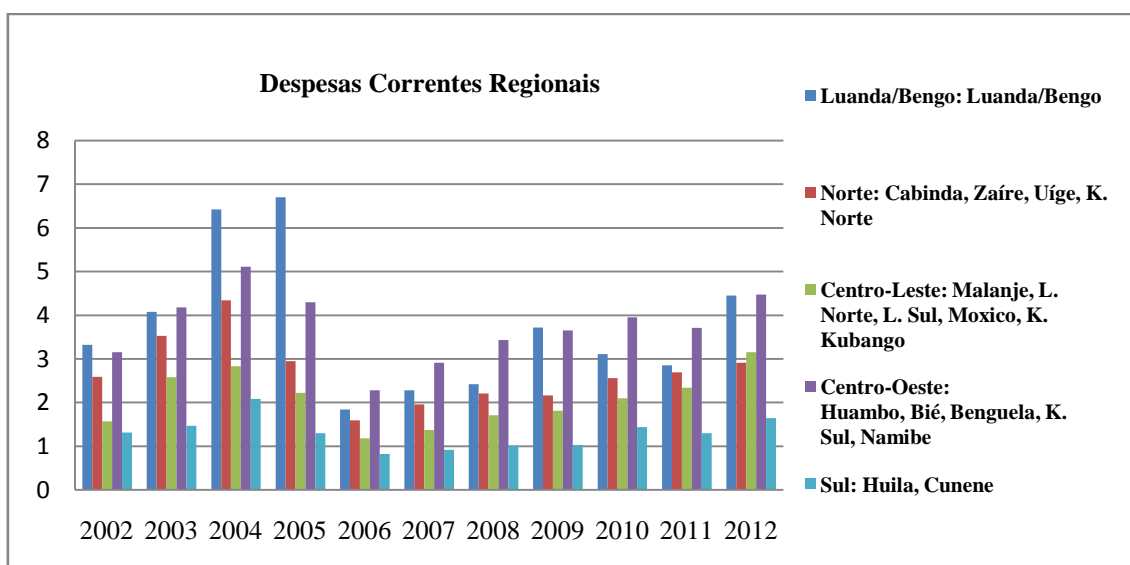
Outra situação é concernente as províncias do litoral embora não demonstrado em tabelas as suas somas. Se somar o total das províncias do litoral que são a minoria e achando sua percentagem num total de 100%, percebe-se que 51% do orçamento é alocado nestes províncias, fazendo com que estas províncias ganhem sempre vantagens

proporcionais com relação às províncias do interior do país. Portanto, esses valores quase insignificantes, comparando os casos acima, sempre causarão também grandes assimetrias entre as províncias e regiões afins, em termos econômicos e sociais. Portanto, a tabela seguinte agrega os dados em regiões conforme a preocupação do estudo.

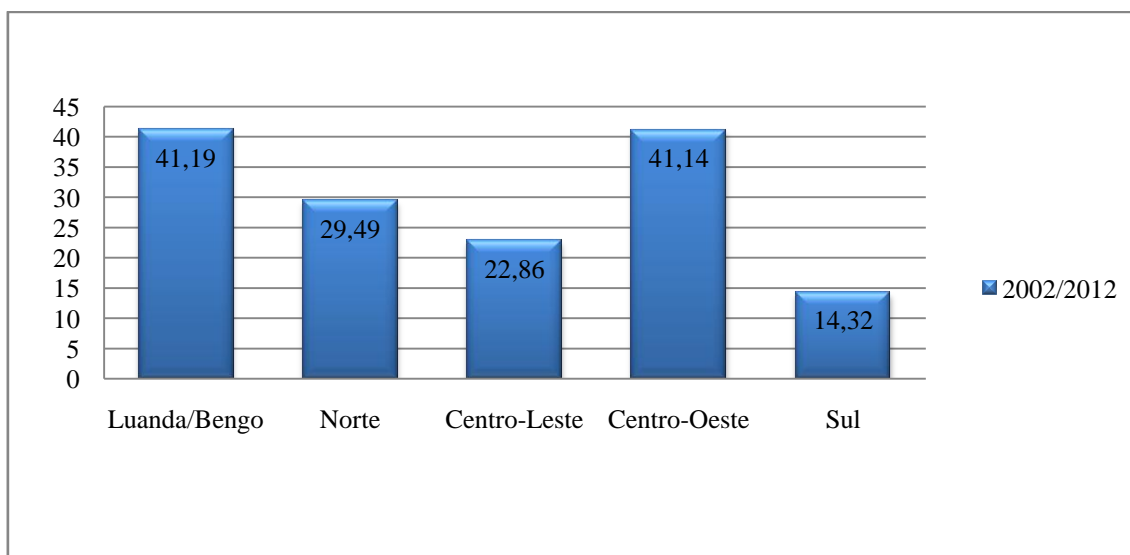
**Tabela 37** - Distribuição das Despesas Correntes por Regiões (%)

<b>Regiões</b>	<b>Províncias</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
<b>Luanda/Bengo</b>	<b>Luanda/Bengo</b>	<b>3,32</b>	<b>4,08</b>	<b>6,42</b>	<b>6,7</b>	<b>1,84</b>	<b>2,28</b>	<b>2,42</b>	<b>3,72</b>	<b>3,11</b>	<b>2,85</b>	<b>4,45</b>
<b>Norte</b>	<b>Cabinda, Zaire, Uíge, K. Norte</b>	2,59	3,53	4,34	2,95	1,59	1,96	2,21	2,16	2,56	2,69	2,91
<b>Centro-Leste</b>	<b>Malanje, L. Norte, L. Sul, Moxico, K. Kubango</b>	1,57	2,58	2,83	2,22	1,18	1,37	1,71	1,81	2,1	2,34	3,15
<b>Centro-Oeste</b>	<b>Huambo, Bié, Benguela, K. Sul, Namibe</b>	3,15	4,18	5,11	4,3	2,28	2,91	3,43	3,65	3,95	3,71	4,47
<b>Sul</b>	<b>Huíla e Cunene</b>	1,31	1,47	2,08	1,3	0,82	0,92	1,01	1,03	1,44	1,3	1,64
<b>Total das Regiões</b>		<b>11,94</b>	<b>15,84</b>	<b>20,78</b>	<b>17,47</b>	<b>7,71</b>	<b>9,44</b>	<b>10,78</b>	<b>12,37</b>	<b>13,16</b>	<b>12,89</b>	<b>16,62</b>
<b>Encargos Gerais do Estado</b>		88,06	84,16	79,22	82,5	92,3	90,6	89,22	87,63	86,84	87,1	83,38
<b>Total do OGE</b>		<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Cálculos do Autor com base nos dados do Ministério das Finanças, Angola.

**Gráfico 11** - Distribuição das Despesas Correntes por Regiões (em milhões kwanzas)

**Fonte:** Estimativas do Autor através dos dados do Ministério das Finanças, Angola.

**Gráfico 12** - Repartição das Despesas Correntes por Regiões entre 2002/2012 (em milhões de kwanzas)

**Fonte:** Estimativas do Autor através dos dados do Ministério das Finanças, Angola.

A primeira constatação resultante da análise da tabela mostra que embora de forma muito oscilante, a região ou eixo Luanda/Bengo continua ser a mais privilegiada pela afetação dos recursos do O.G.E., com um valor total acumulado de 41,19% entre (2002 a 2012), perfazendo assim a maior fatia. A segunda maior região é o eixo Centro-

Oeste (Huambo, Bié, Benguela, Kwanza Sul, Namibe) com um total acumulado de 41,14%.

A região com menor fatia das despesas orçamentais é o eixo (Malanje, Lunda Norte, Lunda Sul, Moxico, Kuando Kubango) com um valor total acumulado de quase 23%. Mas, não se está a afirmar que a região Norte teve um grande progresso em termos de repartição ou afetação orçamental.<sup>16</sup>

Se levarmos em consideração ou nos questionarmos quais as províncias que mais contribuíram para a economia de Angola no passado, antes da era do petróleo, a província do Uíge se destaca, sobretudo pelo elevado volume de produção e exportação do café. Ademais, se nos perguntarmos quais as atuais províncias que mais contribuem para o OGE, de certeza que a província do Zaire sairá na frente e longe das demais, visto que o volume do crude é extraído nesta província, propriamente na cidade do Soyo.

Pode-se dizer também que a região Norte é a que vem sendo mais prejudicada pela repartição ou afetação do bolo orçamental por duas razões:

- ✓ Primeiro não podemos esquecer-nos do histórico que foi a província do Uíge que mais contribuiu para a economia de Angola através da produção do café. É necessário não esquecer que naquela altura, ou seja, no tempo colonial, o país não produzia tanto petróleo assim como hoje, bem, o café sem sombras de dúvidas era a maior fonte de receitas do país, onde a maior parte das receitas foram alocadas para a construção da maior parte das cidades de Angola como Luanda, Benguela e se não mesmo o Huambo,<sup>17</sup> embora hoje não represente mais tanta procura igual à do passado.
- ✓ Segundo, as províncias que mais contribuem para as receitas do estado vindas da arrecadação do Petróleo hoje são as do Zaire e Cabinda, com maior ênfase a

---

<sup>16</sup>Segundo o Economista e presidente da CEIC, Alves da Rocha numa página de notícia via internet, nas vestes da aprovação do Orçamento Geral de Estado de 2012, concluiu que: continua se notando diferenças na distribuição ou alocação do Orçamento Geral do Estado, sendo que, as mesmas províncias continuam se beneficiando da maior parte do bolo orçamental, pese embora uma boa parte esteja centralizada ao governo central, mas mesmo assim, ainda há evidências de grandes desigualdades para outras províncias, principalmente as do interior, se não mesmo das regiões que sempre foram menos afetadas.

<sup>17</sup>As cidades de Luanda, Huambo e Benguela foram construídas pelas receitas do café, sendo que a maior produção vinha da província do Uíge, segundo fontes orais de Séculos, Sobas (Mwenes) e portugueses e, fontes escritas ou documentais de historiadores.



província do Zaire, visto que é desta província onde sai à maior parte da produção do crude. Mas se olharmos para essas cidades, se vai notar que as ações do governo local não têm sido concretizadas com eficácia e eficiência através de todas essas incongruências com agravante para grande dependência do governo central.

Mas se estas duas ou três províncias se beneficiassem com suficientes recursos do OGE, com certeza poderiam auto-influenciar de forma intra-regional através da territorialização e para regiões mais próximas através das suas proximidades, gerando assim pontos de confluências para alicerçar o crescimento e desenvolvimento econômico minimizando desta forma a pobreza nessas províncias e regiões mais próximas.<sup>18</sup>

Concluindo, é preciso se averiguar bem as políticas para as províncias ou regionais de acordo com a alocação do Orçamento Geral do Estado, em sentido de se procurar proporcionar maior justiça na distribuição da renda e ao mesmo tempo facilitar as ações dos governos locais. Conforme dados acima, estas políticas regionais terão maiores efeitos também, quando as ações do programa de investimentos públicos continuarem a ser implementadas com maior eficácia e eficiência, aí se poderá assistir um desenvolvimento regional equilibrado.

Mas, por via disso, ainda se continua ver uma distribuição desigual do Orçamento Geral do Estado, que a bono da verdade não ajudará em nada nas políticas de desenvolvimento regional do próprio governo, portanto, é necessário haver uma política de compensação em certos casos. Além demais, o Orçamento Geral do Estado é uma condição *sine qua non* para o efeito, por isso o governo angolano não pode tapar o sol com a peneira (passa o termo), por via de estar a prejudicar ainda mais estas regiões menos desenvolvidas ou com dificuldades de dar os primeiros passos ao desenvolvimento.

A outra situação também é com relação a concentração do bolo orçamental na esfera central. É necessário que se começa já a dar os primeiros passos na desconcentração financeira do país e por via disso, responsabilizar os gestores no

---

<sup>18</sup> Adaptado de um estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, sobre o Desenvolvimento Regional do Brasil (CARLEIAL E CRUZ, 2012).

incumprimento dos programas ou planos preconizados pelo governo central. Portanto, o Orçamento Geral do Estado angolano ainda têm contribuindo para as assimetrias regionais no país. Ademais, os dados tabelas falam por si.

#### **2.2.4 – Distribuição do PIB Per Capita por Província e por Região**

Dados sobre o PIB por província e por região em Angola são muito difíceis de encontrar. Ademais, foi necessário se fazer buscas nos escritos de "*Alves da Rocha*" sobre os dados de 2003, 2006 e 2007 para se ter alguma idéia ou perspectivas em torno da produção interna das províncias até nos dias de hoje.

“a regionalização do Produto Interno Bruto – tidas em conta as reservas apresentadas mais atrás e questões de natureza metodológica que remetem para uma contabilidade regional a correta estimativa desta grandeza ao nível espacial - não confere conclusões diferentes das que foram sendo anotadas nos parágrafos anteriores. Na medida em que os parâmetros utilizados se calcularam na base do volume de faturação, cuja representatividade pode ser discutida, as assimetrias determinadas com base no PIB são, no essencial, as mesmas. Ainda assim, a regionalização do PIB permite avançar para outros indicadores, sociais e económicos, como o rendimento médio por habitante e a produtividade bruta aparente, úteis e mesmo fundamentais para as políticas de equilibragem do crescimento e da distribuição dos seus resultados” (Alves da Rocha, 2010, p. 53).

O PIB provincial é uma ferramenta muito importante para análises mais regionais e, sobretudo, para saber o quanto cada província ou região contribui na produção interna total do país. Em um olhar mais empírico, pode-se perceber que Luanda é a província que mais contribui para o PIB total do país isto porque há também uma grande concentração de direções ou sede social de muitas empresas de províncias na capital. Por exemplo, a produção de petróleo dos blocos petrolíferos e agora o gás natural, com Angola LNG, na província do Zaire, sendo que suas direções encontram-se concentradas em Luanda. Falo do Zaire, como também poderia falar de outras como é o caso da INDIAMA nas Lundas com sede em Luanda. Daí que envolve a apreciação de que Luanda é a capital que mais contribui para o crescimento do PIB nacional, mas é a que menos é explorada por recursos do gênero como o petróleo e diamantes.<sup>19</sup>

---

<sup>19</sup> O petróleo ainda representa quase 80% da receita pública, bem como 90% das exportações e 47% do PIB do país. Isso faz com que a economia seja fortemente dependente das receitas do petróleo e vulnerável a choques resultantes dos preços do petróleo (*fonte: Perspectivas Económicas em África, 2013*).

Entretanto, já ouvi em notícias nacionais, alguns políticos a defenderem que enquanto Luanda for a que mais contribui, será a que maior bolo receberá na distribuição do orçamento. Ademais, outra vantagem é o fato de que o poder estatal estar centrado na capital, neste caso na província de Luanda, daí que favorece nas políticas de redistribuição da renda nacional (alocação das despesas).

**Tabela 38** - Distribuição do PIB Por Província (estimativas em milhões de US\$)

PROVÍNCIAS	2003	%	2006	%	2007	%
Bengo	18,7	0,13	48,5	0,10	55,4	0,09
Benguela	2207,2	16,48	6261	13,06	7229,3	12,15
Bié	62,4	0,46	189,4	0,39	223,2	0,37
Cabinda	38,2	0,28	137,7	0,28	223,2	0,37
Cunene	60,1	0,44	168,7	0,35	195,7	0,32
Huambo	156	1,16	441,6	0,92	511,6	0,85
Huíla	146,1	1,09	351,7	0,73	394,7	0,66
K. Kubango	13,7	0,10	42,7	0,08	50,4	0,08
Kwanza Norte	1,7	0,01	11	0,02	15,7	0,02
Kwanza Sul	171,3	1,27	1272,4	2,65	1856	3,11
Luanda	9287,3	69,36	35591,9	74,24	44647,9	75,03
Lunda Norte	1,7	0,01	284,5	0,59	311,2	0,52
Lunda Sul	231,9	1,73	305,2	0,63	291,6	0,49
Malanje	729,5	5,44	1282,1	2,67	1271,6	2,13
Moxico	7,8	0,05	42,7	0,08	56,5	0,09
Namibe	21,6	0,16	327,1	0,68	573,3	0,96
Uíge	191,2	1,42	1077,8	2,24	1479,2	2,48
Zaire	42,1	0,31	101,5	0,21	113,6	0,19
<b>NACIONAL</b>	<b>13388,7</b>	<b>100</b>	<b>47937,3</b>	<b>100</b>	<b>59500,1</b>	<b>100</b>

Fonte: Cálculos do CEIC, Angola.

Uma das regiões estudada é Luanda/Bengo, mas num passeio em estudo feito na província do Bengo, percebi que a mesma província embora fazendo parte do eixo Luanda/Bengo (o que o Prof. Alves da Rocha chamou de metrópole), não tem recepcionado grandes influências espaciais em termos de vizinhança a vários níveis através da capital, em minha opinião. É só olhar os dados sobre o PIB por província e sua extensão nas tabelas - 4 e 9 sobre PIB e população, pese embora não explorei as riquezas naturais existentes sobre todas as províncias e suas explorações para maior confiabilidade da afirmação.

Luanda continua recebendo vantagens<sup>20</sup> e ao mesmo tempo prejudicando aquelas províncias que, de forma real ou exploratória, também têm grande contribuição para o PIB nacional, principalmente através da exploração da indústria mineira.

<sup>20</sup>Praticamente a totalidade dos rendimentos da atividade petrolífera e diamantífera foi afetada a Luanda, enquanto sede das respectivas companhias de exploração.

Embora tenha feito já alguma réplica sobre os dados mais acima, Alves da Rocha (2010, p.54) afirma que, embora se observem níveis de variação significativos para algumas províncias como exemplo Uíge, Kwanza Norte, Moxico e Bengo, Luanda excede tudo e também consolida a sua posição de polo determinante ao processo de crescimento de Angola, pelo que mais de 74% do PIB nacional se concentra em Luanda.

Se a província de Luanda se juntar com as de Benguela e Kwanza Sul, a concentração chega a 90%. A capacidade de geração de valor acrescentado do Kuando Kubango e do Moxico é quase inexistente, representando os seus valores pouco mais de 0,1% do PIB da capital, e sendo ainda mais baixo o PIB de Kwanza Norte. Conforme Alves da Rocha (2010):

“A província do Kwanza Sul é um dos exemplos de grande dinâmica no processo de crescimento económico do país, posicionando-se com a terceira zona de influência económica, superior à do Huambo e da Huíla. Ou seja, permanecendo as dinâmicas litoral/interior inalteradas por quaisquer políticas públicas de discriminação positiva a favor do equilíbrio e da harmonia territorial, a província do Huambo demorará algum tempo a recuperar a posição detida na economia colonial de segundo parque industrial/económico do país. Aparentemente, a província do Uíge – capta melhor as suas idiossincrasias económicas e naturais, agregando valor nos setores agro-pecuário e industrial e minimizando as consequências negativas da influência da economia do petróleo que se verificam em Cabinda”.

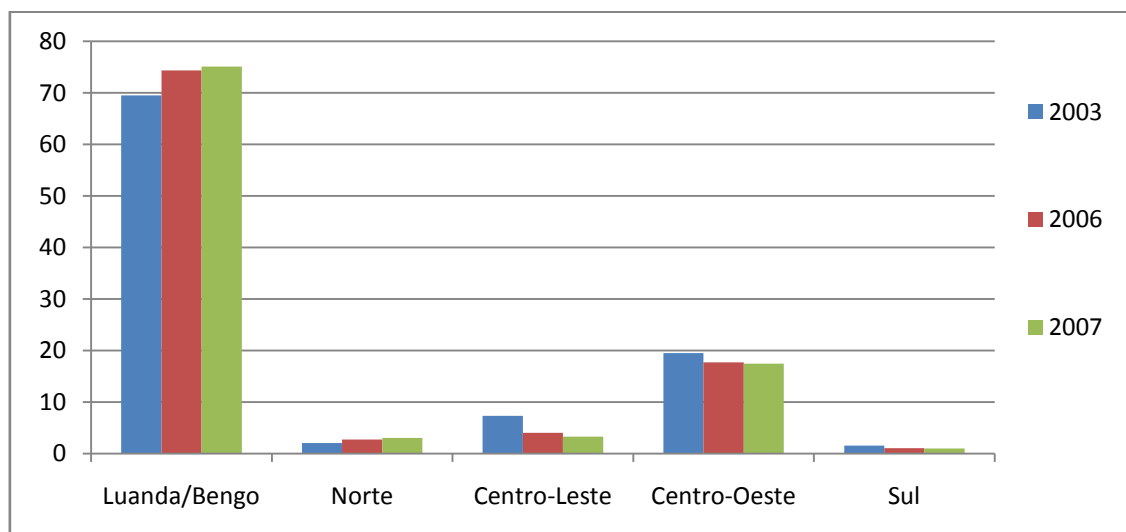
Analisando a distribuição do PIB na forma interregional, no conjunto da Região Norte (Cabinda, Zaire, Uíge e Kwanza Norte), é a província do Uíge a mais desenvolvida em atributos conforme a repartição provincial do PIB. Olhemos também a tabela e gráfico abaixo sobre o PIB das grandes regiões.

**Tabela 39** – Distribuição do PIB por Grandes Regiões (%)

Grandes Regiões	2003	2006	2007
Luanda/Bengo	69,49	74,34	75,12
Norte	2,02	2,75	3,06
Centro-Leste	7,33	4,05	3,31
Centro-Oeste	19,53	17,7	17,44
Sul	1,53	1,08	0,98
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Cálculos do Autor através dos dados do CEIC, Angola.

A região com o maior percentual do PIB é a região da grande metrópole, tanto em 2003, 2006 e 2007, e observando também tendências de crescimento ao longo destes anos.

**Grafico 13** – Distribuição do PIB por Grandes Regiões (%)

**Fonte:** Minhas estimativa através dos dados do CEIC, Angola.

Adentro as Regiões do Litoral e Interior, concentração do PIB na Região do Litoral, em que se destacam três províncias (Luanda, Kwanza Sul e Benguela), ao longo destes anos, concentrou o maior valor do PIB, chegando assim a obter no último ano 90% do total do país.

A região do interior, que pelo visto concentra a maior parte das províncias, 11 das 18 existentes, obteve 8% do total das duas regiões. Ainda na região do interior, apesar de que sua concentração é muito inferior ao litoral, as províncias que se destacaram são as províncias do Uíge, com 2,48% e Malange com 2,13%, somando quase 60% do total da região do interior.

Adentrando ao PIB per capita, também é necessário lembrar que o PIB per capita ou por habitante é usado como indicador socioeconômico, pois quanto mais rico o país, região ou província mais os seus cidadãos se beneficiam. Mas é preciso não esquecer que o PIB possui apenas uma consideração, é possível que o PIB aumente enquanto os cidadãos ficam mais pobres, isso ocorre porque o PIB não considera o nível de desigualdade de renda das sociedades, portanto o PIB por habitante é uma média teoricamente não representativa para o total da população em termos do perfil da distribuição da renda, embora muita das vezes é com esse indicador macroeconômico que muitos economistas se apóiam para fazerem seus estudos ligados a apreciação da qualidade de vida dos cidadãos de um país, região ou província.

Contudo, os indicadores mais utilizados atualmente e que revelam estatisticamente menos erros ao perfil da distribuição de renda de um país são: Índice de Desenvolvimento Humano, como o coeficiente de Gini,<sup>21</sup> ou índices desenvolvidos pela sociologia. Esses coeficientes proporcionam avaliações mais precisas do bem-estar econômico desfrutado por uma população de um país, região e se não mesmo de uma província.

A tabela seguinte mostra-nos por detalhes a repartição do PIB per capita entre as províncias, na qual, se observe províncias e regiões (tomando como referências já analisadas mais acima sobre as regiões) com rendimentos mais aceitáveis em comparação a média nacional e vice versa.

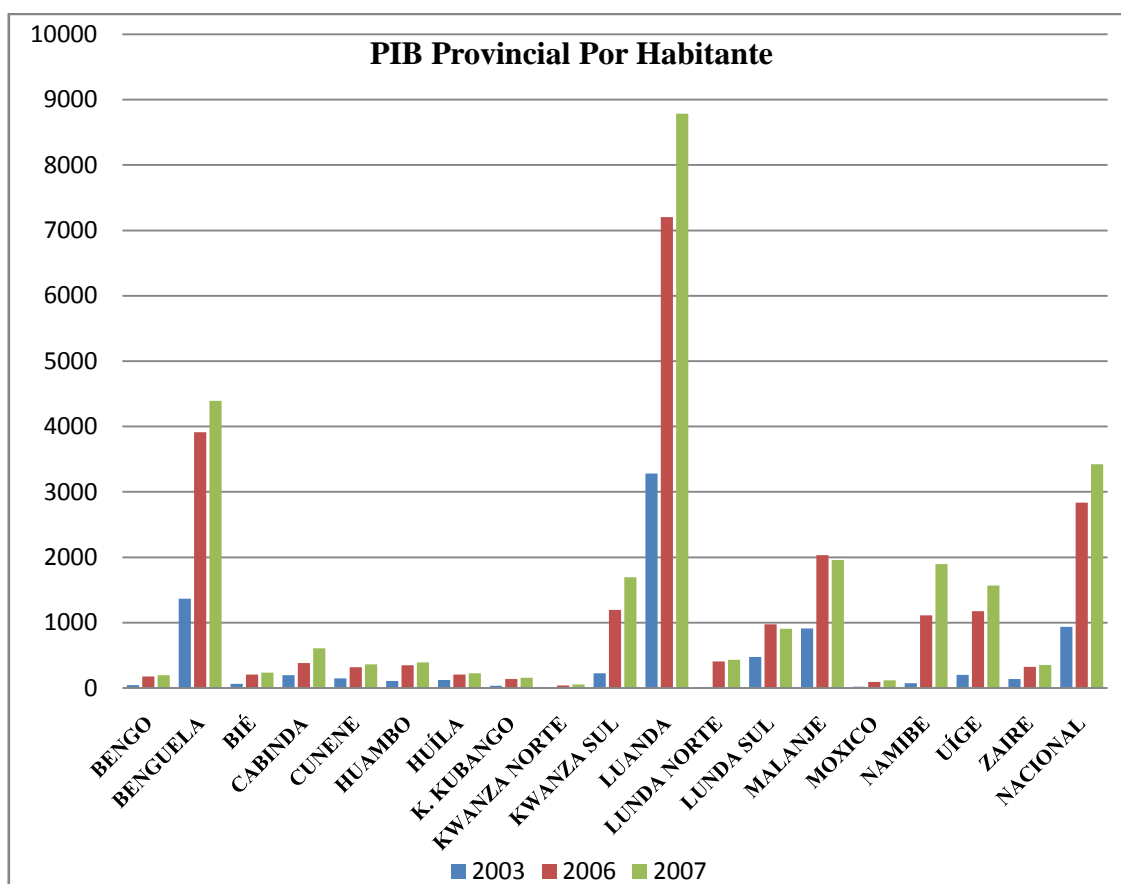
---

<sup>21</sup>O Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini, e publicada no documento "*Variabilità e mutabilità*" ("*Variabilidade e mutabilidade*" em italiano), em 1912. É comumente utilizada para calcular a desigualdade distribuição de renda, mas pode ser usada para qualquer distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda, e as demais nada têm). O índice de Gini é o coeficiente expresso em pontos percentuais (é igual ao coeficiente multiplicado por 100). Enquanto o coeficiente de Gini é majoritariamente usado para mensurar a desigualdade de renda, pode ser também usado para mensurar a desigualdade de riqueza. Esse uso requer que ninguém tenha uma riqueza líquida negativa (acesso: web - [http://pt.wikipedia.org/wiki/Coeficiente\\_de\\_Gini](http://pt.wikipedia.org/wiki/Coeficiente_de_Gini)).

**Tabela 40 - Distribuição Provincial do PIB por Habitante**

PIB Por Habitante (estimativas em milhões de US\$)			
PROVÍNCIAS	2003	2006	2007
BENGO	41,6	175,5	194,7
BENGUELA	<b>1364,6</b>	<b>3912,8</b>	<b>4390,6</b>
BIÉ	61,6	206,9	236,9
CABINDA	193,2	384	604,9
CUNENE	147,1	320,3	361
HUAMBO	105,3	350	394
HUÍLA	122,9	205,3	223,9
K. KUBANGO	33,7	135,1	155
KWANZA NORTE	4,6	37,1	51,5
KWANZA SUL	226,8	1196,1	1695,5
LUANDA	<b>3280,1</b>	<b>7204,6</b>	<b>8783,1</b>
LUNDA NORTE	4,4	406,5	432,2
LUNDA SUL	474,4	976,1	906,6
MALANJE	909,5	2033,9	1960,4
MOXICO	20,7	92,8	119,4
NAMIBE	74,1	1113,5	1896,2
UÍGE	200,2	1174	1565,9
ZAIRE	136,1	325	353,3
<b>TOTAL</b>	<b>932,9</b>	<b>2837,2</b>	<b>3422,4</b>

**Fonte:** Cálculos do CEIC, Angola.

**Gráfico 14 - PIB Provincial por Pessoa**

**Fonte:** Minhas estimativas através dos dados do CEIC, Angola.

Se olharmos na tabela ou no gráfico, considera-se que a província de Luanda e de Benguela ao longo deste anos, são as que melhor repartição do PIB por habitante apresentam. A média do PIB per capita dos cidadãos destas províncias é crescente e maior com relação a média nacional, causando assim desigualdades em termos de repartição, e de qualidade de vida das populações das demais províncias. Por conta desta situação, o número de cidadãos com interesse a imigrar principalmente para a província de Luanda é elevado, causando níveis elevados de concentração da população, aumento da pobreza, carência de habitação digna, mão-de-obra barata, entre outros.

Se as políticas do governo concernentes ao bem-estar continuarem a criar efeitos do genero, o nível de desigualdades da qualidade de vida das populações das demais províncias, principalmente as do interior como apontam os números, tenderão a aumentar, e aí será um caos para o governo no poder<sup>22</sup>, visto que a longo prazo poderá

<sup>22</sup>O atual governo no poder é o governo do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola). É com base na nova constituição de 2010 que se realizaram as Eleições Gerais de 2012 que receberam esta



causar descontentamentos dos cidadãos e concomitantemente afetará aos programas de governabilidade. Se olharmos os dados, os números apontam para um nível elevado de desigualdades na qualidade de vida das populações, principalmente as do interior.

A situação nas províncias do Bengo (apesar da proximidade com Luanda), Bié, Kuando Kubango, Kwanza Norte, Lunda Norte, Moxico e Uíge neste atributo é dramático, apesar dos registos positivos na evolução da quantidade de rendimento disponível para cada cidadão entre 2003 e 2007. A estas províncias o crescimento económico não chegou da forma como seria desejável (ALVES DA ROCHA, 2010, p. 55-56).

É necessário uma atenção muito particular quanto a distribuição provincial do PIB por habitante, sob pena de os grandes ideais de se construir um país moderno e desenvolvido, sem pobreza, fome, harmónico e comparável a algumas economias periféricas e emergentes poderão cair por terra<sup>23</sup> (ALVES DA ROCHA, 2010).

Concluindo de forma breve, embora se apoiando nos indicadores de Alves da Rocha (2010) se percebe que as províncias que concentram os melhores indicadores do PIB e PIB per capita são as províncias de Luanda e Benguela.

Por outro lado, estes fatores fazem com que haja um maior e contínuo interesse de *mobilidade-emprego* para estas regiões mais desenvolvidas e, situando-se principalmente nessas províncias que pelos vistos apresentam indicadores de produto e, por sua vez, salários melhores que as outras.

Ora, sem questionamento, isso faz a preferência dos quadros nacionais, por via disso, as regiões com indicadores baixos acabam ficando despovoadas de mão-de-obra (procura de melhores salários e condições de vida). Observa-se que estas províncias também fazem parte da região do litoral. Então, as desigualdades nesse campo também são muito marcantes.

A seção seguinte poderá nos proporcionar alguma ideia sobre o estado da agricultura, indústria e serviços na contribuição da economia e emprego mais formal. Essa seção também nos vai dar alguma luz sobre as políticas do governo sobre o investimento em infraestruturas de apoio aos setores económicos como também de incentivo ao investimento privado.

---

designação porque, embora se tenha tratado de eleições legislativas (parlamentares), definiram de forma indireta quem iria ser o Presidente da República.

<sup>23</sup> Objetivos contidos em diferentes documentos de programação e política económica do Governo e na Visão do MPLA (*fonte*: Alves da Rocha, CEIC).

Por conseguinte, os valores que estes setores irão mostrar poderá refletir nos anseios do estado angolano – qual a contribuição para economia e emprego formal? será que a política de incentivo e de construção e reconstrução das infraestruturas como transportes terrestres, energia e água tem mudado o quadro na qual estes setores supostamente se encontram? Será que estes setores em certa medida também tem criado assimetrias, visto que na falta de infraestruturas adequadas estas se tornam inoperantes nalgumas regiões do país, causando também o aumento do nível de pobreza nas regiões do território nacional mais precárias?

Estas outras questões serão discutidas no decorrer da seção 2.3.

## **2.3 A Contribuição dos Setores Econômicos e sua Distribuição Regional: Agricultura, Indústria e Serviços**

Nesta seção, o foco não é analisar ou fazer um estudo mais geral sobre os setores específicos (agricultura, indústria e serviços), mas perceber sua contribuição para a economia e para o emprego formal, trabalhando, quando possível, de forma desagregada por província, visto que este trabalho busca analisar as desigualdades regionais. Porém, a seção visa ilustrar ou contextualizar também a atual situação dos setores influenciadores de diminuição de desigualdades no país. Ou seja, a diminuição das desigualdades de forma geral gira em torno do crescimento e desenvolvimento destes setores afins.

### **2.3.1 – Agricultura: Contribuição para economia e para o emprego formal**

Segundo o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Angola (MINADER/FAO, 2004) e a CEIC (2011), antes da Independência e 1975, Angola era autossuficiente na produção de todas as culturas alimentares fundamentais, à exceção do trigo, ou seja, Angola satisfazia uma boa parte das necessidades das culturas alimentares no mercado interno. Além de ser um dos maiores exportadores do café no mundo. Além disso, Angola também exportava outras *commodities* agrícolas.

As exportações agrícolas representavam cerca de 60% do total das exportações e eram compostos por café (48%), sisal (5%), milho (2%) e vários outros produtos agrícolas, incluindo bananas, tabaco, algodão, feijão, açúcar, óleo de palma e arroz. Porém, por volta de 1990 todos estes produtos de exportação tinham virtualmente desaparecido. Décadas de guerra civil, e a falta de reativação da produção do setor

agrícola durante os anos 80 e 90, conduziram a uma drástica quebra na produção agrícola e fizeram com que Angola ficasse grandemente dependente da importação de alimentos. Segundo MINADER (2004):

“Dados de 2004 mostram que, a agricultura, a pecuária e as florestas contribuíram para cerca de 8% do PIB e 42% do emprego total, com as mulheres a fornecerem 70% da mão-de-obra. A contribuição das exportações de produtos agrícolas agora é quase nula. A recuperação do setor está seriamente dificultada por certo número de fatores: o isolamento das zonas rurais, devido ao colapso do sistema de estradas e pontes, embora com algumas melhorias atualmente; o reduzido acesso aos terrenos cultiváveis por causa da presença muito espalhada de minas terrestres não assinaladas; o colapso da rede interna de comércio e distribuição; os níveis insignificantes de crédito interno disponível para os setores da agricultura e da pecuária; e o fraco apoio institucional” (MINADER<sup>24</sup>, 2004).

O CEIC (2011) afirma também que no presente a produção agrícola apresenta valores muito baixos e o país gasta elevados recursos financeiros na importação de alimentos, devido não apenas à guerra, que destruiu a capacidade de produção e circulação de produtos agrícolas e outras mercadorias, mas também a erros de política agrícola ao longo de muitos anos, como a falta de investimentos em infraestruturas e de reforço de capacidades institucionais e a sobrevalorização da moeda nacional que torna as exportações angolanas pouco competitivas, entre outras. Esses erros tiveram consequências nefastas, algumas delas transformadas em fatores inibidores do desenvolvimento agrário, como é o caso da intensa migração para os centros urbanos e a redução da força de trabalho no campo e sua desqualificação.

Fatores externos também não são desprezíveis no desencorajamento do investimento na agricultura angolana, como no da africana em geral, como as barreiras a exportação para certos mercados e as flutuações de preços no mercado internacional.

O CEIC tem vindo reiteradamente a questionar em relatórios que a falta de estatísticas agrícolas credíveis dificulta enormemente qualquer análise séria da agricultura angolana.

“Desde 2002 que as culturas alimentares de base têm sido as de maior dinâmica no setor agrícola, como consequência da conjugação da reposição da Administração do Estado em todo o território nacional – essencial para a organização e programação das intervenções institucionais – e ao regresso das populações deslocadas” (GURN, 2006, p. 12).

---

<sup>24</sup>MINADER é o acrónimo de Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Angola.

O conhecimento disponível refere que Angola tem uma área agrícola potencial de cerca de 58 milhões de hectares (CEIC<sup>25</sup>, 2011 apud FAO, 2010), dos quais foram cultivadas cerca de 5,2 milhões no ano agrícola de 2010/2011 (CEIC, 2011 apud MINADERP<sup>26</sup>, 2011), o que representou um aumento de 6% em relação ao ano anterior 2009/2010 quando a cifra era de 4,9 milhões, correspondendo a um aumento de cerca de 300 mil hectares (CEIC, 2011, apud MINADERP, 2010).

Se tomarmos estes números como verídicos, isto significa que é trabalhada atualmente menos 10% da superfície arável. E se tivermos em conta os baixos níveis tecnológicos<sup>27</sup> utilizados, poder-se-á se ter uma idéia da margem de progresso que a agricultura angolana apresenta.

Nota-se que a agricultura até hoje é basicamente familiar.

Em seguida, observa o quadro e os gráficos da produção de alguns produtos básicos na Agricultura entre 2002 a 2012 por Província.

**Tabela 41** – Quantidade de produção base de algumas culturas primárias em toneladas<sup>28</sup> (2002/2012)

Províncias	Amendoim	Batata Doce	Arroz	Batata Rena	Café	Feijão	Mandioca	Milho	Outras Hortícolas
Bengo	28066.1	532028.37	0	85895.35	1163	26343.57	5138860.83	62729.11	46829.2
Benguela	11139.14	4467049.59	65	302175.94	0	207875.75	1969995.2	561940.93	394865.98
Bié	82068.95	322598.59	0	926087.01	50	314796.64	2800264.65	1461725.07	194577
Cabinda	72213.81	1199960.86	0	10472.27	10392	30569.36	5561531.67	34465.39	4835.52
Kuando	37046.48	264056.02	0	6344.32	0	23273.74	1693459.51	201016.38	4441.48
Kwanza Sul	90694.04	1766435.05	0	579049.23	39464	176563.79	7610070.41	1067465.59	346103.84
Cunene	293.53	49193.23	0	0	0	6016.17	112502.1	23639.09	6559.42
Huambo	55969.21	293126.5	0	1136423.3	43965	212429.38	987783.31	2265667.03	505277.55
Huíla	29404.48	161644.41	0	1266233.17	0	169141.09	1156626.8	1315208.67	522962.42
Kwanza N.	56586.14	413730.28	0	81718.32	6439	52051.99	7782729.2	81254.48	67487.16
Luanda	54	116304.1	12613.76	0	0	2121.26	436562.5	26111.1	67178.75
Lunda Norte	20107.88	137983.2	11306.03	7371.35	11452	10540.95	7531770.9	53415.62	32649.51

<sup>25</sup>CEIC - Outras fontes referem 36 e outras ainda 93 milhões. Este é um exemplo que mostra bem a necessidade de Angola investir muito mais no conhecimento científico em geral, e em particular no do conhecimento do seu território.

<sup>26</sup>MINADERP é o acrônimo de Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural e Pescas que se incluiu o setor das pescas a partir das eleições de 2008. Até então o acrônimo era MINADER.

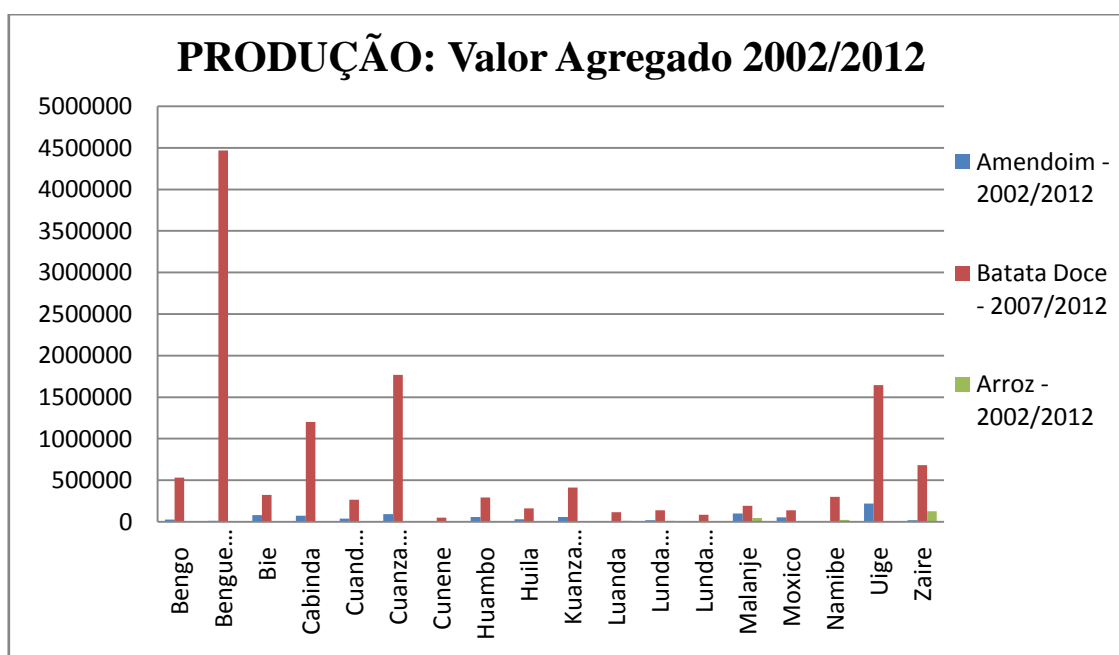
<sup>27</sup>CEIC – Do ponto de vista tecnológico a agricultura angolana encontra-se consideravelmente atrasada. Como se afirmou nos outros pontos sobre a deficiência da energia elétrica, a energia utilizada começa por ser um dos maiores constrangimentos.

<sup>28</sup>**Nota:** Não estão analisadas os rebanhos ou pecuária e as florestas. O CEIC tem vindo a questionar estas cifras pelo fato de não ser fiável a metodologia usada para o seu cálculo.

Lunda Sul	7724.18	85793.27	1289.14	70665.31	0	10142.58	7233081.06	97906.96	26896.55
Malanje	101882.5	191993.25	48162.91	362309.66	177	119012.86	19441298.4	363989.72	209096.94
Moxico	53458.01	137076.49	0	6514.38	0	37977.7	9018309.84	129097.15	18515.05
Namibe	884.53	302344.93	21442.63	85171.82	0	6828.38	216466.03	49128.58	136390.44
Uíge	220769.14	1646461.81	0	391730.06	9154	152796.01	28519866	194573.86	49059.96
Zaire	20765.02	683124.2	127864.1	27082.15	0	16719.45	4077662.49	30981.35	5806.63
<b>Nacional</b>	<b>889127.14</b>	<b>12770904</b>	<b>222743.6</b>	<b>5345243.6</b>	<b>122256</b>	<b>1575200.7</b>	<b>111288841</b>	<b>8020316</b>	<b>2639533.4</b>

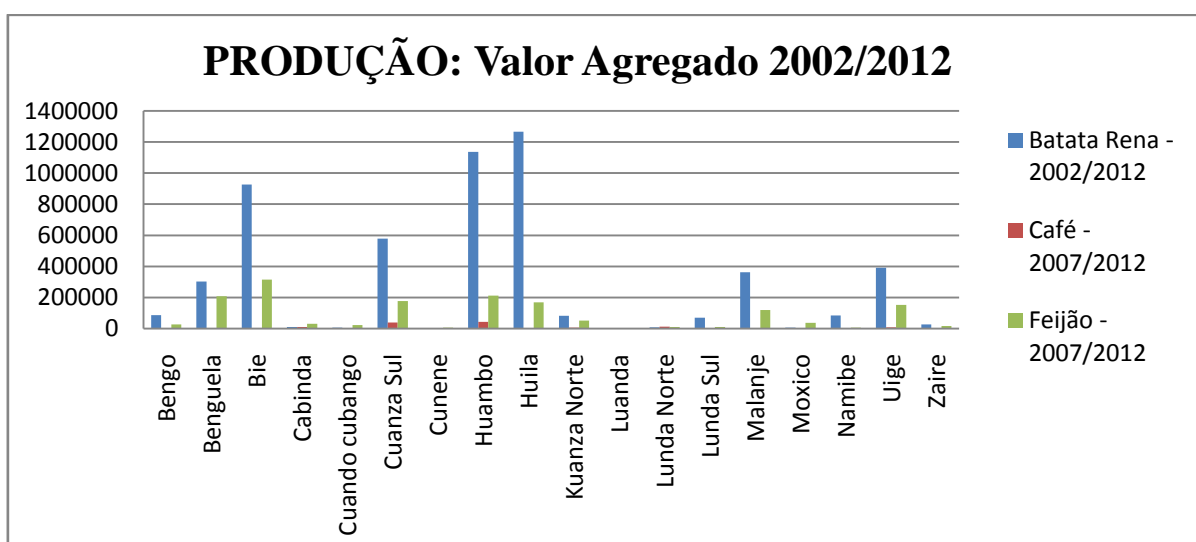
Fonte: Cálculos do Autor através dos dados do Ministério da Agricultura (Countrystat.org), Angola.

**Gráfico 15 – Produção agregada de culturas primárias**

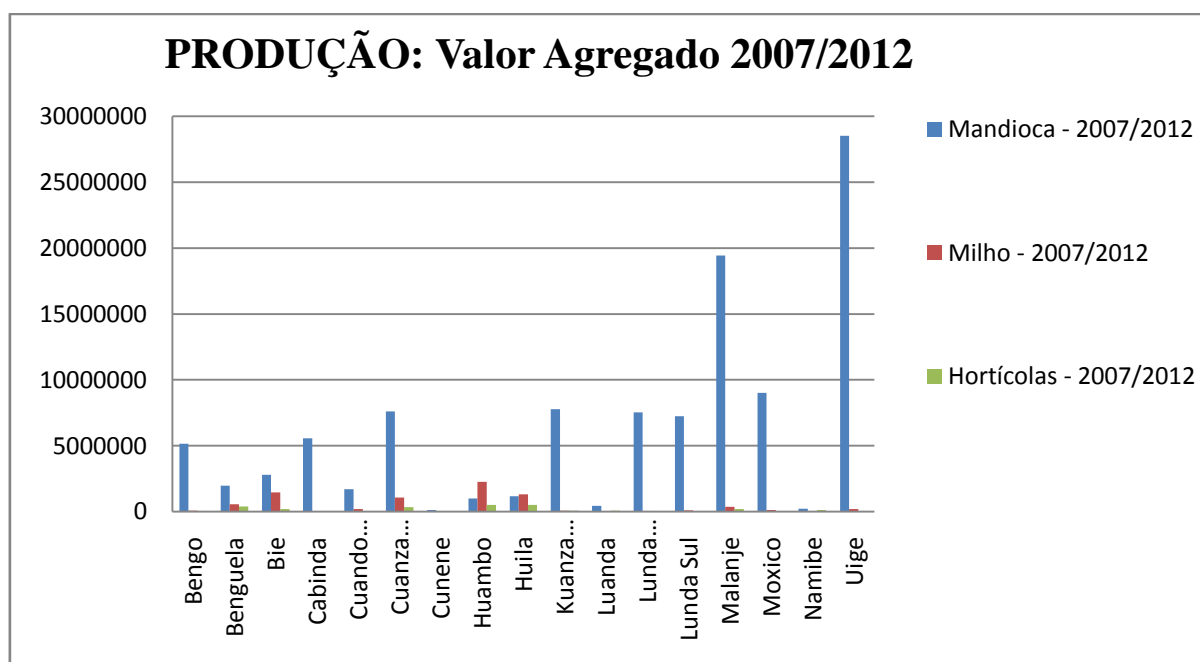


Fonte: Minhas estimativas através dos dados do Ministério da Agricultura (Countrystat. Org), Angola.

**Gráfico 16 - Produção agregada de culturas primárias**



Fonte: Minhas estimativas através dos dados do Ministério da Agricultura (Countrystat. Org), Angola.

**Grafico 17** – Produção agregada de culturas primárias

**Fonte:** Minhas estimativas através dos dados do Ministerio da Agricultura (Countrystat. Org), Angola.

**Tabela 42** – Quantidade da produção base primária em valor percentual

Províncias	Amendoim	Batata Doce	Arroz	Batata Rena	Café	Feijão	Mandioca	Milho	Out. Hortícolas
Bengo	3,16	4,17	0,00	1,61	0,95	1,67	4,62	0,78	1,77
Benguela	1,25	34,98	0,03	5,65	0,00	13,20	1,77	7,01	14,96
Bié	9,23	2,53	0,00	17,33	0,04	19,98	2,52	18,23	7,37
Cabinda	8,12	9,40	0,00	0,20	8,50	1,94	5,00	0,43	0,18
Kuando	4,17	2,07	0,00	0,12	0,00	1,48	1,52	2,51	0,17
Kwanza Sul	10,20	13,83	0,00	10,83	32,28	11,21	6,84	13,31	13,11
Cunene	0,03	0,39	0,00	0,00	0,00	0,38	0,10	0,29	0,25
Huambo	6,29	2,30	0,00	21,26	35,96	13,49	0,89	28,25	19,14
Huila	3,31	1,27	0,00	23,69	0,00	10,74	1,04	16,40	19,81
Kwanza	6,36	3,24	0,00	1,53	5,27	3,30	6,99	1,01	2,56
Luanda	0,01	0,91	5,66	0,00	0,00	0,13	0,39	0,33	2,55
Lunda Norte	2,26	1,08	5,08	0,14	9,37	0,67	6,77	0,67	1,24
Lunda Sul	0,87	0,67	0,58	1,32	0,00	0,64	6,50	1,22	1,02
Malanje	11,46	1,50	21,62	6,78	0,14	7,56	17,47	4,54	7,92
Moxico	6,01	1,07	0,00	0,12	0,00	2,41	8,10	1,61	0,70
Namibe	0,10	2,37	9,63	1,59	0,00	0,43	0,19	0,61	5,17
Uíge	24,83	12,89	0,00	7,33	7,49	9,70	25,63	2,43	1,86
Zaire	2,34	5,35	57,40	0,51	0,00	1,06	3,66	0,39	0,22
<b>Nacional</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Cálculos do Autor através dos dados do Ministerio da Agricultura (Countrystat. Org), Angola.

Observando a tabela acima a partir dos valores percentuais considerados por “dois dígitos”, percebe-se que as províncias campeãs em produção primária são: *produção de Amendoins*: Uíge (25%), Malange (11%) e K. Sul (10%). *Batata Doce* temos: Benguela (35%), K. Sul (14%) e Uíge (13%). *Arroz*: Zaire (57%), Malange (22%) e Namibe (10%). *Batata Rena*: Huíla (24%), Huambo (21%), Bié (17%), K. Sul (11%), considerando também as províncias do Uíge (7%), Malange (7%) e Benguela com (6%), visto que as restantes tiveram valores quase insignificantes ou muito baixos em relação as suas concorrentes. Para o *Feijão*: Bié (20%), Huambo (13%), Benguela (13%), K. Sul (11%), Huíla (10%) e Uíge também (10%). *Café*: Huambo (36%), K. Sul (32%). Desta feita teremos as províncias da L. Norte (9%), Cabinda (9%) Uíge (7%) e K. Norte com (5%). *Mandioca*: Uíge (26%) e Malange (17%). *Milho*: Huambo (28%), Bié (18%), Huíla (16%), K. Sul (13%) e consideremos também Benguela (7%), igualmente pelas situações explicadas nos pontos acima. E por fim as *Outras Hortícolas*: Huíla (20%), Huambo (19%), Benguela (15%), K. Sul (13%) e mais duas províncias pelos mesmos casos, que são: Malange (8%) e Bié (7%).

Portanto, atento aos dados, é feita a análise dos valores produtivos olhando os valores em dois dígitos e considerando o resto insignificante <sup>29</sup>(embora tendo algumas acabando de entrar na classificação devido os valores muito baixos da maioria). Pode-se classificar as províncias com maiores participações no total da produção de cultivos primários como: em primeiro lugar a província do Kwanza Sul com sete participações; em segundo Uíge com seis; em terceiro, três províncias com cinco participações: Benguela, Huambo e Malange; e, em quarto, duas com quatro participações: a Huíla e Bié. Nesse grupo de nove províncias com participações em quase toda a produção primária, as mais fracas em participação são as províncias do Zaire, Cabinda e Lunda Norte, cada uma com uma participação. Observe a tabela a seguir.

---

<sup>29</sup>Considerei as restantes províncias insignificantes com relação às outras em termos de valores percentuais, atendendo à classificação da produção em dois dígitos considerados na tabela, embora umas entraram nessa classificação por obterem de 6 a 9% de valores visto que as outras eram muito baixas.

**Tabela 43** – Participações do total da produção cultivada

<b>Províncias classificadas</b>	<b>Nºs de participações</b>
Kwanza Sul	7
Uíge	6
Benguela	5
Huambo	5
Malange	5
Bié	4
Huíla	4
Cabinda	1
Lunda Norte	1
Zaire	1

<b>Não classificadas</b>	<b>Nºs de participações</b>
Cunene	0
Namibe	0
Kuando Kubango	0
Kwanza Norte	0
Luanda	0
Bengo	0
Moxico	0
Luanda sul	0

**Fonte:** Dados do Ministerio da Agricultura (Countrystat. Org), Angola.

**Obs:** O fato destas províncias atingirem a participação nula (0), não significa dizer que não produziram. Porém, suas produções foram consideradas insignificantes, atendendo o critério de classificação aplicada na análise (disparidades de valores).

Se tivermos que visionar a análise de forma regional, pode-se perceber que dentro das regiões existem províncias que não ajudaram em nada as outras em termos de classificação de produção total das produções primárias. Ou seja, quase não existe uma homogeneidade intra-regional em termos de produção, dificultando assim a classificação da região em relação a outras, pese embora dentro das regiões tem províncias que estão muito bem classificadas como é o caso da província do Uíge, Cabinda e zaire na região Norte, Huambo, Benguela, Bié e Kwanza Sul na região do Centro-Oeste e Malange e Luanda Norte na região do Centro-Leste e por fim a Huíla na região Sul.

Mas sem contrariar a ideia acima, as regiões mais bem cotadas são: Centro-Oeste, Norte e Centro Leste. A pior região é a Sul. A região metropolitana não obteve valores para entrar na classificação (Lunada/Bengo), sendo a pior das piores visto que as duas províncias não mostraram capacidade suficiente na produção agrícola primária.



De maneira mais geral, nota-se que a região mais hegemônica se assim se considerar é o Centro-Leste com a soma total das províncias de 21 participações, obtendo 58% do total das regiões (97%), com ênfase as províncias do K. Sul, Benguela e Huambo. Estas estão bem classificadas até mesmo no país como um todo como indicam os números tabelados. Observe a tabela a seguir.<sup>30</sup>

**Tabela 44** – Classificação regional

Classificação	Regiões classificadas	Províncias classificadas	Nºs de part.	% Regional
1º	Centro-Oeste	Kwanza Sul	7	58,33
		Benguela	5	
		Huambo	5	
		Bié	4	
		Total	21	
2º	Norte	Uíge	6	22,22
		Cabinda	1	
		Zaire	1	
		Total	8	
3º	Centro-Leste	Malange	5	13,89
		L. Norte	1	
		Total	6	
4º	Sul	Huíla	1	2,78
		Total	1	
		Total geral	36	97,22

**Fonte:** Minhas estimativas através dos dados do Ministério da Agricultura (Countrystat. Org), Angola.

Adentrando ao emprego, não podemos esquecer que desde o tempo colonial o setor agrícola sempre contribui para o crescimento da economia e emprego no país. Porém, um estudo divulgado pelo Ministério da Agricultura sobre o Resultado da Campanha Agrícola 2007/2008, mostra que o número de trabalhadores assalariados nacional das empresas agrícolas modernas, que registrou um aumento de 16% que correspondem a 7.074 trabalhadores, isto é, em relação à campanha agrícola 2006/2007, conforme visualiza a tabela que se segue.

<sup>30</sup>3,78% é o impacto que as outras províncias não classificadas trouxeram nos dados. Ou seja, são províncias que não entraram nas contas porque não obtiveram a classificação ou valores analisadas nos intervalos entre 6, 9 e por diante, daí que aparece no total geral 97,22%.

**Tabela 45** - Mão de obra assalariada das explorações agrícolas do tipo  
Empresarial

Províncias	2006/2007		2007/2008		*Variação %
	Total	%	Total	%	
Cabinda	700	2	723	1	3
Zaire	80	0	102	0	28
Uíge	1.916	4	2.086	4	9
Malange	245	1	316	1	29
Kwanza Norte	873	2	873	2	0
Bengo	2.400	5	2.450	5	2
Luanda	7.73	17	8.730	<b>17</b>	13
Kwanza Sul	5.258	12	6.321	<b>12</b>	20
Benguela	4.851	11	5.051	<b>10</b>	4
Huambo	4.169	9	7.606	<b>15</b>	82
Bié	2.146	5	3.198	6	49
Huila	9.261	21	9.503	<b>19</b>	3
Namibe	3.252	7	3.252	6	0
Cunene	1.200	3	947	2	-21
Lunda Norte	266	1	266	1	0
Lunda Sul	499	1	499	1	0
Moxico	79	0	76	0	-4
Kuando Kubango	206	0	206	0	0
<b>Nacional</b>	<b>45.131</b>	<b>100</b>	<b>52.205</b>	<b>100</b>	<b>16</b>

**Fonte:** Minhas estimativas através dos dados do Ministério da Agricultura, Angola.

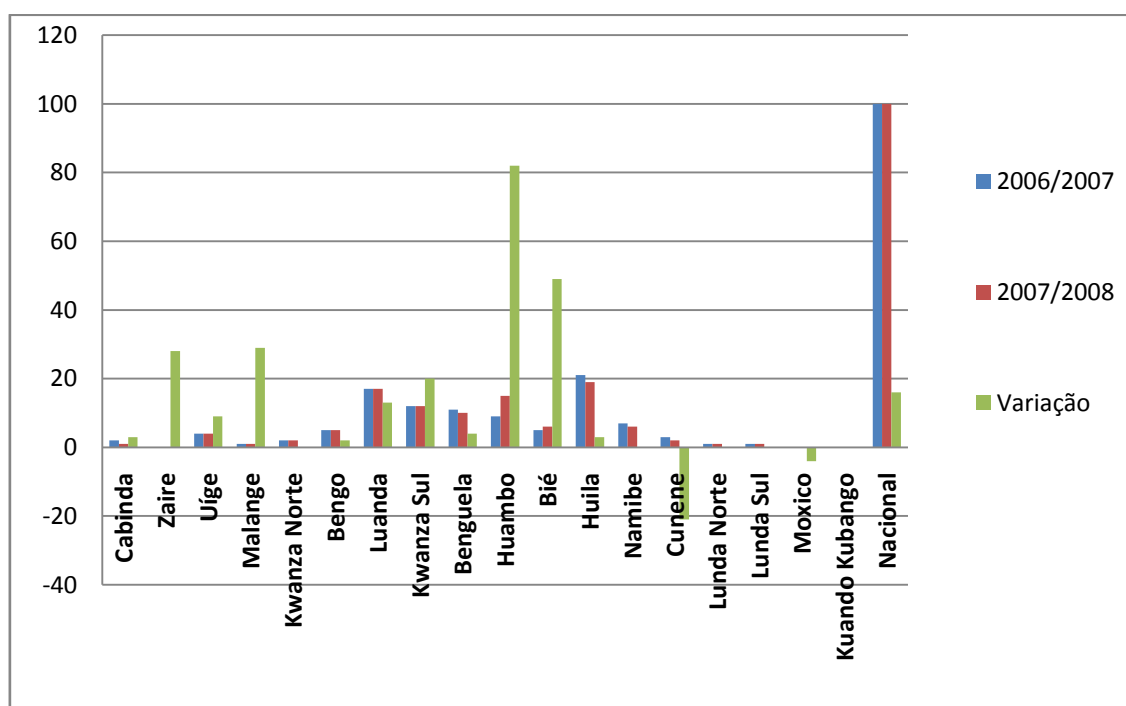
**Nota:** \*a metodologia sobre a variação dos valores da tabela é do MINADER.

Cogita-se em livros, artigos e programas governamentais, que o setor agrícola é o que mais emprego oferece no mercado Angola. Isso é um fato, mas que emprego? Bem, sem fugirmos do nosso campo de estudo, o interesse aqui, é fazer a análise da contribuição da agricultura na economia e a formalização do emprego que melhor garantia e qualidade de vida proporciona a uma determinada população regional ou provincial.

Através da análise de estudos anteriores, se percebe que o emprego informal se está a traduzir em emprego formal na agricultura, através de cooperativas e investimentos privados em áreas afins. Não obstante, é necessário que o Governo angolano continue evidenciando esforços em eliminar o empregado informal agrícolas, substituindo-as para o empregado formal agrícola principalmente em regiões mais afetadas, visto que o número total de empregados na agricultura, uma boa parte encontra-se no emprego agrícola informal. Este fato não contribui em nada para política fiscal (economia), de proteção social e muito menos para a política de progresso de bem-estar social destes empregados informais.

As províncias que mais empregaram, entre 2007/2008, são as de Luanda com 17%, Kwanza Sul com 12%, Benguela 10%, Huambo 15% e Huíla com 19%. Ora, isto mostra que essas são as províncias que mais investiram em empresas agrícolas modernas e em empregados formais durante estes anos. Observe, que as mais citadas são da região Centro-Oeste, criando assim grandes desigualdades regionais em termos de emprego formal. Se olharmos nos dados, podemos concluir que a região que mais emprega é a do Centro-Oeste com 37%. Analisando o caso de Luanda em termos de emprego agrícola, não se pode esquecer que, o caso de Luanda pode ser conflituoso visto que fisicamente suas empresas agrícolas podem estar em outras províncias, mas o número dos recursos humanos é classificado em Luanda através de suas sedes.

**Gráfico 18 – Trabalhadores Agrícolas do Tipo Empresarial**



**Fonte:** Minhas estimativas através dos dados do Ministério da Agricultura, Angola.

**Tabela 46 – Emprego na Agricultura**

Emprego	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Agricultura, Sivicultura, Pescas	4740650	4827796	5445137	5655729	5806632	5906276	5928306

**Fonte:** CEIC – Relatório Econômico (2011, p.237) apud G.A-B.E.P.N (2011) e Relatório do MAPESS (2011).

Em suma, como já é do nosso conhecimento que a agricultura em Angola está a dar os primeiros passos após os longos anos de guerra civil, desta feita, a conclusão versará mais sobre o setor do emprego agrícola. Por conseguinte, embora se têm dito que a agricultura é o setor que mais emprego oferece no país, é necessário que nos perguntemos que emprego. Portanto, é visível uma crescente evolução do emprego na agricultura através de políticas de incentivo do governo central, mas me parece que este emprego é mais informal do que formal, ou seja, a mão-de-obra que se encontra neste setor na sua maioria não é qualificada, visto que até o governo está a ajudar as cooperativas através de cedência créditos (além do incentivo à produção) para a formação técnica para que posteriormente se elimine a pobreza. Portanto, claramente o governo está mais preocupado com emprego familiar por via de eliminar a extrema pobreza. As suas políticas para o emprego formal estão voltadas para o setor empresarial privado mas sem grande afinco, por quê? Vamos encontrar a resposta mais em baixo.

Embora já existem incentivos à agricultura mecanizada ou empresarial, entretanto, emprego formal na agricultura ainda é muito incipiente, isto porque ainda há poucos investimentos na agricultura de ponta ou mecanizada. Mas, pelas análises do autor, o governo não está muito interessado na arrecação de impostos do emprego formal na agricultura, ou seja, o emprego formal não é bem o foco do governo de Angola, visto que a sua maior preocupação é a agricultura familiar com vista à erradicação da extrema pobreza, atendendo à política instituída pela Organização das Nações Unidas sobre a erradicação da pobreza para os países menos desenvolvidos por conta dos objetivos de desenvolvimento do milênio (pobreza como uma das principais).

Adentro a região, dizer que a região que mais emprega é a região do Centro-Oeste e a metrópole, ou seja, são as mesmas regiões que sempre viemos focalizando. Observa também que a maioria destas províncias se encontra na região do litoral, embora as províncias da Huila e Huambo se encontram no topo. Também encontramos desigualdades em termos de emprego empresarial neste campo.

Portanto, é necessário que se olhe a oferta de emprego nas duas visões por formas a garantir o bem-estar das populações no médio e longo prazo. Sem sombras de dúvidas, sabe-se que o emprego formal é a melhor forma de garantir este bem-estar de

forma durável através das situações já conhecidas no campo da Segurança Social (proteção social).

### **2.3.2 Indústria: Contribuição para a economia e para o emprego formal**

Depois da Independência em 1975, Angola foi sujeita a um tremendo processo de desindustrialização, que explica o estado atual de dependência das importações de mais de 70% das necessidades em todas as gamas de bens e serviços (CEIC-RELATÓRIO ECONÓMICO, 2011, p. 114). Este processo de desindustrialização atingiu um clímax quando do conflito armado que vigorou em Angola entre 1975 até 2002.

Mas, neste período ainda existiram indústrias que estavam resistindo – vitalidade - a externalidades negativas de várias índoles como: insuficiência financeira das empresas e dos industriais para as ações de investimentos e aprovisionamento, aliada a falta de garantias para a obtenção de créditos junto do sistema bancário, escassez de recursos humanos qualificados, a todos os níveis como fator fundamental nas carências que se observam na gestão, na produtividade e no desenvolvimento empresarial, parque de máquinas obsoleto e degradado por falta de manutenção adequada e pela antiguidade dos equipamentos, elevado grau de deterioração das infraestruturas básicas, particularmente a nível de acessos, energia elétrica, água, esgotos, comunicações, transportes e escassa disponibilidade de solo industrial equipado, dificuldade de distribuição e comercialização dos produtos acabados, custo elevado dos materiais de construção e dos serviços de construção civil maioritariamente importados (BPI/BFA, 2009).

Mas com o agravar do conflito após as eleições de 1992, a base da indústria de Angola se tornou extremamente precária, ou seja, quase inexistente, principalmente a indústria transformadora, fato que acabou quebrando a contribuição do setor para o PIB nacional e emprego, com exceção da indústria mineira.

Segundo a opinião de Alves da Rocha no Jornal Expansão de Angola, postada no dia 10/07/2012 às 16h19 sobre a industrialização e diversificação da economia afirma que:

“os processos de diversificação das estruturas económicas estão muito correlacionados com a diversificação das exportações e com a industrialização dos países. Quanto mais elevados forem os índices de industrialização, melhores serão as condições para disputar a concorrência internacional, nos mercados internos e em diferentes segmentos dos mercados mundiais. Angola esteve sujeita a um processo violento de desindustrialização depois da independência, em 1975, tendo a participação do Valor Agregado Bruto industrial (indústria no sentido estrito, abarcando apenas a manufatura)

atingindo uma cifra média, entre 1975 e 2000, de 3% do PIB global. A produtividade foi um dos segmentos onde o choque da desindustrialização maiores estragos provocou, com um valor médio, no mesmo período, de cerca de 3400 USD por trabalhador empregado. De resto, a baixa produtividade acabou por ser, também, um dos fatores de desindustrialização do País. As empresas industriais - à época, na sua maior parte propriedade do Estado - funcionavam com índices muito baixos de eficiência econômica, e a sua principal tarefa era a de preservar o emprego, à custa de transferências financeiras do Orçamento Geral do Estado”.

Ainda Alves da Rocha, no mesmo artigo diz que podem ser elencados alguns fatores da desindustrialização em Angola entre 1975 e 2000:

As profundas distorções econômicas introduzidas pelos princípios socialistas da gestão unificada, centralismo democrático e planificação administrativa;

- ✓ O comportamento desfavorável da produção nacional - exceto a de petróleo depois de 1977 - logo depois da independência, como consequência da fuga de grande parte dos colonos portugueses. As quebras foram impressionantes: 68% no café, 80%-98% em outras culturas agrícolas (em 1980 a agricultura supria, tão somente, 12% das necessidades alimentares da população e 15% das necessidades da indústria transformadora), 72% na indústria transformadora<sup>2</sup> (em 1984, existiam apenas 241 empresas na indústria transformadora, que empregavam 85000 trabalhadores), 85% nos diamantes, 20% no petróleo (só em 1976, a produção de 144 000 barris diários de 1973 foi retomada, depois do regresso das petrolíferas norte-americanas);
- ✓ A continuação da guerra, tendo a partir de 1993 afetado entre 60% e 70% de todo o território nacional;
- ✓ As severas limitações em recursos humanos, determinadas pelo êxodo dos técnicos e quadros portugueses e pela natureza do regime colonial, que só nos anos terminais estendeu a educação à população angolana;
- ✓ A gestão econômica deficiente e políticas econômicas totalmente inadequadas;
- ✓ A obsolescência tecnológica dos equipamentos industriais, cuja idade média, de acordo com o Plano Diretor de Reindustrialização de Angola, era de 30 anos em 1990.

Apesar das abordagens que enfatizam a entrada de alguns países numa sociedade de lazer e de serviços, conhecida também por sociedade pós-industrial, a indústria continua a ser fonte de poder econômico e a desempenhar um papel

fundamental na organização dos territórios, na dinâmica das transformações dos sistemas produtivos e na criação de valor.

Por isso, todos os países, independentemente do seu estágio de desenvolvimento, inscrevem nas suas agendas de desenvolvimento a industrialização. Um exemplo claro é o Brasil, atualmente a sexta economia mundial, segundo a classificação do Banco Mundial.<sup>31</sup>

Dados do BPI/BFA (2009, p. 12) afirmam que “o setor da indústria representa atualmente um papel diminuto na economia correspondendo a apenas 6,6% do PIB em 2008, embora algumas previsões do governo de Angola afirmam que esse valor poderá cair em 2013 em 5,8%.”<sup>32</sup> Apesar disso, são visíveis sinais de dinamismo e tentativa de afirmação, considerando que em 2005 correspondia apenas a 3,6% do PIB”. Observando os dados citados por Alves da Rocha acima e também os dados de 2008 citados pelo BPI/BFA sobre o PIB industrial, acabo concordando com o argumento do estudo do BPI/BFA, quando afirma que são visíveis sinais de dinamismo e tentativa de afirmação deste setor, visto que a média de crescimento do PIB industrial para intervalo de 1975 a 2000 foi de 3%, e de 2005 a 2008 foi praticamente a metade, daí estar de acordo com esta afirmação. Mas percebe-se que os indicadores do setor ainda não contribuem consideravelmente para o crescimento económico do país, me parecendo que irá levar ainda algum tempo. Os dados a seguir vão demonstrar esta afirmação.

Portanto, em *relação ao emprego*, não podemos esquecer que a indústria mineira não absorve números elevados de mão-de-obra, primeiro pela necessidade de mão-de-obra com capacidade tecnológica/científica, e também pela pouca diversificação de produtos, ou seja, produtos próximos ou da mesma linha. Isso é diferente da indústria transformadora - os dados da tabela confirmam - pese embora sua contribuição para o PIB (com quase 50% atual) é a mais elevada do país em relação a outros setores, relebrando que estudos apontam que no passado essa cifra já foi muito elevada, ou seja, portanto esta dependência já foi mais elevada, notando-se, por conseguinte uma maior capacidade de satisfação interna.

---

<sup>31</sup> Alves da Rocha-Industrialização e diversificação da economia, 2012. Opinião ao jornal expansão-Disponível em: <[http://expansao.sapo.pt/home/opinioes/colunistas/Artigos/manuel\\_alves\\_da\\_rocha.10/07/2012](http://expansao.sapo.pt/home/opinioes/colunistas/Artigos/manuel_alves_da_rocha.10/07/2012)>. Acesso: 28. Ago. 13 às 18h10.

<sup>32</sup> BESA – Banco Espírito Santo, Angola, (2013, p. 8). Disponível em: <<http://www.bes.pt>>. Acesso: 29, de Agosto de 2013.

Assim, o nosso alvo aqui é a contribuição da indústria para o PIB e emprego formal, seus fundamentos de desenvolvimento para as províncias ou regiões de Angola. Desta feita, apresento alguns dados sobre a evolução do PIB e emprego na indústria, com principal destaque a indústria transformadora.

**Tabela 47 – Estrutura Percentual do PIB a Preços Correntes**

<b>Indicadores</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
Indústria Mineira	54,6	59,2	59,44	57,58
Indústria Transformadora	4,2	4,1	4,92	5,31
Outros	38,14	36,7	35,63	37,11
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Cálculos do Autor através dos dados do MINPLAN( 2011, p.8), Angola.

**Tabela 48 - Emprego industrial**

<b>Emprego</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
Petroleo e Refinados	12310	12843	16582	15438	15178	16696	17531
Indústria transformadora	32533	37261	40056	42484	45222	48616	52155
<b>Total</b>	<b>44843</b>	<b>50104</b>	<b>56638</b>	<b>57922</b>	<b>60400</b>	<b>65312</b>	<b>69686</b>

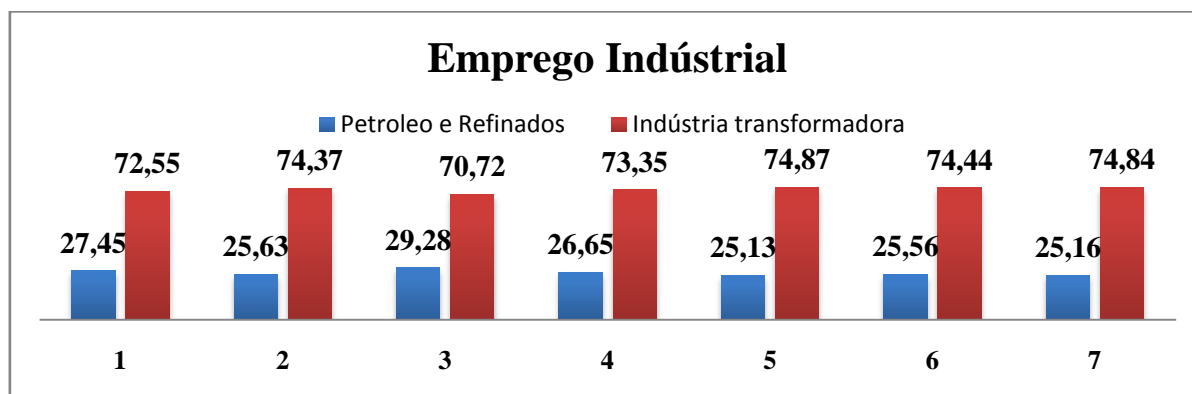
**Fonte:** CEIC – Relatório Económico (2011, p.237) apud G.A-B.E.P.N (2011) e Relatório do MAPESS (2011).

**Tabela 49 – Emprego Industrial em Percentagem (%)**

<b>Emprego</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2010</b>
Petróleo e Refinados	27,45	25,63	29,28	26,65	25,13	25,56	25,16
Indústria transformadora	72,55	74,37	70,72	73,35	74,87	74,44	74,84
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Cálculos do Autor com base nos dados do CEIC, Angola.

**Gráfico 19 – Taxa de Emprego Industrial**



**Fonte:** Estimação do Autor com base nos dados do CEIC, Angola.



Ainda com relação ao emprego, o estudo afirma que a capacidade de criação de empregos é um critério importante relevante a aposta nos projetos industriais. De acordo com o Ministério da Indústria em 2008 estima-se que o número de empregos diretos existentes na indústria transformadora ascenda a 41.095.

No período 2009-2012, estima-se que a implementação de projetos de investimento de acordo com o estipulado na tabela acima, possa gerar cerca de 48.665 empregos diretos adicionais. Com especial destaque para o setor da construção e da agroindústria que, conjuntamente ,deverão gerar 24.505 novos empregos diretos.

Este valor surge considerando somente os projetos previstos no plano oficial, pelo que a possibilidade de surgirem outras empresas industriais fora do previsto poderão levar a um nível de emprego superior. Também deverão ser considerados os empregos indiretos, difíceis de contabilizar, mas que o Ministério prevê que possam ascender a mais de 210 mil postos de trabalho no período em análise.

Esta situação entra em contradição com a política do Governo de repovoamento para o interior, se não mesmo para as regiões menos povoadas. Como analisado nos itens mais acima sobre a concentração populacional, o direcionamento de implantação das políticas de PDIs e ZEEs, acabam por criar ainda mais níveis de concentração da população para os grandes centros e/ou para as grandes cidades do litoral como já é conhecido (cidades de Luanda, Benguela entre outras).

É necessário que o Governo crie formas de implementação de PDIs e ZEEs de forma conjunta embora o mesmo alega dificuldades de infraestruturas no interior do país, subforma de evitar níveis elevados de desigualdades regionais, em consonância com o fraco crescimento e desenvolvimento econômico e níveis baixos de qualidade de vida das populações dessas regiões.

Outra política que acaba prejudicando a região do interior em termos de aumento das desigualdes regionais é também a estratégia de criação de novos pólos com prioridade a zona do litoral de Angola, visto que são essas zonas onde estão incorporadas as maiores e mais desenvolvidas capitais do país (Luanda, Benguela)<sup>33</sup>.

---

<sup>33</sup>Numa primeira fase, a aposta centra-se nos pólos mais juntos a zona litoral, mas o objetivo é avançar com a mesma estratégia para o interior do país, acompanhando as melhorias que forem sendo alcançadas ao nível das infraestruturas, vias de comunicação, ECT. Assim o Programa do Governo prevê a implementação de PDIs em várias regiões para a produção de matérias-primas locais, de que Angola

Enfim, como havíamos dito sobre o setor da agricultura, portanto, o setor industrial não foge à regra. Ou seja, o setor da indústria principalmente transformadora é quase inexistente, embora já se têm notado uma avalanche de indústrias que vem se montando por aí, mas ainda é muito pouco para os anseios do governo no que toca a produção em massa e ao emprego.

O emprego na indústria também é muito baixo, ademais, o setor que mais emprega é o setor industrial mineiro, desta feita, sabe-se que este é um setor muito exigente atendendo as suas especificidades em termos de mão-de-obras. Por isso, é necessário que se criem outros setores mais versáteis para que o emprego industrial aumente sem que haja uma seleção de mão-de-obra extremamente qualificada.

O governo criou zonas de desenvolvimento industrial, este feito poderá no médio e longo prazo trazer bons indicadores sobre o emprego no futuro. Esta política do governo vai trazer benefícios futuros tanto para o consumidor como para o trabalhador dessas zonas industriais. Mas, entre todas as zonas industriais que o governo criou e está a criar a que está a funcionar em melhores condições é a de Luanda e de Benguela, as restantes ainda estão a passos lentos e muitos por terminar as primeiras fases, como exemplo a zona industrial do Dondo no K. Norte. Embora a política é bem vista, ainda se nota uma concentração industrial no que toca à produção e ao emprego nas regiões metropolitana, Centro-Oeste e também litoral, sendo que algumas das grandes cidades concentram quase tudo, como exemplo: Luanda com 75% da capacidade produtiva e 27% de concentração de emprego.

Espero que num futuro breve essas zonas sejam um elo importante ou a porta de entrada para a política do governo de desconcentração populacional, de desenvolvimento socioeconômico das regiões e por sua vez a eliminação das assimetrias regionais, embora a prioridade dessas políticas está centrada em algumas províncias mais desenvolvidas como Luanda e Benguela.

---

dispõe em abundância. Alguns pólos industriais têm surgido situados junto de zonas com forte potencial agrícola. Desta forma, os pólos agroindustriais permitirão também a melhoria das condições e qualidade de vida dessas populações, criando condições para fixá-las, corrigindo os efeitos nefastos do êxodo rural que se observou nos últimos anos e que levaram aos congestionamentos nos principais centros urbanos (MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, BPI, 2009).

### 2.3.3 Serviços: Contribuição para economia e emprego formal

O Programa Geral do Governo para o Biênio 2007-2008, elaborado em 2006 pelo GURN (Governo de Unidade e Reconciliação Nacional), afirma que

“o comércio, turismo, transportes, comunicações, bancos e seguros, tratam-se de um conjunto de atividades que tem beneficiado amplamente com os resultados da estabilização macroeconômica, com o favorável clima de negócios e com os investimentos públicos na reconstrução das infraestruturas. Por isso, o seu desempenho tem sido bastante positivo, tendo registrado em 2005 uma taxa de crescimento de 8,5%. É uma rede de atividades econômicas com grandes potencialidades em matéria de criação de emprego e multiplicação de rendimentos, muito embora as atividades formais se sintam ameaçada pela ainda forte prevalência da informalidade”. Os serviços mercantis – designação deste conjunto de atividades nas Contas Nacionais – tem vindo a manter a sua representatividade relativa na estrutura do PIB em cerca de 15%” (GURN, 2006, p. 20 e 21).

**Tabela 50 – Emprego Formal nos Serviços**

	<b>Taxa de Crescimento</b>	<b>Investimento privado</b>	<b>Investimento público</b>	<b>Emprego (Milhares)</b>
<b>Resultados</b>	8,5	116,5	25,8	128,6
<b>Resultados</b>	9,23	N.D.	5 *	N.D.

Fonte: GURN, 2006.

(\*) dados referentes aos setores dos correios, telecomunicações e transportes.

Dados mais recentes do BESA mostram que, em 2011, alguns setores de serviços tiveram crescimentos: 21,1% no comércio, 7,7% na construção, eletricidade e água 0,1%, e serviços não transacionáveis 7,3% (BESA, 2011, p. 8, apud GOVERNO DE ANGOLA, 2011), correspondendo em cifras superiores aos anos passados. Segundo o BESA (2011), a concorrência existente no setor bancário angolano tem permitido uma crescente bancarização do país, com os principais bancos a procurarem estar presentes nas dezoito províncias nacionais. Na última década o número de bancos angolanos aumentou de nove para 23 bancos.

Em conclusão a seção, segundo, PEA (2013) o setor de serviços continua a apresentar um forte crescimento, com uma taxa estimada de 12.3%, em 2012, contra

8.7%, em 2011. A nova legislação exigindo que as companhias petrolíferas recorram aos bancos nacionais, de modo progressivo ao longo de 12 meses a partir de Outubro de 2012, permitirá aumentar a liquidez do sistema bancário. Esta medida tem potencial para aumentar e expandir o conjunto de produtos financeiros disponíveis, mas também pode determinar um aumento substancial do balanço dos bancos, pelo que precisa ser gerida com atenção. O setor de turismo, hotelaria e restauração é limitado pelo controle da imigração e pelos preços elevados, mas tem, no entanto, exibido um forte crescimento ao longo dos anos, acolhendo, sobretudo viajantes de negócios.<sup>34</sup>

O setor dos serviços é normalmente um setor que se observam mudanças estruturas e avanços tecnológicos importantes. Todavia, é o setor mais moderno com relação aos dois primeiros. Ademais, é normalmente um setor que importa mão de obra mais qualificada para a labuta, dificultando assim o seu desenvolvimento nas regiões mais pobres, regiões com mão de obra muito deficitário. O seu desenvolvimento ocorre sempre nas regiões mais desenvolvidas ou ricas.

É um setor que se movimenta praticamente com o funcionamento de outros setores mais tradicionais, nomeadamente a agricultura e indústria. Portanto as regiões de Angola mais pobres não fogem à regra, pese embora dados gerais sobre províncias e regiões ligados ao setor de serviços, é difícil de se encontrar.

Mas, atento aos dados mais acima sobre regiões mais pobres de Angola e percebendo a exigência funcional do setor de serviços em termos de emprego sem falar do PIB, pode-se concluir esta afirmação. Ou seja, é o setor que exige recursos humanos mais qualificados, infraestruturas adequadas entre outras, por conseguinte, em regiões mais pobres tem dificuldades de se desenvolver. Observe que não é fácil achar dados regionais ou provinciais que facilitassem a análise de forma mais concreta e regional, por isso, em detrimento dos dados fornecidos criei as condições de argumento.

## **2.4 Políticas de Caráter Regional: Infraestrutura e Incentivos Fiscais**

Neste tema, vamos nos debruçar sobre algumas políticas do governo angolano como perspectiva de desenvolvimento econômico e social das províncias ou regiões de Angola, como infraestruturas e incentivos ao investimento privado. Portanto, nos

---

<sup>34</sup> PEA – Perspectiva econômica para África, 2013. Atualizado em 01/Mai/13. Disponível em: <<http://www.africaneconomicoutlook.org>>. Acesso: 29/Ago/13 às 4h42 da madrugada.

restringimos em alguns setores, visto que os setores aqui citados são os que mais fazem ponte com o tema em discussão, e por sua vez, do interesse do autor. Mas os outros setores também são de importância para o desenvolvimento regional e bem-estar da população de todo país.

Alves da Rocha (2010, p.77) demarca aspectos para a redução das assimetrias regionais, o que passa pela definição de um modelo de desenvolvimento regional e comunitário. Por conseguinte, no seu livro, Alves da Rocha (2010) faz uma análise das políticas de desenvolvimento regional, afirmando que “as políticas de desenvolvimento regional tiveram a sua consagração pública quando da elaboração e implementação do III Plano de Fomento no tempo colonial. Na verdade, o diagnóstico realizado sobre a economia angolana concluía pela existência de assimetrias regionais fortes que poderiam comprometer a política colonial de promoção socioeconômica das populações, tão importante para os propósitos de retardamento da independência política”<sup>35</sup>(ALVES DA ROCHA, 2010, p. 79). Para o Autor, o setor-base para a política colonial de desenvolvimento regional era a indústria agro-industrial, afirmando-se a intenção de “*criar as bases para o desenvolvimento de futuras zonas industriais da província, de forma a obter-se um adequado aproveitamento dos recursos existentes*”, sendo, portanto, determinante a criação de zonas industriais como:<sup>36</sup>

- ✓ Zona Norte, centrada no Ambrizete e em Carmona (cidade do Uíge) para aproveitamentos industriais da castanha de caju, abacaxi, frutas e descasque e beneficiamento do café.
- ✓ Zona de Luanda para onde se previam as mais variadas indústrias, reconhecendo-se a sua vocação industrial e de serviços.
- ✓ Zona do Dondo, cuja aptidão energética se esperava funcionar como condição essencial para o seu desenvolvimento econômico e pólo de atração de investimento.
- ✓ Zona de Malanje para a qual se previam grandes potencialidades dadas pela construção de estradas – que a colocavam estrategicamente nos eixos litoral norte/leste e norte/centro –, a fertilidade dos solos da região, as possibilidades

<sup>35</sup> Foi com base neste contexto que a Administração portuguesa começou a alterar os seus métodos de atuação junto das comunidades rurais, passando a enfatizar a vertente do desenvolvimento comunitário, mais tarde abandonada face aos resultados das experiências internacionais conferidos por outras formas de intervenção, das quais a mais célebre foi a da Extensão Rural.

<sup>36</sup> Alves da Rocha, 2010 *apud* Presidência do Conselho, Projeto do III Plano de Fomento para 1968-1973, páginas 415/417.

pecuárias (gado bovino) e agrícolas (algodão, amendoim, mandioca, arroz, etc.) e as capacidades turísticas, emprestadas pelas quedas do Kwanza e de Kalandula (quedas de Duque de Bragança ao tempo).

- ✓ Zona da Cela (Waku Kungo) propícia à criação de indústrias complementares da agricultura e da pecuária.
- ✓ Zona Lobito/Benguela, possuidora duma indústria já bastante desenvolvida e com potencialidades dadas pelas obras de infraestrutura previstas.
- ✓ Zona de Nova Lisboa (Huambo) com uma expansão programada na base do seu parque industrial<sup>37</sup>.

Verifica-se que a Administração colonial reservava um papel de relevo no processo de crescimento da colônia à província de Malanje. As medidas de política económica previstas passavam por:

- ✓ Melhorar e expandir as atividades de formação acelerada de mão-de-obra especializada.
- ✓ Rever e atualizar os regimes de incentivos aduaneiros e fiscais à instalação de novas atividades nas regiões definidas.
- ✓ Melhorar as condições de financiamento das atividades económicas, em especial da indústria, através da criação de entidades especializadas e do mercado de capitais.
- ✓ Estabelecer sistemas de assistência técnica e financeira às pequenas e médias indústrias.

Segundo Alves da Rocha (2010, p. 80):

“foi durante a vigência do III Plano de Fomento que se registraram algumas das melhores experiências de elaboração e implementação de planos regionais de desenvolvimento. O mais famoso foi o Plano de Desenvolvimento do Huambo, uma experiência internacionalmente reconhecida e que envolveu especialistas europeus no desenho do seu mais importante instrumento, a ERA, Missão de Extensão Rural de Angola. Como se vê, a era final do III Plano de Fomento foi riquíssima de experiências metodológicas e de política económica de raiz regional. O IV Plano de Fomento 1974 - 1979 reforçaram a vertente regional do desenvolvimento e embora não tenha sido implementado devido às profundas alterações políticas registradas em Portugal e nas suas colônias em 1974, continha um capítulo dedicado a esta problemática”.

---

<sup>37</sup> Alves da Rocha, 2010 *apud* Presidência do Conselho, Projeto do III Plano de Fomento para 1968-1973.

O autor afirma ainda:

Depois da independência e até se chegar à fase em que praticamente todas as províncias elaboraram Planos de Desenvolvimento – coincidente com a liberalização da economia, a finalização do conflito militar, a disponibilidade de recursos financeiros do Estado e a elaboração da Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo 2000-2025 – a experiência mais relevante neste domínio foi a do Gabinete de Planeamento Regional do Sul de Angola (finais dos anos 80 e início dos anos 90), cujo objetivo foi o de, através dum conjunto de medidas variadas, tentarem promover o desenvolvimento desta região do país, para se melhorar os níveis de vida da população e melhor contrariar as ações de penetração da oposição militar ao regime. Em 1995, o modelo de desenvolvimento comunitário foi temporariamente ressurgido no Programa de Reabilitação Comunitária e Reconciliação Nacional, elaborado com o apoio do Governo e de algumas Organizações não Governamentais.<sup>38</sup>

Depois de resolvido o conflito militar interno, o Governo entendeu estarem reunidas as condições para a programação do desenvolvimento a longo prazo e para a abordagem da vertente regional do crescimento: "sendo reconhecido que a cessação do conflito militar traz condições radicalmente diferentes para o exercício da programação económica, o Governo entende ser necessária a abordagem imediata da questão do desenvolvimento nacional a longo prazo e a adoção de estratégias provinciais conformadas aos desígnios nacionais e às prioridades locais"<sup>39</sup>.

Porém, foi no Programa Geral do Governo de 2005-2006 que a vertente provincial assumiu um tratamento diferenciado através da elaboração e levada à prática do Programa de Melhoria e Aumento da Oferta de Serviços Sociais Básicos às Populações para o biênio 2005-2006 e onde se afirmava que "*... é um dos instrumentos fundamentais para a Administração Local atender às carências das populações, através da reabilitação de infraestruturas produtivas e sociais*".<sup>40</sup> O entendimento foi, portanto, o de se afetaram fundos financeiros para a construção de infraestruturas que contribuíssem para se criar uma base produtiva provincial capaz de funcionar como

---

<sup>38</sup> O prefaciador do livro de Alves da Rocha (2010) sobre Desigualdades e as Assimetrias Regionais, Eng. Fernando Pacheco, foi um dos participantes do Plano. E o próprio Autor nas suas funções de técnico especialista dos Serviços de Planeamento e Integração Económica de Angola deu o seu contributo também para este plano.

<sup>39</sup> Alves da Rocha *apud* Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, Programa do Governo para o período 2003/2004, Outubro de 2002.

<sup>40</sup> Governo de Unidade e Reconciliação Nacional – Programa de Melhoria e Aumento da Oferta de Serviços Sociais Básicos às Populações para o Biênio 2005/2006, Ministério do Planeamento 2005.

fator mobilizador dos investimentos privados e elemento catalisador de iniciativas e vontades capazes de diminuir as diferenças regionais. Na síntese do programa afirmavam-se como objetivos:

- ✓ Melhoria da prestação de serviços sociais básicos e promoção da harmonia social.
- ✓ Reabilitação de infraestruturas.
- ✓ Diversificação e aumento da produção interna de bens e serviços.
- ✓ Revitalização da economia rural e restabelecimento dos circuitos económicos e comerciais.
- ✓ Redução significativa da fome e da miséria.

O Programa Geral do Governo para o Biênio 2007-2008 não trata da vertente regional tal como os anteriores, tendo o Governo preferido adotar uma óptica de programas setoriais integrados com a finalidade de maximizar os efeitos das políticas e dos investimentos públicos. As assimetrias regionais foram consideradas como passíveis de mitigação por intermédio do Programa de Investimentos Públicos (ALVES DA ROCHA, 2010<sup>41</sup>).

#### **2.4.1 Infraestruturas: Transporte, Energia, Água**

As infraestruturas em toda parte do mundo, são condições *sine qua non* para o alavancar do crescimento e desenvolvimento económico e social de um país. A criação, reabilitação, e modernização de infraestruturas de saúde, de educação, de saneamento básico, de comunicações, transporte, habitação, energia, água, novas tecnológicas entre outras, são as principais preocupações do governo de Angola.

Porém, a nossa análise sobre as infraestruturas em Angola, versará, ou seja, estará centrada em três campos das infraestruturas como dos transportes ferroviário e rodoviário, energia (eletricidade) e águas, sendo estas as principais e primordiais para o estudo, visto que são praticamente as principais infraestruturas causadoras de inibição do crescimento e desenvolvimento económico e social regional e nacional e/ou da diversificação da economia.

---

<sup>41</sup> Outras experiências anteriores e posteriores não citadas recomendo procurar no acervo do Governo de Angola ou do Ministério do Planeamento de Angola e no livro do próprio Alves da Rocha, nas páginas 79 a 84.



Além disso, estas inibem o incentivo ao investimento em parcerias público-privado, se não mesmo privado, na agricultura familiar (através de cooperativas – produção/escoamento) e moderna (dificuldades de luz e água, etc), na implantação da indústria transformadora (falta de uma rede eficaz e eficiente de luz e água, elevando os custos de produção, etc), na construção de infraestruturas de saúde, educação, habitação, principalmente nas zonas sub-urbanas e rurais, etc.

De forma direta, os transportes terrestres dificultam também a mobilidade populacional e, entre outros fatores, mas que nos dias de hoje, já melhorou de forma significativa, principalmente o rodoviário que que liga quase todas capitais de províncias.

Por conseguinte relembremos que a República de Angola passou por momentos difíceis devido a uma guerra prolongada que teve início aquando da sua independência em 1975 e que só terminou em 2002. A instabilidade político-militar então vivida arruinou a sua economia. Parte das infraestruturas, incluindo as do setor elétrico e viário, foi destruída. Em alguns casos, a acentuada degradação deveu-se a falta de recursos, quer financeiros, quer humanos (RELATÓRIO ENERGIA EM ANGOLA, 2010, p. 147).

#### **2.4.1.1 – Transportes Rodoviários e Ferroviários**

“Os transportes são um setor vital para o funcionamento da economia, da mobilidade social, coesão territorial e, particularmente no caso em que a ligação entre os diferentes centros de produção e de consumo se faz a muito custo, devido a constrangimentos extraeconômicos”, (MINPLAN-MONOGRÁFIA DE ANGOLA, 2004), exemplo, os transportes terrestres. Além do mais, desde o fim do conflito armado, em meados de 2002, as autoridades angolanas têm vindo a investir na reabilitação das ligações rodoviárias e ferroviárias, o que inclui obras de desminagem, consolidação da via, reconstrução de pontes, reparação de estações, substituição de travessas e restabelecimento do sistema de comunicações (MINTRANS, 2004).<sup>42</sup>

---

<sup>42</sup>**Fonte:** Agência de Notícias de Portugal, S.A (Lusa): *Angola: dois terços da rede ferroviária nacional estão inoperacionais*. Luanda, 07 Dez (Lusa) 2004. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/lusa/2004/12/07/ult611u54035.jhtm>&<http://www.lusa.pt>>. Acesso: 04/12/2013.

Segundo a historicidade informada na (p. 19) o sistema ferroviário de Angola compõe-se de cinco linhas que ligam o litoral ao interior. A mais importante delas é a estrada de ferro de Benguela, que faz a conexão com as linhas de Catanga na fronteira com o Zaire. A rede rodoviária, em sua maioria constituída de estradas de segunda classe, liga as principais cidades. Para, Alves da Rocha (2011):

A rede rodoviária nacional é de cerca de 175000 km, dos quais 7955km de estradas asfaltadas e 7870 km estradas pavimentadas (inventário de 1994). Esta rede rodoviária primária é o sustentáculo a atividade econômica nacional e assegura a ligação entre a capital e os centros urbanos províncias e entre o interior e o litoral, nomeadamente com cidades portuárias (Luanda, Lobito e Namibe). A rede ferroviária inclui os caminhos-de-ferro de Benguela (1305 km até a fronteira com o Zaire e a Zâmbia), de Luanda (538 km, até a rica província de Malanje – ferro e agricultura) e do Namibe (907 km, desde a cidade portuária do Namibe, passando pela capital da Huíla e estendendo-se à capital do Kuando-Kubango, com um ramal para minas de ferro de cassinga).

Desta forma, as linhas ferroviárias e rodoviárias são também denominadas de “*Corredores de Transportes*”. Segundo definições da Unidade Técnica da RIDE, é considerado “corredor de transporte” o corredor multimodal que liga dois pontos de atividade econômica (com alguns locais de concentração econômica quanto possível ao longo da sua extensão) em modo seguro e tendo como principal foco a eficiência econômica que proporciona aos utentes uma escolha de modo de transporte.

O “Corredor de Desenvolvimento” caracteriza-se pela natureza integrada dos seus programas e concentra - se no melhoramento das infraestruturas de transporte, para a angariação de investimento nos setores que apresentam potencial para desenvolver projetos econômicos que levam ao desenvolvimento integrado a nível nacional e regional. (MINTRANS, 2012).<sup>43</sup>

Por outro lado, os sistemas ferroviários de Angola terminam nos três principais portos nacionais, como o de Luanda (um dos melhores da costa ocidental africana em termos de condições naturais), Lobito e Namibe. Ainda se acrescenta dois portos petrolíferos como o do Soyo na província do Zaire e de Malongo na província de Cabinda (ALVES DA ROCHA, 2011, pág. 46).

“Entre todos corredores nacionais, o mais importante e mais visual até mesmo para região da SADC particularmente é o Corredor de

---

<sup>43</sup> Informação tirada do artigo do Engº José Luyindula, Diretor Geral do Gabinete do corredor do Lobito (Mintrans, 2012) – Web - <<http://www.incfa.gv.ao/pages/pdf/CIIEDCL.pdf>>.

Desenvolvimento do Lobito, isto é, o Corredor de Desenvolvimento do Lobito de natureza interna e regional, vai do Porto do Lobito às regiões mineiras da República Democrática do Congo (Província do Katanga) e da Zâmbia (Copperbelt) atravessando em território angolano as províncias de Benguela, Huambo, Bié e Moxico”.

As principais infraestruturas de transporte que integram o Corredor de Desenvolvimento do Lobito são: o Porto do Lobito; o Caminho de Ferro de Benguela; o Aeroporto Internacional da Catumbela, e os aeroportos provinciais de Benguela, do Huambo, do Kuito e do Luenene.

O Corredor de Desenvolvimento do Lobito tem, entre outros, como finalidades e benefícios a facilitação do acesso ao mar das províncias angolanas de Benguela, Huambo, Bié e Moxico, e dos países vizinhos sem litoral, à República Democrática do Congo e a Zâmbia; O eixo de exportação mais econômico para os minérios da República Democrática do Congo e da Zâmbia com destino à Europa e América, como também da importação de bens, para esta sub-região sem litoral da SADC, oriundos de várias proveniências; Promover as potencialidades socioeconômicas das províncias servidas pelo Corredor completando assim a ligação do transporte multimodal, comunicações e serviços de utilidade pública (MINTRANS, 2012).

Na perspectiva do Ministro dos Transportes Augusto Tomas, o crescimento econômico e, desde logo, o progresso social, o nível da qualidade de vida e o índice de desenvolvimento humano, encontram-se intrinsecamente ligados à problemática das infraestruturas (MINTRANS, 2012).<sup>44</sup>

Analisando o discurso do Ministro, embora sabe-se que quase totalidade das rodovias e ferrovias foram destruídas pela guerra civil, sendo que a maior parte das estradas ficou inoperante, e de cerca de 2800 quilômetros de linha-férrea quase 12% continuou a ser circulável (atualmente em fase de recuperação no âmbito do Programa Angoferro – dados da Embaixada de Angola no Japão), Angola vem desenvolvendo esforços para construção, reconstrução, modernização e desenvolvimento de transportes rodoviários e ferroviários, sobre tudo os corredores do Cunene, Lobito-Benguela e de Malange com vista a diversificar a sua economia e continuar alcançar o desenvolvimento econômico e social.

---

<sup>44</sup>**Fonte:** MINTRANS: Discurso do Ministro dos Transportes Dr. Augusto da Silva Tomas no encerramento da 2.ª Conferência dos Ministros dos Transportes e Meteorologia da SADC Responsáveis pelas Infraestruturas, realizada em Luanda, no Hotel de Convenções de Talatona, aos 28 de Junho de 2012.

Deste modo, o Governo elaborou uma Estratégia Nacional dos Transportes em Angola para o período 2000-2015, que comporta, entre outras medidas, a construção de uma rede integrada de transportes e sua integração na rede da SADC e também a introdução de figuras de parcerias público-privadas ou de privatizações, para a participação do setor privado nas infraestruturas geridas pelo Estado.

A intenção é relançar e modernizar o sistema de transportes em Angola, em termos de novas infraestruturas, operações, regulamentação e instituições, de modo que este possa servir de alavanca para expandir as atividades econômicas e assegurar o desenvolvimento sustentável em todo o país, no âmbito da reconstrução nacional.<sup>45</sup>

É necessário também que o plano do governo de modernização e expansão das infraestruturas de transportes e ordenamento do território (1200 km Norte-Sul versus 1000 km Este-Oeste) seja celeres para facilitar o sustentáculo do planeamento macrologístico e da garantia do desempenho eficaz da rede logística e da distribuição, *embora se mostra ser um plano do futuroa conclusão dos mesmos, ou seja, as metas ressalvam até 2015, segundo o plano elaborado pelo governo sobre as Estratégias Nacional dos transportes.*

Em suma, a modernização das infraestruturas de transportes e de logística tem estado no centro de um vasto programa de investimentos levados a cabo pelo Governo para, por um lado, fazer face aos problemas postos pela crescente necessidade de mobilidade das pessoas e dos bens, fruto de um crescimento económico exponencial, e, por outro lado, para preparar Angola para desempenhar um papel fundamental, a nível regional, no desenvolvimento de um mercado comum, que se espera estar em funcionamento em 2017.

Neste sentido, o Corredor de Desenvolvimento do Lobito, assumidamente reconhecido como uma alavanca estratégica do Desenvolvimento Regional está abrangida pelo programa governamental de reabilitação, de modernização e de construção das infraestruturas de transporte e logística que compõem este importante Corredor.

---

<sup>45</sup>Embaixada de Angola no Japão. Web: <[http://www.angola.or.jp/index.php/about\\_angola/geography](http://www.angola.or.jp/index.php/about_angola/geography)>. Acesso: 25.jul.13.

De forma resumida, através do plano elaborado numa Estratégia Nacional dos Transportes em Angola para o período 2000-2015, *a perspectiva ou intenção de futuro*, é relançar e modernizar o sistema de transportes em Angola, em termos de novas infraestruturas (incluindo terminais e portos secos), operações, regulamentação e instituições, de modo que este possa servir de alavanca para expandir as atividades económicas e assegurar o desenvolvimento sustentável em todo o país, no âmbito da reconstrução nacional<sup>46</sup>. Esta feita, mais abaixo, terá um mapa que poderá ilustrar os corredores de transportes terrestres.

Por outra, seria injusto se dissesse que as políticas e ações do governo sobre o transporte não estão a sortir efeito, na verdade estão, mas é necessário que se olhe com mais afinco ou visão futuro as políticas de transportes na forma intra-regional e não só no âmbito nacional, visto que isso proporcionará a ponte de proximidade entre as regiões.

É bem verdade que já se nota esse interesse nos transportes ferroviário principalmente para zona centro e sul. Mas no geral, parece que está longe de atingir os objetivos preconizados na Estratégia Nacional dos Transportes até 2015, se olharmos na forma intra-regional, pese embora as minas terrestres<sup>47</sup> que se encontravam nas vias e não só dificultaram em parte o programa (até hoje o processo de desminagem ainda continua e tem sido penoso e oneroso segundo o Presidente da República).

Ainda, segundo informações dadas pelo Presidente da República na entrevista, atualmente, 3 linhas de caminhos de ferro foram já reabilitadas ou *executadas* (embora o projeto contempla também a ligação entre si e com países vizinhos, o caso da vizinha Namíbia e entre outros troços dentro do território<sup>48</sup> – *em andamento*, etc.), com particular importância a de Benguela com mais de 1000km que vai até as fronteiras com o Congo Democrático e Zâmbia, atravessando as províncias de Benguela, Huambo, Bié

<sup>46</sup>**Fonte:** Weza-Revista da Embaixada de Angola no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte (Bimensal). n.7, Mai/jun. 2013. Disponível em: <[http://www.angola.org.uk/press/pt/revista/Wesa\\_7\\_pt.pdf](http://www.angola.org.uk/press/pt/revista/Wesa_7_pt.pdf)>. Acesso: 03/12/2013.

<sup>47</sup>**Fonte:** Informação retirada numa entrevista feita por uma Tv brasileira ao Presidente da República de Angola, cujo o tema foi: *Presidentes africanos em 2013*. Observe o vídeo no minuto 32. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=0XwxcLO62w0>>. Acesso: 03/12/2013.

<sup>48</sup>Os troços serão aquelas linhas ferroviárias que virão ligar das principais a outras zonas dentro do território, por tanto, podemos considerá-los como linhas secundárias (*Ramal-Circuito secundário que desemboca numa canalização principal*). Em Bono da verdade, estes troços irão facilitar a conjugação da relação de proximidade dentro de cada região e entre as regiões nos vários domínios, económicos, sociais, políticos entre outros.

(todas essas da região do Centro-Oeste) e uma do Centro-Leste que é a província do Moxico.

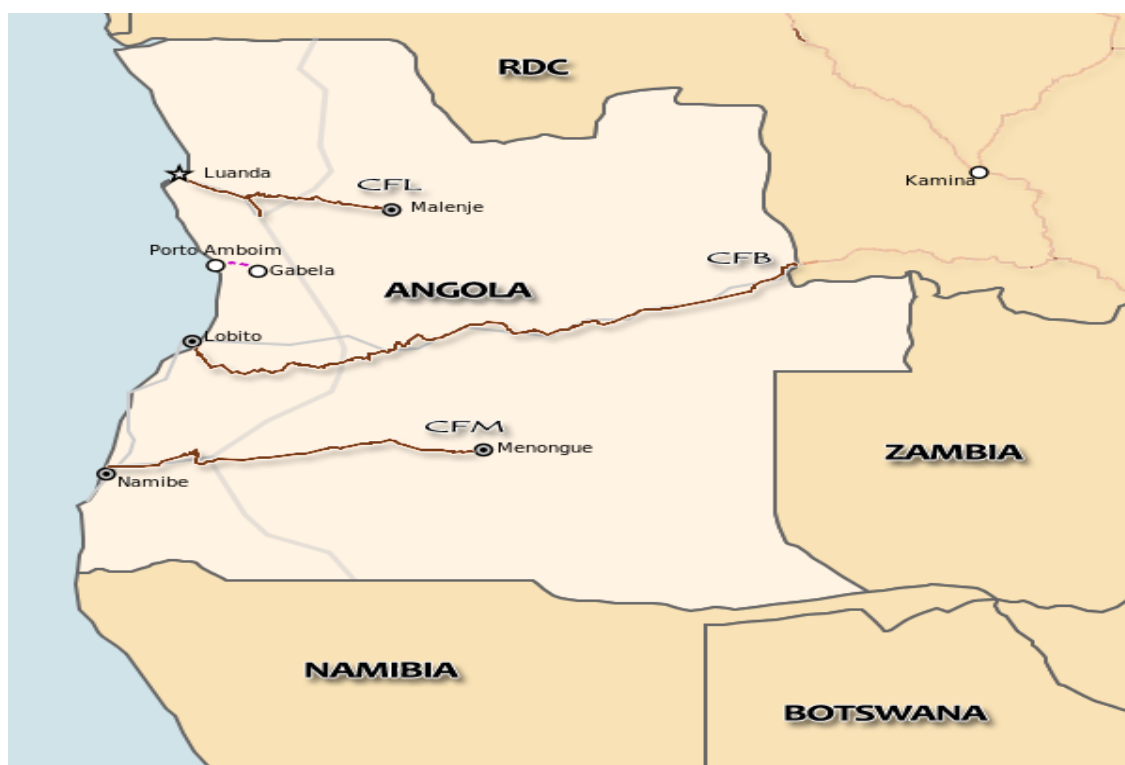
Reabilitou-se também os caminhos de ferro de Moçamedes no Namibe (que também faz parte da região do Centro-Oeste) que passa pela província da Huila na região Sul até a província do Kuando-Kubango na região Centro-Leste com cerca de 907 km segundo dados de Alves da Rocha (2010).

Ainda segundo os mesmos dados, de Luanda (capital) com cerca de 538 km vai até a província de Malanje. Reabilitou-se a rede fundamental de estradas (a rede rodoviária liga as principais cidades) para facilitar a mobilidade de bens e serviços e tornar o país uma única zona econômica. Por fim, as pontes também foram reabilitadas para proporcionar a ligação entre todas as províncias de Angola.

Se dividirmos Angola em duas partes, Norte e Sul se vai perceber e concluir que em termos de transportes ferroviários a parte Sul está bem acomodada. Entretanto, espera-se que o programa do governo de modernização e expansão das infraestruturas de transporte e ordenamento do território de 1200 km Norte-Sul/1000 km Este-Oeste sejam mais céleres para facilitar rapidamente o crescimento e desenvolvimento econômico regional em todos os níveis como, por exemplo: produção e escoamento com eficácia dos produtos agrícolas, implantação/revitalização de indústrias transformadoras e/ou incentivo a reindustrialização, serviços, redes logísticas e sua distribuição entre outros setores.

Enfim, o governo de Angola precisa não esquecer nas suas políticas e ações voltadas ao desenvolvimento regional de Angola, os transportes tanto rodoviários e ferroviários constituem uma porta de entrada para que as regiões se interligarem, proporcionando assim maiores investimentos privados, mobilidade social versus mobilidade-emprego sobre as regiões e outros (com maior ênfase as do interior), com a finalidade de desenvolver principalmente aquelas regiões com entraves de crescimento do produto e posterior desenvolvimento econômico, com vista a estabelecer uma coesão nacional, se não mesmo regional. Sem que lhe passe de vista e para se ter alguma idéia sobre os corredores de transporte de Angola, decorre o mapa ilustrativo a seguir.

**Figura 12** - Rede ferroviária dos caminhos de ferro de Angola.



**Fonte:** Webrails.tv: *na senda do C.F.* Web - <<http://webrails.tv/tv/?p=919>>. Acesso: 04/12/2013.

**Nota:** este é um mapa mais detalhado dos três principais caminhos de ferro de Angola. Além disso, neste mapa pode-se também visualizar de longe o "caminho de ferro do café" na província do Kwanza Sul. Mas informações no

#### 2.4.1.2 – Energia Elétrica

O objetivo principal do governo de Angola é o aumento da capacidade de produção de energia através da construção e melhoramento das barragens com a finalidade de diminuir o défice de energia. Mas é necessário também que se melhore as redes de transmissão e distribuição principalmente de alta e média tensão para facilitar o desempenho agrícola e das indústrias (e, sobretudo no aumento de investidores), sendo que, ao mesmo tempo crie vantagens aos investidores diminuindo claramente seus custos com a utilização do petróleo refinado através de geradores indústrias.

Todavia, a distribuição de energia de forma eficiência, proporciona maiores investimentos principalmente no campo da indústria, agricultura de ponta entre outras, facilitando assim no crescimento económico e desenvolvimento económico das

províncias ou regiões, reduzindo assim o índice de pobreza através do aumento de emprego formal e não só.<sup>49</sup>

Atento as informações em Jornais televisivos, radiofônicos e newspaper, afirma-se que Angola tem *atualmente* uma capacidade crescente de produção de energia hidroelétrica, que poderá crescer com o aproveitamento do gás petrolífero, na produção de derivados e de energia térmica. Para reabilitar, aumentar e melhorar a da capacidade instalada, o Governo decidiu abrir parceria de produção e distribuição de energia ao setor privado.

A construção da Barragem de Capanda, em parceria com operadores brasileiros e russos, reflete já esta nova política. Apesar de o país possuir este elevado potencial, ainda existe grandes insuficiências e incongruências nas redes de distribuição da energia elétrica tanto nas zonas suburbanas e como também nos pólos indústrias (como foco), pois grande parte das infraestruturas elétricas foi destruída ou abandonada durante a guerra.

Adentro a está realidade, o Ministério do Planeamento de Angola, afirma que por “Angola passam bastantes rios com consideráveis caudais, que lhe conferem um potencial hidroeletrico enorme. Contudo, o sistema de produção e transporte de energia foi ao longo dos anos bastante afetado pela guerra, através de ações de sabotagem, o que constrangiu o normal funcionamento das barragnes e centrais eletricas existentes, impossibilitando que a produção tivesse lugar em função das capacidades” (MINPLAN-MONOGRÁFIA DE ANGOLA, 2004).

Portanto, como o objetivo é aumento da capacidade de geração de energia elétrica e por conseguinte o melhoramento na distribuição, em 1996 o Governo deu inicio a uma serie de reformas com a aprovação da Lei Geral de Eletrecidade (LGE).

Ainda no ano em que terminou a Guerra Civil, isto em 2002, “o governo aprovou a “Estrategia de Desenvolvimento do Setor Eletrico Angolano” que contém uma serie de iniciativas estrategicas e inclui, igualmente, planos com metas e prioridades defenidas para os programas de reabilitação e estabilização de curto prazo,

---

<sup>49</sup>O objetivo do estudo não é estudar o campo elétrico e das águas de forma particular, como produção, transporte e distribuição, mas sim procurar analisá-los de uma forma geral e relacionar os efeitos que esses campos podem trazer para agricultura e indústria das províncias ou regiões como um todo. Não foquei a distribuição para o consumidor familiar porque não é o meu grande interesse de analise, por consequente citei as transmissões ou distribuições de alta e média tensão. Mas de uma ou de outra forma, acaba afetando também o consumidor familiar e por fim a qualidade de vida da população.



assim como um plano de longo prazo. Mas devido alguns constrangimentos, esse documento nunca foi implementado na íntegra” (BRITO, 2010, p. 147 e 148).

Adentro ao mesmo, a Estratégia de Desenvolvimento do Setor Elétrico de 2002 define os seguintes objetivos para o setor:

- ✓ Garantir o abastecimento seguro e permanente de eletricidade, de forma a satisfazer o crescimento da procura;
- ✓ Garantir o acesso ao serviço de abastecimento de eletricidade a um número crescente de cidadãos e comunidades;
- ✓ Garantir que o setor elétrico seja economicamente eficiente e que contribua para o desenvolvimento económico;
- ✓ Criar condições para promover a participação do investimento privado no setor;
- ✓ Garantir a conservação e proteção do ambiente;
- ✓ E reduzir as assimetrias regionais existentes.

Para além de diminuir as assimetrias, o governo pretende unificar os sistemas elétricos e os isolados com o objetivo também de proporcionar maior eficiência e eficácia dos outros sistemas com potências reduzidas, aproveitando assim a capacidade, por exemplo, do sistema norte. Segundo Lopes (2010, p. 165-166), os passos principais que deram origem ao estágio corrente de desenvolvimento da reforma do setor elétrico, além das que já citei, são as seguintes:

- ✓ Em 2004, Fórum para o Desenvolvimento do Setor de Eletricidade de Angola que recomendou a elaboração de um Programa de Reforma do Setor;
- ✓ Em 2005, Seminário para discussão do Plano Diretor da Reforma do Setor Elétrico (PDR);
- ✓ Em 2006, estabelecimento da estrutura reguladora IRSE;
- ✓ Ainda em 2006, instauração da Unidade de Reforma do Setor Elétrico UIR.

De acordo com o Autor, a Reforma consiste em:

- ✓ Mudanças na estrutura da Indústria de Fornecimento de Energia Elétrica (IFE);
- ✓ Mudanças nos mecanismos institucionais e de governação da IFE;
- ✓ Desenvolvimento do quadro Regulador;
- ✓ Reforma tarifária;

- ✓ Mobilização de recursos e criação de condições para garantir a fiabilidade financeira das empresas operadoras do Setor;
- ✓ Eletrificação do país;
- ✓ Desenvolvimento dos recursos humanos.

O Plano Diretor da Reforma do Setor Elétrico foi desenvolvido com o contributo dos parceiros chave do Setor Elétrico. Esse utensílio define as iniciativas prioritárias da Reforma e as suas ações. Ele serve também como orla de referência para atingir os objetivos traçados. Depois de analisado a reforma, não obstante explicar que o governo tem um conjunto de sistemas de produção e distribuição de eletricidade que iremos explicar no parágrafo seguinte.

Segundo o Relatório de 2010 sobre a energia em Angola, “existem três sistemas principais de transporte em Angola. O Norte, que se prolonga do porto de Luanda em direção ao Leste, o Centro que se prolonga do Porto do Lobito em direção ao Leste e o Sul que se prolonga do porto do Namibe na mesma direção” (CEIC – RELATÓRIO ENERGIA EM ANGOLA, 2010, p. 155). Aos Sistemas Norte, Centro e Sul, “A ENE, empresa estatal, possui 900 MW de capacidade instalados em três sistemas que não estão interligados, e ainda vários sistemas isolados de menor dimensão. Apenas cerca de 70% dessa capacidade está operacional, ainda que a situação tenha melhorado em comparação com o período da guerra civil. A energia hidroelétrica representa um pouco mais de 60% da capacidade instalada, enquanto o restante resulta de energia termoeétrica alimentada por diesel” (OCDE/AIE, 2006).

No sistema Norte que incluem as províncias do Bengo, Kwanza-Norte, Kwanza-Sul, Luanda e Malange e que concentra 72% da capacidade instalada total do país, existe sobre capacidade, embora ocorram interrupções importantes nos três sistemas, em grande parte devido a problemas graves de transmissão.

Os sistemas do Centro que incluem as províncias de Benguela, Huambo e Bié com 9,9% e do Sul que comportam as províncias da Huila, Namibe e Cunene com 7,7%, têm muitas vezes energia limitada para distribuir. Nas restantes províncias estão instalados sistemas isolados geridos por empresas privadas ou pelos governos locais que somam 9,7% da capacidade instalada no país.

Para OCDE/AIE<sup>50</sup> (2006), um dos principais objetivos do Governo e da ENE é interligar os três principais sistemas, para aproveitar a sobre capacidade existente a Norte. Há esperança de que o projeto para o transporte de energia da República Democrática do Congo para a África do Sul venha a interligar, no seu traçado, os três sistemas de Angola.

A EDEL, empresa estatal, realiza a distribuição na capital – Luanda - que é responsável por mais de 65% do consumo nacional. Existem também diversos sistemas de menor dimensão, alguns dos quais já fizeram parte de sistemas mais amplos, mas que se encontram hoje isolados por força da destruição infligida às redes de distribuição de eletricidade. No domínio da Produção e Transporte os Sistemas principais caracterizam-se resumidamente no seguinte:

**Tabela 51 - Aproveitamentos Hidroelétricos - Novembro/2007**

Sistemas	Aproveitamento	Potência instalada	Potência disponível
Norte	Capanda	$4 \times 130 = 520$	$4 \times 130 = 520$
	Cambambe	$4 \times 45 = 180$	$3 \times 45 = 135$
	Mabubas	$2 \times 3 + 2 \times 5,9 = 17,8$	0
Centro	Lomaum	$2 \times 10 + 1 \times 15 = 35$	0
	Biópio	$4 \times 3,6 = 14,4$	$2 \times 3,6 = 7,2$
Sul	Matala	$3 \times 13,6 = 40,8$	$2 \times 13,6 = 27,2$
Lunda – Norte	Luachimo	$4 \times 2,1 = 8,4$	$2 \times 2,1 = 4,2$
<b>Total</b>		<b>816,4</b>	<b>693,6</b>

**Fonte:** Elaboração do Autor através dos dados do Ministério da Energia, Angola, 2007.

Ainda segundo o Relatório de 2010, a ENE e o Gamek são os gestores da maior parte das linhas de transporte<sup>51</sup>. Nas províncias não cobertas por estes sistemas o

<sup>50</sup> AIE – o acrónimo é Agência Internacional de Eletricidade (em inglês: International Energy Agency), está sediada em Paris e atua como a orientadora política para a energia para 26 países membros. Os seus esforços tentam assegurar serem confiáveis, acessíveis para uma energia limpa para os seus cidadãos. Foi fundada durante a crise do petróleo de 1973 1974. O papel inicial da AIE foi a fim de coordenar as medidas a serem tomadas em tempos da crise do petróleo. Tal como os mercados da energia terem sido alterados, de modo a ter AIE como moderador. O seu mandato foi alargado a incorporar o equilíbrio da política energética: segurança energética, o desenvolvimento económico e a proteção do ambiente. O trabalho corrente debruça-se sobre as políticas das alterações climáticas, mercado de reformas, tecnologias energéticas e a colaboração e proximidade com o resto do mundo, especialmente grandes consumidores e produtores de energia, como a China, Índia, Rússia e países da OPEP. Com uma equipe de cerca de 190 colaboradores, principalmente especialistas na área da Energia entre os 26 países membros, a AIE realiza um amplo programa de investigação energética, compilação de dados, publicações e divulgação pública da política energética mais recente, análises e recomendações sobre as boas práticas. **Fonte:** <http://pt.wikipedia.org>.

<sup>51</sup> Nos últimos anos o segmento de transporte está a ser objeto de reforço e expansão. Os principais aspetos deste programa são os seguintes:

- O comissionamento do primeiro sistema de 400kV instalado em Angola que liga Capanda a Luanda;
- A interligação dos sistemas Norte e Centro a 220 kV;
- A expansão do sistema Norte com a interligação da rede do Uíge;
- A expansão do sistema centro com a integração de zonas de consumo anteriormente não servidas; e a interligação de uma nova central hidroelétrica em N'Gove. (MINEA, 2009).

transporte é gerido por empresas ou pelos governos locais, no entanto, estes não funcionam como operadoras do sistema de transporte. O grau de comunicação entre os diversos centros produtores e consumidores, através destas linhas de transporte é que define e delimita os sistemas energeticos do país. A interligação destes sistemas é um dos maiores, senão o maior desafio da indústria de fomento de eletricidade de Angola, visto que permitirá aumentar significativamente a eficiência de funcionamento do sistema, ao permitir compensações.

**Tabela 52** - Linhas de transporte da ENE-E.P

<b>Sistema</b>	<b>Tensão</b>	<b>comprimento</b>	<b>Disponibilidade</b>	
	<b>(KV)</b>	<b>(KM)</b>	<b>(Km)</b>	<b>%</b>
Norte	220	964,7	964,7	100
Centro	150	581,3	197	33,9
Sul	150	136	136	100
Isolados	60	880,5	372,5	42,3
<b>Total</b>		<b>2562,5</b>	<b>1670,2</b>	65,2

**Fonte:** CEIC 2010 apud URI-MINEA, 2009.

No segmento da distribuição e comercialização, o Relatório de 2010, afirma que o segmento é gerido pela EDEL e pela ENE. A EDEL E.P., é a principal responsável pela distribuição de eletricidade de Luanda, uma província com uma extensão que apresenta 0,18% do território nacional, mas que concentra 65% do consumo de eletricidade.

A ENE é a responsável pela distribuição no resto das províncias cobertas pelos principais sistemas. Em Luanda, em regra geral, a distribuição está segmentada da seguinte forma: a ENE abastece os grandes consumidores de alta e média tensão e a EDEL os pequenos consumidores de baixa tensão.

**Tabela 53** – Evolução do número de clientes da ENE-E.P.

<b>Número de clientes</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
Alta Tensão	6	6	13	14
Média Tensão	1.127	1.233	1.367	1.538
Baixa Tensão	109.665	142.698	153.734	162.502
<b>Total</b>	<b>110.798</b>	<b>143.937</b>	<b>155.114</b>	<b>164.054</b>

**Fonte:** CEIC apud Relatório anual da ENE-E.P., 2007.

Analisando de forma regional, verifica-se um elevado grau de desequilíbrios na distribuição regional destas capacidades, agravada pelo fato dos principais sistemas elétricos do país não estarem interligados. Adicionalmente, a maioria das indústrias e muitos consumidores domésticos têm os seus próprios geradores de recurso para

compensar as freqüentes interrupções de abastecimento da rede, o que cria, na prática, custos bastante elevados para muitos consumidores, não obstante as tarifas serem baixas.

Bem, todas essas inconsistências ou insuficiências criam realmente desigualdades entre as grandes regiões, visto que ainda se verifica incongruências na distribuição dessas capacidades e que continuam também influenciar no enfreamento dos empresários no incentivo ao investimento em regiões mais caóticas e que, tal fato continuará causando assimetrias e concomitantemente, baixos níveis de crescimento e desenvolvimento econômico, principalmente nas regiões do interior. Contudo, o acesso à energia elétrica é indispensável ao processo de crescimento e desenvolvimento das províncias e/ou regional.

Por fim, atualmente os sistemas existentes encontram-se em funcionamento, embora umas com capacidades limitadas de gerar eletricidade (o centro e sul). Além disso, estão em andamento o melhoramento da capacidade de produção, de transporte e também das reabilitações de hidroelétricas.

O plano do futuro do governo contempla principalmente o ligamento dos três sistemas nacionais (para aproveitar a capacidade instalada do sistema Norte de quase 73%) e outros de menor porte, visto que estes ligamentos poderão ajudar também no transporte de energia da República Democrática do Congo para a África do Sul.

#### **2.4.1.3 – Água**

A configuração hidrográfica de Angola tem uma estreita ligação com o seu relevo, uma vez que os rios têm como origem as zonas planálticas e montanhosas, seguindo depois para as regiões de mais baixo relevo.

“Os seus leitos são, na sua maioria, irregulares, não faltando os rápidos e as inclinações, alargando-se nas zonas costeiras. Existem quatro vertentes de escoamento das águas: a vertente atlântica com os rios Chilungo, Zaire ou Congo, Bengo, Kwanza ou Cuanza, Queve, ou Cuvo, o Catumbela e Cunene; a vertente do Zaire, no norte de Angola, com os rios Cuango, Cassai, e seus afluentes, Cuilo, Cambo, Lui, Tchicapa e Luachimo; a vertente do Zambeze, á qual pertencem os rios do leste de Angola tais, como os afluentes do Zambeze, o Luena, Lungué-Bungo e o Cuando; e, por fim a vertente do Kalahari com muitos rios Cubango e os afluentes Cuchi e o Cuito” (MINPLAN-MONOGRAFIA DE ANGOLA, 2004).

Adentro a Monografia de Angola (2004), “o maior e o mais navegável rio de Angola é o Kwanza com cerca de 1000km de extensão e cujo afluente, o Lucala, forma as célebres quedas de Kalandula, de impressionante beleza e com mais de 100 metros de altura. Para além destas quedas de água existem outras e diversas rápidas noutros rios, como as do Mbridge, Cambambe, Kwanza, Ruacaná, etc”.

As principais bacias hidrográficas são as dos rios Zaire, Mbridge, Kuanza (a maior), Queve, Cunene e Cuando. O principal lago existente em território angolano é o lago Dilolo, seguindo das lagoas do Panguila e da Muxima. Os rios conhecidos que correm em Angola são os seguintes: Bero, Bengo, Mbridge, Cambo, Chicapa, Chiumbe, Coporolo, Cuchi, Cueba, Catumbela, Chiloango, Cuango, Cunene, Cuilo, Cuito, Coroca, Cuvo, Cubango, Dande, Giraúl, Loge, Longa, Luaximo, Luando, Luanguimba, Luangue-Lucala, Luembe, Luiana, Lulu, Luena, Longue-Bongo, Onzo, Utembo, Kwanza, Zadi, Zambeze e Zaire.

Vejamos, em termos de oferta hidrográfica, Angola na sua extensão tem grandes e importantes rios e lagos com caudais que podem favorecer, acudindo e influenciando o crescimento e desenvolvimento das regiões através do incentivo à implantação da agricultura e da indústria, que ainda é incipiente, principalmente nas regiões do interior – exemplo - rio Kwanza.

É de se afirmar que a água e a energia elétrica são fatores indispensáveis para a recuperação e relançamento do processo de desenvolvimento, para tal é necessário a continuidade do programa do governo na “reabilitação e ampliação do universo nacional de sistemas de abastecimento de água”, tendo como finalidade alcançar uma taxa de cobertura de 100 % nas zonas urbanas e 80 % nas zonas Peri - urbano e nas zonas rurais, conforme afirma o Governo Angolano em agências noticiosas.

De forma geral, as infraestruturas aqui mencionadas são de vital importância para o alavancar do crescimento económico e desenvolvimento económico e social de Angola. Por via disto, há uma preocupação enorme de governo desde o fim da guerra civil em revitalização das infraestruturas visto que são condições inevitáveis para que os setores da economia possam funcionar sem grandes sobressaltos.

O governo está muito empenhado no desenvolvimento do país, contudo, se aplicou de forma muito afincada na criação de vias de acesso ao interior sendo numa

primeira fase as rodoviárias e em seguida as ferroviárias. Ora, relamente este feito, trouxe mudanças estruturas em todo o país. Portanto, quase o país todo está ligado por vias, basicamente as 3 principais linhas ferroviárias foram reabilitadas.

No setor hidrelétrico ainda se notam alguns constrangimentos, mas o governo está a levar a cabo políticas de reestruturação e desenvolvimento deste para colmatar essas incongruências, um dos exemplos é a ligação dos sistemas do Norte para o Sul de Angola e que este irá até países proximos e os sistemas de abastecimento de água tanto para as populações como para os setores económicos.

Mas, de forma mais abrangente, essas ações do governo vão ajudar na criação e desenvolvimento de indústrias, da agricultura e serviços. Porém, é preciso que o governo não se distancie destes planos, ou seja, continue na criação de infraestruturas de apoio ao desenvolvimento económico como forma a atingir a Estratégia do Desenvolvimento de Longo Prazo em todo país.

#### **2.4.2 Incentivos Fiscais, Polos de Desenvolvimento Industrial e Zonas Económicas**

Adentrando aos Polos de Desenvolvimento Industrial e Zonas Económicas, “é consensual que, para um desenvolvimento industrial intenso e ordenado, se deve apostar na criação de estruturas do tipo centralizado em regiões favoráveis e aptas. Assim, Angola pretende criar sete Polos de Desenvolvimento Industrial” (GUIA BPI ANGOLA, 2010). Pode-se definir da seguinte maneira os PDIs e ZEEs: “um Polo de Desenvolvimento Industrial é uma extensão de terreno previamente delimitado, adequadamente equipado com as infraestruturas básicas industriais (energia, água, telecomunicações, acessos rodoviários e/ou ferroviários, tratamento de efluentes industriais, etc.), onde as empresas que projetam instalar-se possam beneficiar das facilidades atribuídas por lei. Dentro destas facilidades podem ser enumeradas o preço bonificado do solo industrial, benefícios fiscais, incentivos, subvenções a fundo perdido e outras” (MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, 1998). A Zona Económica Especial é uma região geográfica de um país que apresenta uma legislação de direito económico e direito tributário diferente do resto do país para atrair capital (investimentos) interno e estrangeiro e incentivar o desenvolvimento económico da região. Além de um desenvolvimento maior e mais eficaz, que outras regiões do país

Embora não encontrando dados mais detalhados sobre a indústria por província e/ou região, mais considerando algumas províncias dentro das regiões, temos em termos regionais; *políticas do Governo de criação de polos de desenvolvimento industrial (PDI) e zonas econômicas especiais (ZEE)*<sup>52</sup>, sendo que, as principais são: Polo de desenvolvimento industrial de Viana, polo de desenvolvimento da Catumbela na província de Benguela, este é um polo em franco desenvolvimento, ou seja, encontra-se a dar os primeiros passos, mas também, o bom estado das via rodovias e ferroviárias proporcionam o interesse de investidores neste polo, e a seguir vem os polos da Cáala e Fútila, atendendo o número de empregados existentes nestes polos. Porém, o objetivo dos Polo de desenvolvimento para 2009-2013 segundo o plano do Governo de Angola é:

- ✓ Melhorar substancialmente a qualidade de produção e baixar os preços dos produtos industriais;
- ✓ Reabilitar o parque industrial existente;
- ✓ Diversificar e fomentar a complementariedade da estrutura produtiva industrial;
- ✓ Construir um segmento moderno da economia industrial assente em tecnologia apropriada e em investigação e desenvolvimento de matriz nacional;
- ✓ Fomentar a descentralização industrial, promovendo em cada província pelo menos uma zona de concentração de unidades industriais em consonância com os planos diretores municipais;
- ✓ Aumentar os níveis de transformação dos recursos naturais;
- ✓ Contribuir para a coordenação de estratégias económicas empresariais que isem o incremento da produtividade, da competitividade e do aumento do emprego;

---

<sup>52</sup>Os PDIs tem vantagem de permitir concentrar a atividade industrial em zonas devidamente equipadas com infraestruturas industriais necessárias ao correto desenvolvimento da atividade, o que se consegue de forma mais rápida e eficiente do que se as unidades industriais se encontrassem dispersas. A opção por este modelo tem ainda a vantagem de permitir o desenvolvimento na região de outros setores de atividade a montante, nomeadamente ao nível da construção civil, do setor financeiro, entre outros. Face aos objetivos traçados no processo de reindustrialização, os PDIs estão a ser desenvolvidos tendo como prioridade o desenvolvimento das indústrias ligadas a agricultura, transformação de madeira, petroquímica e siderúrgicas, respondendo as necessidades da construção civil no país. Nos próximos anos, o Governo propõe-se a desenvolver os pólos já existentes, bem como a criação de outros. Numa primeira fase, os novos pólos previstos concentram-se junto ao litoral. Estão previstos a instalação de PDIs nas províncias de Benguela, Cabinda, Luanda e Lubango. Estas localizações correspondem a zonas onde se situam os principais mercados consumidores do país, proximidade de fontes de energia, vizinhança de portos e aeroportos, existência de vias de acesso rodoviário e ferroviário, proximidade das capitais das respectivas províncias. Os PDIs servem de prelúdio para os pósteros avanços para a criação de zonas económicas especiais (ZEE) para dinamizar os investimentos privados (BPI/BFA, 2009).



- ✓ Proceder a reestruturação, regularização jurídica e a organização de processos de privatização de empresas industriais detidas pelo Estado;
- ✓ Prosseguir os esforços incentivadores do investimento privado - nacional e estrangeiro (MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA DE ANGOLA, plano de médio prazo para o período 2009-2013). A tabela que se segue detalha alguns dados sobre as PDIs e ZEEs.

**Tabela 54** – Polos de desenvolvimento industrial e zonas económicas especiais

Desig. PDI	Início	Conclusão	Financiamento	Emprego	%	Nº empresas
Viana	2006	2010	50.000.000	2000	<b>11,00</b>	80
Bom Jesus <sup>53</sup>	2008	2010	12.500.000	2875	<b>15,82</b>	115
Lucala	2009	2010	30.000.000	2000	11,00	80
Fútila	2008	2010	36.750.000	2300	12,65	60
Catumbela	2009	2010	25.000.000	1000	5,50	40
Caála	2009	2010	25.000.000	1000	5,50	40
Uíge	2009	2010	25.000.000	1000	5,50	40
Soyo	2009	2010	50.000.000	2000	11,00	80
Dondo	2009	2010	50.000.000	2000	11,00	80
Kunje	2009	2010	25.000.000	1000	5,50	40
Matala	2009	2010	25.000.000	1000	5,50	40
Kassinga	n.d.	n.d.	250.000	n.d.	n.d.	n.d.
<b>Total</b>	<b>12</b>		<b>354.500.000</b>	<b>18175</b>	<b>100,00</b>	<b>695</b>
<b>ZEE</b>	<b>Início</b>	<b>Conc.</b>	<b>Fin.</b>	<b>Emp.</b>	<b>%</b>	<b>Nº Emp.</b>
LUANDA-BENGO	2009	2011	65.000.000	2000	100,00	80

**Fonte:** Elaboração do Autor através dos dados doBPI/BFA, 2009 apud Ministério da Indústria de Angola.

Estes pólos podem influenciar as outras províncias no que se refere ao desenvolvimento económico como o aumento de emprego, eliminação da pobreza entre outros. Outra influência não menos benéfica é a situação da redução das desigualdades visto que o centro industrial que mais emprega está na região metropolitana – Luanda/Bengo, como principal destaque a província de Luanda através do polo industrial de Viana - município em arredores da capital.

O pólo de Viana na província de Luanda, sendo a mais antiga, concentra 75% da capacidade industrial do país, e é em Luanda onde se encontra o principal mercado consumidor do país por razões históricas já explicadas no meu estudo (BPI – ESTUDOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS – ANGOLA, 2009<sup>54</sup>). Verificando a tabela, a região da metrópole concentra 27% do total da população empregado (18.175), ficando 73% nos restantes polos. Os dados indicam que a ZEE é a única que emprega

<sup>53</sup> Bom Jesus fica situado na província do Bengo.

<sup>54</sup> BPI – Portugal/BFA – Angola, 2009. Disponível em: Web: <www.bancobpi.pt - www.bfa.ao>. Acesso: 27.08.13 às 3 horas da madrugada.

100% do total de 2000. Tome em atenção que a referida zona encontra-se enquadrada na região metropolitana.

“A existência de uma Lei Geral Tributária é hoje corrente em muitos Estados, representando um instrumento de racionalização, de estruturação e de estabilização dos sistemas tributários” (ANGOLA-LEGISLAÇÃO FISCAL, 2009). Nos últimos dez anos, Angola tem demonstrado um crescimento econômico muito atrativo, constituindo assim um conjunto de atrações de investimento no continente africano. Em 2003, o governo criou a (Lei nº 11/03, de 13 de Maio – de Bases do Incentivo Privado).

“Com efeito, a criação de um quadro geral atrativo ao investimento privado passa por uma política de incentivos fiscais com instrumentos de políticas econômicas e sociais concertadas. Os incentivos fiscais a serem concedidos, ao abrigo da presente Lei, constituem uma vantagem fiscal excepcional que quando for aprovado o código dos incentivos, nele devem ser incorporados em homenagem a uma boa harmonização, toda a legislação fiscal substantiva e processual” (ANGOLA – LEGISLAÇÃO FISCAL, 2009, p. 511).

Ainda adentro ao artigo da Legislação Fiscal (2009), os incentivos definidos na presente lei tem em vista as prioridades da reconstrução e desenvolvimento e enquadram-se numa política integrada onde se prioriza o investimento produtivo – *agricultura e indústria* – e capital humano – saúde e educação – e nas *infraestruturas rodoviárias, ferroviárias, portuárias, aeroportuárias, telecomunicações, energia e águas*.

Afirma também o artigo Monografia de Angola do Ministério do Planeamento (2004, p. 154) que “o governo pretende com essa lei tornar o cenário jurídico – legal angolano o mais atrativo possível para os potenciais investidores, mantendo-se presente, todavia, a salvaguarda dos interesses essenciais do Estado”.

Carvalho (2011) afirma que, atentas às potencialidades econômicas e as possibilidades de investimento que o mercado angolano oferece em vários setores de atividade, torna-se essencial, para quem decide investir, conhecer o enquadramento legal e jurídico existente em Angola. A atração principal dos investidores estrangeiros relativamente a Angola concentra-se particularmente nas riquezas existentes em petróleo e outros recursos naturais, bem como na reabilitação de infraestruturas.

Nessa medida, o presente Guia de Investimento pretende disponibilizar informação genérica e sumária relativamente ao cenário legal em vigor em Angola, com particular enfoque nas áreas do Investimento Privado, Direito Comercial, Direito Fiscal

e Direito Laboral. A informação facultada no presente Guia de Investimento não dispensa o respectivo aconselhamento legal relativamente a cada projeto de investimento em concreto.

Com relação ao incentivo ao investimento privado, Angola pretende dinamizar a sua economia sem que continue a depender cerca de 99% das exportações do petróleo e diamantes (valores de uma década atrás), sendo que o seu objetivo é diversificar a economia interna atacando os setores base, como a agricultura, indústria transformadora e serviços como forma de produzir mais e exportar sem necessariamente depender do petróleo. Na base de produção e exportação de seus produtos, o governo tem como linha: produtos agrícolas, industrializados e serviços.

Contudo, para que esses investimentos venham se realizando sem que se pense necessariamente nas exportações, mas também ao aumento do emprego e consequentemente o nível de vida das populações, o governo criou um conjunto de leis sobre os incentivos fiscais ou benefícios fiscais e aduaneiros para atrair tanto o investidor nacional como também o investidor estrangeiro. Nestes termos, ao abrigo da alínea f) do artigo 90.º da Lei Constitucional, a Assembleia Nacional aprova e o Presidência da República promulga a 23 de Maio de 2003, em anexo.

De entre os vários incentivos fiscais ao investimento privados possíveis, dá-se especial destaque à isenção ou redução do Imposto Industrial, até ao limite de 50%, relativamente aos lucros resultantes do investimento privado, variável de acordo com a Zona de Desenvolvimento do investimento (CARVALHO, 2011). No que tange à atribuição de incentivos ao investimento, os setores prioritários são os seguintes:

- ✓ Produção agropecuária;
- ✓ Indústrias transformadoras;
- ✓ Tecnologia e modernização da respectiva indústria;
- ✓ Indústria de pesca e derivados;
- ✓ Saúde e Educação;
- ✓ Infraestruturas rodoviárias, ferroviárias, portuárias e aeroportuárias,
- ✓ Telecomunicações, Energia e Águas;
- ✓ Habitação Social;
- ✓ Hotelaria e Turismo.

Após a implementação do projeto e após a comprovação do pagamento dos devidos impostos, o investidor fica, assim sendo, autorizado a repatriar:

- ✓ Dividendos/lucros distribuídos;
- ✓ Produto da liquidação dos investimentos (incluindo mais-valias);
- ✓ Importâncias devidas que constituam investimento privado (resultantes de atos e contratos);
- ✓ Produto de indenizações;
- ✓ Royalties.

Em função de critérios referentes às Zonas de Desenvolvimento (acima identificadas), o repatriamento de capitais, a realizar após a implementação do projeto, deve observar o seguinte:

#### **ZONA A**

- ✓ Projetos inferiores a 10 milhões de USD: o repatriamento de capitais só é possível 3 anos após a implementação efetiva do projeto.
- ✓ Projetos iguais ou superiores a 10 milhões de USD até 50 milhões de USD: o repatriamento de capitais só é possível 2 anos após a implementação efetiva do projeto.

#### **ZONA B**

- ✓ Projetos inferiores a 5 milhões de USD: o repatriamento só é possível 2 anos após a implementação efetiva do projeto.

#### **ZONA C**

- ✓ O repatriamento de capitais pode ser efetivado decorridos dois anos após a implementação efetiva do projeto.

Atento a nossa proposta de análise sobre a regionalização em Angola nas páginas anteriores, embora a classificação das Zonas de Desenvolvimento pelos vistos por região não estão em paralelo ou em consonância com a classificada no estudo, pode-se analisar, traduzindo em pontos de confluências ou proximidades das zonas em estudo, as vantagens regionais que estes incentivos fiscais podem causar. Principalmente no aparecimento ou implantação de novas indústrias que poderão

favorecer a estas regiões ou províncias no que tange ao aumento do nível de emprego, do PIB, do PIB per capita entre outras e que conseqüentemente levarão a diminuição das assimetrias ou desigualdades regionais a vários níveis.

Atento a informação postada pela ANGOP (Agência Angola Press – Agencia de Notícias) do dia vinte e um do mês oito do corrente ano sobre o Presidente da AIA – Associação Industrial de Angola – Jose Severino numa entrevista dada a imprensa no final da reunião do Conselho Nacional de Concertação Social realizada na Cidade Alta, orientada pelo vice-presidente da República, Manuel Vicente.

O presidente da Associação Industrial de Angola, José Severino, considerou que a nova pauta aduaneira a vigorar a partir do próximo ano (entra em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2014) vai permitir mais investimentos, criação de novos empregos, poupança de divisas e a diversificação da economia. Ademais, o presidente da AIA afirmou que continua a defender a revisão da Lei de investimento privado, que está a reduzir consideravelmente, considerando o quadro perigoso para o desenvolvimento do país. Defende também a aposta nos empresários locais para rentabilizar os investimentos do Estado nos diferentes municípios e comunas. Pede ainda maior apoio aos dirigentes das associações, acarinhando-os, dando inclusive passaporte de serviço, para evitar constrangimentos nos seus relacionamentos externos.<sup>55</sup>

Pelo que se percebe da grande preocupação do Presidente da AIA, todas essas concertações poderão ajudar e/ou incentivar o aparecimento de todo um conjunto de investidores nacionais nos vários setores que mais preocupa o governo investidor nacional sem que haja choques futuros nos seus retornos entre outros. Também se percebe que é muito mais fácil o investidor nacional atuar nas zonas (Municípios e comunas) mais recônditas do país para que estes possam levar seus produtos próximos a esses consumidores e ao mesmo tempo proporcioná-los emprego e bem-estar social.

Contudo, o mais importante é não esquecer o programa do governo sobre as zonas de desenvolvimento, visto que esse tipo de incentivo regional dará azo não só as regiões mais precárias e/ou províncias – cidades - mas também como em zonas mais distantes destas regiões (Municípios e Comunas - longe) se assim se perceber. Portanto,

---

<sup>55</sup>Fonte: Angop: Web: Angonotícias: Disponível em: <<http://www.angonoticias.com/Artigos/item/39559/futura-pauta-aduaneira-incentiva-investimento-e-criacao-de-empregos-aia>>. - Acesso: 21/08/13 às 15h29'.

penso que no fundo o governo pretende revitalizar as zonas ou regiões mais precárias do país não só com empresários nacionais.

Também, além de proporcionar incentivos ao empresariado nacional, quer a participação do empresariado estrangeiro nas zonas de desenvolvimento pelo que se percebe, para agilizar ainda mais esse processo de revitalização das províncias ou regiões com baixos níveis de crescimento e desenvolvimento econômico e social.

Também se pode afirmar que esses incentivos fiscais podem proporcionar para o empresariado nacional e internacional, grandes negócios na área de serviços nas regiões mais pobres do país, embora se perceba que estas regiões ainda tem muitas dificuldades em termos de infraestruturas, quadro humano (muito exigente para esta área) e não só. Observe a seguinte tabela para negócios no ramo de Serviços.

**Tabela 55** – Quadro de negócios no ramo de serviços

<b>Localização geográfica</b>	<b>Incentivos concedidos</b>		
	<b>Tributos aduaneiros:</b> Operações de investimentos isentos de pagamentos de tributos.	<b>Taxas industriais:</b> proveniente de investimentos isenta dos pagamentos de taxas industriais.	<b>Taxas sobre ganhos de capital:</b> Companhias que promovem investimentos de capital isentos das taxas de pagamento de capital.
<b>Zona de Desenvolvimento</b>			
<b>Zona A:</b> Província de Luanda, as capitais municipais das províncias de Benguela, Huíla Cabinda e o município de Lobito	<b>3 Anos</b>	<b>8 Anos</b>	<b>5 Anos</b>
<b>Zona B:</b> Restantes dos municípios das províncias de Benguela, Cabinda e Huíla, e Províncias da Kwanza Norte, Bengo, Uíge, Kwanza Sul, Luanda Norte e Luanda Sul.	<b>4 anos</b>	<b>12 anos</b>	<b>10 anos</b>
<b>Zona C:</b> Províncias do Huambo, Bié, Moxico, Kuando Kubango, Cunene, Namibe, Malanje e Zaire.	<b>6 anos</b>	<b>15 anos</b>	<b>15 anos</b>
<b>Z.E.Es:</b> Definida em projeto			

**Fonte:** Ministério do desenvolvimento, indústria e comércio exterior – MDIC, Brasil. Disponível em: <[http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl\\_1257766509.pdf](http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1257766509.pdf)>. Acesso: 29/ago/13 às 2h09 da madrugada.

Observe os Setores de atividade: Processamento de Produtos Agropecuários Pesca e derivados, Construção Civil, Saúde e Educação, Infraestrutura de Energia e

Água, Rodovias e Ferrovias, Portos e Aeroportos Telecomunicações, Equipamentos de transportes de cargas pesadas e passageiros. Observada a tabela acima, os incentivos concedidos pelo governo local variam segundo o setor de atividade e alocação geográfica.

O investimento direto estrangeiro tem sido o motor da expansão econômica do país, mas não com a velocidade desejada através de fatores adversos já conhecidos, como a precariedade nas infraestruturas. Contudo, o governo angolano continua a promover ativamente o investimento estrangeiro através da ANIP – Agência Nacional para o Investimento Privado, subordinada ao Ministério das Finanças. A ANIP indica agricultura, construção e serviços afins, energia e águas, desenvolvimento e gestão de infraestruturas, turismo e hotelaria, indústria de processamento e extração de minérios, como os mais atrativos para o investidor estrangeiro.

Entretanto, a ponto de exemplo; as áreas mais atrativas para as empresas de serviço são a capital e as cidades costeiras. Os maiores incentivos são reservados às províncias mais remotas ou mais devastados pela guerra civil,<sup>56</sup> mas que até então se nota ainda algumas entraves em termos de decisão aos investidores, ou seja, se vale à pena ou não.

Portanto, em termos de investimentos privados, a região do Litoral vem sendo mais atrativo em relação ao interior do país (ANIP, 2013). Aliás, se observarmos alguns indicadores sobre as regiões do interior e litoral, vamos perceber melhor essas incongruências e que tal fato, demonstra um maior desenvolvimento desta região do litoral.

Infelizmente Luanda e Benguela continuam a liderar o foco de atração dos investidores nacionais e estrangeiros. Esse fator causa contradições nas metas do governo sobre as Estratégias de Desenvolvimento de Longo Prazo 2000-2025 (ALVES DA ROCHA, 2010, p. 80). Aqui surge o dilema: será que Angola conseguirá cumprir as metas estabelecidas do Plano de Desenvolvimento até 2025?

---

<sup>56</sup>Fonte: Ministério do desenvolvimento, indústria e comércio exterior – MDIC, Brasil. Disponível em: <[http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl\\_1257766509.pdf](http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1257766509.pdf)>. Acesso: 29/ago/13 às 2h09 da madrugada.

## 2.5 Principais resultados do capítulo 2

O capítulo 2 faz uma análise das assimetrias regionais em Angola, centrando-se nos fatores causadores como também nas políticas do governo (incentivos fiscais e investimento em infraestruturas) que incluem critérios de localização, com vistas à diminuição das assimetrias regionais do país.

Busca-se o desenvolvimento econômico das regiões através do fomento da agricultura, indústria, serviços, como também da mobilidade-emprego e mobilidade populacional para as regiões e, principalmente nas mais precárias. A atividade econômica e financeira do país está concentrada na região Metropolitana, fazendo da Metrópole o maior centro financeiro e o mais importante centro de negócios do país, por sua vez, incentivando ou influenciando assim de forma localizada a atratividade do investidor privado, principalmente estrangeiros.

Segundo Alves da Rocha (2010) “esta situação configura uma espécie de *"colonialismo interno"*, em que as regiões dotadas de recursos naturais são *"exploradas"* pela *"metrópole urbana, política e econômica"* que é Luanda. Esta atratividade de Luanda foi muito reforçada pelas disfuncionalidades que a guerra acarretou e que fizeram de Luanda o grande destino das populações fugidas do conflito militar e dos rendimentos gerados noutras partes do território nacional”.

O estudo demarca cinco regiões segundo a classificação expositiva do livro de Alves da Rocha (2010) que retrata também sobre Desigualdades e Assimetrias Regionais em Angola. Outra região formada por mim é dividida em duas partes, que são: a Região do Litoral e a Região do Interior. O objetivo principal é analisar as assimetrias regionais existentes em Angola e quais os fatores causadores.

Por via disso, verifica-se que as assimetrias regionais de Angola já vêm de longa data, ou seja, desde o tempo colonial, embora em algum momento se verificou uma preocupação do governo colonial no fomento do Desenvolvimento Regional de Angola, como afirma Alves da Rocha no seu livro e, que se veio agravando com o início do conflito armado.

Outro fator causador são as infraestruturas com relevância a água, energia, os transportes, sendo que hoje este último está ligado entre as capitais de províncias, com exceção das ligações de Mbanza-Congo/Uíge, Kuito/Luena e Menongue/Ondjiva e o



caso excepcional de Cabinda através da localização geográfica<sup>57</sup>, como formas de estabelecer um conjunto de dificuldades encontradas nos setores econômicos como a agropecuária, industrial e outros.

Por via disso, os governos centrais e províncias têm estado a criar e identificar políticas fiáveis para o Desenvolvimento Económico e Social que possam contribuir para diminuição das desigualdades existentes dentro das regiões de Angola.

Nas análises feitas, percebo que um conjunto de políticas como o incentivo fiscal ao investimento privado para as regiões, os pólos de desenvolvimento, a malha de transportes, dentre outras, têm forma para alavancar o desenvolvimento económico e contribuir de forma clara na diminuição das assimetrias, como também na diversificação da própria economia, com ênfase na indústria agropecuária, indústria transformadora e outros.

Essas políticas têm vindo a ser aplicadas de forma gradual, pese embora ainda existentes grandes dificuldades em torno da aplicação dos mesmos ou aceitação por partes dos investidores privados atendendo a precária infraestrutura de apoio, por exemplo, da implantação e desenvolvimento das indústrias como Luz e água entre outras.

O pano de fundo deste capítulo é a idéia de que a diminuição das desigualdades regionais de Angola passa também pela reestruturação da malha rodoviária como formas de aproximar a população e investimentos nas regiões mais precárias.

A construção e reabilitação das infraestruturas e os incentivos fiscais poderão daqui a mais algum tempo dinamizar o crescimento da agropecuária e da indústria e transformadora, como forma de proporcionar a população destas regiões um "*desenvolvimento económico e social*" favorável e confiante sem grandes desigualdades.

Para isso, é necessário que as políticas traçadas pelo executivo angolano devem ter razão fiável de aplicabilidade como forma de se atingir as metas traçadas desde 2000 a 2025, através dos documentos do governo sobre os Programas de Desenvolvimento de Angola de Longo Prazo, contendo no seu espírito planos de Desenvolvimento Regional.

---

<sup>57</sup> Para ligar Cabinda as outras províncias via terrestre é necessário uma ponte sobre a travessia do rio Zaíre. ANGOP: *Agência Angola Press. Vídeo*. Disponível em: [http://www.portalangop.co.ao/angola/pt\\_pt/portal/multimedia/tv-angop/2014/0/2/Maioria-capitais-provincia-ligada-por-estrada,80c25477-bad1-4343-98a3-f64b49d29366.html](http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/portal/multimedia/tv-angop/2014/0/2/Maioria-capitais-provincia-ligada-por-estrada,80c25477-bad1-4343-98a3-f64b49d29366.html), ou no Youtube. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=JRoJntjRzMo>. Acessado em jan. de 2014.

Pese embora, Alves da Rocha (2010, p. 81) afirma que “o Programa Geral do Governo para o Biénio 2007-2008 não trata da vertente regional tal como os anteriores, tendo o Governo preferido adotar uma óptica de programas setoriais integrados com a finalidade de maximizar os efeitos das políticas e dos investimentos públicos”.

Portanto, o foco aqui é olharmos para os fatores causadores das assimetrias entre as regiões de Angola e quais as possíveis políticas aplicáveis do governo para diminuir essas assimetrias e proporcionar no médio e longo prazo um desenvolvimento regional mais conjugado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Capítulo 1 discute as desigualdades existentes entre os países da região da SADC no que se refere principalmente ao seu desenvolvimento, à sua estrutura produtiva e às trocas comerciais. Os resultados mostram que em termos de trocas comerciais, os países da região não estão dispostos a trocar entre si, visto que muitas delas se encontram em desvantagens perante as outras, como é o caso de Angola com relação à África do Sul.

O setor externo tem grande importância para a economia de Angola, por exemplo, mas esta relação de trocas está mais voltada para regiões fora da região da SADC e do continente africano. Os produtos mais importantes de Angola para trocas comerciais é o petróleo e os diamantes, ou seja, o setor da indústria extrativa mineral é mais importante com relação aos outros setores.

O desenvolvimento desses países da região é muito desigual, por via a dificultar as trocas comerciais entre si e os dados espelham essa realidade com mais formalidade e compreensão. Na região, o país mais composto e com grandes vantagens de ganhos comerciais é a África do Sul, visto que a maioria tem grandes dificuldades em desenvolvimento das infraestruturas de apoio ao desenvolvimento econômico.

Entretanto, os países estão mais dispostos em resolver e diversificar as suas economias de forma interna, como é o caso de Angola, que ainda não adquiriu a Zona de Comércio Livre, alegando dificuldades no campo das infraestruturas. Mas não podemos esquecer que a política da região para o desenvolvimento das infraestruturas como água, energia elétrica e vias, terá grande impacto daqui alguns anos na relação econômica e social dos países da região. Angola está a participar fortemente nesse setor, como indicam os dados sobre as infraestruturas no final do capítulo.

Verifica-se que os países estão muito empenhados neste ponto, mas não nas trocas comerciais entre si. Ademais, neste momento as infraestruturas de transporte ainda não têm favorecido a atividade exportadora e a integração comercial, visto que ainda estão em fase de acabamento, e estão a beneficiar ainda o interior do país. Por isso não são ainda as privilegiadas para a relação comercial com a região.

As infraestruturas privilegiadas para a troca comercial são os portos e aeroportos, portanto, elas não fazem frente a relação comercial para região da SADC em

grande escala, estando virada para outras regiões fora do continente como China, EUA, U.E., entre outras.

Estes e outros fatores continuam a criar grandes assimetrias entre os países da região, visto que no geral a África do Sul está em grandes vantagens e este fato transcende os ideais da política de igualdade da SADC.

O capítulo dois discute o desenvolvimento econômico e as assimetrias regionais dentro de Angola, procurando analisar, com base em dados históricos e recentes, a existência de assimetrias entre as regiões do país. De maneira geral, a resenha histórica feita vem mostrando algumas bases sobre as desigualdades regionais existentes em Angola, ou seja, mostra que a origem das desigualdades não é de hoje, portanto, já vem de longa data, da época da colônia portuguesa e da guerra civil.

Mas a ênfase da discussão sobre as assimetrias regionais no contexto atual está centrado em alguns dados ou pontos do capítulo como a concentração populacional, mostrando que o maior número da população do país se encontra basicamente no eixo da metrópole, com cerca de 17% para a província de Luanda e cerca de 2% para a província do Bengo. Portanto, essa região do território nacional concentra o maior número da população do país, favorecendo assim o grau de assimetria já existente no país.

A segunda maior concentração se verifica na região Centro-Oeste com maior relevância nas províncias do Huambo com 15% e do Bié com 11% e as restantes do mesmo grupo com taxas abaixo de 7%. Isso mostra que essas são as duas regiões que mais população concentra em nível do país. Os resultados encontrados mostram que neste tópico a concentração populacional também continua causando assimetrias regionais em Angola. Aliás, este fator inibe as várias políticas do governo como a de promoção ao investimento do empresariado nacional e estrangeiro e do próprio empresário em investir nas regiões menos concentradas devido à carência de mão-de-obra, sem tocarmos no capítulo das infraestruturas.

Numa outra vertente, podemos observar através da tabela sobre a concentração das regiões do litoral e interior que a região mais concentrada é a do litoral com cerca de 36% do total, região que contempla sete províncias das dezoito existentes. Ademais, as províncias de Luanda, Benguela e Kwanza Sul representam o maior número de

habitantes na região, quase 64% do total da população na região em 2010, resultante da atração do volume de investimento em infraestruturas e entre outros que se vem verificando e, que tal fato, proporciona um efeito que chamo de *mobilidade emprego*. Daí a grande volatilidade da população.

Um segundo ponto de análise está relacionado com as despesas orçamentais que também mostra elevada concentração. Por conseguinte, num universo de cerca de 17% do total das grandes regiões em 2012, a região que tem a melhor repartição do orçamento é a metrópole com cerca de 4% distinguindo-se a província de Luanda e em seguida a região do Centro-Oeste com cerca de 4% também. O restante percentual está alocado ao governo central (que se encontra na capital de Luanda). Atentos a essa situação, vários economistas como Alves da Rocha e Carlos Rosado afirmam que a repartição do Orçamento Geral de Angola ainda continua a criar assimetrias regionais no país. O baixo rendimento auferido por outras regiões continua a promover o aumento da pobreza dessas regiões.

O Orçamento Geral do Estado também é uma das condições para o desenvolvimento das regiões mais precárias. Essa repartição tem criado grande concentração regional do orçamento. Sendo assim, o Estado tem de rever bem as políticas de redistribuição da renda para estas regiões com vista a eliminar essa concentração, visto que as regiões que mais contribuem se beneficiam menos com esse bolo orçamental como é o caso da região Norte com destaque hoje das províncias do Zaire e de Cabinda (através do petróleo, tendo uma contribuição no PIB em cerca de 47% em 2011) e na região Centro-Leste as províncias das Lundas Norte e Sul (através da contribuição de 1% dos diamantes também para a política fiscal). Lembre-se que uma boa parte do orçamento do país vem dessas duas bases de exploração mineral e não da agricultura, indústria transformadora ou serviços mercantis, etc.

No terceiro ponto, embora não encontrei dados mais atuais, a situação converge pela análise do PIB e PIB per capita pelas grandes regiões. Ora, a tabela sobre o PIB pelas grandes regiões indica que a região da metrópole é a mais desenvolvida em atributos conforme a repartição do PIB por região.

A par dessa situação, podemos ainda afirmar que Luanda ou a região da metrópole não produz petróleo, mas concentra a maior economia do país devido a sua contabilidade (por exemplo: as sedes das empresas que mais geram renda se encontram

na capital, etc.). Ou seja, o petróleo como principal produto de renda do país localiza-se na região Norte de Angola, mas está contabilizado em Luanda, isto acaba criando também concentração regional e, por sua vez, gerando maior riqueza nessa região de Angola. Na análise do PIB per capita, a realidade é a mesma: Luanda tem a população mais rica do país, seguido da província de Benguela, daí o anseio dos investidores nesses eixos ou regiões.

O quarto ponto que espelha sobre os setores econômicos e tem relação direta com as políticas do governo sobre a reconstrução das infraestruturas, visto que funcionam basicamente de forma eficiente na presença dessas infraestruturas. Por outra, estes setores foram analisados com o intuito de mostrarmos se na verdade as infraestruturas estão a ter impacto no seu desenvolvimento.

Em outra realidade, na verdade não analisei de forma formal a existência de assimetrias regiões neste ponto, entretanto, foi introduzido mais para mostrarmos o seu efeito na economia e emprego formal, com vista a analisar as políticas do governo sobre o desenvolvimento das infraestruturas, de forma geral, o desenvolvimento econômico e social de Angola.

Analisando resumidamente na forma regional e por setor, primeiramente, na *agricultura* as regiões que mais produzem são as do Centro-Oeste, Norte e Centro-Leste. Mas em termos de número de empregados formal olhando os dados, podemos concluir que a região que mais emprega é a do Centro-Oeste com 37% e a Metrópole.

O caso da Metrópole (Luanda) sem equivocados, não se pode esquecer que pode ser conflituoso visto que fisicamente suas empresas agrícolas podem estar em outras províncias ou regiões, mas o número dos recursos humanos é classificado ou contabilizado em Luanda através das suas sedes. Isso por vezes acontece também nos outros setores.

Com relação à *indústria* a região que mais contribui para a economia é a região metropolitana através dos setores indústrias mineiras e transformadoras que já conhecemos. Mas, dizer que este conjunto de setores tem indicadores de emprego muito além do esperado visto que a indústria transformadora é quase inexistente e a indústria mineira não consegue absorver uma boa parte da mão-de-obra, embora não analisado de forma regional.

No que se refere ao setor dos *serviços*, de forma geral é o setor que mais emprega, embora o mesmo exija mão-de-obra mais qualificada e ao mesmo tempo não se verifica muito em regiões mais pobres. Por conseguinte, já é possível enquadrar a origem do volume de contribuição do setor para economia e o emprego. Além disso, é normalmente um setor que se observam mudanças estruturais e avanços tecnológicos importantes, daí a grande exigência do quadro humano. Porém, esse setor desenvolve mais nas regiões mais ricas do país como a Metrópole e Centro-Oeste.

Analisando o resultado de maneira mais geral, pode-se perceber que tanto a população, o orçamento, o PIB, riqueza das famílias, a atividade produtiva dos setores e o emprego formal, estão muito concentrados na região metropolitana e em alguns casos na região do Centro-Oeste, mostrando assim um desenvolvimento menos conjugado entre as regiões. Observa-se que estas regiões sempre foram desenvolvidas desde a era colonial.

Portanto, olhando o capítulo e comparado com os resultados do artigo de Alves da Rocha sobre as Desigualdades e Assimetrias Regionais (2010), afirmo que ainda continuam a existir grandes assimetrias regionais no país. Exemplo claro é o petróleo, produzido no Norte do país, mas a sua contabilidade é feita em Luanda. Outra situação é com relação à ligação do país, realmente os dados apontam a interligação entre as províncias ou regiões via estradas, mas a economia não, ou seja, a economia está muito concentrada nas regiões já conhecidas.

Através de todas essas incongruências analisadas em praticamente todos os pontos do capítulo, principalmente após o conflito armado o estado vem criando políticas de desenvolvimento econômico, com vistas à diminuição das assimetrias regionais no país, apostando assim nas infraestruturas básicas de apoio ao desenvolvimento econômico como: vias, energia elétrica, água e, como também na construção de pólos industriais.

Embora esta última crie dúvidas, pois, atendendo o plano do governo sobre o desenvolvimento regional e a diminuição das assimetrias, já está em funcionamento o pólo industrial na metrópole, mas este feito proporciona mais a contínua concentração da atividade produtiva nessa região mais rica. Outra política tem a ver com os incentivos fiscais ao investimento privado através de zonas de desenvolvimento econômico delimitadas pelo próprio governo e não só.

Observe que esta política do governo sobre a reconstrução das vias, energia elétrica e águas também acabaram fazendo ponte com a política regional da SADC sobre a ligação dos países da região por vias entre outras.

Por fim, os resultados obtidos nos dois capítulos permitem caracterizar a existência de assimetrias ou desigualdades regionais dentro da África e dentro de Angola, como também entre países da África Austral. Com base nos resultados obtidos, propõem-se os seguintes pontos mais relevantes para combater as desigualdades regionais.

No âmbito mais interno a Angola, temos:

- Parafraseando Alves da Rocha, é necessário que se procure mudar o conceito de *colonialismo interno*, visto que, as regiões dotadas de recursos naturais são “*exploradas*” pela “*metrópole urbana, política e econômica*” que é Luanda;
- Ainda Alves da Rocha, criação de cidades intermédias entre o litoral e o interior que contribuam para diminuir a excessiva desertificação de algumas províncias e para criar uma massa crítica de procura provincial; e
- Criar, além das já existentes, políticas de mobilidade-emprego para que a população não fique concentrada principalmente na metrópole;
- Deslocalizar a concentração dos resultados financeiros e econômicos de Luanda para o país todo;
- O Orçamento do Estado é na prática a principal fonte de financiamento para o desenvolvimento das regiões no país, para tal, é necessário rever melhor a sua forma de repartição de forma mais justa e conjugada;
- O estado angolano deve criar condições favoráveis de infraestruturas económicas o mais rápido possível, como dos transportes por vias a eliminar os custos da mobilidade entre as grandes capitais ao interior;
- Para Alves da Rocha (2010) “quanto mais se investir em Luanda no domínio das infraestruturas maior será a atração exercida sobre as populações do interior, piores serão as condições de vida dos cidadãos, maior a desertificação do “*hinterland*” e mais acentuadas tenderão a ser as desigualdades regionais.



- Além dos incentivos fiscais, deve-se desburocratizar de forma mais célere as leis de criação e implantação de novos investimentos nos vários setores da economia para os estrangeiros;
- Com base nas cinco regiões geograficamente definidas, a região Norte é a que explora atualmente o maior recurso natural do país e a Centro-Leste reúne as duas maiores províncias produtoras de diamante como segundo maior recurso do país e energia elétrica, sendo os recursos essenciais para o desenvolvimento local como também do país, portanto, tem de levar em consideração;
- O investimento privado estrangeiro a produção deve ser uma realidade mais concreta, apoiando-se nas linhas gerais de interesse do estado angolano sobre o emprego e bem-estar social. Porém, estes investimentos a produção e exploração não se podem traduzir no longo prazo numa desfavorecida economia ecológica para sociedade angolana ou de regiões próximas. Ex. multinacionais que exploram terras e após as mesmas se tornarem improdutivas acabam por abandoná-los, prejudicando assim a sociedade que vive nessas proximidades de exploração. Portanto, essa é uma chamada de atenção futurista para país. Contudo, o governo deve começar a pensar com profundidade em políticas relativas à economia ecológica e/ou desenvolvimento sustentável.
- Descentralização da administração pública.

Essas e outras propostas podem contribuir para reduzir a realidade assimétrica que se vive, contribuindo para: formação de quadros, aumento da oferta de hospitais públicos, aumento de litros de água potável por habitante e habitação condigna, etc.

No âmbito "*externo*", as linhas gerais de propostas são as seguintes:

- Os governos devem deixar de pensar só nas suas economias internas, ou seja, é necessário que conjuguem políticas econômicas mais fiáveis para todos por formas a não se criar ainda mais constrangimentos nas políticas levados a cabo pela região sobre o comércio livre entre outras.
- É necessário que a SADC repense a condição dos seus membros na inserção de outros blocos económicos na África (filiação);

- A SADC deve criar um modelo de financiamento para ajudar principalmente aqueles membros com grandes dificuldades financeiras para investir principalmente nas infraestruturas e diversificação das economias por formas de, nos próximos anos haver trocas comerciais vantajosas e mais justas para todos, atendendo assim funcionalidade da zona de comercio livre, conforme a União Europa na ajuda de alguns países membro da região como Portugal, Espanha, Grécia, entre outras. E/ou
- Criação de um banco regional com políticas similares a de bancos de outras regiões econômicas.
- A SADC é a região de África com franco desenvolvimento, entretanto, os membros deveriam aproveitar essa situação no sentido de trocas de experiência com outras regiões mais desenvolvidas como Nafta, U.E e alguns países da Ásia, com vista à continuidade desse desenvolvimento, pese embora se vê grandes desvantagens na cooperação, a que se pode considerar de: *cooperação sem desenvolvimento*;
- Por fim, as regiões de África de forma geral devem unir-se e criar políticas que configuram na realidade dos países do próprio continente.

## REFERÊNCIAS

**ALVES DA ROCHA, Manuel José. Desigualdades e Assimetrias Regionais em Angola: Os Fatores de Competitividade Territorial.** UCAN/CEIC, Luanda. 2010.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Economia Internacional e Integração Regional.** 2ª ed., Offset, Limitada, Angola, 2008.

\_\_\_\_\_. **Os Problemas da Integração Econômica na SADC e a Posição de Angola.** Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste. v. 12, nº1, p.139 a 158. 1º Semestre – Campus de Foz do Iguaço, 2010. Disponível em: <[e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/download/5032/3787](http://revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/download/5032/3787)>. Acesso em dez. de 2012.

\_\_\_\_\_. **Industrialização e diversificação da economia.** Jornal Expansão (Opinião). Angola, Luanda, 2012. Disponível em: <[http://expansao.sapo.ao/home/opinioes/colunistas/Artigos/manuel\\_alves\\_da\\_rocha](http://expansao.sapo.ao/home/opinioes/colunistas/Artigos/manuel_alves_da_rocha)>. Acesso em jul. de 2012.

\_\_\_\_\_. **Algumas Considerações Teóricas Sobre Desenvolvimento Regional (policopiado), Serviços de Planejamento e Integração Econômica,** 1972.

\_\_\_\_\_. **ANGOLA, Estabilização, Reformas e Desenvolvimento.** 1ª Ed. Editora: LAC Poliprinter. Luanda, 1999.

\_\_\_\_\_. **Os Limites do Crescimento Econômico: As fronteiras entre o possível e o desejável.** 1ª Ed. Editora Nzila, Angola, 2007.

\_\_\_\_\_. **Alguns temas estruturantes da Economia Angolana: As crônicas no jornal Expansão 2009-2011.** 1ª Ed. Editora: Edições de Angola, n.1, Luanda, 2011.

\_\_\_\_\_. **Estabilização, Reformas e Desenvolvimento em Angola.** 2ª Ed. Editora: Mayamba Editora. Luanda, 2011.

\_\_\_\_\_. **Os Grandes Desafios do Crescimento Econômico de Angola até 2017,** CEIC/UCAN, Agosto, 2012. Disponível em: <[http://www.ceic/ucan.org/images/2011/os\\_grandes\\_desafios\\_de\\_angola\\_at\\_2017.pdf](http://www.ceic/ucan.org/images/2011/os_grandes_desafios_de_angola_at_2017.pdf)>. Acesso em jan. de 2013.

\_\_\_\_\_. *Opiniões e Reflexões. Colectânea de Artigos, Conferências e Palestras Sobre Angola, África e o Mundo*. Luanda, 2004. Disponível em: <<http://www.ceic-ucan.org/wp-content/uploads/2014/04/Opini%C3%B5es-e-reflex%C3%B5es-colect%C3%A2nea-de-artigosconfer%C3%A2ncias-e-palestras-sobre-Angola-%C3%81frica-e-o-Mundo.pdf>>. Acesso em jan. de 2013.

**AMBRÓSIO**, Heitor. *Crescimento Econômico e Desenvolvimento Econômico de Angola*. Monografia. Universidade Jean Piaget de Angola (Uni-Piaget). Luanda, 2008.

**ANGOLA**, Embaixada de Angola no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte: *Potencial Econômico de Angola*. Revista Magazine Weza. Bi-Mensal. n.7, p. 6 – 10, Mai/jun. 2013. Disponível em: <[http://www.angola.org.uk/pt/index\\_pt.html](http://www.angola.org.uk/pt/index_pt.html)>. Último acesso em jan. de 2014.

**ANGOLA**, Embaixada de Angola no Japão: *Geografia, Economia e Infraestruturas*. Disponível em: <[http://www.angola.or.jp/index.php/about\\_angola/geography](http://www.angola.or.jp/index.php/about_angola/geography)>. Acesso em Nov. de 2013.

**ANIP** (Agência Nacional de Investimento Privado): *Programa de recuperação e desenvolvimento do setor do café (PRDC)* by Instituto Nacional do Café (INCA) & Ministério da Agricultura (MINAGRI). Disponível em: <[http://www.anip.co.ao/ficheiros/pdfs/PRDC\\_cafe\\_Texto.pdf](http://www.anip.co.ao/ficheiros/pdfs/PRDC_cafe_Texto.pdf)>. Acesso em jan. de 2013.

**BICUDO**, Raphael. *A Economia Social de Angola e da África Subsaariana*. São Paulo: Xamã Editora, Brasil, 2012

**BOUROCHE**, J- M; **SAPORTA**, G. *Análise de Dados*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

**CEIC**, Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola: *Relatório Social de Angola 2010*. CEIC/UCAN. Luanda, Abril 2011.

**BANCO MUNDIAL**: *Indicador Estatístico Sobre a África*. 2011. Disponível em: <[http://data.worldbank.org/sites/default/files/adi\\_2011-web.pdf](http://data.worldbank.org/sites/default/files/adi_2011-web.pdf)>. Último acesso em jan. de 2014.

\_\_\_\_\_. **Microdata.** Disponível em: [http://microdata.worldbank.org/index.php/catalog/?country\[\]=Angola](http://microdata.worldbank.org/index.php/catalog/?country[]=Angola). Acesso em dez. 2012.

\_\_\_\_\_. **Indicadores Econômicos.** Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator>. Acesso em dez. de 2012.

\_\_\_\_\_. **Integração Regional em África (Panorama)-Aumento do Comércio através de Infraestrutura de transporte na África.** 2013. Disponível em: <http://go.worldbank.org/GT6RFXKWZ0>. Último acesso em jan. de 2014.

**BESA** (Banco Espírito Santo): **Perspectivas Econômicas em Angola.** Disponível em: <http://www.bescv.cv/sfecv/cms.aspx?plg=5092108f-c004-40e9-ac91-a4bbd4e67de1>. Acesso em nov. de 2013.

**BESA** (Banco Espírito Santo): **ANGOLA ISKO International Support Kit of Opportunities Angola Contexto Económico do País**, Junho de 2013, Disponível em: <https://www.bes.pt/sitebes/cms.aspx?plg=20b51ee4-895f-41bd-8a00-5c43b8d3e572>

**BFA** (Banco de Fomento Angola): **Caracterização do Setor Industrial em Angola.** Disponível em: [http://www.bfa.ao/Uploads/Boletim\\_Angola\\_Jul09.pdf](http://www.bfa.ao/Uploads/Boletim_Angola_Jul09.pdf). Acesso em nov. de 2013.

**BRESSER-PEREIRA**, Luiz Carlos. **Lucro, Crescimento e Desenvolvimento econômico.** São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Papers/2007/07.22.CrescimentoDesenvolvimento.Junho19.2008.pdf> acesso em: 12 fev. 2014.

**BPI/BFA** (Banco Portugues de Investimento/Banco de Fomento Angola)-*Estudos Econômicos e Financeiros de Angola*. BPI/BFA, 2009. Disponível em: <<https://www.bci.co.mz/BPI%20Relatorio%20s%20Angola%20marco%202009.pdf>>. Acesso em nov. de 2013.

\_\_\_\_\_. *Guia BPI Angola*. BPI/BFA, 2010. Disponível em: <<http://angola-consultant.com/laws/31%20BFApamyatka%20po%20organizatsii%20biznesa%20v%20Angole.pdf>>. Acesso em nov. de 2013.

**BRITO**, Euclides. Relatório Energia em Angola 2010: *O Setor Eletrico Angolano*. p. 147 e 148. Disponível em: <<http://www.info-angola.ao/attachments/article/3142/Relat%C3%B3rio%20Energia%20em%20Angola%202010.pdf>>. Acesso em março de 2013.

**CARLEIAL**, Liana e **CRUZ**, Bruno. *A Hora e a Vez do Desenvolvimento Regional Brasileiro: Uma Proposta de Longo Prazo*. IPEA, Brasil, 2012. Disponível em: <[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)>. Acesso em Jan. de 2013.

**CEIC**, Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola: *Relatório Energia*. 1ª Ed. Editora: UCAN. Luanda, 2010.

\_\_\_\_\_. *Relatório Económico 2011*. 1ª Ed. Editora: Texto Editores. Luanda, 2012.

\_\_\_\_\_. *Relatório sobre as infraestruturas angolanas numa perspectiva regional*. CMI/CEIC, 2011.

**COUTINHO**, Marcelo. *Raio X da Integração Regional*. IUPERJ/UCAN, mai, 2007. Disponível em: <[http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/22076\\_Cached.pdf](http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/22076_Cached.pdf)> Acesso em 12 fev. 2014.

**DILOLWA**, C. Rocha. *Contribuição à História Económica de Angola*. 2º Ed. Editorial Nzila, Luanda, Outubro, 2000.

**DINIZ**, Francisco. *Crescimento e Desenvolvimento Económico*. 1ª ed. Editora Silabo. Lisboa, 2006.

**DOWELL, M. C. Mac.** *Diagnóstico da Descentralização Fiscal em Angola*. UNCDF/UNDP, Luanda, Agosto 2006. Disponível em: <mirror.undp.org/angola/LinkRtf/DiaDesFisc-Port.doc>. Acesso em Jan. de 2013.

**FERNANDES, Francisco J. Lourenço.** *Angola e os Desafios da Integração Econômica Regional*. Edições Maio. Lisboa, Portugal, 2013.

**FAUSTINO, Diogo.** *País ao raios X*. Revista Exame Angola. Edição n.9, outubro, 2010. Disponível em: <http://www.exameangola.com/pt/?det=16943>. Último acesso em jan. de 2014.

Fórum para Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (MACAU): *Ambiente de Investimento de Angola. 2010*. Disponível em: <http://www.forumchinaplp.org.mo/pt/notice.php?a=20100318\_08>. Último acesso em jan. de 2014.

Fórum parlamentar da SADC: *Projeto de Plano Estratégico 2006-2010*. SADC, 2006. Disponível em: <http://www.dev.azafrica.com/sadcpf/Por/Wc243fdf41a66.htm>. Acesso em jun. de 2013.

**FURTADO, Celso.** *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

**GONÇALVES, Jonuel.** *A Economia ao Longo da História de Angola*. 1ª ed. Editora Mayamba, Angola, 2011.

**GERVIZ, Violeta.** *Resumo do Relatório Econômico de Angola do ano de 2011*. UCAN/CEIC, Junho, 2012. Disponível em: <http://www.formpro-angola.org/pt/article/178.resumo-do-relatorio-economico-de-angola-do-ano-de-2011.html>. Acesso em Jan. de 2013.

**HAAS, E.B.** *Beyond the Nation State* Stanford: Stanford University Press, 1956.

\_\_\_\_\_. **EL reto del regionalism**. In Hoffman, S (ed) *Teorias contemporâneas sobre Las Relaciones Internacionales*. Madrid: Editora Tecnos, 1963.

**HENRIQUES, Lucinda Sobral e LEANDRO, Manuel -** *Introdução à economia*, Lisboa, Editora Porto Editora, 2011.

**HERZ, Monica, Ribeiro Hoffmann, Andre. Organizações Internacionais. *Historia e Práticas*, Rio de Janeiro, ED. Campus, 2004.**

**IBRAIM, Adriano e SOUZA, Ramos de. Guerra Civil e o Desenvolvimento Econômico em Angola. Revista de Economia, Anápolis/UEG, v.7, n.2, p. 1-21, jul./dez. 2011. Disponível em:**  
 <<http://www.nee.ueg.br/seer/index.php/economia/article/viewFile/432/348>>. Acesso em jan. de 2013.

**INSTITUTO CAMÕES: Protocolo do Comércio da SADC – *Vantagens e Desvantagens*. Disponível em:** <<http://www.instituto-camoes.pt/glossario/Textos/Economia/HTM/protocolo.html>>. Acesso em out. de 2013.

**JOHNSON, R. A.; WICHERN, D. W. Applied Multivariate Statistical Analysis. 3ed. Englewood Cliffs, New Jersey, Prentice Hall, 1992.**

**LUKOMBO, J. B. Nzatuzola. Crescimento da População em Angola: “Um olhar sobre a situação e dinâmica populacional da cidade de Luanda”. Revista de Estudos Demográficos. 1.º Semestre de 2011. INE, I.P., Nº 49, p. 53 – 67, 2011. Disponível em:**  
 <[http://www.ine.pt/ngt\\_server/attachfileu.jsp?look\\_parentBoui=123700128&att\\_display=n&att\\_download=y](http://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=123700128&att_display=n&att_download=y)>. Ultimo acesso em jan. de 2014.

\_\_\_\_\_. Desemprego e Crise Social em Luanda: “Um esboço sobre alguns aspectos referentes à população e o mercado de trabalho”. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, Setembro, 2004. Disponível em:  
 <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/JoaoBaptistaLukombo.pdf>>. Acesso em fev. de 2013.

\_\_\_\_\_. *População e Mercado de Trabalho*. Editora Nzila. Luanda, Angola, 2007.

**LUYINDULA, José. Corredor de Desenvolvimento do Lobito: *Oportunidades, Potencialidades e Perspectivas para o seu Desenvolvimento*. Primeira sessão, p.56. Conferência (Mintrans). Angola, 2012. Disponível em:**  
 <<http://www.incfa.gv.ao/pages/pdf/CIIEDCL.pdf>>. Ultimo acesso em jan. de 2014.



**LUSA** (Agencia de Notícias de Portugal, S.A): *Angola: dois terços da rede ferroviária nacional estão inoperacional.* Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/lusa/2004/12/07/ult611u54035.jhtm&http://www.lusa.pt>>. Acesso em jan. de 2013.

**LOPES, F. Vieira.** Relatório Energia em Angola 2010: *Reforma do Setor Elétrico em Angola.* p. 165 - 166. Disponível em: < <http://www.info-angola.ao/attachments/article/3142/Relat%C3%B3rio%20Energia%20em%20Angola%202010.pdf>>. Acesso em março de 2013.

**MATOS O., MONTEIRO S. e SOMA D.** *Choques Externos e Respostas de Políticas nos Países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).* Banco Nacional de Angola, Luanda, 2011. Disponível em: <<http://www.bna.ao>>. Acesso em fev. de 2013.

**MURAPA, Rukudzo.** *A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC): Rumo à integração política e econômica.* Revista Impulso n.31. Julho, 2003. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp31art08.pdf>>. Acesso em Jan. de 2013.

**MINPLAN (MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO DE ANGOLA):** *Plano Nacional 2010-2011. Angola, Outubro 2009.* Disponível em: <<http://www.minplan.gov.ao>>. Acesso em jul. de 2013.

\_\_\_\_\_. *Monografia de Angola.* Angola, 2001. Disponível em: <<http://www.minplan.gov.ao>>. Acesso em jul. de 2013.

\_\_\_\_\_. *Indicadores Estatísticos.* Angola, 2011. Disponível em: <<http://www.minplan.gov.ao>>. Acesso em jul. de 2013.

**MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO DE ANGOLA/PNUD-ANGOLA:** *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.* Relatório de Progresso. Luanda, 2005. Disponível em: <<http://mirror.undp.org/angola/>>. Acesso jun. de 2013.

**MINFIN** (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS): *A Economia Angolana: Evolução Recente e Perspectivas*. Junho, 2007. Disponível em: <[www.minfin.gv.ao](http://www.minfin.gv.ao)>. Acesso jun. de 2013.

**MIND** (MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA): *Plano de reindustrialização em Angola*. Angola, 1998. Disponível em: <[http://www.saflii.org/ao/legis/num\\_act/rn498d27dmd1998175.pdf](http://www.saflii.org/ao/legis/num_act/rn498d27dmd1998175.pdf)>. Último acesso em jan. de 2014.

**MARIANO**, Marcelo P. *As teorias de integração regional e os Estados subnacionais*. Revista Impulso. 2ª Semestre de 2002. Nº 31, p. 47 – 70, 2002. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp31art02.pdf>>. Acesso em 12 fev. 2014.

**MARTINS**, Humberto E. de Paula. *Desenvolvimento Regional e Distribuição Espacial das Atividades Produtivas no Brasil: Tendências Recentes do PIB e do Emprego*, 2009.

**MDIC-SCS** (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - Secretaria de Comércio e Serviços): *Oportunidades de negócios em serviços Brasil e Angola*. Brasília, 2010. Disponível em: <[http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl\\_1257766509.pdf](http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1257766509.pdf)>. Último acesso em jan. de 2014.

**MINGOTI**, S.A. *Análise de dados através de métodos de estatística multivariada. Uma abordagem aplicada*. UFMG. Belo Horizonte, 2005.

**NGONDA**, L. Benghy. *Manual de História Econômica e Social de Angola*. Universidade Agostinho Neto/UAN. Brochura, 2ª ed. Luanda, Angola, 2008.

**PEA** (Perspectiva Econômica em África): *Infraestrutura em África*. PEA, 2013. Disponível em: <[http://www.africaneconomicoutlook.org/po/outlook/trade\\_policies/desenvolvimentos-da-integracao-regional-em-africa/](http://www.africaneconomicoutlook.org/po/outlook/trade_policies/desenvolvimentos-da-integracao-regional-em-africa/)>. Acesso em jun. de 2013.

\_\_\_\_\_. *3 principais produtos de exportação dos países de África*: Disponível em: <<http://www.africaneconomicoutlook.org/en/data-statistics/table-7-exports-2010/>>. Acesso em jun. de 2013.

\_\_\_\_\_. *Crescimento anual de exportação em percentagem*. Disponível em: <<http://www.africaneconomicoutlook.org/en/data-statistics/table-8-diversification-and-competitiveness/>>. Acesso em jun. de 2013.

**PERROUX**, François, e outros. *A Planificação e os Pólos de Desenvolvimento*, RES, 1975.

**PNUD** - RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 2013. *A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado*. 2013, p. 149 - 153. Disponível em: <http://hdr.undp.Org>.

**QUEIROZ**, Francisco. *Papel Estratégico de Angola na Construção de Angola* (Opinião). Jornal Expansão. Angola, 2010. Disponível em: <[https://expansao.sapo.ao/home/opiniao/francisco\\_queiroz/o\\_papel\\_estrategico\\_de\\_angola\\_na\\_constru%C3%A7ao\\_de\\_angola](https://expansao.sapo.ao/home/opiniao/francisco_queiroz/o_papel_estrategico_de_angola_na_constru%C3%A7ao_de_angola)>. Acesso em jul. de 2013.

**RELA**, J. M. Zenha. Angola: *O Futuro Já Começou*. Luanda. Editora Nzila, 2005.

**REPÚBLICA DE ANGOLA: Legislação Fiscal**. 1ª edição. Editora Plural Editores. Luanda, 2009.

**REPÚBLICA DE ANGOLA, MAPATLAS.ORG: Mapa de Angola**. Disponível em: <[http://cc3413.files.wordpress.com/2010/09/mapa\\_angola.gif](http://cc3413.files.wordpress.com/2010/09/mapa_angola.gif)>. Acesso em Fev. de 2013.

**ROQUE**, Fátima Moura. *Construir o futuro em Angola*. Celta Editora. 1997.

**ROSADO**, Carlos. Conferencia - *A Integração Regional de Angola na SADC: O Comercio entre Angola e outros Estados Membros da SADC*. CEIC/UCAN. p. 80 - 86. Luanda, 2011.

**SALES**, M. D. Célia. *Introdução a análise estatística multivariada*. UAL, 2012. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/celiamdsales/introducao-analise-estatistica-multivariada>>. Acesso em Fev. de 2013.

**SANTOS**, Vítor. *Teorias do Crescimento Económico e a Vertente Espacial: Ponto de Situação do Debate Teórico*. Relatório Económico Anual 2003. CEIC/UCAN, 2004.

**SANTOS**, M. - *A Ubanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

**SANTOS, M.- A Natureza do Espaço: Técnica e tempo. Razão e Emoção.** São Paulo: 2º ed. Hucitec, 1997.

**SCHUMPETER, Joseph A.** (1911 [1961]) *The Theory of Economic Development*. Oxford: Oxford University Press, 1961. Primeira edição alemã, 1911.

**SILVA, V. A. C.** - Regionalismo: *O Enfoque Metodológico e a Concepção Histórica*. In: SILVA, M. (org.) República em migalhas: *História Local e Regional*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

**TABACHNICK, B. & Fidell, L.** *Using Multivariate Statistics*. (5th Ed.) (cap.2). NY: Pearson Allyn & Baccon, 2007.

**VINICI, Lorena.** Monografia - *Análise multivariada da teoria à prática*. UFSM, CCNE, 2005.

**VITOR C. & ASSOCIADOS:** *Guia de Investimento em Angola*. Luanda, 2011. Disponível em: [http://www.vcaangola.com/xms/files/Newsletters/Guia\\_de\\_Investimento\\_em\\_Angola\\_2011.pdf](http://www.vcaangola.com/xms/files/Newsletters/Guia_de_Investimento_em_Angola_2011.pdf). Último acesso em jan. 2014.

### ***LINKS DA INTERNET***

ANGOLA, PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS. Disponível em: <<http://mirror.undp.org/angola/>>.

ANIP (AGENCIA NACIONAL INVESTIMENTO PRIVADO DE ANGOLA): Disponível em: <<http://www.anip.co.ao/>>.

AIA (ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL DE ANGOLA): Disponível em: <<http://www.aiaangola.com/>>.

ANGOP (AGÊNCIA ANGOLA PRESS) - *A Notícia ao Seu Lado*: Disponível em: <<http://www.portalangop.co.ao/>>.

ANGONOTÍCIAS - *Notícias de Angola em Tempo Real*. Disponível em: <<http://www.angonoticias.com/>>.

BANCO MUNDIAL: *Pulso da África vol.6*. Disponível em: <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/COUNTRIES/AFRICAEXT/0,,contentMDK:23004589~pagePK:146736~piPK:226340~theSitePK:258644,00.html>>. Acesso em fev. de 2012.

BNA (Banco Nacional de Angola). Disponível em: <<http://www.bna.ao>>.

BDA (BANCO DE DESENVOLVIMENTO PARA AFRICA): Disponível em: <<http://www.afdb.org/>>.

Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola. Disponível em: <[www.ceic-ucan.org](http://www.ceic-ucan.org)>.

Centro de Desenvolvimento da OCDE. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dev/>>.

FAO-ANGOLA. Disponível em: <[www.fao.org/isfp/country-information/angola/en/](http://www.fao.org/isfp/country-information/angola/en/)>.

GEOHIVE-ANGOLA: *Informações Gerais e Estatísticas*. Disponível em: <<http://www.geohive.com/cntry/angola.aspx>>.

INE (Instituto Nacional de Estatística de Angola). Disponível em: <[www.ine.gov.ao/](http://www.ine.gov.ao/)>.

IEA (International Energy Agency). Disponível em: <[www.iea.org/](http://www.iea.org/)>.

IDIA (Instituto de Desenvolvimento Industrial de Angola). Disponível em: <[www.idia.gov.ao](http://www.idia.gov.ao)>.

Memórias do tempo de guerra colonial. *Postagem*. 2013. Disponível em: <<http://cc3413.wordpress.com/>>.

MINADER (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DE ANGOLA). Disponível em: <[www.minader.org/](http://www.minader.org/)>

MINEA (MINISTÉRIO DE ENERGIA E ÁGUAS). Disponível em: <<http://www.minea.gv.ao/>>.

MAPESS (MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL). Disponível em: <<http://www.mapess.gv.ao/>>.

MINFIN (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS DE ANGOLA). Disponível em: <[www.minfin.gv.ao](http://www.minfin.gv.ao/)>.

MINTRANS (MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES). Disponível em: <<http://www.mintrans.gov.ao/default.aspx>>.

MIND (MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA). Disponível em: <<http://www.mind.gov.ao/default.aspx>>

MINCOM (MINISTÉRIO DO COMÉRCIO). Disponível em: <<http://www.minco.gov.ao/default.aspx>>

OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Disponível em: <[www.oecd.org/fr/](http://www.oecd.org/fr/)>.

PEA (Perspectiva Econômica em África). Disponível em: <<http://www.africaneconomicoutlook.org/po/>>.

PORTAIS DO GOVERNO DE ANGOLA. Disponível em: <<http://www.angola-portal.ao/>>.

PNUD-ÁFRICA: Disponível em: <<http://web.undp.org/africa/>>.

PNUD-ANGOLA: Disponível em: <<http://mirror.undp.org/angola/>>.

SONANGOL (SOCIEDADE NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS DE ANGOLA). Disponível em: <[http://www.sonangol.co.ao](http://www.sonangol.co.ao/)>.

SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral). Disponível em: <<http://www.sadc.int>>

TRADEMARK ÁFRICA AUSTRAL. Disponível em: <<http://www.trademarksa.org/resources/libraries>>.

UNECA (Estados Unidos - Comissão Econômica para África). Disponível em:  
<<http://new.uneca.org/>>.

\_\_\_\_\_. Destino das exportações e fontes de importação de África. Disponível em:  
<[http://new.uneca.org/Portals/aria/aria5/ARIA5\\_PRINT\\_UNECA\\_fin%2020%20july.p  
df](http://new.uneca.org/Portals/aria/aria5/ARIA5_PRINT_UNECA_fin%2020%20july.pdf)>

UE (União Europeia). Disponível em:  
<[http://eeas.europa.eu/delegations/angola/eu\\_angola/trade\\_relation/index\\_pt.htm](http://eeas.europa.eu/delegations/angola/eu_angola/trade_relation/index_pt.htm)>.

## ANEXO A

## OUTRAS CLASSIFICAÇÕES DO IDH

**Tabela 56** - Posição do IDH de África em 2012

Índice de Desenvolvimento Humano Muito Alto		
Posição África	0.805 a 0.955	Posição Mundo
1	Seicheles	46
Índice de Desenvolvimento Humano Alto		
Posição África	0.712 a 0.796	Posição Mundo
2	Líbia	64
3	Líbano	72
4	I. Maurícias	80
5	Argélia	93
6	Tunísia	94
Índice de Desenvolvimento Humano Médio		
Posição África	0.536 a 0.710	Posição Mundo
7	Gabão	106
8	Egito	112
9	Botsuana	119
10	A. Sul	121
11	Namíbia	128
12	Marrocos	130
13	Cabo Verde	132
14	Gana	135
15	Guiné Equatorial	136
16	Suazilândia	141
Índice de Desenvolvimento Humano Baixo		
Posição África	0.304 a 0.534	Posição Mundo
17	Congo, República	142
18	S. T. e Príncipe	144
19	Quênia	145
20	Angola	148
21	Madagáscar	151
22	Camarões	150
23	Tanzânia	152
24	Nigéria	153
25	Senegal	154
26	Mauritânia	155
27	Lesoto	158
28	Togo	159
29	Uganda	162
30	Zâmbia	163
31	Djibuti	164
32	Gâmbia	165
33	Benim	166
34	Ruanda	167
35	Cote d'Ivoire	168
36	Comores	169
37	Malawi	170
38	Sudão	171
39	Zimbábue	172
40	Etiópia	173
41	Libéria	174



42	Guiné-Bissau	176
43	Serra Leoa	177
44	Guiné	178
45	Burundi	178
46	R. C. Africana	180
47	Eritréia	181
48	Mali	182
49	Burkina Faso	183
50	Chade	184
51	Moçambique	185
52	C. R. Dem.	186
53	Níger	186

Fonte: PNUD (2013, p. 149 a 153).

**Tabela 57** – Posição do IDH para Região da SADC em 2012

Índice de Desenvolvimento Humano Muito Alto		
Posição África	0.805 a 0.955	Posição Mundo
1	Seicheles	46
Índice de Desenvolvimento Humano Alto		
Posição África	0.712 a 0.796	Posição Mundo
2	I. Maurícias	80
Índice de Desenvolvimento Humano Médio		
Posição África	0.536 a 0.710	Posição Mundo
3	Botsuana	119
4	África do Sul	121
5	Namíbia	128
6	Suazilândia	141
Índice de Desenvolvimento Humano Baixo		
Posição África	0.304 a 0.534	Posição Mundo
7	*Angola <sup>58</sup>	148
8	Madagáscar	151
9	Tanzânia	152
10	Lesoto	158
11	Zâmbia	163
12	Malawi	170
13	Zimbábue	172
14	Moçambique	185
15	R. D. Congo	186

Fonte: PNUD (2012).

<sup>58</sup>\*Sem quer dar azo ou pretexto a composição dos dados do PNUD, o Governo de Angola através do Ministério do Planeamento, tem vindo a criticar de forma severa ao processo de obtenção de dados do PNUD em virtude do mesmo utilizar informação estatística do ano de 2001. Fonte: TPA (2012). Disponível em: <<http://tpa.sapo.ao/pesquisa?q=IDH+2011>>. Acesso: 10/10/13.

## ANEXO B

### ANÁLISE DE CLUSTER A PARTIR DE DADOS SOCIOECONÔMICOS DA ÁFRICA

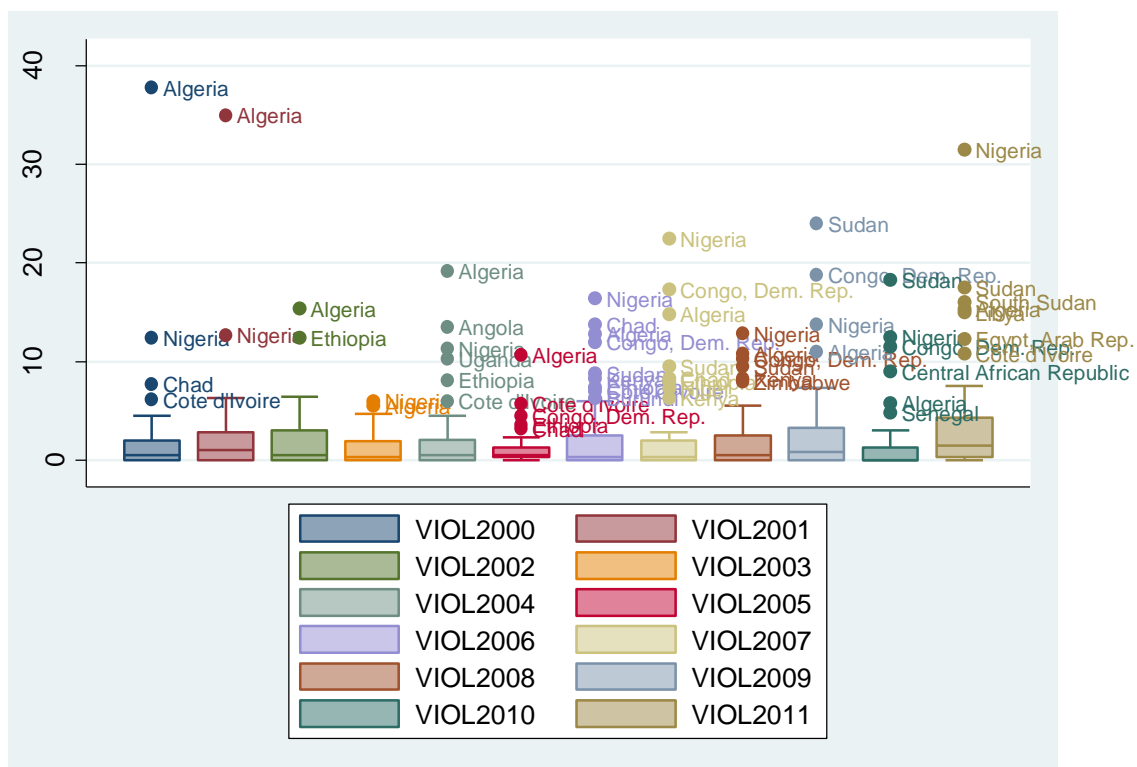
#### Critérios de medição, significados e fontes das variáveis

- O Crescimento do PIB (% anual): taxa anual de crescimento do PIB a preços de mercado com base em moeda local constante. Agregados são baseados em constantes de 2005 dólares americanos. PIB é a soma do valor acrescentado bruto por todos os produtores residentes na economia mais os impostos de produtos e menos quaisquer subsídios não incluídos no valor dos produtos. É calculado sem fazer deduções para depreciação de ativos fabricados ou de esgotamento e a degradação dos recursos naturais. **Fonte:** Banco Mundial, dados das contas nacionais e arquivos de dados das contas nacionais da OCDE. Catálogo fontes indicadores de desenvolvimento.
- Inflação: a inflação medida pelo índice de preços ao consumidor reflete a variação percentual anual no custo para o consumidor médio de aquisição de uma cesta de bens e serviços que podem ser corrigidos ou alterados em intervalos específicos, como anual. A fórmula Laspeyres é geralmente utilizado. **Fonte:** Fundo Monetário Internacional, International Financial Statistics e arquivos de dados. Catálogo fontes indicadores de desenvolvimento.
- Pobreza ou Índice de incidência da pobreza de US \$ 1,25 por dia (PPP) (% da população): População abaixo de US \$ 1,25 por dia é a percentagem da população que vive com menos de US \$ 1,25 por dia em 2005 os preços internacionais. Como resultado da revisão das taxas de câmbio PPP, as taxas de pobreza para cada país não podem ser comparados com as taxas de pobreza relatadas em edições anteriores. **Fonte:** Banco Mundial, Grupo de Pesquisa para o Desenvolvimento. Os dados são baseados em dados de pesquisas domiciliares primários obtidos em agências estatísticas do governo e departamentos do Banco Mundial. Os dados para as economias de alta renda são do banco de dados Luxemburgo Estudo de Renda. Para mais informações e metodologia, consulte PovcalNet <<http://research.worldbank.org/PovcalNet/index.htm>>. Catálogo Fontes Indicadores de Desenvolvimento

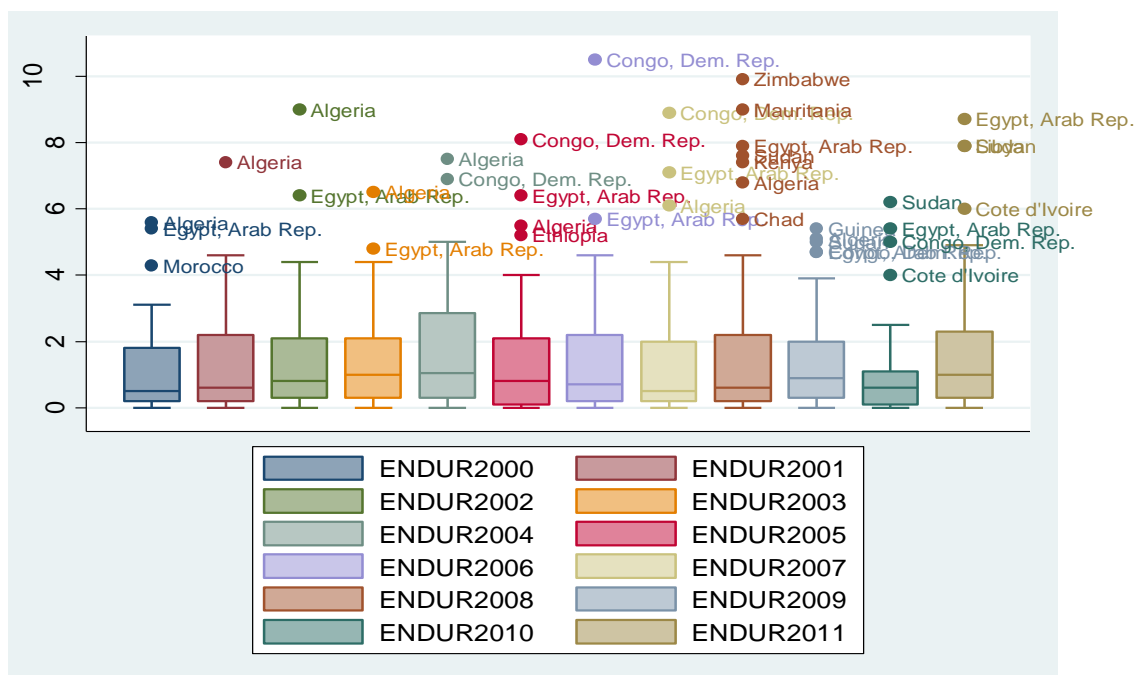
- Gini ou RNB per capita, método atlas (atual EUA \$): RNB per capita (anteriormente PIB per capita) é o rendimento nacional bruto, convertido em dólares norte-americanos utilizando o método do World Bank Atlas, dividido pela população na metade do ano. RNB é a soma do valor acrescentado por todos os produtores residentes mais quaisquer impostos de produtos (menos subsídios) não incluídos na avaliação da produção, mais as receitas líquidas de rendas primárias (pagamento de empregados e rendas de propriedades) do exterior. RNB, calculado em moeda nacional, geralmente é convertido em dólares norte-americanos pela taxa de câmbio oficial para as comparações entre as economias, embora uma taxa alternativa é usado quando a taxa de câmbio oficial é julgado a divergir por uma margem excepcionalmente grande da taxa efetivamente aplicada em transações internacionais . Para suavizar as flutuações de preços e taxas de câmbio, um método especial Atlas de conversão é usado pelo Banco Mundial. Isto aplica-se um fator de conversão que as médias da taxa de câmbio para um determinado ano e nos dois anos anteriores, ajustado por diferenças nas taxas de inflação entre o país e, até 2000, o G-5 países (França, Alemanha, Japão, Reino Unido , e os Estados Unidos). A partir de 2001, esses países incluem a área do Euro, Japão, Reino Unido e Estados Unidos. Fonte: Banco Mundial dados das contas nacionais, e arquivos de dados das Contas Nacionais da OCDE. Catálogo Fontes Indicadores de Desenvolvimento
- Violência publica: Cálculos dos autores com base em Marchés Tropicaux et Méditerranéens, entre 1996 e 2007, e Agence France Presse para 2008 em diante. A mudança na fonte pode afetar a comparabilidade dos indicadores de 2008 e seus valores históricos. Fonte: PEA – perspectiva econômica em África.
- Indicador de Corrupção: ndex (CPI) Pontuação relaciona-se com a percepção do grau de corrupção, como visto por empresários e analistas do país, e varia entre 10 (muito limpo) e 0 (altamente corrupto). **Fonte:** Transparência Internacional: <<http://www.transparency.org/>>.
- Endurecimento do regime: **Fontes:** Cálculos dos autores com base em Marchés Tropicaux et Méditerranéens, entre 1996 e 2007, e Agence France Presse para 2008 em diante. A mudança na fonte pode afetar a comparabilidade dos indicadores de 2008 aos seus valores históricos.



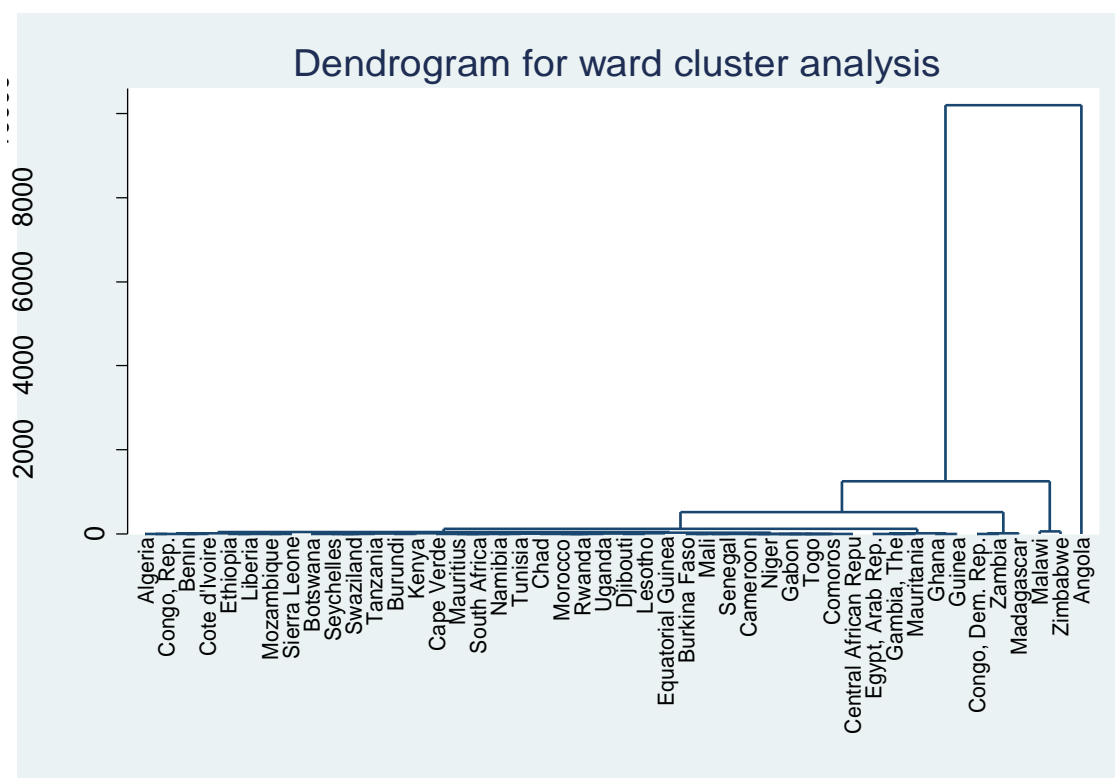
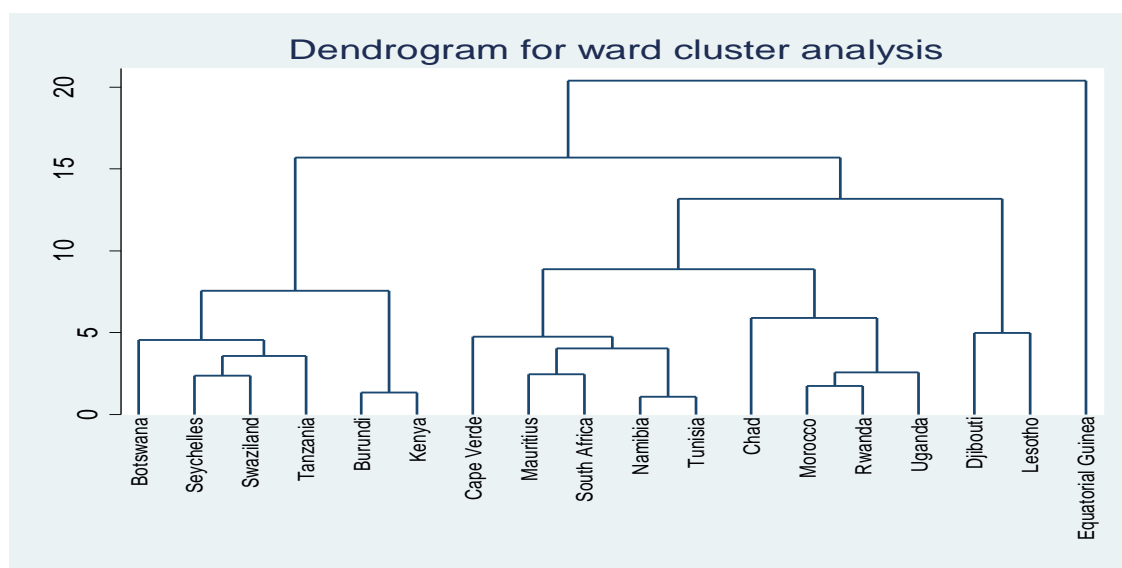
**Gráfico 22 – Violência Pública dos países de África entre 2000 a 2011**



**Gráfico 23** – Endurecimento Político dos países de África entre 2000 a 2011





**Grafico 26** – Vizinhança dos Países do continente africano**Grafico 27** – Vizinhança de alguns Países do continente africano

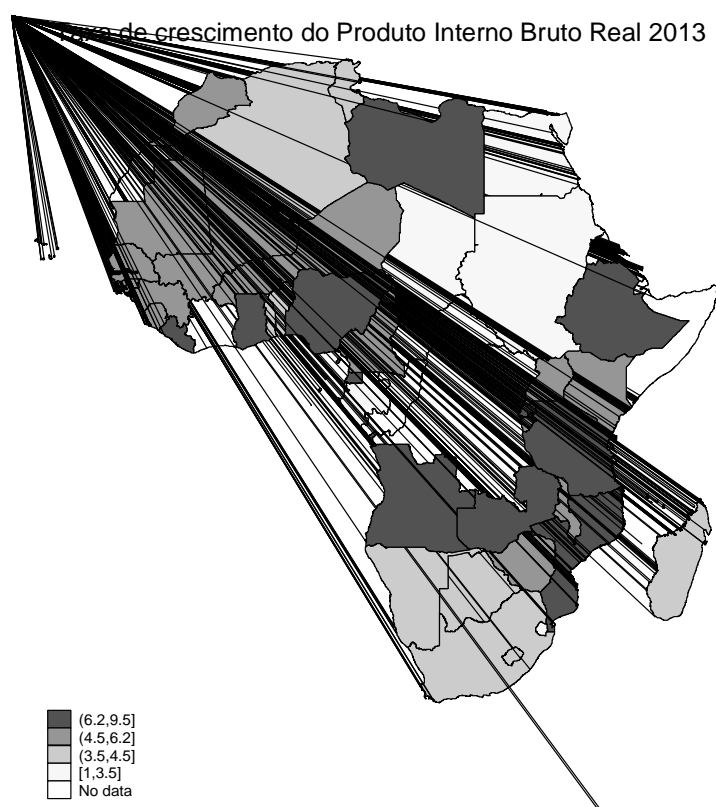
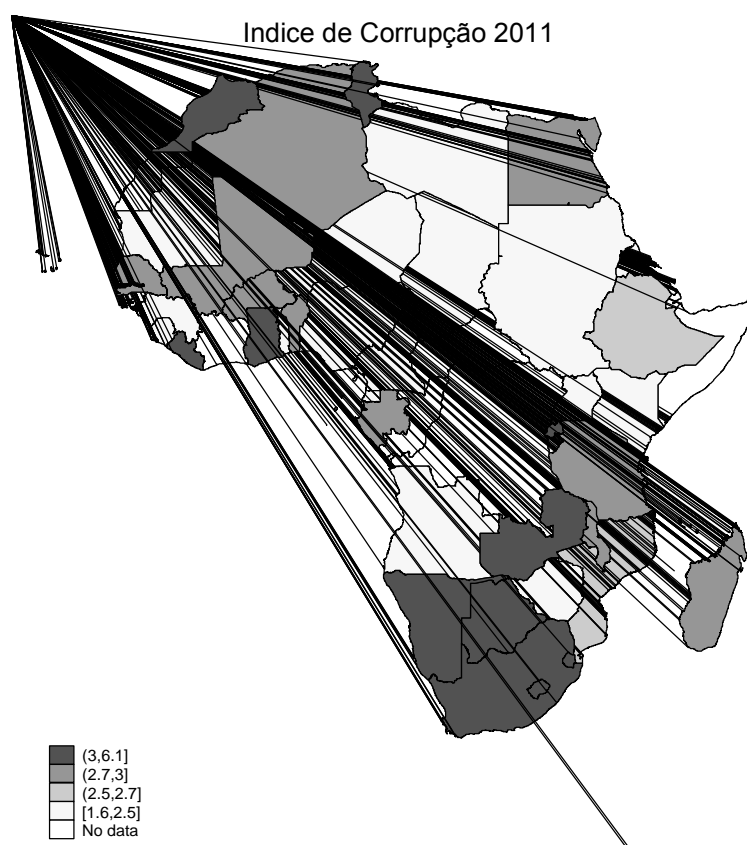
Observe: os gráficos 20 a 24, mostram os vários níveis de flutuação de algumas variáveis ao longo dos anos, ou seja, mede a variação dos indicadores ao longo de todo esse tempo. Porém, os Dendrogramas, além de analisarem a correlação das variáveis, indicam também o nível de semelhança e vizinhança (proximidade) existente entre os países de África de acordo com as variáveis estudadas. Porém, existem países tão próximos em termos de semelhança em relação a outros atendendo as variáveis.

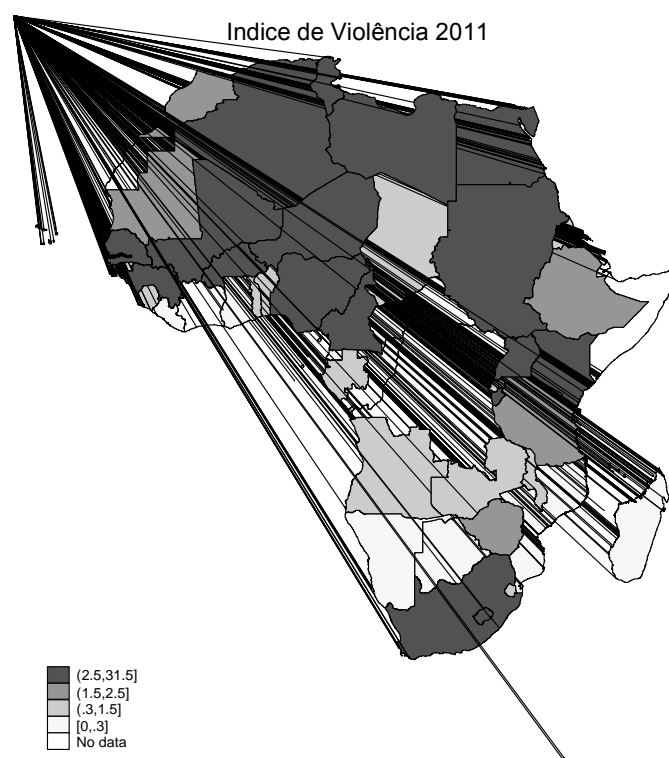
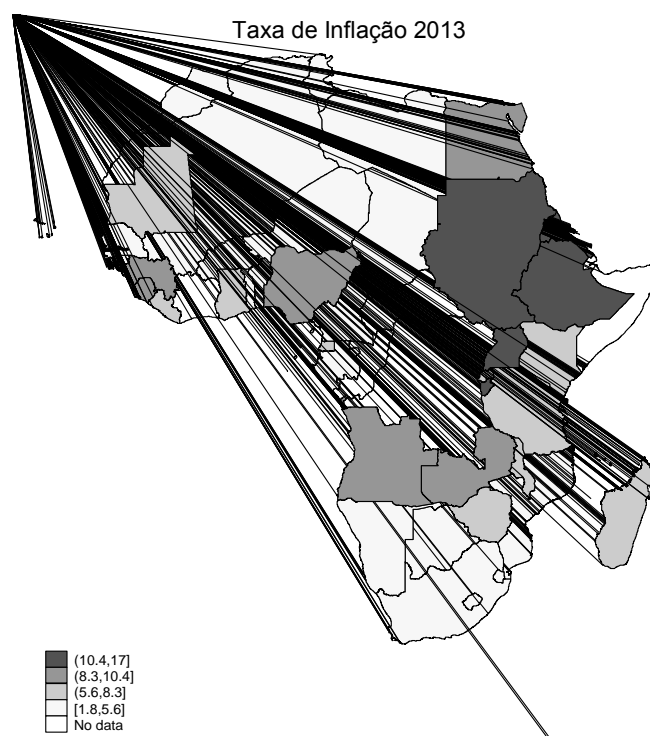
**Tabela 58** - Matriz de correlação entre os indicadores

	txpibr2013	indcor2011	percorr2009	viol2011	infl2013
txpibr2013	1				
indcor2011	-0.0544	1			
percorr2009	-0.2317	0.9308	1		
viol2011	-0.4323	-0.0212	0.0387	1	
infl2013	-0.4275	-0.2827	-0.1385	0.279	1

	Partial	Semipartial	Partial	Semipartial	Significance
Variable	Corr.	Corr.	Corr.^2	Corr.^2	Value
indcor2011	0.3222	0.2576	0.1038	0.0664	0
percorr2009	-0.4041	-0.3344	0.1633	0.1118	0
viol2011	-0.3606	-0.2926	0.13	0.0856	0
infl2013	-0.2836	-0.2238	0.0804	0.0501	0



**Mapa 1****Mapa 2**

**Mapa 3****Mapa 4<sup>59</sup>**

<sup>59</sup> Att: Esses mapas em anexo e outros acima, são fruto de trabalhos feitos na disciplina de Econometria I da Universidade Federal de Uberlândia. Autores: Prof. Dr. Henrique Neder e o Mestrando Heitor Ambrósio.